FAESP
FACULDADE EVANGÉLICA DE SÃO PAULO

2024 - 2028

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL – PDI



(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

Mantenedora

Igreja Evangélica Assembleia de Deus de São Paulo

Presidente
Pr. José Wellington Bezerra da Costa

Vice-Presidente
Pr. José Wellington Costa Junior

Membros
Paulo Rodrigues de Morais
Adeli Geraldo dos Santos
Jeremias Borges de Souza
José Ivanildo da Silva

Mantida
Faculdade Evangélica de São Paulo – FAESP

Diretor Executivo da FAESP
Elias Rangel Torralbo

Membros
José Roberto de Freitas Pedro
Anderson da Hora Santos
Jesus Roque de Freitas

Coordenação de Pós-Graduação *strictu sensu*
Prof. Ivan Durães

Coordenação de Pós-Graduação *lato sensu*
Prof. Wilson Faraço

Coordenação de Curso de Teologia
Prof. Wilson Faraço

Coordenação de Curso de Pedagogia
Prof. Keila Rodrigues

Secretária Acadêmica
Raquel da Hora

Bibliotecário
Rafael Gomes Santos

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Evolução demográfica do distrito do Belém 13

Figura 2 - Número de matrículas no Ensino Superior.....49

Figura 3 - Distribuição das matrículas por segmento 2022 50

Figura 4 - Distribuição da base de alunos de graduação superior por região.....51

Figura 5 - Distribuição de matrículas presenciais e EaD no Estado de São Paulo...54

Figura 6 - Organograma FAESP 236

FAESP
FACULDADE EVANGÉLICA DE SÃO PAULO

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição cursos de graduação (Presencial).....32

Tabela 2 - Distribuição de cursos de graduação - EaD.....32

Tabela 3 – Distribuição de Cursos de Pós-graduação Presencial (Implantados) 24

Tabela 4 - Distribuição de Cursos de Pós-graduação: Presencial (Previstos) 33

Tabela 5 - Distribuição de Cursos de Pós-Graduação a Distância.....33

Tabela 6 - Previsão de Cursos EaD 2025 35

Tabela 7 - Calendário anual de oferta regular de cursos 37

Tabela 8 - Distribuição de polos 38

Tabela 9 - Distribuição das atividades referentes aos Projetos de Extensão.....126

Tabela 10 - Quadro docente – 2. 2024 Pedagogia 237

Tabela 11 -Quadro docente – 2. 2024 Teologia.....237

Tabela 12 - Cronograma de expansão do corpo docente.....244

Tabela 13 - Quadro distribuição: Regime de Trabalho x Titulação.....245

Tabela 14 - Quadro distribuição regime de trabalho dos docentes 245

Tabela 15 - Quadro distribuição: Corpo Técnico Administrativo.....251

Tabela 16 - Cronograma e plano de expansão do corpo técnico-administrativo.....254

Tabela 17 - Quadro-resumo da infraestrutura física da FAESP 281

Tabela 18 - Descrição do acervo bibliográfico 284

Tabela 19 - Cronograma de expansão estrutural da instituição 295

Tabela 20 - Mestrado Profissional em Teologia Pentecostal 37

FAESP
FACULDADE EVANGÉLICA DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO 8
2 PERFIL INSTITUCIONAL 10
2.1 Denominação e natureza jurídica 10
2.2 Finalidades estatutárias 10
2.3 Caracterização geográfica 11
2.4 Marco histórico 13
2.4.1 Da Entidade Mantenedora 14
2.4.2 Da Entidade Mantida 15
2.4.2.1 Missão 16
2.4.2.2 Visão 16
2.4.2.3 Valores 17
2.4.2.4 Objetivos institucionais 18
2.4.2.5 Metas 21
3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA 30
3.1 Visão atual 31
3.1.1 Cursos de Graduação: Presencial a distância 31
3.1.2 Pós-graduação 34
3.1.3 Cursos de extensão 35
3.1.4 Sequenciais 36
3.1.5 Programas especiais de formação pedagógica 37
3.1.6 Polos de EaD 38
3.1.7 Campi e cursos fora da sede 39
3.2 Plano de Expansão e Consolidação da Graduação 41
3.2.1 Objetivos do Plano 42
3.2.2 Critérios para Abertura de Novos Cursos 42
3.2.3 Estudos de Demanda 42
3.2.4 Participação da Comunidade Acadêmica e Externa 42
3.2.5 Consolidação dos Cursos Existentes 43
3.2.6 Expansão da Modalidade EaD 43
3.2.7 Estudos para Implantação de Novos Polos de Apoio Presencial 43
3.2.8 Indicadores de Acompanhamento 43
3.2.9 Metas Institucionais (vigência do PDI) 43
4 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI 44

4.1 Inserção regional e relevância social 45
4.1.1 Brasil 47
4.1.2. Estado de São Paulo 51
4.1.3. Cidade de São Paulo 54
4.2 Objetivos do PPI 56
4.2.1 Objetivo Geral 57
4.2.2 Objetivos Específicos 57
4.3 Compromisso com formação integral do estudante 57
4.3.1 Política Institucional de Educação de Qualidade e Formação Integral para a Sustentabilidade 60
4.4 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas da IES 61
4.5 Práticas pedagógicas inovadoras 63
4.6 Organização didático pedagógica da IES 65
4.6.1 Metodologia de ensino na modalidade presencial 67
4.6.2 Metodologia de ensino na modalidade EaD 69
4.6.2.1 Oferta de componentes curriculares na modalidade a distância 78
4.6.2.2 Equipe multidisciplinar para EaD 79
4.6.2.3 Perfil do docente para atuar na EaD 81
4.6.2.4 Material didático para EaD 83
4.7 Avaliação institucional e aprendizagem 86
4.7.1 Metodologia de avaliação nas modalidades presencial e a distância 87
4.7.1.1 Instrumentos e critérios de avaliação na modalidade presencial 88
4.7.1.2 Instrumentos e critérios de avaliação na modalidade a distância 90
4.8 Atendimentos às diretrizes pedagógicas: Critérios gerais 91
4.9 Inovações quanto à flexibilidade dos componentes curriculares 91
4.10 Oportunidades diferenciadas de integralização curricular 92
4.11 Projetos integradores, aprendizagem baseadas em problemas 93
4.12 Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional 94
4.13 Desenvolvimentos de tecnologias 100
4.14 Atividades práticas e estágio 101
4.15 Desenvolvimento de materiais pedagógicos 103
4.16 Incorporação de avanços tecnológicos 104
4.17 Seleção de conteúdos 105
5 POLÍTICAS ACADÊMICAS 107
5.1 Políticas de ensino 107

5.1.1 Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais 109
5.2 Política de Extensão 111
5.2.1 Dos objetivos das atividades extensionistas 120
5.2.2 Finalidades das atividades de Extensão 123
5.2.3 Do desenvolvimento e acompanhamento das atividades extensionistas. 124
5.2.4 Dos procedimentos devidos ao aluno 125
5.2.5 Das ações e trabalhos de extensão 126
5.2.6 Dos documentos institucionais 128
5.2.7 Da comprovação das atividades 128
5.2.8 Da avaliação 129
5.2.10 Projetos de Extensão em Segurança Alimentar e Sustentabilidade 130
5.2.10 Parcerias Institucionais para Extensão e Desenvolvimento Sustentável 132
5.2.11 Programas e Projetos de Arte, Cultura e Patrimônio Cultural 133
5.3 Políticas de práticas investigativas 134
5.3.1 Políticas de práticas investigativas e os docentes da FAESP 139
5.3.2 Políticas de práticas investigativas e os discentes da FAESP 140
5.3.3 Centro de Pesquisa Pentecostal da FAESP (CPP – FAESP) 141
5.3.4 Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu 142
5.3.5 Política Institucional de Produção Científica, Técnica e Editorial 144
5.3.6 Política Institucional de Eventos Científicos, Produção Acadêmica e Inserção Social 145
5.4 Políticas de gestão 148
5.5 Política para o ensino, a pesquisa, pós-graduação e extensão 150
5.5.1 Política de Internacionalização Acadêmica 152
5.6 Política de inclusão e acessibilidade 152
5.6.3 Política Institucional de Erradicação da Pobreza, Acesso e Permanência Estudantil 175
5.6.4 Política Institucional de Igualdade de Gênero, Proteção e Participação Institucional 178
5.7 Política de Estágio, prática profissional e Atividades Complementares 179
5.8 Políticas e práticas de Educação a Distância 180
5.8.1 Princípios orientadores da EaD 183
5.8.2 Mediação e Facilitação Acadêmica a Distância 187
5.8.3 Definições e Atuações dos Profissionais que Atuarão na Educação a Distância 189

5.8.4 Estudo para Implantação de Polos EaD 192
5.8.5 Diretrizes para Gestão de EaD 192
5.8.6 Política para Estrutura dos Polos EaD 193
5.8.7 Estrutura física dos polos EaD 194
5.8.8 Polos no Estado e em instituições parceiras 195
5.9 Política de atendimento aos discentes 195
5.9.1 Programa de apoio pedagógico e financeiro 197
5.9.2 Estímulos à permanência 198
5.9.3 Programa de nivelamento (PRONAP) 198
5.9.4 Centro de Apoio Psicopedagógico (CAP) 200
5.9.5 Organização estudantil 202
5.9.6 Programa Institucional de Permanência Estudantil 203
5.9.7 Programa de Apoio Alimentar e Bem-Estar Estudantil 204
5.9.8 Política de Prevenção ao Assédio e à Discriminação 206
5.10 Perfil do egresso 208
5.10.1 Acompanhamento de egressos 211
5.11 Política de atendimento à comunidade 212
5.12 Responsabilidade social da instituição 214
5.13 Política Institucional de Segurança Alimentar, Nutricional e Sistemas Alimentares Sustentáveis 217
Princípios da Política 218
5.14 Política Institucional de Parcerias, Redes de Cooperação e Meios de Implementação da Agenda 2030 222
6 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA 230
6.1 Estrutura organizacional, instâncias decisórias, organograma institucional e acadêmico 235
6.1.1.1 Composição (Titulação/Regime de trabalho/Experiência) 237
6.1.1.2 Programa de qualificação e plano de carreira do corpo docente 237
6.1.1.3 Critérios de seleção e contratação 240
6.1.1.4 Regime de trabalho de docentes 241
6.1.1.5 Corpo de professores e tutores a distância (EAD) 241
6.1.1.6 Regime de trabalho do professor e tutor a distância 243
6.1.1.7 Procedimentos para substituição dos professores do quadro 243
6.1.1.8 Cronograma de expansão do corpo docente com titulação e regime de trabalho 244
6.1.2 Do quadro de Gestores de Polo 245

6.1.3 Corpo Técnico Administrativo: Estruturação, políticas de qualificação, plano de carreira 247
6.2 Órgãos colegiados: atribuições, competências e composição 255
6.2.1 Órgãos consultivos 257
6.2.2 Órgãos executivos 260
6.2.3 Órgãos de apoio 266
Planejamento, Monitoramento e Melhoria Contínua 272
Instrumentos de Avaliação e Gestão 273
Monitoramento e Avaliação da Política 274
6.2.5 Comissão Permanente de Ética, Diversidade, Inclusão e Enfrentamento às Violências 274
6.3 Política Institucional de Governança, Ética, Integridade, Transparência e Direitos Humanos 275
6.4 Gestão das Parcerias e Convênios Institucionais 278
7 INFRAESTRUTURA 280
7.1 Infraestrutura física 280
7.1.1 Salas de aula 282
7.1.2 Biblioteca 282
7.1.3 Laboratórios de Informática 287
7.1.4 Recursos tecnológicos e audiovisual 288
7.1.5 Outras dependências 290
7.1.6 Serviços de Alimentação e Boas Práticas 291
7.2 Plano de promoção de acessibilidade 292
7.3 Cronograma de expansão de infraestrutura 295
7.4 Polos de apoio presencial (após a credenciamento) 296
7.5 Gestão Ambiental e Consumo Sustentável 296
8 PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL 297
8.1 Objetivos e Metas para auto avaliação institucional 300
Geral 300
Específicos 300
8.2 Justificativa 301
8.3 Processo metodológico 301
8.3.1 Etapas do Processo de Avaliação 302
8.4 Dimensões da autoavaliação institucional 304
8.5 Missão e plano de desenvolvimento institucional 304

8.6 Processo de avaliação interna – CPA 306
8.7 Comunicação com a sociedade.....307
8.8.1 Ouvidoria Institucional..... 310
8.8 Avaliação dos cursos 3314
8.9 Indicadores de desempenho dos cursos.....314
8.10 Formas de participação da comunidade interna e externa na CPA 315
8.14 Instrumentos 322
8.14.1 Processos de acompanhamento e avaliação interna e externa 322
8.15 Procedimentos e ações previstas.....324
9 ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS DA MANTENEDORA ..... **Erro! Indicador não definido.**
9.1 Demonstração de sustentabilidade financeira..... **Erro! Indicador não definido.**
10 CONCLUSÃO.....324
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....326

1 APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), vigência 2024 – 2028, da Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP), foi elaborado e revisado em conformidade com as orientações legais do Ministério da Educação (MEC), pautado nos princípios institucionais, bem como, no quanto descrito na legislação brasileira do ensino superior.

Trata-se de uma ação vinculada ao plano pedagógico e aos propósitos de uma administração participativa, evidenciando a integração e a conexão entre as diversas instâncias da organização e orientando-se para a excelência e o aperfeiçoamento qualificado das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, sem perder de vista os seus fundamentos confessionais.

Trata-se de um documento elaborado para atender às expectativas tanto da mantenedora, quanto da entidade mantida, um documento que reflete a realidade da instituição com foco em seu avanço de desenvolvimento pleno.

As revisões e atualizações periódicas deste Plano de Desenvolvimento Institucional serão fundamentadas no processo de avaliação institucional realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), órgão vinculado à administração superior, sendo competentes para a sua implementação os dirigentes, coordenadores de curso, docentes, estudantes e equipe técnico-administrativa, considerando os contextos internos e externos, na perspectiva de que as mudanças necessárias aconteçam no momento oportuno e com estrutura adequada, sempre com foco na contínua melhoria da qualidade do ensino oferecido.

Atualmente, é essencial construir uma resposta efetiva às demandas emergentes da sociedade em relação ao Ensino Superior. É fundamental transformar em realidade as metas e ações estabelecidas neste documento, resolvendo contradições e impasses, e estabelecendo uma instituição de ensino superior que fomente a participação sociopolítica da comunidade em que está inserida. Destarte, esta instituição deve estar firmemente comprometida com um ensino de excelência e com o desenvolvimento econômico regional.

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

Em sendo assim, a Faculdade Evangélica de São Paulo busca incentivar uma educação crítica e reflexiva, voltada à ação, e uma abordagem investigativa que estimule a produção de conhecimento por docentes e discentes de forma significativa. Esse conhecimento, por sua vez, contribuirá para o progresso do país, promovendo inclusão, igualdade e justiça social.

Assim, é com esse espírito, que apresentamos o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2024 a 2028, resultado do comprometimento de nossa comunidade com a mudança e com a avaliação contínua de nossas concepções e práticas.

Comissão de Revisão – PDI – 2024

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

2 PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 Denominação e natureza jurídica

Conforme normas estatutárias, a Faculdade Evangélica de São Paulo se constitui pessoa jurídica de direito privado, do tipo associação, nos termos dos artigos 53 ao 61 da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, de caráter educacional, cultural, religioso e profissional, com autonomia administrativa e financeira, sem fins econômicos, com duração por tempo indeterminado, instituída em 01 de agosto de 2000, tendo seus atos constitutivos registrados no 2º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas da Capital, sob nº 63.550, em 05 de setembro de 2000, com sede e foro na Av. Celso Garcia, 2.210, Belenzinho, CEP: 03040 – 000, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ nº 04.046.560/0001 – 38, sendo sua mantenedora a Igreja Evangélica Assembleia de Deus em São Paulo – CNPJ: 62.769.500/0001 – 40.

2.2 Finalidades estatutárias

A FAESP tem em seu Estatuto Social, as seguintes finalidades:

> I - Oferecer Curso Superior de Teologia, Pedagogia, Letras, Psicologia e Administração de Empresas, bem como, Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, além de Cursos nas modalidades presencial ou à distância, cumpre suas finalidades por meio de Cursos de Graduação;
> II – Conduzir estudos e pesquisa de valores humanos, sociais e culturais da realidade brasileira;
> III – Promover conferências, seminários, simpósios e congressos

Neste sentido, em vista dos objetivos específicos estabelecidos pela Entidade Mantenedora, a FAESP tem como característica essencial a adoção de um Código de Ética fundado em princípios da consciência e do bem, de modo que sejam refletidos

os valores morais exarados nas Escrituras Sagradas, com fundamento na confessionalidade voltados ao exercício crítico da cidadania.

A IEADESP, mantenedora da FAESP, tem por finalidades estatutárias: (1) propugnar pela formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro, através da divulgação falada, televisionada e escrita ou por qualquer outro meio, instalando, mantendo e operando emissoras de radiodifusão sonora ou de sons e de imagens, com fins educativos e culturais, sem finalidade comercial, (2) promover atividades socioculturais e educacionais junto à sociedade para a divulgação de seus objetivos e (3) instalar, manter e operacionalizar serviços para a área educacional mantendo serviços sociais de ajuda e amparo à população carente abrangendo aspectos de natureza moral, religiosa e educacional.

Desse modo, a FAESP tem como finalidade prevista em seu regimento e consonantes com o estatuto de sua mantenedora, ser uma Instituição de Ensino Superior de referência nacional, sendo reconhecida pela qualidade ímpar dos serviços educacionais prestados no que diz respeito às necessidades do mercado brasileiro. Tendo compromisso com o desenvolvimento regional, valores éticos e de cidadania, promover a constante inovação e difusão do conhecimento na sociedade em que se insere.

2.3 Caracterização geográfica

A Faculdade Evangélica de São Paulo está localizada na Avenida Celso Garcia, 2.210, bairro do Belenzinho, CEP: 03014 – 000, Estado de São Paulo – SP.

São Paulo é o Estado mais rico do Brasil, com o maior PIB entre os estados brasileiros e o segundo PIB *per capita* da Federação, sendo assim um dos mais importantes polos econômicos do continente americano, movimentando um PIB de cerca de R$ 3.218 bilhões de reais em 2023, o que representa, aproximadamente 30% do PIB nacional (IBGE, 2023).

A Região Metropolitana de São Paulo é constituída por 39 municípios, sendo a terceira maior aglomeração urbana das Américas. A cidade é o maior município em

termos populacionais e econômicos no Estado de São Paulo e do Brasil, conta com aproximadamente, 12.252.023 habitantes (IBGE,2019).

O bairro do Belém, onde se localiza a Faculdade Evangélica de São – FAESP, é um distrito situado na região central do município de São Paulo, a leste do chamado centro histórico da capital. Apesar de sua posição geográfica, pertence à região administrativa do Sudeste do município, visto que o distrito integra a Subprefeitura da Mooca (O IDHL, 2029).

A Região Sudeste de São Paulo é uma região administrativa estabelecida pela Prefeitura de São Paulo, englobando as Subprefeituras da Mooca, Aricanduva, Vila Prudente e Ipiranga, formando as zonas leste 1 e 2, a macrozona conhecida simplesmente como "zona leste", à exceção da subprefeitura do Ipiranga. De acordo com o censo de 2008, esta região tem uma população de 1.522.997 habitantes e uma renda média de R$ 2.441,40 por habitante (IBGE, 2008).

A região faz ligação com a Vila Prudente, a Marginal Tietê no Tatuapé, a Luís Inácio de Anhaia Melo, que liga os distritos da Vila Prudente, São Lucas e Sapopemba; Vereador Abel Ferreira, que liga os distritos da Água Rasa e Vila Formosa, Avenida Sapopemba, a maior avenida do Brasil, que tem início na Água Rasa e término no município de Ribeirão Pires; Avenida Aricanduva, que liga a região sudeste à Zona Leste 1; Radial Leste, que faz a ligação da zona leste com o centro, e a Avenida do Estado, que começa na Marginal Tietê, passando pelo centro, Ipiranga, Vila Prudente, São Caetano do Sul e chega ao município de Santo André.

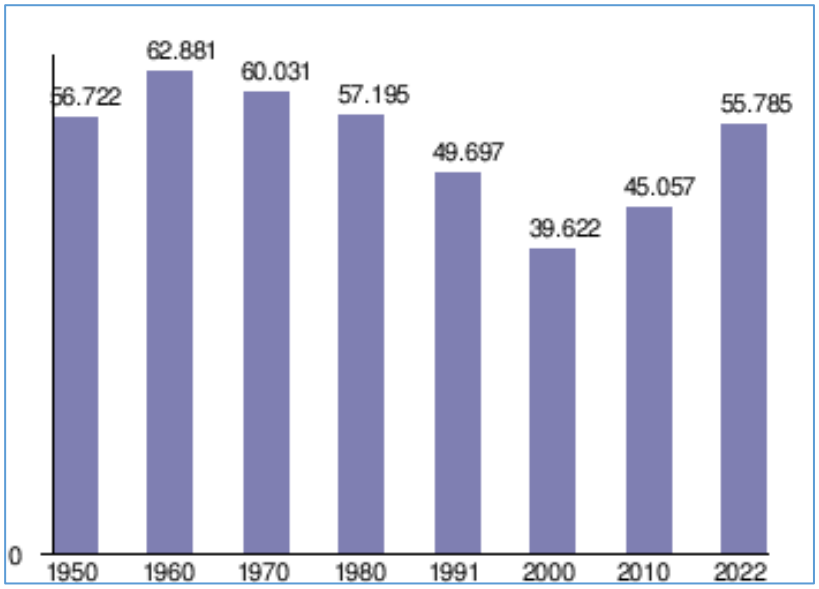
O Bairro do Belém tem uma superfície de 6 km² e parte dele é localizado sobre um morro. A região é banhada pelo rio Tietê, o maior rio de São Paulo, que está sob processo de despoluição. Havia muitas fazendas e chácaras na região antes da urbanização do distrito.

Trata-se de uma localidade marcante para a história de São Paulo, pois no último quarto do século XIX, juntamente com os distritos limítrofes do Brás e da Mooca, experimentou o início da industrialização paulista (fábricas de tecido e vidro foram características do distrito). A população do entorno é de 39.712 para 45.057 habitantes, conforme dados dos respectivos censos de 2000 e 2010 (IBGE, 2010).

O Belenzinho foi oficialmente criado em 26 de junho de 1899. No início do século XX. O bairro é uma verdadeira mescla de imigrantes, incluindo portugueses,

espanhóis, espanhóis, italianos, e mais recentemente, chineses e libaneses, distribuídos ao longo de seus 6 km² de área. Atualmente, de acordo com o CENSO2022/IBGE tem uma população de 55.785 habitantes conforme dados respectivos de 2010 e 2022, e renda média por habitante de R$ 2.107,39.

Figura 1 - Evolução demográfica do distrito do Belém



Fonte: CENSO IBGE, 2022

2.4 Marco histórico

No dia 18 de junho de 1911, surgia o que viria a ser conhecido como as Assembleias de Deus. Naquele momento, o movimento ainda carregava o nome "Missão da Fé Apostólica", como era chamado nos Estados Unidos. Somente em 1918 passou a adotar oficialmente o nome "Assembleia de Deus". A igreja teve início com 18 crentes brasileiros, dois missionários suecos e algumas crianças que ainda não haviam sido batizadas. Sem templo próprio, reuniam-se movidos apenas pela fé e pela intensa presença de Deus, o suficiente para iniciar um grande mover espiritual que alcançaria todo o Brasil.

Atualmente, a Assembleia de Deus é a instituição religiosa com o maior número de templos no país, são quase 44 mil, superando, inclusive, a Igreja Católica nesse aspecto. A denominação, que começou de forma simples, numa sala de casa,

alcançou, em apenas cinco anos, 15 templos e centenas de fiéis. Esse crescimento continuou ao longo das décadas.

Na década de 1990, o projeto “Década da Colheita” impulsionou significativamente a expansão da igreja. O Censo de 1990, do IBGE, indicava pouco mais de dois milhões de assembleianos no Brasil. Já no Censo de 2000, esse número saltou para mais de oito milhões. Esse avanço expressivo se deve, sem dúvida, ao intenso trabalho evangelístico realizado pela igreja nesse período.

Embora os dados religiosos do Censo 2022 ainda não tenham sido divulgados, estimativas indicam que o número de fiéis assembleianos continua crescendo rapidamente, podendo ultrapassar os 30 milhões. Em meio a uma transformação religiosa no Brasil, as Assembleias de Deus têm desempenhado um papel central nesse processo, mantendo sua confessionalidade e declaração de fé.

2.4.1 Da Entidade Mantenedora

Neste contexto histórico das Assembleias de Deus no Brasil, em seu movimento de expansão, chega a São Paulo no final da década de 1920, trazido por migrantes do Norte. Inicialmente, a Assembleia de Deus em São Paulo estava ligada ao movimento pentecostal escandinavo e, posteriormente, recebeu influência dos americanos. A igreja se estabeleceu em bairros como Belenzinho e Ipiranga, com trabalhos iniciados por missionários e pastores locais.

A partir desses pontos iniciais, a Assembleia de Deus se expandiu rapidamente por toda a cidade, com a abertura de diversas congregações e templos.

Por volta de 1931, o missionário Samuel Nyström, que pastoreava a Assembleia de Deus, enviou o irmão Vitaliano Piro para dirigir cultos no Ipiranga, marcando o início da igreja no bairro.

Nos anos seguintes, a igreja continuou a crescer e se consolidar como uma das principais denominações evangélicas em São Paulo, com a criação de diversas convenções e ministérios.

Este movimento pentecostal se caracteriza por sua ênfase no Espírito Santo e nos dons espirituais, como o falar em línguas.

Atualmente, julho de 2024 foi inaugurado o novo templo da Igreja Evangélica Assembleia de Deus – Ministério do Belém em São Paulo – SP, localizado na Rua Dr. Fomm, 140, Mooca.

2.4.2 Da Entidade Mantida

Com mais de 100 anos de história, a Igreja de São Paulo, junto à Convenção Nacional, vem desenvolvendo, ao longo desse tempo, estratégias de crescimento não apenas espiritual, mas profissional e pessoal para os seus membros, criando oportunidades de crescimento em diversas áreas, principalmente nas relacionadas ao ensino.

Dentre as mais diversas ações institucionais mantidas e desenvolvidas pelo ministério, inclusive em âmbito nacional, a Faculdade Evangélica de São Paulo – FAESP assume uma posição de destaque quando se trata de Ensino Superior Teológico e, mais recentemente, ampliando a sua grade para cursos de Pós-Graduação, Licenciatura em Pedagogia, além de capacitações nas áreas administrativas, financeiras e jurídicas, ofertadas como cursos livres.

Nesta perspectiva, a mantenedora, pessoa jurídica de direito privado, sem finalidade lucrativa, com sede e foro na cidade de São Paulo/SP vai cumprindo as suas normas estatutárias e, por meio da FAESP cumprindo seus objetivos e finalidades e trilhando um caminho com foco no desenvolvimento pessoal, profissional e espiritual de sua comunidade.

A criação da mantida ocorreu com o foco estratégico de se posicionar como instituição de Ensino Superior que oferece serviços educacionais de qualidade assegurada, com reconhecimento e inserção nas comunidades onde atua. É nessa perspectiva que a instituição atua, mantendo o compromisso de qualidade educacional, junto a seus alunos, professores e funcionários.

Trata-se de um marco na história da Instituição que se traduz em significativas oportunidades de crescimento em diversas dimensões: no número de alunos

atendidos, professores, na oferta de cursos, no acesso à pesquisa e tecnologia. Além disso, acima de tudo, no compartilhamento de experiências e em novas oportunidades de desenvolvimento profissional e pessoal para o crescimento da região de São Paulo.

A Faculdade Evangélica de São Paulo tem sua sede instalada em uma das regiões mais populosas da cidade, localizada próximo ao centro empresarial e comercial da cidade, onde oferecemos fácil acesso para os nossos alunos tanto pela rede de transporte público, quanto automóvel próprio.

2.4.2.1 Missão

"Moldar vocacionados" é a missão da FAESP, por meio da prática pedagógica vivencial, entendendo que a educação deve transcender a mera transmissão de conhecimento. Isso significa que se trata de uma instituição que busca criar um ambiente educativo dinâmico, onde a ética e a cidadania sejam não apenas ensinadas, mas que funcionem como regras de prática.

A FAESP tem como escopo de sua missão a promoção de inovações diárias nas interações entre alunos, professores e a comunidade, valorizando expressivamente as liberdades e os direitos fundamentais, transformando esses princípios em ações concretas que contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Dessa forma, a instituição incentiva a reflexão crítica sobre temas como paz social, justiça social e desenvolvimento humano, promovendo atividades que engajem os estudantes na aplicação desses valores em seus contextos pessoais e profissionais.

Em sendo assim, vê-se o relevante papel da Faculdade Evangélica de São Paulo, que se compromete a cumprir a sua missão por intermédio dos conteúdos, recursos, tecnologias e metodologias voltadas ao ensino de qualidade fundado em princípios e valores morais e éticos, não prescindindo de sua confessionalidade, enquanto entidade cristã.

2.4.2.2 Visão

A FAESP busca construir uma identidade institucional marcada pelo reconhecimento social como uma entidade confessional assembleiana, que se dedica ao estudo das ciências humanas, sem perder de vista o caráter das ciências divinas.

Engajada com a sustentabilidade social e ambiental, a instituição empenha-se de forma contínua no aperfeiçoamento de seus parâmetros acadêmicos e administrativos, implementando seu currículo, ampliando suas metas e incorporando esses valores em todas as suas dimensões.

Seguindo esse pensamento, o projeto pedagógico, as políticas institucionais e as ações estratégicas visam, de fato, tornar a entidade uma instituição com reconhecimento intra e extra acadêmico, se destacando não só pela sua qualidade, mas por cumprir a sua função social e difundir o ensino com base nos valores cristãos.

Essa visão se concretiza todos os dias, sendo evidenciada nas interações pedagógicas, nas dinâmicas profissionais entre os colaboradores e nas atividades das equipes de apoio, embasando um trabalho que reflete e influencia os discentes que, sem dúvida reproduzirão em suas vidas pessoais e profissionais os valores e visão que permeiam a Faculdade Evangélica de São Paulo – FAESP.

2.4.2.3 Valores

A FAESP tem em seu arcabouço importantes Princípios e Valores Institucionais, sendo estes fundamentais para a consecução de suas finalidades, os quais, são de conhecimento de todos que estão inseridos em seu contexto. Assim, disciplina-se que, nos comportamentos pessoais e nas relações interpessoais, assim como as interinstitucionais, todos devem:

- Guiar-se pela dignidade, ordem, caráter e integridade;
- Agir com postura ética, competência, criatividade, disciplina, dedicação e disposição para o trabalho voluntário;
- Considerar a lealdade, respeito mútuo, compreensão, honestidade e humildade;
- Buscar a harmonia, consenso, justiça, verdade e igualdade de oportunidades para todos;
- Agir pautados na cooperação, no espírito de equipe, no profissionalismo e com comunicação adequada;
- Agir com responsabilidade, independência e transparência;

- Participar das ações comunitárias e desenvolver a prestação de serviços à comunidade;

Por fim, nas mais diversas situações, espera-se um agir com amor, conforme narra as Escrituras Sagradas, pois este é o elo perfeito em Jesus Cristo.

Assim, entende-se que a instituição é um só corpo, que deve prezar pelo Princípio da Unidade, exaltando um só propósito: Cumprir a missão de *"transformar vidas"*, por meio da educação e com base nos valores éticos, morais e cristãos, nos quais a FAESP acredita.

Desse modo, a entidade concretiza esses valores por meio de práticas pedagógicas que refletem os valores morais exarados nas Escrituras Sagradas, atentando-se para um desempenho crítico e eficaz da cidadania, formando cidadãos críticos, capazes, responsáveis, líderes sociais e espirituais, transformados por meio da prática do pensar, reproduzindo boas obras, na perspectiva do desenvolvimento humano.

2.4.2.4 Objetivos institucionais

A FAESP, reconhecida como Instituição de Ensino Superior de relevância regional e nacional, compromete-se a promover objetivos educacionais que abrangem as dimensões formativa, científica, tecnológica, cultural e social. Esses objetivos estão intrinsecamente relacionados à formação integral dos estudantes, à excelência acadêmica, à produção do conhecimento, à inovação, à responsabilidade social e à contribuição para o desenvolvimento sustentável da sociedade, materializando-se nos seguintes compromissos institucionais:

- Formar, em nível de graduação e pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância, profissionais e especialistas comprometidos com os valores éticos, a responsabilidade social, a cidadania e o desenvolvimento regional, nacional e internacional;
- Desenvolver e incentivar a pesquisa científica, a inovação e a produção intelectual, estimulando a criatividade, o pensamento crítico e a geração de conhecimento;
- Articular os diversos setores institucionais e os respectivos cursos, promovendo a integração entre ensino, pesquisa, extensão e gestão,

fortalecendo a comunicação institucional e o relacionamento com a comunidade;

- Promover o intercâmbio e a cooperação com instituições nacionais e internacionais de ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando ao desenvolvimento da educação, da cultura, das artes, das ciências e da tecnologia;
- Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, cultural e científico do país, por meio de atividades de consultoria, assessoramento, prestação de serviços e transferência de conhecimento;
- Desenvolver programas e cursos de graduação, pós-graduação, extensão, formação continuada e atualização profissional, nas modalidades presencial e a distância;
- Promover a formação integral fundamentada nos princípios da liberdade, da fraternidade, da solidariedade, da ética cristã, dos direitos humanos e da cidadania;
- Estimular a criação artística, as manifestações culturais, as práticas esportivas e as atividades de promoção da qualidade de vida;
- Desenvolver estudos e ações voltados à sustentabilidade, à educação ambiental e à preservação do meio ambiente, considerando suas dimensões ética, social, política, jurídica e econômica;
- Expandir a atuação institucional por meio da educação presencial e da educação a distância, promovendo ensino superior de qualidade com acesso democrático e inclusão educacional;
- Fomentar a transformação social por meio das atividades de extensão, fortalecendo a interação dialógica entre a Instituição e a sociedade (MEC, 2018);
- Contribuir para a formação de profissionais críticos, éticos, empreendedores e socialmente responsáveis (MEC, 2018);
- Promover iniciativas que expressem o compromisso institucional com as áreas da comunicação, cultura, direitos humanos, justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, inovação, trabalho e desenvolvimento social, em consonância com as políticas nacionais de educação ambiental, educação das relações étnico-raciais, direitos humanos, educação indígena e demais políticas de inclusão (MEC, 2018);
- Estimular a reflexão ética acerca das dimensões sociais, científicas e humanas do ensino, da pesquisa e da extensão;
- Incentivar a participação da comunidade acadêmica na busca de soluções para os desafios da sociedade brasileira, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social, cultural e sustentável (MEC, 2018);
- Implantar, consolidar e desenvolver programas de pós-graduação stricto sensu, em nível de mestrado profissional e acadêmico, destinados à formação avançada de pesquisadores, docentes, gestores e líderes institucionais;

- Estruturar políticas institucionais permanentes de pesquisa, inovação, internacionalização e produção intelectual, integrando ensino, pesquisa, extensão e inserção social;
- Fortalecer a pesquisa científica por meio da consolidação de grupos de pesquisa, programas de iniciação científica, centros de investigação, políticas editoriais, produção técnica qualificada e redes nacionais e internacionais de cooperação acadêmica;
- Desenvolver pesquisas aplicadas voltadas às demandas da sociedade, das comunidades de fé, das organizações religiosas, da educação, da cultura e das transformações sociais contemporâneas;
- Consolidar a FAESP como centro de referência na produção científica e técnica em Teologia Pentecostal, Teologia Prática, Ciências Humanas e estudos interdisciplinares relacionados ao fenômeno religioso;
- Promover a articulação entre formação acadêmica, responsabilidade social, direitos humanos, desenvolvimento comunitário, inovação e transformação social;
- Estimular a produção científica e tecnológica vinculada às necessidades da sociedade, das organizações religiosas, das instituições educacionais e dos espaços de atuação profissional dos egressos;
- Fomentar ambientes institucionais de investigação científica capazes de integrar tradição acadêmica, inovação, produção do conhecimento e reflexão crítica sobre a realidade contemporânea;
- Promover a redução das desigualdades sociais e regionais por meio da ampliação do acesso, da inclusão social e da democratização da educação superior, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- Fortalecer políticas institucionais de permanência estudantil, contemplando ações de apoio pedagógico, psicopedagógico, financeiro e de assistência estudantil, com vistas à redução da evasão, ao sucesso acadêmico e à conclusão dos cursos;

- Desenvolver políticas institucionais voltadas à empregabilidade, ao empreendedorismo, à inovação e ao acompanhamento de egressos, favorecendo a inserção profissional e a formação ao longo da vida;
- Promover a acessibilidade, a inclusão, o respeito à diversidade e a eliminação de todas as formas de discriminação, assegurando igualdade de oportunidades para toda a comunidade acadêmica;
- Consolidar o compromisso institucional com os direitos humanos, a cidadania, a justiça social, a cultura de paz, a ética, a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental como princípios orientadores da atuação acadêmica e administrativa da FAESP.

Para a consecução desses objetivos, a FAESP organiza-se como uma comunidade acadêmica integrada por dirigentes, docentes, estudantes, técnicos-administrativos e órgãos de apoio, atuando de forma colaborativa e comprometida com sua missão institucional, com a melhoria contínua da qualidade acadêmica e com o desenvolvimento sustentável da educação superior.

2.4.2.5 Metas

São metas para Desenvolvimento Institucional da FAESP:

I. Estruturação Funcional Institucional

Consolidar a estrutura organizacional da FAESP, promovendo melhorias nos processos de gestão e funcionamento institucional.

✓ Meta: 100% de estruturação funcional até 2028, com as seguintes etapas:

30% até o final de 2025
70% até o final de 2026
100% até o final de 2028

II. Ampliação da Infraestrutura Técnica, Administrativa e Pedagógica

Expandir e modernizar os espaços físicos e tecnológicos voltados às atividades acadêmicas e administrativas para oferta de ensino na modalidade presencial e em EaD.

- ✓ Meta: Ampliação em 80% da infraestrutura atual até 2028, conforme:

20% até o final de 2025

50% até 2026

80% até 2028

III. Reforço e Expansão do Corpo Docente e Técnico-Administrativo

Ampliar e qualificar o quadro de professores e profissionais técnicos-administrativos, garantindo a excelência acadêmica e de gestão.

- ✓ Meta: Aumento em 60% do corpo funcional até 2026, dividido em:
  30% até o final de 2025
  60% até o final de 2026

IV. Implantação de Cursos na Modalidade EaD

Implementar cursos de graduação, pós-graduação e de extensão na modalidade à distância - EaD, com base em um modelo pedagógico inovador e alinhado às diretrizes institucionais e a regulamentação prevista para a modalidade de ensino.

- ✓ Meta: Implantar 100% dos cursos planejados até 2028, seguindo:
  30% dos cursos implantados até 2026
  60% dos cursos implantados até 2027
  100% dos cursos implantados até 2028

V. Avaliação externa

- ✓ Meta: Atingir nota 4,0 (quatro) no Índice Geral de Cursos (IGC) até 2028

VI. Aprimorar Programa de Iniciação Científica

- ✓ Meta: Implantar, até 2026 o Núcleo de Apoio à Pesquisa (NAPs) da FAESP
  30% das ações realizadas até 2024: Normatização e criação de Comissão
  80% das ações realizadas até 2026

100% das ações realizadas e publicadas até 2028

VII. Implantação e Consolidação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*

A Faculdade Evangélica de São Paulo – FAESP estabelecerá política institucional de desenvolvimento da pós-graduação stricto sensu, voltada à consolidação da pesquisa científica, da produção técnica qualificada e da inserção acadêmica nacional no campo da Teologia e Ciências da Religião, especialmente na perspectiva da Teologia Pentecostal aplicada às demandas contemporâneas da sociedade e das comunidades de fé.

A política institucional de expansão acadêmica buscará consolidar ambiente permanente de investigação científica, produção intelectual e formação avançada de pesquisadores e profissionais altamente qualificados para atuação em instituições religiosas, educacionais, comunitárias e socioculturais.

Metas Institucionais

A Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) estabelece metas estratégicas destinadas ao fortalecimento da pesquisa, da extensão, da inovação, da internacionalização e das redes de cooperação institucional, visando ampliar sua inserção acadêmica e social, fortalecer a qualidade da formação oferecida e contribuir para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e comunitário, em consonância com sua missão institucional, com o Plano Nacional de Educação (PNE), com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e com os referenciais de qualidade do Ministério da Educação (MEC).

Constituem metas institucionais da FAESP:

I – Fortalecimento das Parcerias e Redes de Cooperação

- ampliar o número de convênios e parcerias institucionais com órgãos públicos, organizações da sociedade civil, empresas, hospitais, escolas, igrejas, instituições de ensino superior, centros de pesquisa, fundações e demais

entidades públicas e privadas, fortalecendo a integração entre a Instituição e a sociedade;

- ampliar a participação da FAESP em redes acadêmicas, científicas, extensionistas e de inovação, nacionais e internacionais, estimulando a cooperação interinstitucional, a produção conjunta de conhecimento, a mobilidade acadêmica, o intercâmbio de experiências e o desenvolvimento de projetos colaborativos;

- consolidar processos de cooperação internacional mediante convênios com instituições estrangeiras, desenvolvimento de projetos acadêmicos e científicos conjuntos, intercâmbio de docentes e estudantes, realização de eventos internacionais e participação em redes globais de pesquisa e extensão.

II – Desenvolvimento da Pesquisa e da Produção Científica

- consolidar e ampliar os grupos institucionais de pesquisa até o ano de 2028;

- estruturar e fortalecer o Centro de Pesquisa Pentecostal da FAESP como núcleo permanente de pesquisa científica, produção técnica, inovação e inserção social;

- implantar política institucional permanente de incentivo à pesquisa e à produção científica, técnica, tecnológica e bibliográfica de docentes e estudantes;

- ampliar progressivamente a produção científica vinculada às linhas institucionais de pesquisa, incentivando publicações em periódicos científicos, livros, capítulos, anais de eventos, e-books, produtos técnicos e materiais didático-pedagógicos;

- implantar política institucional de publicação científica, contemplando periódicos institucionais, coletâneas, dossiês temáticos, produções técnicas e demais meios de divulgação do conhecimento;

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

- promover anualmente congressos, jornadas acadêmicas, seminários científicos, encontros de pesquisa e eventos voltados à divulgação da produção científica institucional;

- fortalecer programas institucionais de iniciação científica, formação investigativa e participação estudantil em projetos de pesquisa, envolvendo graduação, pós-graduação lato sensu e futura pós-graduação stricto sensu;

- desenvolver ações de inserção social decorrentes das pesquisas institucionais, promovendo a aplicação do conhecimento científico em benefício da comunidade.

III – Consolidação da Pós-Graduação Stricto Sensu

- incentivar e estruturar, em conformidade com a regulamentação da CAPES, a proposta de implantação do Mestrado Profissional em Teologia Pentecostal;

- garantir as condições acadêmicas, administrativas, financeiras e de infraestrutura necessárias à implantação, consolidação e sustentabilidade da futura pós-graduação stricto sensu;

- fortalecer o corpo docente pesquisador, ampliando sua produção científica, participação em redes de pesquisa e atuação em projetos financiados por agências de fomento.

IV – Fortalecimento da Extensão Universitária

- ampliar a oferta de programas, projetos e ações de extensão universitária, promovendo maior participação de estudantes, docentes e comunidade externa, em consonância com a curricularização da extensão e com as demandas sociais;

- fortalecer a integração entre ensino, pesquisa, extensão e inovação por meio do desenvolvimento de projetos interdisciplinares e interprofissionais voltados à solução de problemas sociais, educacionais, culturais, ambientais e comunitários;

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

- ampliar a participação estudantil em atividades extensionistas, científicas, culturais e de inovação desenvolvidas em parceria com instituições nacionais e internacionais;

- desenvolver projetos acadêmicos, científicos, culturais e extensionistas alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente nas áreas de educação de qualidade, saúde e bem-estar, redução das desigualdades, igualdade de gênero, sustentabilidade, inovação, cultura de paz, direitos humanos, responsabilidade socioambiental e fortalecimento das instituições.

V – Sustentabilidade e Captação de Recursos

- fortalecer mecanismos institucionais de captação de recursos externos, participação em editais públicos e privados, celebração de termos de cooperação e estabelecimento de parcerias estratégicas que assegurem a sustentabilidade financeira e acadêmica das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação;

- ampliar a participação institucional em programas de fomento científico e tecnológico promovidos por agências nacionais e internacionais.

Monitoramento das Metas

O cumprimento das metas será acompanhado periodicamente pela Direção Geral, pela Coordenadoria de Extensão e Pesquisa, pelas Coordenações de Curso, pelos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), pelos órgãos colegiados e pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), por meio de indicadores institucionais relacionados ao número de convênios ativos, grupos de pesquisa consolidados, projetos de pesquisa e extensão executados, participação discente e docente, produção científica e técnica, publicações, eventos realizados, captação de recursos, projetos alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ações de internacionalização, impacto social das atividades desenvolvidas e grau de satisfação das instituições parceiras. Os resultados serão consolidados em relatórios periódicos e utilizados para subsidiar o planejamento institucional, a avaliação das políticas

acadêmicas e a melhoria contínua das ações previstas neste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Essa versão elimina redundâncias, organiza as metas por eixos temáticos e segue o padrão esperado pelo MEC para um PDI, evidenciando planejamento estratégico, objetivos claros, mecanismos de execução e monitoramento contínuo.

A implementação dessas metas será coordenada pela Coordenadoria de Extensão e Pesquisa, em articulação com a Direção Geral, as Coordenações de Curso, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), os órgãos colegiados e os demais setores institucionais envolvidos, observando os princípios da legalidade, transparência, responsabilidade institucional, relevância acadêmica e responsabilidade social.

O acompanhamento das metas ocorrerá por meio de indicadores institucionais, tais como número de convênios ativos, novas parcerias firmadas, projetos de extensão executados, projetos alinhados aos ODS, participação discente e docente nas ações desenvolvidas, produção científica decorrente das cooperações, captação de recursos, satisfação das instituições parceiras, atividades de internacionalização implementadas e percentual de renovação dos convênios. Os resultados serão analisados periodicamente e utilizados para subsidiar o planejamento institucional, a revisão das políticas de cooperação e a melhoria contínua das ações previstas neste Plano de Desenvolvimento Institucional.

No âmbito das políticas de inclusão, acesso e permanência estudantil, a FAESP estabelece ainda as seguintes metas institucionais:

- **Ampliar o acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica**, promovendo a democratização do ensino superior por meio da expansão das políticas de bolsas, convênios, programas de financiamento estudantil e demais mecanismos de inclusão.
- **Reduzir progressivamente os índices de evasão**, mediante o fortalecimento das políticas de acolhimento, acompanhamento pedagógico, apoio psicopedagógico, assistência estudantil e monitoramento acadêmico.

- **Elevar continuamente a taxa de permanência e de conclusão dos cursos**, especialmente entre estudantes beneficiários de programas institucionais de apoio.
- **Ampliar a oferta de bolsas de estudo, auxílios institucionais e benefícios educacionais**, observada a sustentabilidade financeira da Instituição e as necessidades identificadas nos diagnósticos institucionais.
- **Consolidar mecanismos permanentes de acompanhamento dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica**, avaliando a efetividade das ações de permanência estudantil por meio de indicadores institucionais.
- **Implantar sistema institucional de monitoramento da empregabilidade e da inserção profissional dos egressos**, utilizando seus resultados como subsídio para revisão curricular, planejamento acadêmico e fortalecimento das relações com o setor produtivo e as organizações da sociedade.
- **Fortalecer a cultura institucional de avaliação baseada em evidências**, utilizando indicadores de acesso, permanência, evasão, retenção, conclusão, empregabilidade, satisfação discente e impacto das políticas de assistência estudantil para subsidiar a tomada de decisão e a melhoria contínua.

Para a viabilização das metas supracitadas, deverão ser desenvolvidas as seguintes ações:

a) Estabelecimento de parcerias e Convênios com outras IES nacionais e/ou estrangeiras em nível Técnico e financeiro, pedagógico visando a troca de experiências acadêmicas;
b) Adequação/ampliação permanente da infraestrutura física, tecnológica, corpo docente e técnico-administrativo para as demandas crescentes, atendendo os critérios de qualidade, na proporção do desenvolvimento dos projetos pedagógicos da Faculdade.
c) Implementação das ações do setor de gestão em ensino à distância e da equipe multidisciplinar, criado conforme Portaria Interna de 28 de abril de 2021;

d) Realização de avaliação institucional contínua e permanente, por meio do Núcleo de Avaliação Institucional Interna, independentemente da avaliação Externa do INEP/MEC;

e) Criação de novos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, a partir da implantação da modalidade EaD;

f) Realização de estudo de mercado regional para avaliação da abertura de novos cursos de Graduação;

g) Oferta de Curso de Bacharelado em Teologia na modalidade EaD, quando da sua implantação;

h) Aprimoramento do sistema de acompanhamento de egressos.

i) Ampliar e aperfeiçoar os programas institucionais de bolsas, assistência estudantil, apoio pedagógico e acompanhamento psicopedagógico, priorizando estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

j) Implantar sistema integrado de monitoramento dos indicadores de acesso, permanência, evasão, retenção, conclusão e empregabilidade dos egressos, com acompanhamento anual pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e pelos órgãos colegiados.

k) Desenvolver pesquisas periódicas de acompanhamento de egressos e empregadores para avaliar a inserção profissional, a aderência da formação às demandas do mundo do trabalho e subsidiar a atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

l) Revisar periodicamente as políticas institucionais de permanência estudantil, com base nos indicadores institucionais e nos resultados da autoavaliação institucional.

Metas quantitativas

- Ampliar em **15%** o número de estudantes ingressantes oriundos de programas de inclusão social, bolsas institucionais ou políticas de acesso até **2028**.
- Reduzir em **10%** os índices institucionais de evasão até **2028**, tomando como referência os indicadores apurados pela CPA.

- Elevar em **15%** a taxa institucional de permanência estudantil até **2028**, especialmente entre estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
- Ampliar em **25%** o número de bolsas e auxílios institucionais concedidos até **2028**, observadas a disponibilidade orçamentária e as políticas institucionais.
- Implantar, até **2027**, sistema permanente de acompanhamento da empregabilidade dos egressos, realizando pesquisa anual de inserção profissional e utilizando seus resultados para revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

O processo de oferta de cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão na FAESP passa por um criterioso trabalho de identificação da necessidade, viabilidade e compatibilidade. Quando tratamos da necessidade, verificamos se o curso é necessário e atende às demandas dos outros cursos, completando-os, em diversos aspectos, e diversificando a oferta de cursos da IES. No que concerne ao critério viabilidade, considera-se o curso financeiros, estruturais e pedagógicos.

Por fim, avalia-se se o curso pretendido atende à missão da instituição, tornando-se parte do processo de coerência entre os documentos apresentados ao MEC.

Atualmente, a FAESP oferece cursos nas áreas das Ciências Humanas e Ciências Humanas Sociais Aplicadas de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, além dos Cursos de Capacitação Profissional.

Atualmente o a FAESP possui os seguintes cursos:

a) **GRADUAÇÃO PRESENCIAL** - 02 cursos nas modalidades de bacharelado e Licenciatura: 1 – Bacharelado em Teologia e Licenciatura em Pedagogia.
b) **PÓS-GRADUAÇÃO PRESENCIAL** – 01 curso de Pós-Graduação *lato sensu*: Teologia Bíblica.

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

Além dos cursos presenciais já existentes, continuando com a sua proposta de ampliação e desenvolvimento desenhado neste PDI, a instituição projeta, durante a sua vigência, a criação de novos *Campi* para cursos presenciais e novos Polos para oferta **de cursos na modalidade EAD,** além de outros presenciais.

A Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em seu Título V dispõe sobre os Níveis e as Modalidades de Educação e Ensino que compõem o Sistema Nacional de Educação (SNE), elencando em seu art. 21 que "A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior. "

Ainda nesta perspectiva, o mesmo diploma legal, regimenta em seu art. 80 que:

> O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada"
> § 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

Nesta perspectiva, os Decretos nº 5.622 / 2005 e 12.456/2025 e a Portaria 381 de maio de 2025, se ocuparam de regulamentar toda a organização do ensino superior, disciplinando as suas modalidades e suas formas de funcionamento.

Neste sentido, a Faculdade Evangélica de São – FAESP, atualmente, atende apenas o ensino presencial, todavia, o presente PDI pautado numa visão futurística de avanço, atenta-se para a implementação do Ensino a Distância.

3.1 Visão atual

O desenvolvimento institucional responde ao que foi projetado no PDI, às demandas regionais e o planejamento realizado com base na realidade da instituição e na análise das avaliações internas e externas.

3.1.1 Cursos de Graduação: Presencial a distância

A instituição oferece no seu campus os cursos presenciais de graduação superior no grau de licenciatura, e bacharelado na modalidade presencial, na sede da IES, intencionando, durante a vigência deste PDI, a implantação de outros cursos, inclusive na modalidade EaD, observando-se as distribuições a seguir.

Tabela 1 - Distribuição cursos de graduação (Presencial)

CURSO	CAMPUS	MODALIDADE	SITUAÇÃO	VAGAS / ANO	DATA DE INÍCIO E-MEC
Bacharel em Teologia	FAESP – Sede	Presencial	Implantado	160	2024-2028
Licenciatura em Pedagogia		Presencial e semi- presencial	Implantado	100	2024-2028
Psicologia	FAESP – Sede	Presencial	Previsto	100	2024-2028
Licenciatura em Letras	FAESP – Sede	Presencial e semi- presencia	Previsto	100	2024-2028
Administração de Empresas	FAESP – Sede	Presencial	Previsto	100	2024-2028

Fonte: FAESP, 2025

Tabela 2 - Distribuição de cursos de graduação – EaD

CURSO	CAMPUS	MODALIDADE	SITUAÇÃO	VAGAS / ANO	PREVISÃO
Bacharel em Teologia	Polos: SP / MG / ES / PR / GO / DF	EaD	Previsto	160	2026 - 2028
Licenciatura em Pedagogia	Polos: SP / MG / ES / PR / GO / DF	Presencial e semi-presencia	Previsto	160	2026 – 2028

Fonte: FAESP, 2025

3.1.2. Cursos de Pós-graduação: Presencial e a Distância

Os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu acompanham a evolução dos cursos de graduação e a eles estão vinculados. A realidade dos cursos de Pós-Graduação está nas tabelas a seguir, que apresentam os cursos na modalidade presencial e na modalidade a distância.

A instituição possui Cursos de Pós-Graduação presenciais no ensino Teológico.

Tabela 3 – Distribuição de Cursos de Pós-graduação Presencial (Implantados)

CURSO	CAMPUS	MODALIDADE	SITUAÇÃO	VAGAS	PRAZO

Teologia do Novo Testamento	FAESP – Sede	Presencial	Implantado	50	2024 - 2028
Teologia do Antigo Testamento	FAESP – Sede	Presencial	Implantado	50	2024 - 2028
Teologia Arminiana	FAESP – Sede	Presencial	Implantado	50	2024 - 2028

Fonte: FAESP, 2025

Tabela 4 - Distribuição de Cursos de Pós-graduação: Presencial (Previstos)

CURSO	CAMPUS	MODALIDADE	SITUAÇÃO	VAGA	PRAZO
Administração Eclesiástica	FAESP – Sede	Presencial	Previsto	50	2024 – 2028
História da Igreja	FAESP – Sede	Presencial	Previsto	50	2024 – 2028
História de Israel	FAESP – Sede	Presencial	Previsto	50	2024 – 2028
História do Pensamento Cristão	FAESP – Sede	Presencial	Previsto	50	2024 – 2028
Docência do Ensino Superior	FAESP – Sede	Presencial	Previsto	50	2024 – 2028
Psicopedagogia	FAESP – Sede	Presencial	Previsto	50	2024 – 2028
Educação Especial e Inclusiva	FAESP – Sede	Presencial	Previsto	50	2024 – 2028
Educação de Jovens e Adultos	FAESP – Sede	Presencial	Previsto	50	2024 – 2028

Fonte: FAESP, 2025

Tabela 5 - Distribuição de Cursos de Pós-Graduação a Distância

CURSO	CAMPUS	MODALIDADE	SITUAÇÃO	VAGAS	PREVISÃO
Teologia do Novo Testamento	Polos: SP / MG / ES / PR / GO / DF	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
Teologia do Antigo Testamento	Polos: SP / MG / ES / PR / GO / DF	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
Teologia Arminiana	Polos: SP / MG / ES / PR / GO / DF	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
Administração Eclesiástica	Polos: SP / MG / ES / PR / GO / DF	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
História da Igreja	Polos: SP / MG / ES / PR / GO / DF	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
História de Israel	Polos: SP / MG / ES / PR / GO / DF	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
História do Pensamento Cristão	Polos: SP / MG / ES / PR / GO / DF	EaD	Previsto	50	2026 – 2028

Docência do Ensino Superior	Polos: SP / MG / ES / PR / GO / DF	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
Psicopedagogia	Polos: SP / MG / ES / PR / GO / DF	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
Educação Especial e Inclusiva	Polos: SP / MG / ES / PR / GO / DF	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
Educação de Jovens e Adultos	Polos: SP / MG / ES / PR / GO / DF	EaD	Previsto	50	2026 – 2028

Fonte: FAESP, 2025

Os cursos de pós-graduação previstos são baseados nos cursos de graduação oferecidos pela FAESP, uma vez que os outros cursos de graduação que ensejaram novos cursos de especialização em sua área ainda se encontram previstos somente nos cronogramas da IES com implantação prevista até 2028 (conforme período vigência do presente Plano de Desenvolvimento Institucional.

3.1.2 Pós-graduação

CURSO	CAMPUS	MODALIDADE	SITUAÇÃO	VAGAS	PREVISÃO
Mestrado Profissional em Teologia Pentecostal	FAESP – Sede	Presencial	Previsto	25	2027

Fonte: FAESP, 2025

A implantação do Mestrado Profissional em Teologia Pentecostal integra o planejamento estratégico institucional da FAESP voltado à consolidação da pesquisa científica, da formação avançada de pesquisadores e da produção de conhecimento aplicado às demandas contemporâneas das comunidades religiosas, das instituições confessionais e da sociedade brasileira.

A proposta acadêmica do programa articula-se organicamente às atividades já desenvolvidas pela instituição na graduação, pós-graduação lato sensu, extensão universitária e práticas investigativas, constituindo processo de verticalização

acadêmica coerente com a missão institucional e com a crescente demanda por formação qualificada no campo da Teologia Pentecostal.

O programa buscará consolidar espaço acadêmico especializado na investigação das práticas ministeriais, da intervenção sociocomunitária, das dinâmicas sociopolíticas do pentecostalismo e das transformações culturais do fenômeno religioso contemporâneo.

3.1.3 Cursos de extensão

Os cursos de extensão da FAESP são concebidos como instrumentos de formação complementar, atualização profissional e aproximação entre a Instituição e a comunidade acadêmica e externa. Considerando o perfil predominante de seus estudantes, composto majoritariamente por trabalhadores que conciliam atividades profissionais e acadêmicas, a Instituição reconhece a necessidade de ofertar ações extensionistas em formatos flexíveis, acessíveis e compatíveis com a realidade de seu público discente.

Nesse contexto, aspectos como disponibilidade de tempo, deslocamento urbano e custo financeiro são considerados no planejamento das atividades, especialmente em razão das características da cidade de São Paulo e das condições socioeconômicas do público atendido. Tais fatores orientam a adoção de estratégias que favoreçam a participação dos estudantes, evitando a sobrecarga de horários e a ampliação de despesas educacionais.

Para atender a essas demandas, a FAESP estruturou, no âmbito da Coordenação de Extensão, o Setor de Ensino a Distância, com o objetivo de ampliar as possibilidades de oferta de cursos, programas e ações extensionistas por meio de recursos tecnológicos, ambientes virtuais de aprendizagem e metodologias compatíveis com a formação continuada.

Os cursos previstos para oferta durante a vigência deste PDI encontram-se sistematizados na tabela a seguir, contemplando ações formativas alinhadas às demandas institucionais, acadêmicas e comunitárias.

Tabela 6 - Previsão de Cursos EaD 2025

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

CURSO	MODALIDADE	SITUAÇÃO	VAGAS	PREVISÃO
Exegese Bíblica	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
Teologia da Pregação	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
Geografia Bíblica	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
Língua Portuguesa – Básico	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
Introdução ao Protestantismo no Brasil	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
Movimento Pentecostal no Brasil	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
Introdução à Missiologia	EaD	Previsto	50	2026 – 2028
Fundamentos da Diaconia - Básico	EaD	Previsto	50	2026 – 2028

Fonte: FAESP, 2025

Todos os cursos serão oferecidos pela Coordenação em Extensão da FAESP para alunos e comunidade, podendo ser usados pelos primeiros como atividade complementar na integralização de suas matrizes de graduação. Os cursos de extensão presenciais continuam sendo oferecidos, mas somente no modelo *on demand* – sob encomenda. Os alunos identificam a necessidade, alocam os grupos e horários disponíveis, comunicam a faculdade que disponibiliza professores e logística de implantação sempre atendendo aos critérios de necessidade, viabilidade e compatibilidade.

3.1.4 Sequenciais

Como curso sequencial de complementação pedagógica a FAESP oferecerá a partir de 2026, o programa de complementação pedagógica na modalidade semipresencial para profissionais que possuam bacharelado, todavia, no ato de lecionar, necessitem de complementação pedagógica. Com base no curso de Pedagogia, esse curso de disciplinas básicas capacita o professor para atuar em sala de aula. Também será oferecido a partir de 2016, o curso de formação pedagógica conforme resolução nº 2, de 1 de julho de 2015 do Conselho Nacional de Educação.

Ainda dentro da coordenadoria de extensão a FAESP oferece cursos de formação continuada nas áreas de inclusão habilitando funcionários, professores e alunos em noções básicas de LIBRAS e atendimento a portadores de necessidades especiais e demais demandas dentro de um programa denominado PIC – Programa

Interno de Capacitação. Esse programa é voltado para colaboradores, mas aberto para alunos também.

3.1.5 Programas especiais de formação pedagógica

A FAESP mantém regularmente em seu cronograma um programa de formação continuada pedagógica para seus professores e alunos que queiram participar. São realizados encontros os quais permitem ao professor aprimorar suas metodologias e discutir problemas frequentes em sala de aula. Questões de abordagem temáticas, montagens de provas, análise de resultados, domínio de classe, construção colaborativa do conhecimento e outros temas similares são trazidos em fóruns temáticos e, a partir de 2023, passaram a integrar um sistema de oferta regular no calendário anual, conforme planilha abaixo:

Tabela 7 - Calendário anual de oferta regular de cursos

PROGRAMA/FÓRUM	PREVISÃO	PERIODICIDADE	MODALIDADE
Elaboração de avaliações	2026 – 2028	Regular	EaD/Pres.
Análise de dados avaliativos	2026 – 2028	Regular	EaD/Pres.
Manejo de classe e disciplina	2026 – 2028	Demanda	EaD/Pres.
Construção coletiva do conhecimento	2026 – 2028	Regular	EaD/Pres.
Tutoria à distância	2026 – 2028	Demanda	EaD/Pres.
Atendimento inclusivo	2026 – 2028	Demanda	EaD/Pres.
LIBRAS	2026 – 2028	Demanda	EaD/Pres.
Distúrbios de aprendizagem	2026 – 2028	Demanda	EaD/Pres.
Encaminhamento psicopedagógico	2026 – 2028	Regular	EaD/Pres.
Inteligência emocional	2026 – 2028	Regular	EaD/Pres.

Fonte: FAESP, 2025

Todas as atividades são desenvolvidas presencialmente e em ambientes virtuais em consonância com a política da IES de fazer usos de novas tecnologias tanto no ensino de graduação como nos programas de formação continuada. Ao final, os participantes elaboram relatórios para arquivamento e norteamento das ações e temáticas das próximas atividades.

3.1.6 Polos de EaD

A FAESP, uma vez apresentado e aprovado seu projeto de EAD do curso de Bacharel em Teologia ao MEC em 2025-26 e, sendo autorizada para Educação a Distância em nível nacional, atendendo às devidas exigências legais, trabalhará na consolidação de uma rede de atendimento pautada na excelência, e manterá planos de expansão previstos em possíveis atualizações deste PDI. Atendendo às normativas legais e calendário anual de entrada de processos no e-MEC, divulgado a cada início de ano. Neste sentido, a instituição pretende ampliar a oferta dos cursos, levando-se em conta o número de mil vagas pleiteadas para o Curso Bacharelado em Teologia distribuídas de acordo com os critérios populacionais, geográficos e estratégicos. A saber:

I. O primeiro polo será a SEDE na unidade central da FAESP.
II. Os polos serão autorizados pela FAESP em cidades a partir de 50 mil habitantes ou entorno populacional de cidades que totalizam 100 mil habitantes segundo dados do IBGE. Entende-se em torno populacional como a população de cidades ligadas por estradas com menos de 100 Km de distância.
III. Os polos receberão 160 vagas anuais de entrada a serem distribuídas em módulos semestrais.
IV. A FAESP inicialmente contará com 25 polos (a contar com a sede) distribuídos de forma a contemplar todas as regiões do Brasil com possibilidade de expansão na distribuição das vagas ou na otimização de vagas ociosas.

Tabela 8 - Distribuição de polos

Nº	UF	CIDADE	PREVISÃO
01	SP	SEDE (São Paulo)	2026 – 2028
02	SP	Polo 1 (a definir cf. critérios supracitados)	2026 – 2028
03	MG	Polo 2 (a definir cf. critérios supracitados)	2026 – 2028
04	ES	Polo 3 (a definir cf. critérios supracitados)	2026 – 2028
05	PR	Polo 4 (a definir cf. critérios supracitados)	2026 – 2028

Fonte: FAESP, 2025.

06	GO	Polo 5 (a definir cf. critérios supracitados)	2026 – 2028
07	DF	Polo 6 (a definir cf. critérios supracitados)	2026 – 2028

3.1.7 Campi e cursos fora da sede

Todo o processo de expansão concentra suas ações no sentido de abrir polos de EAD na medida em que haja demanda e atendimento aos parâmetros estabelecidos pela IES. A princípio, prioriza-se o Estado do São Paulo e, posteriormente, o projeto se expande para outras regiões do Brasil.

No planejamento curricular constante de cada um dos projetos pedagógicos dos Cursos baseados nesse PDI, seguimos com estrito respeito o critério de consenso acadêmico da interdisciplinaridade e das programações com vista a traduzir o rigor metodológico e pedagógico que deve balizar o desenvolvimento desses cursos, em observância às normas que orientam o ensino, pesquisa e a extensão.

De acordo com o novo PDI, estão previstos estudos para implantação de outros cursos de graduação presencial e a distância para o próximo período quinquenal que atendas as demandas regionais e sociais da comunidade em que a IES se insere. Todos os PPCs dos cursos oferecidos foram elaborados em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC e o novo Marco regulatório, Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, em que alterou as regras para a oferta de Ensino a Distância (EaD) no Brasil, que se encontram legalizados junto ao ministério com a qualidade esperada pela IES e pelo MEC.

A pós-graduação compreende os cursos regulares relacionados aos cursos de graduação oferecidos, que visem desenvolver e aprofundar a formação adquirida no bacharelado ou licenciatura, aproveitando as experiências colhidas no ensino e na pesquisa desenvolvidos.

O Aperfeiçoamento se destinará a promover a reciclagem em áreas específicas de atuação dos corpos docente e técnico - administrativo, para atender a carências setoriais para as quais não se torna essencial de imediato maior titulação ou

capacitação a nível mais elevada, podendo os programas respectivos serem oferecidos, também, à comunidade em geral.

Os Cursos de Especialização - pós-graduação lato sensu - com duração mínima de 360 horas e prazo mínimo de seis meses (excetuando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente e nem o destinado à elaboração de trabalho de conclusão de curso) terão por objetivo aprofundar estudos em determinadas áreas do saber, podendo ou não incluir o enfoque pedagógico, voltadas para o exercício profissional, oferecendo aos alunos, inclusive, a possibilidade de atuação no magistério superior, mediante a oferta de disciplinas de formação pedagógica.

Na instituição de cursos de pós-graduação da FAESP serão observadas as diretrizes da política nacional de formação de pessoal de ensino e pesquisa, estabelecidas pelo MEC, atendidos, ainda, os seguintes requisitos fundamentais:

- ✓ A efetiva disponibilidade de recursos materiais e humanos para a sua realização;
- ✓ Comprovação de ter o ensino, atingido, na área para a qual se projeta o curso, nível de desenvolvimento compatível com a natureza e as exigências da pós-graduação.

Os cursos de pós-graduação serão disciplinados em regulamento próprio, que conterá, além das normas de organização e coordenação didática, as exigências de ingresso, regime acadêmico e as áreas de habilitação sendo implementados a curto prazo e oferecendo cursos em nível de especialização, inicialmente. Os cursos de pós-graduação serão oferecidos pela Faculdade, com a utilização de seu corpo docente e em convênio com outras instituições universitárias, no Brasil ou no exterior.

Os programas darão prioridade à matrícula de professores da Faculdade para cumprir as metas do plano de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos, além de propiciar a outros profissionais das instituições conveniadas idêntica oportunidade.

O programa de pós-graduação terá, assim, os seguintes objetivos gerais:

a) pesquisa, voltada à formação de profissionais qualificados para criar uma infraestrutura que garanta o alto nível do ensino de graduação e dar uma efetiva contribuição no processo de desenvolvimento regional e de construção da cidadania;

b) transformar o ensino de graduação num espaço de pesquisa pertinente e necessária, de modo a que o mesmo possa contribuir, efetivamente, para o desenvolvimento científico, através de recursos humanos capazes de responder às carências em áreas específicas de atuação;

c) criar uma massa crítica própria, capaz de atender às necessidades internas e externas, visando à formação de recursos humanos de alta qualificação na área das ciências sociais aplicadas.

Os quadros acima refletem a atual conjuntura dos cursos disponibilizados pela FAESP. Todavia, vê-se que, o próprio PDI objetiva a implantação da modalidade EaD, uma estrutura atual que denota o avanço tecnológico e, consequentemente, a ampliação da oferta e do acesso à educação superior, uma vez que, as modalidades a distância rompem a barreira da acessibilidade ao ensino, fazendo com que, cada vez mais, pessoas com recursos escassos e que vivem distantes dos grandes centros urbanos consigam mudar suas vidas ao ingressarem em um curso de graduação.

Dessa forma, o estudo sobre as possibilidades de criação de novos cursos de graduação, bem como da expansão dos cursos já existentes para a modalidade EaD é uma realidade que visa a ampliação do campo de atuação da IES, e a sua capacidade de formar cada vez um percentual maior de profissionais e devolvê-los ao mercado de trabalho, cooperando, dessa forma, para uma sociedade melhor e um país mais desenvolvido.

Desse modo, considera-se que, as principais áreas de atuação, atualmente, estão fundadas nas áreas educacionais, com a oferta do curso de Pedagogia e Teológicas, com a oferta dos cursos de Teologia em todos os graus, médio, básico, complementares, graduações e pós-graduações.

3.2 Plano de Expansão e Consolidação da Graduação

A FAESP institui o presente Plano de Expansão e Consolidação da Graduação como instrumento orientador do crescimento qualificado da oferta de cursos superiores, presenciais e a distância, em consonância com a missão, a visão e os

valores institucionais expressos neste PDI. O Plano articula a abertura de novos cursos, a consolidação dos cursos já ofertados e a expansão da modalidade EaD, incluindo a implantação, a manutenção e, quando necessário, o encerramento de polos de apoio presencial.

3.2.1 Objetivos do Plano

- orientar de forma planejada e sustentável a abertura de novos cursos de graduação;
- assegurar a consolidação acadêmica, pedagógica e financeira dos cursos existentes;
- ampliar o acesso à educação superior por meio da expansão qualificada da modalidade EaD;
- alinhar a expansão institucional às demandas sociais, regionais e de mercado de trabalho.

3.2.2 Critérios para Abertura de Novos Cursos

A abertura de novos cursos considera estudos de viabilidade socioeconômica e de demanda regional, a aderência à missão e à vocação institucional, a disponibilidade de infraestrutura física e tecnológica, a capacidade de corpo docente qualificado e a sustentabilidade financeira do investimento.

3.2.3 Estudos de Demanda

Os estudos que subsidiam o Plano de Expansão consideram aspectos:

- socioeconômicos;
- educacionais;
- de mercado de trabalho;
- de desenvolvimento regional;
- de alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- de vocações regionais.

3.2.4 Participação da Comunidade Acadêmica e Externa

A elaboração e a revisão do Plano de Expansão contam com a participação da CPA, do NDE, dos Colegiados de Curso, de docentes, estudantes, egressos,

empregadores e da comunidade externa, que contribuem com subsídios técnicos e sociais para a tomada de decisão.

3.2.5 Consolidação dos Cursos Existentes

A consolidação dos cursos já ofertados é acompanhada por meio de resultados de avaliação institucional e externa (ENADE e CPC), indicadores de permanência, evasão e empregabilidade, e processos periódicos de atualização curricular.

3.2.6 Expansão da Modalidade EaD

A expansão da modalidade EaD compreende a implantação de novos polos de apoio presencial, sua manutenção, avaliação e, quando necessário, encerramento, observados critérios de sustentabilidade financeira e pedagógica, em articulação com as políticas de EaD descritas no item 5.8.

3.2.7 Estudos para Implantação de Novos Polos de Apoio Presencial

A implantação de novos polos considera estudos de demanda regional, viabilidade econômica, infraestrutura, logística, tecnologia, corpo docente disponível e sustentabilidade financeira.

3.2.8 Indicadores de Acompanhamento

- ocupação das vagas;
- evasão e retenção;
- empregabilidade dos egressos;
- resultados do ENADE e do CPC;
- Índice Geral de Cursos (IGC);
- satisfação discente;
- expansão anual de matrículas e cursos.

3.2.9 Metas Institucionais (vigência do PDI)

De forma exemplificativa, a serem detalhadas e quantificadas pela gestão institucional a cada ciclo de planejamento, o Plano de Expansão contempla metas como:

- implantar novos cursos conforme estudos de viabilidade;

- consolidar os cursos já ofertados;
- ampliar ou abrir novos polos de apoio presencial, conforme demanda;
- reduzir os índices de evasão;
- ampliar o número de matrículas;
- ampliar as ações de extensão vinculadas aos cursos de graduação;
- fortalecer a modalidade EaD.

4 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da FAESP, construído a partir e durante o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), objetiva investigar as demandas socio educacionais, econômico e social da comunidade na qual a FAESP se insere, estabelecendo a forma como a FAESP irá atingir suas metas educacionais, já que o mesmo se constitui em um instrumento necessário para o direcionamento das ações a serem praticadas no âmbito da instituição, orientando suas práticas pedagógicas, em especial, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), tanto na modalidade presencial quanto na modalidade à distância (EAD).

> Uma instituição se transforma em uma organização na medida em que é capaz de perceber e organizar a experiência e as expectativas sobre o futuro, integrando cotidianamente o conhecimento, o conteúdo da comunicação, selecionando questões e inserindo ações em torno de objetivos precisos que orientem as competências, os processos de produção, as relações e as parcerias. (SOTO, 2003)

O referido documento apresenta sua contribuição para o processo de ensino aprendizagem e o compromisso social com a comunidade educacional, a partir de suas experiências e expectativas sobre o que pretende alcançar, seu futuro, dando continuidade à excelência que vem apresentando e, no sentido de apresentar a proposta de avanço, aperfeiçoamento, inovação e qualidade dos processos socioeducativos dos cursos ofertados pela FAESP, sejam elas presenciais ou à distância (EaD), aos quais se propõem metodologias adequadas e, verdadeiramente

efetivas à concretização de um processo de ensino-aprendizagem significativo aos discentes.

4.1 Inserção regional e relevância social

A Faculdade Evangélica de São Paulo - FAESP é uma instituição de pequeno porte, localizada na cidade de São Paulo, o principal centro econômico, culturais e financeiros do País. O município de São Paulo cuja região metropolitana é constituída por 39 municípios, sendo a terceira maior aglomeração urbana das Américas. A cidade é o maior município em termos populacionais e econômicos no estado de São Paulo e do Brasil. Conta com aproximadamente 12.252.023 habitantes (IBGE,2019).

O IDHL – Instituto de Desenvolvimento Humano Lippi, que é uma ONG, fundada há 25 anos, com parceiros mundiais, especializada no desenvolvimento, na transformação e na formação de pessoas, e ela apresenta a cidade como 28º no ranking mundial. O bairro do Belém, onde se encontra a IES, é um distrito situado na região central do município de São Paulo, a leste do chamado centro histórico da capital. Apesar de sua posição geográfica, pertence à região administrativa do Sudeste do município, visto que o distrito integra a Subprefeitura da Mooca.

Nesse contexto, os cursos da FAESP oferecem excelência e possibilidades para preparar o aluno para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e especializado. As aulas teóricas são seguidas de práticas. Quanto à prática da Cidadania e auxílio à Comunidade, na FAESP, a comunidade discente tem a oportunidade de trabalhar na Extensão, mantida pela instituição em convênio instituições externas.

Além disso, é importante ressaltar a demanda reprimida existente nos cursos oferecidos pela FAESP, ministrados no município de São Paulo, quando se toma como parâmetro de comparação instituições no Estado de São Paulo ou no Brasil.

Dessa forma, a FAESP cumpre sua função oferecendo ensino superior de qualidade e eventos de formação pontuais com cursos de extensão e pós-graduação. Além disso, apresenta um calendário de eventos culturais e acadêmicos abertos à comunidade. Nos seus mais de 12 anos de existência o grande desafio da FAESP é

adquirir uma penetração mais efetiva nas comunidades de seu entorno com ações sociais e de inclusão, um dos grandes desafios a qualquer instituição em uma região marcada pela desigualdade social.

Desta forma, a inserção regional, vem de encontro com o que a FAESP entende sobre o que regulariza a extensão acadêmica, especialmente no campo da Teologia. A extensão acadêmica deve ser uma via de mão dupla: de um lado, levando conhecimento e formação para a comunidade; de outro, aprendendo com a realidade, as demandas e as experiências daqueles a quem servimos. Assim, cada ação extensionista não é apenas uma atividade acadêmica obrigatória, mas uma expressão concreta da missão que fundamenta a existência da instituição e a vocação dos seus alunos e professores. Reafirma que a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, portanto permite que a instituição se apresenta na comunidade local a qual pertence desenvolvendo uma relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade e está voltada para o atendimento de necessidades sociais emergentes.

A proposta de implantação do Mestrado Profissional em Teologia Pentecostal da FAESP fundamenta-se na crescente relevância acadêmica, social, cultural e institucional do fenômeno pentecostal no cenário brasileiro contemporâneo, especialmente no Estado de São Paulo, reconhecido como um dos principais polos de expansão, organização e influência do pentecostalismo nacional.

A criação do programa responde à demanda regional e nacional por formação avançada de lideranças religiosas, educadores, pesquisadores, gestores institucionais e agentes de intervenção sociocomunitária vinculados às igrejas, organizações confessionais, instituições educacionais e projetos sociais desenvolvidos no âmbito das comunidades de fé.

A proposta acadêmica busca consolidar ambiente institucional de investigação científica aplicada às práticas ministeriais, aos processos educativos confessionais, às dinâmicas sociopolíticas do campo religioso, às relações entre religião e espaço público e às ações de transformação social promovidas pelas organizações religiosas.

Nesse contexto, o futuro programa apresenta singularidade acadêmica ao propor abordagem integrada entre Teologia Pentecostal, pesquisa aplicada, produção técnica e inserção sociocomunitária, articulando tradição teológica, reflexão crítica e demandas contemporâneas da sociedade brasileira.

A implantação do programa contribuirá para:

- fortalecimento da pesquisa em Teologia Pentecostal;
- qualificação acadêmica de lideranças religiosas;
- desenvolvimento de soluções institucionais aplicadas;
- ampliação da inserção social da pesquisa;
- fortalecimento da produção científica regional;
- consolidação da FAESP como referência acadêmica no campo das pesquisas pentecostais.

4.1.1 Brasil

O Brasil é a maior economia da América Latina, a segunda da América (atrás apenas dos Estados Unidos) e a sétima maior do mundo, tanto nominalmente quanto em paridade do poder de compra, de acordo com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. O país tem uma economia mista com vastos recursos naturais. Estima-se que a economia brasileira irá se tornar uma das cinco maiores do mundo nas próximas décadas. O PIB (PPC) per capita atual é de $15.153,00 dólares (2014). Ativo em setores como mineração, manufatura, agricultura e serviços, o Brasil tem uma força de trabalho de mais de 107 milhões de pessoas (6ª maior do mundo) e desemprego de 6,2% (64º no mundo).

O país vem ampliando sua presença nos mercados financeiros e de commodities internacionais sendo o maior produtor mundial de café dos últimos 150 anos e tornou-se o quarto maior mercado de automóveis do mundo. Entre os principais produtos de exportação estão aeronaves, equipamentos elétricos, automóveis, etanol, têxteis, calçados, minério de ferro, aço, café, suco de laranja, soja e carne enlatada.

De acordo com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) o setor do agronegócio responde por 23% do PIB brasileiro (2013). O Brasil está entre

os países com maior produtividade no campo, apesar das barreiras comerciais e das políticas de subsídios adotadas pelos países desenvolvidos. [260] Em relatório divulgado em 2010 pela OMS, o país é o terceiro maior exportador de produtos agrícolas do mundo, atrás apenas de Estados Unidos e União Europeia.

A indústria de automóveis, aço, petroquímica, computadores, aeronaves e bens de consumo duradouros contabilizam 30,8% do produto interno bruto brasileiro. A atividade industrial está concentrada geograficamente nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Manaus, Salvador, Recife e Fortaleza.

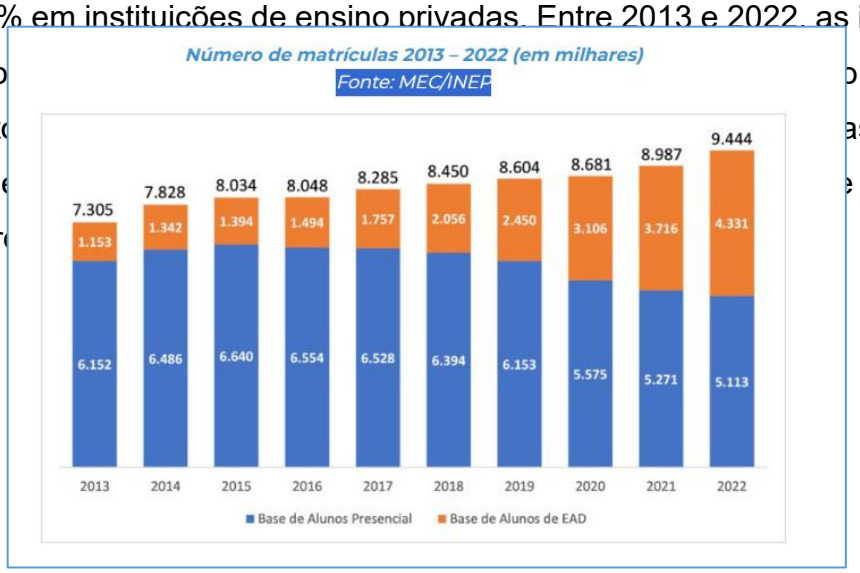
No Índice de Liberdade Econômica de 2015, por exemplo, o país foi classificado no 118º lugar entre 178 nações avaliadas. Apesar de também ser um problema crônico, desde 2001 os níveis de desigualdade social e econômica vêm caindo, chegando em 2011 aos níveis de 1960, embora o país ainda esteja entre os 12 mais desiguais do planeta.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo IBGE com dados de 2013, o analfabetismo ainda afetava 8,3% da população (ou 13 milhões de pessoas). Além disso, 17,8% dos brasileiros ainda eram classificados como analfabetos funcionais. No entanto, o Instituto Paulo Montenegro, organização vinculada ao IBOPE, estimou que cerca de 27% dos brasileiros eram analfabetos funcionais em 2012. Estes índices, no entanto, variam muito entre os estados do país. Segundo dados do IBGE, em 2011 o tempo médio total de estudo entre os que têm mais de 25 anos foi, em média, de 7,4 anos. A qualidade geral do sistema educacional brasileiro ainda apresenta resultados fracos. No Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) de 2012, elaborado pela OCDE, o país foi classificado nas posições 55ª em leitura, 58ª em matemática e 59ª em ciências, entre os 65 países avaliados pela pesquisa.

O ensino superior começa com a graduação ou cursos sequenciais, que podem oferecer opções de especialização em diferentes carreiras acadêmicas ou profissionais. Dependendo da escolha, os estudantes podem melhorar seus antecedentes educativos com cursos de pós-graduação Stricto Sensu ou Lato Sensu.

A partir de uma visão geral do Setor de Ensino Superior, em 2022, existiam 2.595 estabelecimentos de ensino superior no Brasil, de acordo com a Sinopse da

Educação Superior 2022 publicada pelo Ministério da Educação. Do total de alunos matriculados em 2022, aproximadamente 22% estavam em instituições de ensino públicas e 78% em instituições de ensino privadas. Entre 2013 e 2022, as instituições de ensino sup o de alunos, nos segmento assando de aproximadame e alunos em 2022, de acor



Fonte: INEP, 2022

Figura 2 - Número de matrículas no Ensino Superior

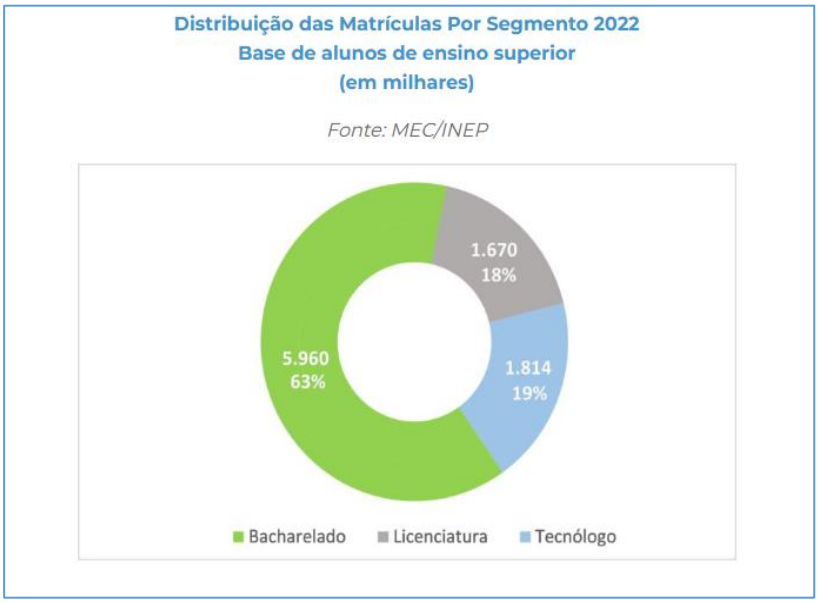
Nos últimos 10 anos, a educação superior vem se consolidando como mercado atraente para investimentos. Dados oficiais do Censo da Educação Superior, divulgados pelo INEP em 2022, mostram que o Brasil vem registrando sucessivos

aumentos no número de alunos, com uma média de 2,9% de aumento ao ano entre 2013 e 2022.

O EAD representa um mercado de elevado potencial de crescimento porque possibilita a inclusão de pessoas com dificuldades em frequentar cursos presenciais por falta de tempo, por morar em regiões isoladas ou por não poderem se deslocar. A disponibilização de cursos na modalidade a distância tende a facilitar o acesso e a permanência de alunos tanto do Ensino Superior, quanto de cursos técnicos, de preparatórios para concursos e de idiomas, entre outros. (MEC/INEP, 2022)

Conforme o gráfico abaixo, os cursos de licenciatura representam 18% das matrículas feitas em 2022 no segmento de graduação.

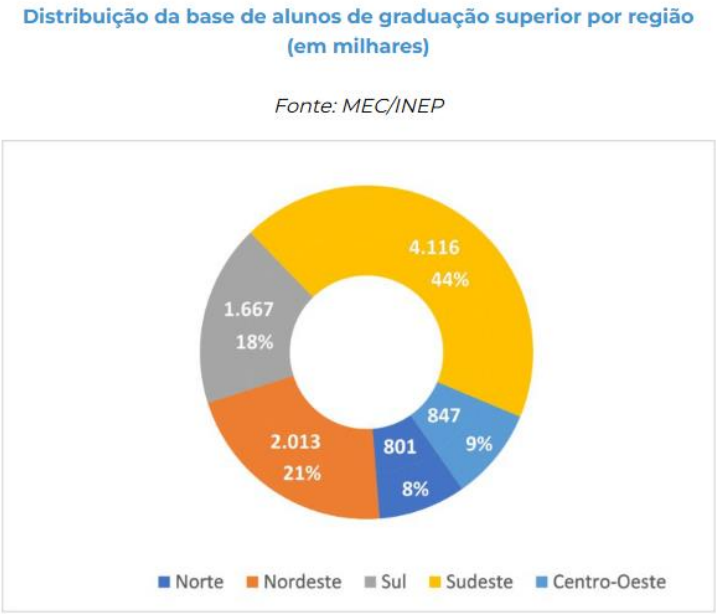
Figura 3 - Distribuição das matrículas por segmento 2022



Fonte: INEP / MEC, 2022

No que se refere as regiões brasileira, identifica-se uma quantidade expressiva para a região Sudeste e também traz à FAESP, uma leitura sobre uma maior necessidade de formação no Ensino Superior em outros estados brasileiros.

Figura 4 - Distribuição da base de alunos de graduação superior por região



Fonte: INEP / MEC, 2022

4.1.2. Estado de São Paulo

São Paulo é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está situado na Região Sudeste e tem por limites os estados de Minas Gerais a norte e nordeste, Paraná a sul, Rio de Janeiro a leste e Mato Grosso do Sul a oeste, além do Oceano Atlântico a sudeste. É dividido em 645 municípios e sua área total é de 248 222,362 km², o que equivale a 2,9% da superfície do Brasil, sendo pouco maior que o Reino Unido. Sua capital é o município de São Paulo

Segundo o IBGE, em pesquisa realizada em setembro de 2015, São Paulo tinha a maior produção industrial do país, com o maior PIB entre todos os estados brasileiros. Em 2016, a economia paulista respondia por cerca de 32,5% do total de riquezas produzidas no país, o que tornou o estado conhecido como a "locomotiva do Brasil". O PIB paulista equivale à soma das economias de Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Se fosse um país independente, seu PIB nominal poderia ser classificado entre os 20 maiores do mundo (estimativa de 2010). Além da grande economia, São Paulo possui bons índices sociais em comparação ao registrados no

restante do país, como o segundo maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o segundo maior PIB per capita, a segunda menor taxa de mortalidade infantil, a menor taxa de homicídios e a terceira menor taxa de analfabetismo entre as unidades federativas brasileiras.

A Região Metropolitana de São Paulo, também conhecida como Grande São Paulo, foi instituída pela lei complementar federal nº 14 de 1973 e é formada por 39 municípios paulistas, alguns deles em conturbados com a cidade-núcleo, São Paulo, formando uma grande mancha urbana contínua. É a região metropolitana mais populosa do Brasil e uma das maiores do mundo, com uma população estimada em aproximadamente 22 milhões de habitantes em 2016, quase metade da população estadual.

Posteriormente, através da lei complementar, foram criadas as regiões metropolitanas da Baixada Santista (1996), Campinas (2000), Vale do Paraíba e Litoral Norte (2012) e Sorocaba (2014). Tais regiões metropolitanas, junto com a Grande São Paulo, formam uma espécie de macrometrópole, o Complexo Metropolitano Expandido, cuja população ultrapassa trinta milhões de habitantes (3/4 da população paulista).

A Região Metropolitana de Ribeirão Preto, formada por 34 municípios, é a mais recente, instituída pela lei complementar estadual 1.290, de 6 de julho de 2016, e é a primeira do estado de São Paulo fora da macrometrópole. Existem também outras duas aglomerações urbanas, sem o status de região metropolitana: Jundiaí, Piracicaba e Franca.

Com 15.027 estabelecimentos de ensino fundamental, 12 539 unidades pré-escolares, 5 639 escolas de nível médio, a rede de ensino do estado é a mais extensa do país. O fator "educação" do IDH no estado atingiu em 2005 a marca de 0,921 – patamar consideravelmente elevado, em conformidade aos padrões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – ao passo que a taxa de analfabetismo indicada pelo último censo demográfico do IBGE foi de 4,6%, superior apenas às porcentagens verificadas no Distrito Federal e nos estados de Amapá, Santa Catarina e Rio de Janeiro. A taxa de analfabetismo funcional é de 13,2% da população. Em números absolutos, São Paulo concentra a segunda maior população analfabeta do Brasil, atrás somente da Bahia.

Tomando-se por base o relatório do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2007, São Paulo obteve o maior índice da 5ª à 8ª série do ensino fundamental entre os estados brasileiros. Na classificação geral do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2007, três escolas do estado figuram entre as 20 melhores do ranking, sendo os colégios Vértice, Bandeirantes e Móbile - todos privados - os respectivos terceiros, décimo quarto e vigésimo colocados.

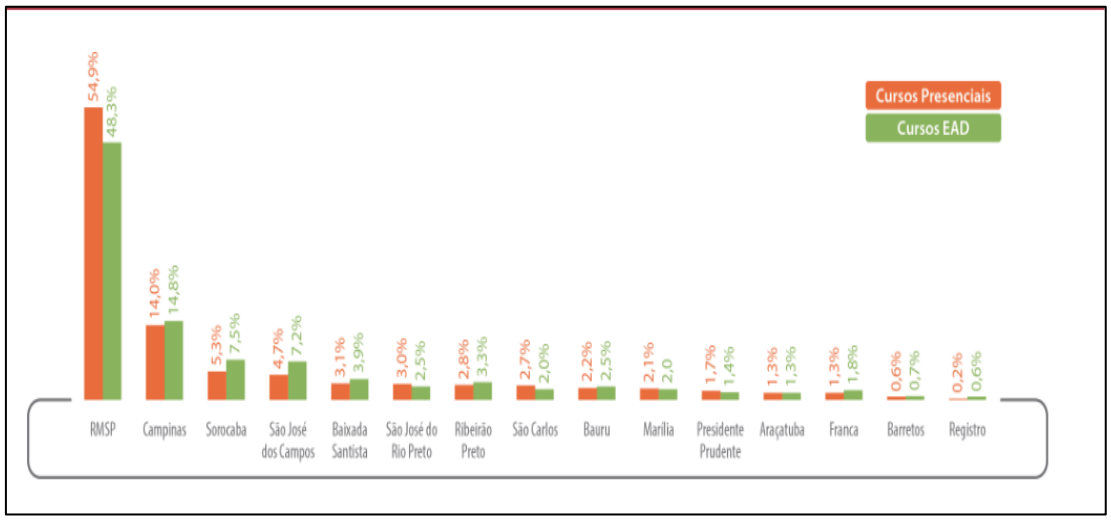
Contemplado por expressivo número de renomadas instituições de ensino e centros de excelência, São Paulo é o maior polo de pesquisa e desenvolvimento do Brasil, responsável por 52% da produção científica brasileira e 0,7% da produção mundial no período compreendido entre os anos de 1998 e 2002. Entre as muitas instituições de ensino superior, destacam-se a Universidade de São Paulo (USP), classificada como a 94ª melhor universidade do mundo, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a maior produtora de patentes de pesquisa no Brasil, a Universidade Estadual Paulista (Unesp), a 485ª melhor universidade do planeta e a 16ª melhor da América Latina. As três universidades estaduais paulistas – USP, Unicamp e Unesp – são mantidas, principalmente, pela arrecadação de 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e, também, por verbas advindas de instituições públicas de fomento à pesquisa, com destaque para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

De acordo com a SEMESP, com 46 milhões de habitantes divididos em 15 regiões administrativas e 645 municípios, São Paulo segue mantendo a liderança em número de matrículas presenciais e EAD no país, além de também possuir o maior número de IES: 609 que ofertam cursos presenciais e 160 na modalidade EAD (um aumento de 24,0% em relação a 2018, quando 129 IES ofertavam ensino a distância). O estado de São Paulo possui a maior taxa de escolarização líquida (que mede o total de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população da mesma faixa etária) da região Sudeste e a quinta do país: 22,9%.

A FAESP identifica em seu PDI que, segundo a SEMESP, o estado de São Paulo, apresenta 83,9% das matrículas totais (presencial e EAD) em instituições privadas e, portanto, mediante o cenário exposto, em que apesar de uma leve queda em relação a 2018 (quando era de 24,0%), a representatividade de São Paulo no

número de matrículas total do país é significativa: 23,6% dos estudantes estão matriculados em IES do estado. Em relação à região Sudeste, a representatividade do estado de São Paulo é ainda maior: 53,9% das matrículas.

Figura 5 - Distribuição de matrículas presenciais e EaD no Estado de São Paulo



Fonte: SEMESP. Acesso em ago 2025

Assim, a instituição se posiciona e já tem previsto em seu Programa de expansão a abertura de novos cursos que atendam a demanda e que promovam, principalmente no ensino a distância, a equidade e qualidade necessária a todos.

4.1.3. Cidade de São Paulo

São Paulo é um município brasileiro, capital do estado homônimo e principal centro financeiro, corporativo e mercantil da América do Sul e a cidade mais populosa do Brasil, do continente americano, da lusofonia e de todo o hemisfério sul. São Paulo é a cidade brasileira mais influente no cenário global, sendo, em 2016, a 11.ª cidade mais globalizada do planeta, recebendo a classificação de cidade global alfa, por parte do *Globalization and World Cities Study Group & Network (GaWC).*

O município possui o 10.º maior PIB do mundo, representando, isoladamente, 11% de todo o PIB brasileiro, 34% do PIB do estado, bem como 36% de toda a sua produção de bens e serviços, além de ser sede de 63% das multinacionais estabelecidas no Brasil, sendo ainda responsável por 28% de toda a produção

científica nacional em 2005, e por mais de 40% das patentes produzidas no país. A cidade também é a sede da B3 (sigla de Brasil, Bolsa, Balcão), a 5.ª maior bolsa de valores do mundo em capitalização de mercado (dados de 2017), resultado da fusão da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) com a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP).

A cidade é a 8ª mais populosa do planeta e sua região metropolitana, com cerca de 21 milhões de habitantes, é a 10.ª maior aglomeração urbana do mundo. A capital paulista também possui um caráter cosmopolita, dado que, em 2016, possuía moradores nativos de 196 países diferentes. Regiões ao redor da Grande São Paulo também são metrópoles, como Campinas, Baixada Santista e Vale do Paraíba; além de outras cidades próximas, que compreendem aglomerações urbanas em processo de conturbação, como Sorocaba e Jundiaí. Esse complexo de metrópoles — o chamado Complexo Metropolitano Expandido — chegava a 33 milhões de habitantes em 2017 (cerca de 75% da população do estado e 12% da população do país) formando a primeira megalópole do hemisfério sul, responsável pela produção de 80% do PIB paulista e de quase 30% do PIB brasileiro.

Com 2 725 estabelecimentos de ensino fundamental, 2 998 unidades pré-escolares e 1 199 escolas de nível médio, a rede de ensino da cidade é a mais extensa do país. Ao total, são 2 850 133 matrículas e 153 284 docentes registrados. Contemplado por expressivo número de renomadas instituições de ensino e centros de excelência, São Paulo é o maior polo de pesquisa e desenvolvimento do Brasil, responsável por 28% da produção científica nacional (segundo dados de 2005) e por mais de 40% das patentes produzidas no país.

O fator "educação" do IDH no município atingiu em 2010 a marca de 0,725 – patamar considerado alto, em conformidade aos padrões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – ao passo que a taxa de analfabetismo indicada pelo último censo demográfico do IBGE foi de 4,9%, superior apenas à porcentagem verificada nas cidades de Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Rio de Janeiro, Vitória e Belo Horizonte. Os melhores distritos classificados pelo IDH em educação são Moema, Jardim Paulista e Pinheiros, os piores são Marsilac, Jardim Ângela e Grajaú.

Tomando-se por base o relatório do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2007, São Paulo obteve a nona colocação entre as capitais brasileiras. Na classificação geral do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) de 2007, três escolas da cidade figuraram entre as 20 melhores no exame, sendo os colégios Vértice, Bandeirantes e Móbile os respectivos terceiro, décimo quarto e vigésimo colocados.

No cenário atual, destacam-se importantes universidades públicas e privadas, muitas delas considerados centros de referência em determinadas áreas. Entre as muitas instituições de ensino superior, podem-se destacar o Instituto Federal de São Paulo (IFSP), a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a Universidade Estadual Paulista (UNESP) e a Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, quando incorporou a histórica Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo de São Francisco. Entre as universidades públicas, a USP é aquela com o maior número de vagas de graduação e de pós-graduação no Brasil, sendo responsável também pela formação do maior número de mestres e doutores do mundo, bem como responsável por metade de toda a produção científica do estado de São Paulo e mais de 25% da brasileira. [240] Como o Brasil é responsável por cerca de 2% da produção mundial, pode-se dizer que a USP é responsável por 0,5% das pesquisas do mundo.

Dados recentes da SEMESP, evidenciam que São Paulo segue mantendo a liderança em número de matrículas presenciais e EAD no país, além de também possuir o maior número de IES: 609 que ofertam cursos presenciais e 160 na modalidade EAD (um aumento de 24,0% em relação a 2018, quando 129 IES ofertavam ensino a distância).

4.2 Objetivos do PPI

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da FAESP estrutura-se sob os valores expressos nas origens da fundação de sua mantenedora, apresentando os objetivos a seguir.

4.2.1 Objetivo Geral

Nortear as ações institucionais, com foco no cumprimento de suas finalidades estatutárias, direcionando o trabalho a ser desenvolvido na oferta dos cursos de Graduação, Pós-graduação, Extensão e Pesquisa em determinadas áreas do conhecimento, com vistas ao cumprimento dos objetivos específicos estabelecidos pela Entidade Mantenedora, tendo como característica essencial a ética, a moral e os bons costumes sem olvidar, todavia, dos aspectos da confessionalidade pentecostal, enfatizando, por fim, o exercício crítico da cidadania.

4.2.2 Objetivos Específicos

- ✓ Constituir-se como linha diretriz da concepção de educação superior que deverá nortear as ações desenvolvidas no ensino e práticas de pesquisas.
- ✓ Servir como base para a constituição dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação de modo a proporcionar unidade conceitual na elaboração curricular.
- ✓ Subsidiar a gestão administrativa e pedagógica na implantação e implementação de ações voltadas à qualidade da educação superior e ao atendimento das necessidades sociais.
- ✓ Tornar-se instrumento de ação para assegurar a unidade e a coerência do processo de avaliação.

4.3 Compromisso com formação integral do estudante

As novas tecnologias estão moldando o novo século, a internet, as redes sociais, os dispositivos móveis nos tornam cada vez mais cidadãos de um mundo virtual tão grande ou maior do que mundo real. A partir daí, há uma reformulação nas relações como lidamos com todos os processos nesse novo mundo. E a educação não pode ficar fora de todo esse turbilhão de mudanças. A adaptação por parte de

educadores e educandos às novas tecnologias é parte muito importante da sobrevivência na sociedade moderna.

Nesse contexto, a instituição de ensino superior torna-se um elemento imprescindível para a articulação e fomento do conhecimento que dialoga, cada vez mais, com a realidade social em que se insere, buscando soluções que interfiram de forma efetiva em seu meio. A educação possui um papel questionador sobre os princípios que norteiam uma sociedade que se pretende ser justa e igualitária. Desse modo, sua função vai além de um discurso, pois deve se posicionar de forma eficaz e reflexiva contra os processos de exclusão social.

O educador assume seu papel de questionador e norteador do saber rumo a um projeto de sociedade baseado na justiça e na igualdade. Enfim, sua função vai além de repassar conteúdos, mas o torna agente da reflexão sobre o papel do indivíduo no exercício de sua cidadania e acreditamos que, dentro de nossa realidade e contexto social, não devemos focar somente na formação do indivíduo e seu conteúdo. Pretendemos formar pessoas com a capacidade de intervir no seu meio criando situações de mudança para melhor, capazes de refletir a sua realidade e se tornarem agentes promotores da igualdade, da fraternidade e da solidariedade na sociedade.

Com a visão nessa formação é que nosso projeto pedagógico foi elaborado em torno dos seguintes compromissos basilares:

- ✓ Compromisso com a realidade do aluno como pessoa pertencente a um determinado contexto e que possui um papel social definido por esta comunidade. Cabe a nós reconhecer e valorizar suas comunidades, contextualizando as temáticas buscando soluções e possíveis modos de intervenção, levando o conhecimento técnico-científico preservando elementos da cultura local;

- ✓ Compromisso com a realidade institucional, considerando-se as especificidades e funcionamento de cada departamento e setor – seja no âmbito administrativo, pedagógico, docente, de servidores ou de organizações estudantis. A FAESP visa à integração social em todos seus espaços físicos e virtuais, promovendo o diálogo, o convívio e a troca de

experiências profissionais e pessoais, garantindo a manifestação de seus valores fundamentais por meio da socialização da coletividade;

- ✓ Compromisso com a realidade acadêmica política objetivando a qualidade do ensino por meio das amostras avaliativas promovidas pelo Ministério da Educação e demais órgãos governamentais. A FAESP visa a atender com excelência as variáveis estabelecidas pelo MEC;

- ✓ Compromisso com a realidade científico-tecnológica e educacional, tendo como objetivo criar condições para o desenvolvimento de projetos e grupos de pesquisas que atendam os níveis: de ensino-aprendizagem e práticas investigativas. Tais ações promovem a socialização e democratização do conhecimento, integrando a comunidade e a instituição de ensino superior. Assim, a FAESP, além de aprimorar suas técnicas de pesquisa investigativa, também viabiliza o diagnóstico das necessidades comunitárias buscando soluções plausíveis e aplicáveis à realidade a qual está inserida;

- ✓ Compromisso com a realidade administrativo-financeira, visando à transparência dos gastos e investimentos, incentivando uma gestão democrática e participativa. A FAESP, pautada pela legalidade e pela ética, dispõe informações de seu controle orçamentário e de convênios não apenas para cumprimento diante do Poder Executivo Federal, mas como meio de colaboração e interação social;

- ✓ Compromisso com a realidade regional, expresso por uma política de participação ativa no processo de desenvolvimento social, cultural e econômico da região traduzido por ações institucionais definidas a partir das demandas e necessidades comunitárias.

Dessa forma, a FAESP expressa sua relação com a realidade em que se insere e busca a promoção e a articulação das políticas de desenvolvimento e de incentivo às práticas educativas culturais, artísticas, científicas, técnicas e sociais com a comunidade. A transparência administrativa- financeira tem como objetivo garantir à instituição seu cunho responsável, justo e participativo nas relações internas, com as

entidades governamentais e com a própria sociedade, estabelecendo solidamente sua meta prioritária na educação através do aperfeiçoamento dos seus meios de comunicação, estrutura física e de apoio pedagógico e institucional.

4.3.1 Política Institucional de Educação de Qualidade e Formação Integral para a Sustentabilidade

A Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) reafirma seu compromisso institucional com a qualidade da educação superior, orientando suas políticas acadêmicas, administrativas e de gestão para a promoção da excelência no ensino, da melhoria contínua dos processos educacionais e da formação integral de seus estudantes. Em consonância com sua missão institucional e sua identidade confessional cristã, a FAESP busca desenvolver uma formação que contemple, de maneira articulada, as dimensões éticas, científica, cidadã, profissional e espiritual, preparando profissionais tecnicamente qualificados, socialmente responsáveis e comprometidos com os valores da dignidade humana, da justiça, da solidariedade, da cidadania e do serviço à sociedade.

A política institucional está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, com especial atenção ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4 – Educação de Qualidade), reafirmando o compromisso da Instituição com a oferta de uma educação inclusiva, equitativa, de qualidade e promotora de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida.

Nesse contexto, a FAESP orienta suas ações para a promoção da educação voltada ao desenvolvimento sustentável, estimulando a inovação pedagógica, a integração entre ensino, pesquisa e extensão, a produção e socialização do conhecimento, a formação por competências, a inclusão social e educacional, a acessibilidade, o respeito à diversidade e a valorização dos direitos humanos. A Instituição também promove práticas de responsabilidade socioambiental, educação ambiental, consumo consciente, sustentabilidade e compromisso com a transformação social, preparando seus estudantes para atuar de forma ética, crítica,

inovadora e comprometida com o desenvolvimento sustentável das comunidades e da sociedade.

4.4 Princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas da IES

A adoção de princípios filosóficos e técnico-metodológicos, enquanto conjunto dirigente de processos teórico-materiais que permitem alcançar determinado fim, exigindo escolhas metódicas, respaldando concepções e princípios em si e que auxiliam o docente na organização das situações didáticas potencializadoras da aprendizagem dos alunos, se expressa como dados metodológicos em busca de construção progressiva de competências englobadas. O foco das bases aqui presente encontra-se na interrelação entre o que se aprende e como se aprende sendo isso fator basilar de toda a construção deste PDI e dos projetos científico-pedagógicos dos da FAESP.

A Faculdade evangélica de São Paulo, busca desenvolver competências, habilidades e atitudes a partir de um trabalho centrado nas experiências e nos desejos dos alunos e seu universo, inclusive tecnológico. Entende-se que o conteúdo, por si só, não pode ser concebido como um instrumento de motivação da aprendizagem do aluno, mas como parte de um somatório de teoria e experiências que devem ser trabalhadas sistematicamente ao longo da história de formação individual e coletiva de nossa sociedade.

> O lugar e o papel da educação precisa ser continua e expressamente retomado e redimensionado. Com efeito, o compromisso ético e político da educação, por assim dizer, se acirra nas coordenadas histórico-sociais em que nos encontramos (SEVERINO, 2009).

Assim, numa perspectiva sócio-histórica considera-se que a organização do conteúdo disciplinar é um caminho fortalecedor da capacidade de organização hierárquica dos conceitos e do pensamento dos alunos, bem como de suas habilidades de lidar com ele nas situações cotidianas, sejam elas técnicas, acadêmicas ou éticas. Essas metodologias ativas são basilares em todos os cursos

da FAESP e constituem a estratégia central para se alcançar o êxito na formação do egresso da instituição no seu cotidiano.

O projeto da Faculdade estabelece como espinha dorsal, uma abordagem educacional interacionista, por meio da qual a FAESP desenvolve um trabalho pedagógico envolvendo docentes e discentes. Os docentes oferecem conhecimentos específicos das diversas áreas de formação numa perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar e, o discente, a partir desta vivência, estabelece conexões com as suas experiências já adquiridas. Isso abrange processos que devem resultar no desenvolvimento intelectual, profissional e pessoal do aluno, favorecendo a incorporação progressiva e integrada de novos e mais complexos conhecimentos. Esta abordagem exige que o professor parta dos conhecimentos cotidianos dos alunos, de seu contexto, de suas histórias, aprofunde os conceitos teóricos e científicos com eles e busque como resultado o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes no aluno ao longo do curso. Os conteúdos são propostos em projetos integradores permitindo ao aluno uma identificação e percepção sistêmica da construção do conhecimento humano.

No desenvolvimento dos projetos de cursos, o compromisso com o preparo em termos de excelência de qualquer um dos profissionais visados, subordinou e conduziu a adoção dos seguintes princípios metodológicos:

I. Competência como concepção morfológica e nuclear da orientação didático-filosófica dos cursos;
II. Coerência entre o projeto pedagógico e a formação proposta, visando a garantir uma prática profissional do egresso em termos de eficiência e eficácia e de acordo com as exigências do mercado de trabalho respectivo;
III. Congruência entre a aprendizagem como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade do mundo profissional em que serão exercidas na prática as capacidades e as habilidades assimiladas durante o curso;
IV. Conteúdos curriculares como meio e suporte para a constituição das competências;

V. A avaliação como parte integrante do processo de formação, que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias;

VI. A pesquisa, com foco no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção destes.

4.5 Práticas pedagógicas inovadoras

As ações educacionais a serem desenvolvidas na FAESP seguem embasadas nos princípios propostos pela Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), apresentados no Relatório Jacques Delors (1996):

- **Aprender a conhecer:** adquirir os instrumentos da compreensão;
- **Aprender a fazer:** desenvolver competências para agir sobre o meio e solucionar problemas;
- **Aprender a conviver:** participar, cooperar e atuar de forma ética nas relações humanas;
- **Aprender a ser:** desenvolver a personalidade, a autonomia, o discernimento, a responsabilidade e a formação integral.

Esses princípios filosóficos orientam a condução do processo de ensino-aprendizagem, as práticas didáticas, as metodologias, os recursos pedagógicos, a utilização de tecnologias educacionais e a gestão das atividades acadêmicas, promovendo a integração permanente entre teoria e prática. Essa articulação é garantida por meio da proposição de estratégias de ensino que relacionam os objetivos de aprendizagem às competências e habilidades previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e explicitadas nos Planos de Ensino, favorecendo o desenvolvimento integrado do **saber conhecer, saber fazer, saber conviver e saber ser**.

As metodologias adotadas pela FAESP são orientadas pela **aprendizagem significativa**, centrada no estudante e contextualizada com a realidade social e profissional, promovendo o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes necessárias ao exercício da cidadania, da ética, da responsabilidade socioambiental, da inovação, da criatividade, do pensamento crítico e da aprendizagem ao longo da vida. Nesse contexto, busca-se formar profissionais capazes de responder aos desafios contemporâneos com autonomia, compromisso social e capacidade de transformação da realidade.

Dessa forma, a Faculdade Evangélica de São Paulo adota uma abordagem pedagógica de caráter interacionista, na qual os cursos incentivam o protagonismo estudantil no processo de ensino-aprendizagem. Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), o estudante é reconhecido como sujeito ativo da construção do conhecimento, sendo estimulado a desenvolver competências, habilidades e atitudes por meio de metodologias ativas, tais como aprendizagem baseada em problemas, estudos de caso, projetos integradores, pesquisa, atividades extensionistas, aprendizagem colaborativa, metodologias investigativas, práticas interdisciplinares e outras estratégias que favoreçam a reflexão crítica e a aplicação dos conhecimentos em situações reais.

Essa conduta pedagógica cria condições para que o estudante desenvolva não apenas conhecimentos técnicos e científicos, mas também a capacidade de **aprender a aprender**, dialogando criticamente com os conteúdos estudados, buscando soluções inovadoras para problemas complexos e assumindo postura investigativa, ética, empreendedora e comprometida com o desenvolvimento sustentável da sociedade.

A aplicação desses princípios na vida acadêmica proporciona o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, atividades de pesquisa, extensão universitária, inovação acadêmica e projetos integradores, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade da educação superior e para a formação integral dos estudantes.

Efetivamente, as ações da FAESP nesse sentido são:

a) Promover o incentivo à pesquisa, à iniciação científica e à produção acadêmica;

b) Envolver docentes, estudantes e técnicos nos processos participativos de planejamento e avaliação institucional;

c) Incentivar o protagonismo estudantil, a autonomia intelectual, a criatividade, a inovação e a aprendizagem colaborativa;

d) Oferecer eventos acadêmicos, projetos de extensão, atividades culturais e oportunidades de intercâmbio de conhecimentos e experiências;

e) Incentivar a prática da cidadania, da ética, da responsabilidade socioambiental e da aplicação dos conhecimentos adquiridos na solução de problemas da sociedade;

f) Promover metodologias pedagógicas inovadoras orientadas à aprendizagem significativa, ao desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes, à formação cidadã, à ética, à inclusão, à sustentabilidade, à inovação pedagógica e tecnológica e à integração entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de profissionais críticos, criativos, socialmente responsáveis e comprometidos com a transformação da realidade.

4.6 Organização didático pedagógica da IES

Toda a estruturação do projeto pedagógico da FAESP parte das discussões desenvolvidas em seus colegiados, coordenações de curso e núcleos docentes estruturantes (NDE). Nessas instâncias, são elaboradas as propostas que interferem diretamente nas diretrizes adotadas pelos cursos e unidades internas da instituição.

Assim, este PPI tem como elemento central seu caráter de permanente construção, de processo contínuo de reflexão da comunidade acadêmica, de debate entre elementos advindos de princípios teóricos, sua flexibilidade e permeabilidade, para que possa incorporar demandas sociais.

Entendido dessa forma, o PPI não estabelece regras fixas para os Projetos Pedagógicos de cada um dos Cursos de Graduação, mas assegura alguns pontos de referência já citados anteriormente, em comum: a concepção de formação e competências profissionais de ensino e as definições dos órgãos Colegiados, as

Diretrizes curriculares Nacionais e o uso de metodologia através de ensino e a aprendizagem baseada em competência.

Para tanto, fazendo uso das ideias de Severino, 2009, em que a tarefa pedagógica de ensino e sua tarefa social de extensão, tornam-se centro energético de transformação da sociedade, contribuindo para a construção da democracia e da cidadania, mediante a consolidação de uma nova consciência social.

O NDE dos cursos assume a função de sugerir propostas e mudanças dentro dos projetos pedagógicos de seus cursos, sempre visando à sua atualização conforme o que se encontra previsto na legislação, bem como, à realidade em que o curso se insere, principalmente, no que diz respeito ao perfil do egresso. Aos coordenadores de curso, compete a execução das propostas, assim como o acompanhamento e fiscalização de seu comprimento. E, por fim, aos colegiados compete a sua função de apreciação das propostas para que se integrem em caráter institucional aos cursos e a IES como um todo.

O trabalho de mediação pedagógica e tutoria online e a distância, uma vez implantado, de acordo com o previsto neste PDI, será realizado, a princípio, por docentes do quadro efetivo, aplicando-se as mesmas regras que se aplicam aos professores quando atuam como presenciais nas questões didático-pedagógicas. Os tutores online e presenciais, embora venham a ser contratados sob o requisito mínimo de possuírem curso superior, preferencialmente em Tecnologias Educacionais e Educação, pertencerão a um quadro distinto, pois prestam assistência local aos alunos e realizam apoio de natureza técnico-administrativa na FAESP.

A Equipe multidisciplinar, conjuntamente com os coordenadores de Cursos são responsáveis pelo planejamento e implementação de práticas inovadoras contemplando o desenvolvimento de metodologias ativas, acompanhamento dos processos de aprendizagem e implementação de recursos tecnológicos que garantam acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, sempre em alinhamento com os princípios do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) dos respectivos cursos e com a missão institucional da FAESP.

4.6.1 Metodologia de ensino na modalidade presencial

A modalidade presencial adotada pela FAESP toma como premissa a excelência de que a realidade local e regional deve ser o ponto de partida para a formação de um cidadão transformador e consciente. E, para isso, o trabalho pedagógico realizado deve voltar-se para a integração entre as dimensões do ensino, das práticas investigativas e da extensão. Aos alunos são oferecidas aulas presenciais contemplando os 200 dias letivos previstos na lei.

As aulas previstas para 60 (sessenta) minutos de duração são oferecidas em 3 (três) grupos por turno (duas-intervalo-uma) totalizando 180 minutos (3 horas) de atividades em sala de aula por dia em cinco dias por semana (totalizando 15 horas semanais). Nas atividades semanais em sala, são oferecidas, além das aulas expositivas, atividades práticas e dinâmicas que busquem associar a teoria à prática permitindo a conexão do conteúdo de forma interdisciplinar e integrada de conhecimento. Além disso, a FAESP não limita o espaço de aprendizagem à sala de aula utilizando como apoio espaços como a biblioteca, laboratório de informática, espaços de parceiros externos e demais recursos extraclasses que se encontrem disponíveis na IES.

As práticas em salas de aula são voltadas para a formação de uma cidadania crítica e atuante, dessa forma, justificando ter sido adotada uma metodologia baseada na integração do conhecimento com a realidade. A partir daí, são empregadas metodologias diferenciadas como seminários, debates, práticas nas diversas áreas, visitas técnicas, excursões culturais, além das aulas expositivas dialogadas.

Quando os cursos na modalidade EaD começarem a ser oferecidos pela FAESP (previsão 2022-23) a proposta é que o material desenvolvido para as atividades presenciais sejam os mesmos da EaD permitindo uma integração curricular uniformidade de conteúdos trabalhados em ambas as modalidades. Sendo assim, o livro será disponibilizado no ambiente virtual de aprendizagem aos quais os alunos da modalidade presencial possuem acesso para a realização de até 40% da carga horária de seus cursos e ainda, será liberado um acesso uma biblioteca virtual com assinatura contratado pela instituição, além do acervo físico da instituição.

Nesse cenário, as oficinas de práticas exercem um papel essencial na metodologia adotada para a formação que contemple o nosso perfil de egresso definido nos projetos pedagógicos de cada curso uma vez que são momentos de discussão, práticas e construção do conhecimento mediante situações reais de aplicação. A ideia é tornar no aluno presente a percepção de que teoria e prática são fase da aprendizagem que se completam e que não se opõem.

Sendo assim, no âmbito presencial podemos definir que as metodologias desenvolvidas se valem das seguintes ferramentas atendendo à demanda e às necessidades dos alunos no processo ensino-aprendizagem:

- ✓ Aulas Presenciais - As aulas serão elaboradas e executadas presencialmente pelos professores de cada uma das disciplinas da matriz curricular dos cursos. Em cada disciplina as aulas presenciais totalizam o máximo de 80 (oitenta) horas/aula e o mínimo de 30 (trinta) horas/aula.

- ✓ Projetos interdisciplinares e integradores (PIIs) – são oferecidas atividades de extensão regulares como oficinas ou minicursos para que se promova a integração das teorias às práticas que permitem uma formação mais efetiva e sólida do profissional a partir da vivência do conhecimento. A carga horária desses Projetos interdisciplinares e integradores podem chegar a 20 (vinte) horas o que corresponde a 20% da carga horária de algumas disciplinas curriculares (no caso as disciplinas de 80 horas).

- ✓ Atividades não presenciais (ANPs) – em 2021, passam a ser oferecidas atividades não presenciais nos cursos de graduação a fim de implantar novas tecnologias de ensino e fazer uso de até 40% de atividades não presenciais prevista na portaria 2177 de dezembro de 2019. Os alunos dos cursos presenciais passam a ter acesso ao ambiente virtual para realizarem atividades, a princípio facultativas, até 2021.2 e, posteriormente, compulsórias. Nos ambientes virtuais de aprendizagem, serão disponibilizadas vídeo aulas, textos complementares, slides, fóruns, exercícios para autoavaliação e avaliações.

4.6.2 Metodologia de ensino na modalidade EaD

A FAESP apresenta como previsto em seu plano de desenvolvimento institucional a oferta de atividades na modalidade EaD que será implantada gradativamente. Primeiro (2021), com a oferta dos (até) 40% previstos na legislação e com cursos livres promovidos pela extensão como forma de atividades complementares e, posteriormente, uma vez autorizado pelo MEC, através dos cursos de Bacharel em Teologia (2025/26). Para isso, adota nesse documento a previsão de práticas que já foram implementadas por outras IES e das quais nos valemos para o nosso projeto institucional.

No Brasil, as bases legais para a modalidade de educação a distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que foi regulamentada pelo Decreto n.º 5.622, publicado no D.O.U. de 20/12/05 (que revogou o Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, e o Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998) com normatização definida na Portaria Ministerial n.º 4.361, de 2004 (que revogou a Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998). O Decreto nº 5.622/05, que regulamenta o art. 80 da LDB, em seu artigo 1º caracteriza a “educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”. A EaD é a modalidade de educação que, por meio de ferramentas tecnológicas, educação, informação e conhecimento, atinge um maior número de pessoas ao mesmo tempo do que a presencial independente de localização física. Cabe ainda citar portaria normativa nº 11, de 20 de junho de 2017 que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019 (Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.)

Atualmente, a oferta de ensino a distância será referenciada pela Portaria nº 506/2025 que regulamenta o Decreto nº 12.456/2025, sobre a oferta do ensino a

distância, e as contribuições dos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância do MEC, Brasília: MEC/SERES, 2025.

Apesar de ter suas especificidades, a oferta de cursos na EaD, assim como o ensino presencial, obedece aos quesitos legais quanto ao cumprimento dos 200 dias letivos de efetivo trabalho pedagógico, bem como o respeito à carga horária integral dos cursos de acordo com as diretrizes curriculares dos mesmos. Sendo assim, entendemos que mais do que o cumprimento dos requisitos legais, a educação a distância deve se comprometer com a formação do aluno para o exercício pleno de sua atividade profissional e de cidadania, de uma forma consciente e atuante como um agente modificador da sociedade. Todos os trabalhos devem ir além dos conteúdos, mas em direção à formação humana do indivíduo visando ao seu comprometimento com a criação de sociedade mais justa, solidária e igualitária.

A Faculdade Evangélica de São Paulo, preconiza que, o papel que impõe à docência que está à frente de todo o processo é a busca constante de aprimoramento da prática, um olhar atento ao público a que se destina o ensino para assim, possibilitar a ampliação dos conhecimentos do graduando e sua formação para melhor atuação ética e profissional. Entende que o professor deve imprimir esforços didáticos para organizar e desenvolver programas de ensino com a utilização de metodologias diversificadas, de diferentes recursos tecnológicos, de forma a contemplar os diferentes modos e estilos de aprendizagem dos graduandos.

Toda metodologia empregada deve ainda favorecer uma atitude investigativa, além de criar momentos de comunicação e expressão e, igualmente, deve ser prazerosa e lúdica. Os elementos constitutivos devem incorporar um processo de ensino-aprendizagem midiatizado, de comunicação bidirecional e, sobretudo, um estudo individualizado, com as seguintes características: abertura, flexibilidade, adaptação, eficácia, formação permanente e economia.

As experiências na educação a distância comprovam que se pode aprender eficazmente e de maneira independente diversos conteúdos, sempre que se possa contar com uma tecnologia educacional adequada, para garantir a qualidade científica e pedagógica dos conteúdos, respeitando as características do ensino e aprendizagem de cada nível de ensino e suas especificidades. Partindo dessa ideia, a FAESP pretende oferecer educação a distância com qualidade, utilizando

metodologia centrada no potencial humano e com apoio tecnológico. Para isso, a IES se valerá de metodologias que envolvam atividades presenciais e a não-presenciais, orientadas para aspectos socializantes da educação, tais como a troca de experiências via portal educacional e nos encontros presenciais obrigatórios definidos pela legislação, organizados pela instituição e monitorados pelos assistentes acadêmicos.

A ideia é promover uma busca constante de metodologias que atendam aos estudantes com o que há de melhor em conceitos psicopedagógicos e de desenvolvimento cognitivo, sempre atendendo à legislação vigente em todas as suas dimensões.

Como metodologia empregada destacamos a utilização da Internet como principal meio de transmissão de conteúdo e também como ferramenta de interatividade, sempre aliada ao livro didático em PDF. Atualmente, a grande maioria dos nossos alunos possui acesso à internet em casa ou em locais próximos (*wifi* zones), e isso nos permite oferecer aulas gravadas em vídeos, além do material didático individualizado. As aulas serão gravadas e editadas, sendo então disponibilizadas em ambiente virtual de aprendizagem, ao qual os alunos em todo o Brasil possuem acesso irrestrito, a qualquer tempo e independente de local e meio de acesso, tais como: computador, tablet, celular, a partir da residência, de *LAN HOUSE*, de centros comunitários, de local de trabalho ou de qualquer outro lugar.

Com essa metodologia adotada, não há mais local definido para se assistir a uma videoaula, assim como não existe um local definido para acessar e ler o conteúdo de um livro, nem mesmo para se interagir com professores virtuais ou efetuar tarefas on-line, uma metodologia de acordo e prevista dentro dos atos regulatórios.

Todavia cremos que o aluno deve ir além da postura passiva diante do conhecimento e incentivamos os alunos a irem além com uma atitude interativa com professores e demais colegas de curso participando de fóruns, pesquisas, reuniões virtuais e discussões on-line e das aulas presenciais.

Muitas dessas atividades irão além desse espaço virtual para serem oferecidas nos encontros presenciais coordenadas por professores mediadores que, presentes em cada Polo, garantem a construção interativa de conhecimento.

Atendendo ao Decreto nº 12.456/2025 que estabelece as novas regras para a oferta de Educação a Distância (EaD) no ensino superior, proibindo cursos 100% online. Ele exige que, no mínimo, 20% da carga horária de um curso EaD seja composta por atividades presenciais ou síncronas (aulas ao vivo).

I. Os cursos de graduação a distância deverão ofertar, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais e ato do Ministro de Estado da Educação, no mínimo: **10% (dez por cento) da carga horária total do curso por meio de atividades presenciais; e 10% (dez por cento) da carga horária total do curso em atividades presenciais ou síncronas mediadas.**

II. **Avaliação Presencial obrigatória** – O aluno realiza a avaliação com peso maior nos polos, presencialmente. Todo o processo será efetivado com o reconhecimento facial.

III. **Defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** – somente quando previsto na legislação e integrado ao PPC do curso de graduação e será feita somente ao término do curso e submetida a banca de avaliação.

IV. **Estágios obrigatórios e não obrigatórios** – uma vez previstos na legislação pertinente ou que constem no(s) PPCs do(s) curso(s) da FAESP – que deverão ocorrer em empresas e instituições conveniadas. O estudante deve apresentar relatório de estágio devidamente assinado e carimbado pela empresa ou instituição e o mesmo é avaliado pelo corpo docente da FAESP.

V. **Atividades relacionadas a laboratórios de ensino** - quando previstos na legislação pertinente ou no(s) PPCs do(s) curso(s) da FAESP.

VI. **Projetos de extensão** com orientações presenciais sob o comando do mediador pedagógico.

Desta forma, organizou sua proposta pedagógica definindo a tecnologia e metodologia própria a fim de atender esta qualidade preconizada no documento em consonância com a realidade institucional, os objetivos do curso e o perfil do egresso. Trata-se, portanto, de um contexto que prioriza uma política educacional de ensino superior demarcada pela heterogeneidade institucional, que se caracterizava pelo reconhecimento da existência de múltiplas e diversificadas instituições cujos perfis organizacionais e as vocações acadêmicas se diferenciavam entre si. A aposta desta política, da qual vem participando a FAESP, é a expansão do ensino superior e assim como as demandas que este público vem agregando.

Em consonância com o documento sobre os referenciais de qualidade, um curso de graduação com oferta a distância necessita de atividades presenciais e as normas educacionais também as podem definir, pois educação a distância não significa ausência de presencialidade. Por presencialidade entende-se a participação física do estudante em local e tempo predeterminados, para exercer atividades formativas, na sede da instituição, no polo de educação a distância, em ambiente profissional, ou em espaços para atividades de extensão, com a participação de responsável acadêmico, observadas as diretrizes curriculares nacionais e demais normas expedidas pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2025).

A FAESP entende que o ensino a distância também propicia a relação seja nos momentos virtuais como nos presenciais. Para tanto, está em implementação a plataforma MOODLE que atende a uma das séries ações e comunicações, instrumentaliza o processo de ensino-aprendizagem virtual com atividades síncronas e assíncronas assim como dá suporte para as atividades presenciais.

O Moodle é uma plataforma, acessível a professores, alunos e gestores por meio da Web, com o diferencial de ser uma plataforma de aprendizado virtual, também conhecida como sistema de gerenciamento de aprendizagem (LMS), que permite a criação e personalização de ambientes online para cursos e atividades educacionais. É uma ferramenta versátil que oferece diversos recursos para professores e alunos, como compartilhamento de materiais, fóruns de discussão, atividades, avaliações e acompanhamento do progresso dos alunos. Um software aberto, permitindo que diversos aplicativos, soluções e programas educacionais criados por outras empresas sejam facilmente integrados durante o desenvolvimento de cursos e módulos. Além

disso, o Moodle simula uma sala de aula online, onde alunos e professores podem interagir e acessar conteúdos e atividades. Possui ferramentas como fóruns, chats e mensagens para facilitar a comunicação entre alunos e professores, além de permitir a interação em grupos.

Recursos de avaliação como está baseado na nuvem, seus recursos são atualizados automaticamente e uma mesma versão é disponibilizada para todos os usuários acessarem a partir de qualquer lugar e dispositivo.

O Moodle é muito responsivo, ou seja, pode ser usado em diferentes dispositivos, como celulares, tablets e computadores. Por ser uma plataforma de fácil navegação e usabilidade, permite que professores personalizem o ambiente virtual de acordo com as necessidades do curso e, por oferecer aplicativos com recursos como download de conteúdo para acesso offline e notificações instantâneas assim, o aluno tem a possibilidade de se organizar e gerir o próprio processo de aprendizagem. É possível acessar o Moodle pelo navegador do celular, digitando o endereço do site Moodle da sua instituição.

Em relação ao acompanhamento de desempenho do discente, o Moodle permite que professores acompanhem o desempenho dos alunos através de relatórios e avaliações, auxiliando na identificação de dificuldades e necessidades de apoio ao estudante. Outro aspecto importante é que o Moodle pode ser projetado para ser acessível garantindo que pessoas com deficiência ou necessidades especiais possam usar a plataforma. A plataforma oferece recursos como texto alternativo para imagens, navegação por teclado e compatibilidade com leitores de tela. O Moodle dispõe de uma variedade de ferramentas que podem aumentar a eficácia de um curso online. É possível facilmente compartilhar materiais de estudo, montar listas de discussões, aplicar testes de avaliação e pesquisas de opinião, coletar e revisar tarefas, acessar e registrar notas, entre outras.

A comunicação entre o professor e o aluno é facilitada por mídias eletrônicas e comunicação interativa através do Ambiente Virtual de Aprendizagem. A comunicação interativa e a mediação entre aluno/aluno e professor/aluno são guiadas e estimuladas através de mediação pedagógica realizada pelo mediador ou o professor regente, através de fóruns, orientações, observações e avaliações. Além disso, os recursos como link de material complementar, ferramenta de projetos (Avaliação Discursiva,

Relatórios, entre outros), e-mail, tutoriais, comunicados permitem combinar a flexibilidade da interação humana com a independência no tempo e no espaço.

No quesito acessibilidade, os mecanismos de interação no AVA e a metodologia empregada estão adequados à Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), garantindo:

- ✓ Compatibilidade com leitores de tela;
- ✓ Navegação por teclado;
- ✓ Legendas automáticas nas videoaulas;
- ✓ Disponibilização dos materiais em formatos acessíveis (PDF estruturado, textos editáveis, arquivos em áudio, quando necessário);
- ✓ Adaptações metodológicas para estudantes com necessidades específicas, conduzidas pela equipe pedagógica e técnica.

A metodologia utilizada busca, ainda, apoiar-se em diferentes recursos tecnológicos, para que o discente possa ter atendimento pedagógico e administrativo. No ambiente virtual de aprendizagem, privilegia-se o acesso às videoaulas, aos materiais e à interação entre: alunos e professores, professores e alunos, alunos e alunos, de forma síncrona, permitindo a interação sobre os temas abordados nos projetos integradores (workshop), nas aulas e no material didático disponibilizado. O discente, dessa forma, pode aprender de acordo com seu ritmo e características próprias, a partir das premissas postas pela proposta pedagógica e calendário do curso.

A metodologia de EaD se vale das seguintes ferramentas para atender à demanda e às necessidades dos alunos no processo ensino e aprendizagem:

I. **Aulas ao vivo:** Momentos síncronos com o professor regente, com o discente e do mediador pedagógico online e presencialmente. No momento o aluno interage com o professor regente e seus pares em tempo real por meio do *Chat* e outros recursos tecnológicos.

II. **Aulas Gravadas:** aulas de conteúdos roteirizadas, gravadas pelos professores ou colaboradores eventuais e disponibilizadas para os alunos no ambiente

virtual de aprendizagem. As vídeo-aulas serão focadas em aspectos mais relevantes da disciplina e terão em média de 5 a 40 minutos.

III. **Interatividade síncrona e assíncrona no Ambiente Virtual de Aprendizagem (fóruns):** O acadêmico deverá realizar os exercícios, avaliações online e, obrigatoriamente, postar participações no fórum ou oficinas de cada disciplina. A orientação do processo de estágio curricular obrigatório e orientação de Trabalho de Conclusão de Curso também valerá da ferramenta para a sua execução além de toda orientação presencial feita pelo mediador pedagógico. Cada uma das disciplinas curriculares terá em média 30 horas (trinta horas) destinadas à interatividade via portal educacional.

IV. **Programas de Nivelamentos:** Informática, Ferramentas e softwares; Leitura, Interpretação e Produção de Texto; Literatura e análise textual (narrativas); Multimídias e Letramento digital; Tecnologias; Conhecimentos Gerais e Atualidades; Curso básico de Hebraico; e Cursos Ministeriais.

V. **Core Curriculum:** Curso livres ofertados pela IES aos egressos.

VI. **Acompanhamento do desempenho do estudante e do docente**: A plataforma possibilita verificar as aulas ao vivo e a quantidade de participantes assim como o desempenho de competências nas avaliações. Também permite incluir questionários quanti e qualitativos nas próprias disciplinas para avaliar o desempenho didático-pedagógico do professor e dos mediadores pedagógicos.

VII. **Projetos interdisciplinares e integradores (PIIs):** Os alunos são incentivados a organizarem em cada módulo, presencialmente, o desenvolvimento de projetos integradores, oficinas, onde os acadêmicos vivenciam situações que lhes permitam experimentar a realidade profissional, pautado em referenciais teóricos, orientados pelos docentes do curso. Na educação a distância, esses projetos ganham grande importância por representarem possibilidades reais de integração entre as disciplinas curriculares e entre acadêmicos e docentes.

a) **Uma oficina geral** que trata de temas transversais de interesse e aplicação a alunos de todos os cursos, boa parte das vezes tratando de assuntos relacionados com os requisitos legais determinados para o ensino superior (inclusão, cultura afro e indígena, etc) e temas que buscam desenvolver competências relacionadas com os conhecimentos gerais medidos nas provas do ENADE.

b) **Duas oficinas de área de conhecimento**, os temas são voltados para o seu público específico e exploram o desenvolvimento de competências relacionadas com os conhecimentos específicos medidos nas provas do ENADE. Quando realizados presencialmente nos polos, as atividades computam 3 (três) horas como atividade de extensão que podem ser utilizadas para a contagem de carga horária de atividades complementares.

c) **Oficinas de curso** de acordo com que se façam necessárias para atender individualmente a cada curso com temas específicos das suas profissões correlatas. Neles, serão desenvolvidas competências relacionadas com as profissões.

VIII. **Autoestudo:** O aluno da EAD também deve ter maior autonomia na condução do seu processo de aprendizagem, o auto estudo tem especial importância na construção da autonomia acadêmica. A ele deve ser disponibilizado o máximo de meios de informação e orientação para que possa selecionar aquelas que realmente são imprescindíveis. Assim, auto estudo não significa estudar sozinho, mas estudar autonomamente, priorizando aspectos mais relevantes, buscando constantemente a relação entre o apreendido e o vivido, nos projetos integradores, nos estágios e na futura área de ação. Dentre as diferentes formas de apoio ao auto estudo citam-se:

a) **Material Didático Virtual:** Acervo das bibliotecas virtuais próprias e assinadas. Tais bibliotecas superam em quantidade, qualidade e meios de acesso, qualquer das bibliotecas físicas existentes nos polos. O material didático virtual é também composto por materiais instrucionais que os professores de cada

curso, organizam e disponibilizam como material didático complementar no ambiente virtual de aprendizagem, que tem como composição: apresentações de slides, vídeos, hipertextos, bibliografia utilizada, dicas, casos e outros.

b) **Material didático impresso:** Livro base da disciplina cursada pelo aluno que complementa, mas não substitui a importância e a necessidade de uso do material didático virtual (e.book). Esse livro serve como suporte das suas atividades presenciais e a distância servindo, a princípio, como base para as videoaulas. A elaboração do mesmo visa a possibilitar total integração entre todas as demais atividades, inclusive a videoaula.

c) **Atividades Complementares:** As atividades complementares têm por objetivo possibilitar a produção do desenvolvimento das habilidades e competências do aluno a partir de vivências internas ou externas ao curso. As políticas e procedimentos que definem as regras gerais para a realização de Atividades Complementares se encontram em regulamento próprio. As atividades complementares asseguram a flexibilidade curricular e a atualização dos temas recorrentes nas diferentes áreas profissionais.

d) **Estágios obrigatórios e não obrigatórios:** Os estágios, quando previstos na Diretriz Curricular Nacional (DCN), estarão presentes, obrigatoriamente, na matriz curricular do curso. Nos casos em que a DCN disponha sobre os estágios como optativos ou não disponha sobre o assunto, será previsto em PPC (Projeto Pedagógico do Curso) a forma de integração do aluno à prática profissional, seja pelo intermédio de convênios com Instituições de Integração Empresa-Escola ou outras centrais de estágios, ou seja, pela promoção da prática profissional no âmbito do curso pela implementação de ações de extensão de integração com a comunidade e com o mercado.

4.6.2.1 Oferta de componentes curriculares na modalidade a distância

Oferta de Componentes Curriculares na Modalidade a Distância está de acordo com a política da instituição em determinar que os Coordenadores de Cursos,

mediante consulta ao Colegiado e ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) e, com base nas diretrizes, no objetivo da IES, no perfil do egresso e, em seu conhecimento das necessidades acadêmicas – alunos, região, comunidade interna e externa possa estabelecer os critérios mais viáveis para oferta das disciplinas na modalidade a distância. É importante destacar que as DCNs determinam uma carga horária total mínima para oferta dos cursos e compete a equipe pedagógica e administrativa determinar o que será ofertado no AVA e presencial que pode transpor ao que foi regulamentado nos referencias.

4.6.2.2 Equipe multidisciplinar para EaD

O professor de EaD precisa se valer de meios de comunicação além dos que dispõe normalmente na sala de aula e mais complexos, pois cria a necessidade de uma linguagem mais dinâmica para atingir um público cada vez maior numa relação espaço-temporal muito distinta da que ele está acostumado.

Estabelece-se assim, nesse processo, uma parceria entre professores e profissionais de comunicação e de informática, programadores de software, web designer, administradores e gestores, produtores e técnicos midiáticos (editor e especialista em TV) e alunos, para garantir a qualidade do processo e a apropriação do conhecimento.

A **Equipe Multidisciplinar,** composta por pedagogos, designers instrucionais, teólogos, especialistas em EAD, suporte técnico e equipe administrativa, que atua de forma conjunta no suporte contínuo às atividades pedagógicas, garante a qualidade, o apoio ao docente e a atualização permanente dos recursos e a excelência na experiência formativa dos alunos.

A Equipe que compõe o EAD, a Equipe Multidisciplinar é uma unidade de gestão, com competência para executar as políticas e diretrizes do Ensino a Distância. Tem como atribuições:

A) Coordenar a execução das políticas e diretrizes para Educação a Distância;

B) Propor a estrutura física e de recursos necessários ao desenvolvimento dos cursos e/ou programas que envolvam EAD.

C) Propor a realização de cursos de capacitação e aperfeiçoamento do corpo docente e técnico-administrativo em EAD.

D) Estabelecer planos de Ação e Plano de Contingência relacionados as modalidades de EAD ofertados pela IES.

As estratégias adotadas no Planejamento das ações da equipe de EaD, compreendem:

- ✓ Viabilizar o suporte teórico e metodológico à equipe pedagógica, atuando como elemento articulador.
- ✓ Instrumentalizar o corpo pedagógico com dados estatísticos sobre os cursos em andamento possibilitando uma visão real da situação do curso.
- ✓ Acompanhar junto as demais equipes, dando sugestões de melhorias na tecnologia para a execução e implementação de Projetos do curso.
- ✓ Dar suporte e elaboração instrumentos avaliativos de desempenho dos discentes e profissionais que atuam na EAD.
- ✓ Sugerir novas recurso que atendam a demanda do curso.
- ✓ Detectar as fragilidades a serem corrigidas e potencialidades a serem reforçadas e diminuir evasão.
- ✓ Orientar pedagogicamente os docentes quanto a projetos, avaliações, planos e outras ações de planejamento e encaminhamentos do curso.
- ✓ Sugerir para a formação da acadêmica dos docentes (congressos/ artigos científicos).
- ✓ Conhecer as demandas existentes em cada curso ofertado na EAD para encaminhamentos de melhorias.

A equipe multiplicar conjuntamente com a equipe em EAD, tem a responsabilidade de colocar em prática o Plano de Contingência em EaD.

O Plano de Contingência, adotado pela equipe do EaD, visa elaborar os procedimentos a serem seguidos em caso de necessidades emergenciais, que permitam realizar a gestão do Processo de controle de produção ou distribuição de material didático (logística), permitindo atender à demanda e garantir a continuidade de funcionamento, do acesso e de utilização efetiva dos serviços pelos usuários; quando de ocorrência de queda do servidor, da rede de internet, ou de pane na rede

de energia, bem como estabelecer procedimentos para o acesso emergencial a materiais físicos de maior demanda.

Na equipe pedagógica, além da equipe encarregada pela organização, gestão da equipe multidisciplinar e coordenação pedagógica do processo de educação a distância (Direção Acadêmica e Coordenação de Curso), diversos profissionais docentes atuam em diferentes funções, as quais se complementam ao processo de interação com o alunado, atores principais na metodologia a distância. Seguem as funções previstas no processo:

- ✓ **Professor Conteudistas:** É um docente com experiência científica e prática, que realiza atividades de desenvolvimento e organização do material didático, grava aulas, realiza tutoria a distância, promove fóruns de discussão com discentes, orienta Trabalho de Conclusão de Curso. O professor garante a oferta de um material didático rico com recursos audiovisuais de qualidade

- ✓ **Professor Mediador Pedagógico online e presencial:** É um profissional que orienta os alunos em suas dúvidas, formas de práticas investigativas, desenvolvimento de projetos e de sua vida no curso e na Instituição. Estabelecem pontes relacionais e estão presentes nos momentos de aulas síncronas e nos momentos presenciais junto ao discentes.

- ✓ **Professor Regente**: Docente responsável pelo Plano de Ensino da unidade curricular e por planejar e coordenar as diferentes ações docentes, integrando os diversos meios e recursos para o alcance dos objetivos de aprendizagem. Também responsável por desenhar o nível de exigência dos processos avaliativos e elaborar os instrumentos de avaliação propriamente ditos.

- ✓ **Tutor presencial e online:** é o profissional técnico-administrativo que dá suporte para as questões relevantes visando um melhor atendimento ao egresso e, portanto, um bom andamento no curso nos polos e presencialmente.

4.6.2.3 Perfil do docente para atuar na EaD

O uso de recursos de mídia na educação a distância pede um profissional que apresente características um pouco distintas daquelas que encontramos nos profissionais tradicionais de educação, a começar por um gosto pela tecnologia e disposição para aprender a usar recursos que até então não estavam presentes nas salas de aula comuns. A interação passa a ser vista como um evento que pode ocorrer de forma síncrona (em tempo real) ou assíncrona (em tempos diferentes) e isso pede a adoção de metodologias distintas e mais efetivas para o ambiente virtual.

Enfim, o professor para atuar na Educação a Distância necessita além da qualificação na área, ser flexível e aberto ao novo, pois compete a ele o preparo do material didático que será utilizado na aula, no momento presencial e no estágio. Ele deve se tornar parceiro dos estudantes no processo de construção do conhecimento incentivando a aprendizagem e o pensamento nas dimensões pedagógica, tecnológica e didática, pois o material didático que o aluno recebe deve ser produzido e organizado especialmente para ser interativo e possibilite a auto-gestão do discente no transcorrer do curso.

Para isso, consideramos que o professor atuante na educação a distância deve ser capaz de:

- ✓ Dominar técnicas e habilidades para tratar os conteúdos em ambientes virtuais de aprendizagem;
- ✓ Utilizar diferentes linguagens e formas de comunicação com os alunos: material impresso, vídeos, multimídia, hipertexto, entre outros;
- ✓ Orientar os alunos na organização das atividades de estudo, práticas investigativas e de avaliação;
- ✓ Dominar técnicas pedagógicas de tutoria sejam essas presenciais e/ou a distância;
- ✓ Propiciar aos alunos recursos diferenciados para a superação das dificuldades encontradas;
- ✓ Organizar e utilizar metodologias diversificadas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos;
- ✓ Elaborar procedimentos de avaliação, considerando necessidades próprias do curso;

- ✓ Orientar os alunos nas atividades complementares de aprofundamento dos conteúdos curriculares;
- ✓ Utilizar diferentes meios de comunicação promovendo interfaces entre os sujeitos da aprendizagem que oportunizem uma participação efetiva na construção do conhecimento;
- ✓ Disponibilizar um ambiente virtual de aprendizagem que garanta a liberdade e a pluralidade das expressões individuais e coletivas.

Compete ao professor conteudista e o professor regente produzir os materiais que serão apresentados ao aluno no ambiente virtual de aprendizagem, incluindo, vídeos, podcasts, tutoriais, slides e outros que serão apresentados à Equipe Multidisciplinar para a configuração, design e outros recursos como HTML- linguagem de marcação padrão para estruturar e apresentar conteúdo em páginas da web. O HTML é a base para outros recursos interativos e é interpretado por navegadores para exibir o conteúdo aos usuários e também em PDF para possibilitar a impressão do material.

4.6.2.4 Material didático para EaD

O material didático, considerando a caraterística sistêmica da EaD assume um papel de grande importância que deve ser produzido especialmente para quem atua nessa modalidade, de uma forma mais autônoma sem contar com a presença constante do professor ao seu lado fisicamente. Por isso, a equipe de produção de material didático assume papel ímpar e específico no processo de ensino.

O material a ser oferecido pela FAESP é baseado em um conjunto de mídias interativas (Vídeos, áudios, impressos, material de software) apresentados de forma dialógica e contextualizada, favorecendo uma aprendizagem significativa. São recursos que se somam aos demais na metodologia empregada, tais como os sistemas de comunicação, de avaliação, os momentos presenciais, os colegas e as experiências pessoais.

Materiais didáticos no EaD se integram à docência como elementos fundamentais à viabilização de objetivos de aprendizagem, contribuindo para que a experiência do (a) aluno (a) seja mais estimulante, engajadora e interativa.

De forma geral, se referem a um conjunto de recursos, (textos, vídeos, aplicativos, diversos, laboratórios digitais, entre outros) alinhados com os demais elementos do curso ou unidade curricular. (BRASIL,2025)

Todos os materiais didáticos estarão disponíveis digitalmente no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), incluindo videoaulas, apostilas, roteiros de estudo, trilhas de aprendizagem, podcasts slides, e-books e atividades avaliativas. O acesso é ilimitado, permitindo autonomia no processo formativo.

O material didático dos cursos apresenta um recorte de conhecimento focando as partes mais significativas e relevantes na formação do aluno que necessita ser expandida com a leitura de outros materiais bibliográficos (leituras complementares) e com a pesquisa (seminários temáticos). Quanto mais diversificado o material, maior é a aproximação das diferentes realidades dos educandos e maior é o conjunto das possibilidades de integrar diferentes formas de interagir com o conteúdo.

Os materiais didáticos são elaborados internamente pelos professores conteudistas da FAESP ou oriundos da parceria com a REFIDIM, assegurando qualidade, atualidade e aderência ao PPC. Cada material contém informações claras sobre os objetivos, carga horária, competências, trilhas de aprendizagem, recursos multimídia, metodologias e critérios de avaliação. Todo o material adquirido é analisado pelo grupo de professores conteudistas, designados pelo NDE do curso que tenha aderência ao conteúdo da respectiva disciplina.

O Material é constantemente avaliado quanto a pertinência e atualizado segundo o que se propõe durante o transcorrer dos cursos e da formação pretendida. É disponibilizado na plataforma em textos em PDF ou HTML (E-book) permitindo a visualização ou a impressão.

A FAESP, preconiza a escolha do material que será disponibilizado no AVA quanto a sua pertinência alinhada aos objetivos dos cursos e aos princípios metodológicos e políticos inerentes ao Projeto Pedagógico de cada curso.

O material didático deve ter uma linguagem dialógica, direta e de fácil compreensão atendendo as aprendizagens individuais e coletivas esperadas para a formação de estudantes. Apresentar ilustrações que sejam motivadoras e propiciem além de uma função estética, uma experiência concreta de aprendizagem. Outra atenção que a equipe de professores conteudistas conjuntamente com a Equipe Multidisciplinar, priorizam são materiais didáticos com conteúdo atualizado e de fontes bibliográficas incontestáveis. Além disso, devem possibilitar, ao discente, elementos desafiadores que viabilizam, no processo, o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas.

- Layout: artifícios utilizados para tornar a leitura mais agradável;
- Fontes bibliográficas confiáveis: a popularização da internet, oferecendo um meio

Desta forma, tanto o material produzido pela IES ou pelos seus parceiros passa por um critério rigoroso e minuciosos coordenado pela Equipe Multidisciplinar. A organização, o controle, o desenvolvimento do material, ou a escolha do material já produzido pela REFIDIM, deve passar pelo seguinte processo definido pela Equipe Multidisciplinar:

1) Solicitação da Coordenação do Curso;

2) Desenvolvimento e produção do material didático pela equipe de Design Educacional e, posteriormente, aprovação pela Coordenação do Curso;

3) Recepção e conferência dos materiais físicos e virtuais;

4) Caso necessário, envio e transporte de livros, documentos, materiais, provas, avaliações e equipamentos, via malote e/ou Correios, aos Polos EaD;

5) Controle dos envios e coletas das atividades de avaliação presencial aplicadas nos Polos EAD;

6) Atendimento a protocolos, solicitações e demandas diversas da coordenação, dos docentes e discentes via Plataforma online (AVA).

Esse material possibilita desenvolver a formação definida no projeto pedagógico, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação da bibliografia às

exigências da formação prevê linguagem inclusiva e acessível, com recursos inovadores.

O Material Complementar é composto por multimeios criados ou selecionados pelos professores conteudistas, professores regentes e ou mediadores para auxiliar os estudantes na compreensão do Material Referencial. Trata-se de um material de apoio contendo leituras complementares, podcasts, vídeos, ilustrações, entrevistas, indicações de sites, de filmes e softwares, objetivando contribuir para o aprofundamento do conteúdo da disciplina. São publicados diretamente no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA ou encaminhados no formato de hiperlink para consulta e download.

Em síntese, toda a produção de material é validado pela equipe multidisciplinar formada por mestres e doutores em diversas áreas do conhecimento, além da equipe de designers gráficos, designers instrucionais, programadores, técnicos e editores de áudio e vídeo que planejam e aplicam seus conhecimentos com o objetivo de sempre aperfeiçoar os materiais referenciais e criar objetos de aprendizagem para aproximar o estudante das habilidades e competências a serem desenvolvidas pelo discente.

Dessa forma, a FAESP garante que seus materiais didáticos, sejam produzidos internamente ou provenientes da parceria com a REFIDIM, estejam alinhados aos mais altos padrões de qualidade acadêmica, com acessibilidade, atualização e aderência às melhores práticas educacionais, promovendo uma formação de excelência, integral, crítica, ética e reflexiva.

4.7 Avaliação institucional e aprendizagem

Concebe-se que o ser humano é o resultado de uma totalidade social, profissional, cognitiva, psíquica, afetiva e motora. Em um processo de avaliação efetivo. Portanto, todas as dimensões que formam a totalidade humana (social, profissional, cognitiva, psíquica, afetiva e motora) devem ser avaliadas de acordo com seu grau de importância durante o processo de sua formação e desenvolvimento.

Entende-se o conhecimento como algo construído historicamente na relação sujeito-objeto e que a competência desenvolvida, ou fortalecida, pelo aluno é

determinada pela prática destes conhecimentos na sua vida profissional e pessoal. Acredita-se, portanto, que a competência e suas habilidades associadas, fazem parte de um processo contínuo de reconstrução do ser humano durante sua existência.

O modelo de avaliação concebido é construído a partir dos seguintes pilares:

I. **Avaliação formativa** - responde à pergunta de como o aluno está indo no seu processo de formação e qualificação. A partir de diferentes instrumentos de avaliação tanto o aluno como o docente tem acesso ao desempenho acadêmica. Permite também, a partir de avaliações estatísticas, a melhoria contínua dos materiais, dos ambientes de aprendizagem e da orientação individualizada.

II. **Avaliação somativa** - responde à pergunta de o quão efetiva foi à apropriação, pelo aluno, dos conhecimentos e habilidades transmitidos. A partir da análise global e sistêmica dos resultados de instrumentos que avaliem a compreensão dos conteúdos ao final de cada disciplina e ao final do curso.

Dessa forma, se estabelecem ações permanentes para acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem e a garantia da qualidade do curso.

4.7.1 Metodologia de avaliação nas modalidades presencial e a distância

A FAESP vê a avaliação não somente como um processo de atribuição de notas, mas como uma ferramenta de norteamento nas políticas e procedimentos de ensino aplicadas ao processo de aprendizagem. Para isso, é feito um acompanhamento gráfico de rendimento dos alunos e os professores são orientados a acompanhar o processo de evolução individual do aluno em relação aos conteúdos indicando os pontos onde se façam necessárias revisões de procedimentos adotados.

O foco da aprendizagem deve ser o qualitativo e quantitativo no processo de formação discente. Da mesma forma, os processos avaliativos na FAESP são feitos a partir de ferramentas de aplicabilidade contínua e divididos em modalidades que

explorem de forma eficiente as habilidades e competências previstas nas DCNs e nos projetos pedagógicos dos cursos. Dentro dessa filosofia, as avaliações se apresentarão de maneira formativa e somativa.

Na avaliação formativa, será levado em conta o desempenho dos estudantes durante o processo de ensino e aprendizagem e na avaliação somativa serão analisadas as diferentes atividades que o estudante realizará durante o processo, que serão expressas por meio de estudo dirigido, aulas interativas, trabalhos em equipe e avaliações individuais objetivas randomizadas e avaliações discursivas presenciais que compõe uma nota final para aprovação.

Durante todo o percurso formativo, o aluno realiza duas etapas de avaliações contemplando questões de múltiplas escolhas e questões dissertativas com (cases, situações problemas e elaboração de Projetos.

Compete a cada NDE e Colegiado de curso definir o processo e como estará disposto no instrumento avaliativo, mas institucionalmente se prevê a realização de dois momentos distintos de avaliação na modalidade presencial e virtual para os cursos em EaD e para a modalidade presencial em consonância com as necessidades reais de cada graduação.

4.7.1.1 Instrumentos e critérios de avaliação na modalidade presencial

As avaliações apresentadas durante o processo de ensino na FAESP deverão ser compostas por, no mínimo, 2 (dois) momentos e com diferentes instrumentos avaliativos ficando a critério do coordenador conjuntamente com o NDE e Colegiado de curso, definir os instrumentos e critérios que julguem adequados e necessário para atender as necessidades do curso, a especificidade das disciplinas ou dos componentes curriculares e, principalmente, dos discentes. Alguns instrumentos sugeridos para a execução dos trabalhos avaliativos são:

- ✓ Provas discursivas e objetivas;
- ✓ Trabalhos (pesquisa, resenha etc) em grupo ou individual;

- ✓ Seminários em apresentações orais ou pôsteres;
- ✓ Debates, mesas redondas, exposições orais;
- ✓ Estudos dirigidos em grupo ou individual;
- ✓ Atividades de prática avaliadas em grupo ou individual.

As atividades de avaliação são feitas no decorrer do semestre utilizando dos instrumentos supracitados e demais que se façam necessários e/ou pertinentes ao processo de ensino- aprendizagem.

Para a modalidade presencial as avaliações se estruturam em etapas. Além das avaliações previstas para as disciplinas, se organizam:

I. **Exame Final:** consiste em uma avaliação individual composta por questões objetivas e subjetivas que contemplem os aspectos mais significativos da disciplina, de modo que o acadêmico possa demonstrar o conhecimento mínimo exigido para sua promoção na área. O exame final será aplicado a todos os alunos que não alcançarem a nota mínima para a dispensa dessa prova conforme prevê o regimento interno, resultando na aprovação por média no bimestre e desde que satisfeito o critério de nota mínima.

II. **Critérios de avaliação:** O processo de avaliação baseia-se nos mesmos princípios em ambas as modalidades, respeitando apenas a especificidade de cada uma delas. Por exemplo, a distribuição dos pesos das avaliações considera o tempo de adaptação à modalidade EAD e esse mesmo princípio de respeito ao tempo de adaptação é aplicado quanto à abrangência e profundidade dos conteúdos avaliados. A distribuição dos pesos das avaliações de cada disciplina será composta pela seguinte distribuição:

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média final igual ou superior a 7,0 (seis) e obtiver frequência igual ou superior a 75% nos encontros presenciais.

O Núcleo Docente estruturante e o Colegiado do Curso da modalidade presencial, estão em estudo para viabilizar a mesma estrutura adotada no EaD, caso os cursos sejam autorizados na sua oferta de ensino a distância, respeitando a especificidade do ensino presencial.

4.7.1.2 Instrumentos e critérios de avaliação na modalidade a distância

Em todas as disciplinas, haverá uma avaliação presencial individual composta por questões objetivas e subjetivas que explorem a capacidade de raciocínio e reflexão sobre os conteúdos estudados respeitando os objetivos expressos nos projetos pedagógicos de cada curso e aprovados pelo Núcleo Docente Estruturante e Colegiado de cursos.

Para o ensino na modalidade a distância- EaD as avaliações se estruturam da seguinte forma:

AV1 Avaliação Online: Composta por 4 avaliações. Sendo 3 (três) com questões de múltipla escolha e 1(uma) com questões dissertativas no transcorrer da disciplina. Cada avaliação tem o valor de (zero a 1,0). Seu valor total terá o peso de 40% no valor total da nota.

AV2 Avaliação presencial. Composta por questões de múltipla escolha e duas dissertativas (case, situações problemas ou projeto). Seu valor terá o peso de 60% no valor total da nota. Realizada presencialmente nos polos

AVS Avaliação Substitutiva. É composta por questões objetivas e duas dissertativas. Tem como característica, dar a oportunidade ao estudante de fazer a prova AV2 após justificar a ausência da AV2. Também será realizada presencialmente nos polos.

Outra Atividade é a do Fóruns de Interação/Discussão com uma proposta em que o aluno disserta sobre uma temática discutida durante as aulas. Esta proposta é organizada pelo professor regente e está em consonância com o conteúdo trabalhado pela disciplina. Será computada presença.

As disciplinas práticas podem estabelecer instrumentos específicos de avaliação na composição da AV1 e/ou AV2 como trabalhos em grupo, desenvolvimento de portfólios e projetos, em substituição às atividades de múltipla escolha e dissertativas que prevalecem em disciplinas predominantemente teóricas.

O NDE do Curso está em estudo para implementar a AV3 como forma de possibilitar aos alunos que desejam melhorar a pontuação obtida na AV2 e de auxiliar na recuperação na disciplina. Será disponibilizada aos alunos, em período definido

em calendário, a possibilidade de realizar a AV3. A AV3 consiste em uma prova presencial e individual, composta por questões objetivas, e 1 questão dissertativa. Pode ser utilizada em substituição a AV2 que corresponde a 60% da Nota Final (NF). Prevalece sempre a nota maior.

Será considerado aprovado o aluno que obtiver média final igual ou superior a 6,0 (seis) e obtiver frequência igual ou superior a 75% nos encontros presenciais.

4.8 Atendimentos às diretrizes pedagógicas: Critérios gerais

As diretrizes pedagógicas constituem um norte na elaboração dos currículos não lhes cabendo, apens, definir matrizes ou conteúdo, mas norteando as escolhas dos núcleos docentes estruturantes e dos colegiados na gestão dos processos de melhoria dos cursos oferecidos pela FAESP. As modificações a serem apresentadas nas matrizes podem emanar de determinações legais, necessidades locais e temporais respeitando-se às diretrizes legais do MEC e, mesmo por sugestão docente/discente que serão analisadas em casos particulares, avaliadas pelo NDE e, por fim, uma vez considerada procedente a demanda, encaminhadas aos colegiados para apreciação.

4.9 Inovações quanto à flexibilidade dos componentes curriculares

A FAESP toma como princípio básico nos processos de ensino-aprendizagem a pedagogia interativa com ênfase e estudo de problemas de situações reais que estimulem o aluno à prática do conhecimento e não somente a concentrar-se na teoria de forma que pareça aos alunos eventos dissociados no processo em questão. Dessa forma, as inovações pretendidas quanto a flexibilidade dos componentes curriculares são:

a) **Projeto Integradores multidisciplinares (PIIs)** trata-se de eventos em que interajam as equipes de cursos distintos com o objetivo de compartilhamento dos conhecimentos e vivência prática das teorias estudadas resolvendo

problemas e atuando em equipe multidisciplinares. Esses projetos serão feitos em atividades presenciais ou em ambientes virtuais preparados para essa interação. Está estruturado para acontecer no transcorrer do curso e sua organização prevê temáticas em que os alunos possam interagir com o conteúdo das disciplinas e desenvolvam trabalhos específicos com o acompanhamento de professores mediadores, responsáveis pelo projeto.

b) **Seminários Interdisciplinares:** São propostas de evento presencial, que poderá também, ser transmitido em tempo real para toda a comunidade acadêmica. Conta com temáticas pertinentes à formação profissional, com a presença de especialistas da área e aberto a comunidade local.
c) **Disciplinas Optativas/eletivas:** conjunto de disciplinas oferecidas em horários alternativos ou online para os alunos a fim de que eles possam agregar conhecimentos de diferentes áreas. São atividades facultativas que podem ser utilizadas como horas de atividades complementares.
d) **Redução do tempo de integralização do curso através do adiantamento de disciplinas:** os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específica, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração de seus Cursos, desde que obedecidas as normas aprovadas e que esse abreviamento não exceda a 50% do tempo de integralização.

4.10 Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

Em respeito ao dispositivo legal previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei (394/96 de 20 de dezembro de 1996), que prevê, em seu Artigo 47 § 2°, que os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, a FAESP oferece a possibilidade de integralização em tempo diferenciado para alunos com rendimentos extraordinários nos estudos.

Esse aproveitamento é avaliado por uma banca de professores da instituição que selecionarão os conteúdos e formatos de avaliação adotados pela instituição. O aluno deverá ser submetido a essa banca e, caso o obtenha nota igual ou superior a 70% do aproveitamento será considerado apto para a dispensa da disciplina e sua progressão imediata. Esse processo deve ser efetuado para cada disciplina a qual o aluno pretenda dispensa para fins de adiantamento de integralização de curso. O processo de avaliação de aproveitamento é regulado por normatização interna e deve ser feito pelo aluno na secretaria. É importante frisar que não são permitidos mais do que 3 avaliações de conteúdo no período.

Existe também a possibilidade de aproveitamento de disciplina cursada pelo aluno em outro curso quando ele possui curso superior ou é matriculado como transferido. Para isso, é aberto um processo na secretaria e o coordenador de curso avalia a viabilidade de isenção do aluno em função da carga horária, da equivalência do conteúdo programático.

Diferente do processo de avaliação para comprovação de saber e adiantamento de disciplina, a isenção por disciplina cursada não precisa ser apreciada por colegiado de curso.

4.11 Projetos integradores, aprendizagem baseadas em problemas

Com o objetivo de formar um profissional capaz de, ao inserir-se no mundo do trabalho, utilizar-se dos conhecimentos teóricos apreendidos durante o curso às suas vivências e ações cotidianas, baseamo-nos em uma metodologia de integração entre teoria e prática, partes indissociáveis e na perspectiva de que o conhecimento apreendido seja ferramenta para a resolução de situações profissionais cotidianas.

Essa integração pode se efetivar em locais de escolha dos alunos ou nos Polos com apoio do mediador pedagógico ou o professor, no ambiente virtual de aprendizagem ou ainda, na sede da instituição. São momentos em que os alunos, sob a orientação de professores da FAESP e embasados teoricamente pelos conteúdos trabalhados nas diferentes mídias utilizadas, participam efetivamente de projetos

integradores, cuja finalidade principal é colocar os acadêmicos, futuros profissionais, em situações de reflexão e sobre a prática profissional.

O Projeto interdisciplinar Integrador (PII) é um procedimento importante adotado no âmbito educacional na modalidade presencial e a distância que está previsto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para cada curso ofertado. O mesmo caracteriza-se como uma atividade de promoção e desenvolvimento de práticas investigativas com intuito de promover a interdisciplinaridade, por meio da integração dos conhecimentos desenvolvidos em cada disciplina da matriz curricular dos cursos, o mesmo é realizado através de até oficinas semestrais que envolvem alunos de mais de um período, com o objetivo de estimular a contribuição entre os diversos estágios do aprendizado na graduação.

O PII é elaborado pelos docentes das disciplinas e promovido, articulado e acompanhado pelas coordenações dos cursos. No ensino presencial, as oficinas são executadas e acompanhadas pelos docentes e na EAD, serão orientados pelos docentes das disciplinas, porém serão executados e acompanhados pelos professores mediadores nos polos. Esses trabalhos abordam itens relevantes para que o acadêmico possa aprofundar os conhecimentos obtidos nos cursos e sua realização independe da presença nos polos e os alunos têm a opção de organizarem grupos de estudo para realizá-los no ambiente virtual de aprendizagem.

As práticas interdisciplinares são dinâmicas, podendo haver alterações no decorrer dos semestres letivos devido ao contínuo aperfeiçoamento necessário e resposta às demandas educacionais. O Projeto Integrador também está contemplado no processo de produção dos Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC, que aborda temáticas integradoras e interdisciplinares sendo realizado conforme orientação de cada Coordenação de Curso. Como etapa necessária ao desenvolvimento do TCC, cada discente apresenta inicialmente um Pré-Projeto para avaliação do professor de cada disciplina disposta na matriz curricular de cada Curso ofertado.

4.12 Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional

As metodologias de ensino adotadas pelos cursos da FAESP fundamentam-se nos princípios da Pedagogia Ativa, que promove o diálogo, a interação, a colaboração e a integração entre docentes, estudantes e comunidade acadêmica, favorecendo a construção coletiva do conhecimento e a formação integral do aluno. Nesse contexto, o estudante assume o papel de sujeito ativo do processo de ensino-aprendizagem, desenvolvendo conhecimentos, competências, habilidades e atitudes indispensáveis ao exercício profissional e à atuação cidadã. Compete ao professor selecionar e utilizar diferentes estratégias pedagógicas, recursos didáticos e tecnologias educacionais capazes de incentivar, orientar e estimular a participação ativa do estudante, promovendo uma aprendizagem significativa e contextualizada.

As metodologias ativas adotadas pela FAESP são orientadas ao **desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo**, da **capacidade de resolução de problemas**, da **tomada de decisões fundamentadas**, da **criatividade**, da **autonomia intelectual**, da **aprendizagem colaborativa**, da **responsabilidade social**, da **consciência ética**, da **educação para o desenvolvimento sustentável** e da **formação integral do estudante**, preparando-o para enfrentar os desafios da sociedade contemporânea e do mundo do trabalho com competência técnica, sensibilidade humana e compromisso com a transformação social.

Para os cursos destacam-se as seguintes atividades:

- dinâmicas de grupo;
- leituras comentadas;
- fichamentos;
- aulas expositivas dialogadas;
- visitas técnicas;
- aulas práticas;
- uso de laboratórios de informática;
- projetos integradores;
- aprendizagem baseada em problemas (Problem Based Learning – PBL);
- estudos de caso;
- projetos de pesquisa e extensão;

- leitura de livros e pesquisa bibliográfica;
- uso de ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);
- utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- atividades de autogestão da aprendizagem.

No caso de cursos ou disciplinas ofertados na modalidade de Educação a Distância (EaD), a comunicação entre professores, mediadores pedagógicos e estudantes ocorrerá por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem da FAESP e, quando previsto, por atividades presenciais. Também nessa modalidade são empregadas metodologias ativas de aprendizagem, utilizando diferentes momentos e canais de interação síncrona e assíncrona, favorecendo o protagonismo discente, a aprendizagem colaborativa e a construção compartilhada do conhecimento.

A comunicação ocorrerá por meio de chats, fóruns de discussão, e-mail institucional, mensagens via AVA e fóruns de dúvidas, conforme descrito a seguir:

a) **Chat** - os participantes (alunos, docentes e/ou tutores) se comunicam em tempo real –síncrona de comunicação. Os alunos podem tirar as eventuais dúvidas utilizando esta ferramenta durante as aulas ao vivo. Os professores regentes e os mediadores pedagógicos, de cada disciplina, ficarão à disposição dos discentes durante o transcorrer da aula ao vivo, sanando dúvidas, dando apoio nas questões pedagógicas e de plataforma. Também contam com os tutores nas questões técnicas e administrativas. Assim, este canal de comunicação estreita as relações entre os sujeitos da ação e permite, em tempo real, uma maior interação e apoio às necessidades específicas dos estudantes.

b) **O Fórum de Discussão** - um mecanismo de interação assíncrona onde o professor apresentará uma pergunta ou uma situação problema que induzirá aos alunos da turma a discussão sobre o tema relativo à disciplina com eventual intervenção do professor regente e do mediador nas participações dos alunos emitindo pareceres sobre o descrito pelo estudante e ou dando sugestões de outras fontes que complementem a pesquisa, portanto o auto estudo do aluno. É um momento rico na formação complementar do aluno. Este meio tem também como

característica computar a presença do aluno na plataforma, por meio de relatório gerado que comprove a participação do estudante no processo.

c) **E-mail:** O professor disponibilizará o seu e-mail institucional para que o aluno possa entrar em contato com ele. Neste caso, a interação se dará apenas entre o aluno e o docente.

d) **Mensagem Via AVA:** Essa ferramenta estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem, no qual o aluno terá a possibilidade de enviar mensagens instantâneas para o professor, independente de horário de atendimento, a mensagem é disponibilizada ao professor assim que ele acessa o AVA, podendo enviar a resposta ao aluno a qualquer momento no prazo de 48horas.

e) **Fórum de Dúvidas:** Cada unidade da disciplina terá essa ferramenta disponibilizada para os alunos e professor ou mediador pedagógico na qual o aluno poderá postar uma eventual dúvida relacionada à unidade estudada e, em seguida, o professor responderá sua questão. Todas as perguntas e respostas postadas no fórum de dúvidas ficam disponíveis para visualização de todos os alunos da turma. Também conta com a participação do tutor nas questões técnicas e administrativas

f) **Comunidade de Curso:** este espaço destina-se a interação do aluno com o coordenador de curso. O aluno terá acesso a toda documentação pertinente ao curso, calendário acadêmico, avisos sobre o curso, locais de estágio, palestras, tutoriais, questões específicas ao ENADE e outros definidos pela coordenação. É um canal em que o coordenador pode acompanhar o estudante para as questões pedagógicas ou técnica administrativas conduzindo o aluno aos canais respectivos para que seja atendido segundo suas necessidades.

A metodologia adotada pela FAESP prevê que o curso terá, tanto no ensino presencial quanto no ambiente virtual, encontros com a equipe de docentes, tutores, equipe de EaD e coordenação de curso. Esses momentos favorecem o acolhimento, a integração acadêmica e o acompanhamento contínuo do estudante durante toda sua trajetória formativa. Outros encontros serão realizados ao longo do semestre

visando fortalecer a interação entre estudantes, professores, coordenação e demais agentes envolvidos no processo educativo.

O material de apoio está estruturado em unidades de estudo e disponibilizado nas disciplinas como material complementar. Os estudantes contam, ainda, com acompanhamento permanente dos mediadores pedagógicos, cujo atendimento personalizado assegura a interação necessária ao desenvolvimento da aprendizagem, ao fortalecimento da autonomia acadêmica e à superação das dificuldades eventualmente identificadas.

Esse acompanhamento ocorre por diferentes canais, como fóruns, e-mails, mensagens via AVA e videoconferências (Skype), assegurando apoio pedagógico contínuo e fortalecendo a aprendizagem ativa, colaborativa e significativa.

O mediador pedagógico terá as seguintes atribuições:

- mediar o processo de aprendizagem do aluno;
- estimular as atividades de socialização e processos cooperativos de aprendizagem da turma;
- esclarecer as dúvidas através do sistema AVA, por VOIP utilizando o sistema SKYPE ou HANGOUTs, e-mail e mensagens via AVA ou presencialmente;
- digitar no AVA as notas das avaliações dos projetos ofertados no presencial;
- orientar os alunos, virtualmente ou presencialmente, sobre a comunicação online adequada e demandas da aprendizagem a distância;
- auxiliar os alunos na compreensão dos serviços da Instituição e sobre a estrutura do curso e do AVA; e, outros.

O professor mediador disponibilizará os horários na plataforma ou nos polos para que os alunos se organizem e sejam atendidos na qualidade esperada. As turmas nos encontros síncronos mediados, para cada disciplina, contarão com, no máximo, setenta alunos.

A interação aluno/professor regente também será estabelecida por momentos síncronos e mediados pelo professor mediador, no qual serão oferecidos orientações e desenvolvimentos de aspectos específicos das disciplinas e atendimento às atividades acadêmicas, como aulas práticas, estágio supervisionado e Trabalho de conclusão de curso. As mesmas terão momentos presenciais que oferecerão atividades de prática docente envolvendo as disciplinas de cada módulo.

Na trilha de aprendizagem, todo o conteúdo da disciplina é disposto em temáticas. Será apresentada 4 (quatro) temáticas durante o semestre, de forma organizada, o estudante tem acesso a sequência do conteúdo por meio dos materiais didáticos, ao Plano de Ensino, as aulas ao vivo, as aulas gravadas e, instrumentos de avaliações de cada temática trabalhada, na disciplina. Também serão utilizados, na disciplina, vídeos e áudios recomendados pelos autores dos fascículos como material complementar. Estes podem ser aproveitados principalmente pelo domínio público ou produzidos na própria instituição. O aluno recebe este material na forma eletrônica.)

O material didático físico no âmbito do AVA é de fácil acesso para o docente e o discente. Fica disponibilizado para impressão e, se caracteriza por ser um importante recurso que permite manter uma relação próxima entre o aluno-professor.

Nesse sentido, as metodologias ativas adotadas pela FAESP são orientadas ao desenvolvimento do pensamento crítico, à resolução de problemas, ao fortalecimento da responsabilidade social, ao desenvolvimento sustentável e à formação integral do estudante. Na trilha de aprendizagem, todo o conteúdo das disciplinas é organizado em temáticas articuladas entre si, permitindo ao estudante acompanhar, de forma progressiva, os materiais didáticos, planos de ensino, aulas síncronas, aulas gravadas, atividades avaliativas e recursos educacionais complementares, incluindo vídeos, áudios, estudos de caso e materiais produzidos pela própria Instituição ou provenientes de fontes de domínio público.

O material didático físico e digital disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem constitui importante instrumento de apoio ao processo educativo, proporcionando acessibilidade, flexibilidade e autonomia ao estudante, além de favorecer a interação contínua entre docentes, mediadores e discentes.

Nesse sentido, as metodologias ativas adotadas pela FAESP estão comprometidas com a promoção da aprendizagem significativa e da formação integral do estudante, estimulando o desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade de resolução de problemas, da responsabilidade social, da ética, da cidadania, da inovação, da criatividade, do trabalho colaborativo, da educação para o desenvolvimento sustentável e da atuação profissional comprometida com as demandas da sociedade, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a missão institucional e os princípios de qualidade da educação superior.

4.13 Desenvolvimentos de tecnologias

A FAESP não desenvolve tecnologias de ensino uma vez que seus cursos não contemplam áreas que atuem nesse nicho de mercado. O que fazemos é desenvolver metodologias aplicadas com recursos que já existem como ferramentas de avaliação presentes em ambientes virtuais na plataforma *MOODLE,* esta, em implementação como base para os cursos EaD.

Sabe-se que, atualmente, há mais tecnologias do que metodologias. Os recursos tecnológicos dos quais dispomos não são empregados em sua forma plena porque muitos ainda estão com suas metodologias em desenvolvimento e cada vez que se implementa uma forma, outras surgem como alternativas para a primeira.

A FAESP estimula em suas atividades acadêmicas e sociais o uso de ferramentas tecnológicas já existentes como forma de integração de informação. Sendo assim, o uso de redes sociais como Facebook, YouTube, Twitter e mecanismos de comunicação em tempo real como WhatsApp ou Telegram é amplamente estimulado em seu uso tanto entre alunos como entre professores.

A implementação da plataforma Moodle se dará devido à sua integração com o sistema acadêmico já existente na Faculdade, suas funcionalidades de publicação dos materiais e de conteúdos e, principalmente, aos recursos para realização e entrega de atividades individuais e coletivas, com os respectivos registros de participação dos alunos, de acompanhamento pelos docentes e de exibição de resultados de avaliação, prestando-se a funções de administração dos dados dos usuários e ao funcionamento como um ambiente virtual flexível. Advém disso, a necessidade de haver materiais visualmente atrativos, agradáveis, interativos e eficientes em conduzir o aluno na FAESP no caminho da aprendizagem.

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

4.14 Atividades práticas e estágio

O Estágio, a prática profissional e as atividades complementares, enquanto atos integrantes do processo de ensino aprendizagem, são momentos específicos de alto valor em que se pretende proporcionar ao formando um olhar prático e pessoal sobre os vários momentos reais em que os conteúdos teóricos curriculares são colocados em debate em prática. Por isso, essas fases ocupam lugar de destaque no âmbito de toda a política pedagógico-didática da FAESP.

O relatório de conclusão de estágio que cada aluno-estagiário apresenta ao final do Estágio, conforme a estrutura prevista nos projetos científicos dos cursos, serão aproveitados no seu resultado como instrumento que servirá para uma cooperação com as entidades cujas instituições estão inseridas no programa de extensão da Faculdade.

Consideramos o estágio como uma atividade curricular e não curricular. Por curriculares, entendemos todos os estágios previstos nas diretrizes curriculares nacionais de cada curso. Esses são objeto de avaliação periódica, supervisão específica e compõem a matriz do curso. Os estágios não-curriculares são aqueles realizados pela própria inciativa do aluno, não compõem a matriz do curso e possuem a supervisão compartilhada entre a IES e a instituições que oferta o campo de estágio.

O primeiro oportuniza a interação do acadêmico com a realidade educacional, possibilitando a ampliação teórico-prática do contexto socioeducacional no qual está inserido; o segundo permite a inserção precoce e voltária do aluno nas práticas de sua formação. Nessa relação teórico/prática, busca-se a harmonia do saber e saber fazer na profissão, quer seja pesquisando, observando, avaliando e aplicando intervenções reais nas instituições conveniadas, de modo a associar os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica com os problemas complexos que nelas se manifestam, além de complementar o processo ensino-aprendizagem e de fortalecer e enriquecer a formação profissional.

Sendo assim, o Estágio é parte integrante da grade curricular dos cursos de bacharelado e licenciatura, com respaldo na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional nº 9.394/96, em seu artigo 82. A Prestação de Serviços, pelo aluno, em forma de estágio está regulamentada pela Lei Federal n.º 6.494/77 e pelo

Decreto Lei n.º 87.497 de 18 de agosto de 1982 sendo considerado como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica. Além das diretrizes próprias a cada curso, a IES se fundamenta também pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 em que, define o estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que integra o itinerário formativo do estudante e faz parte do projeto pedagógico do curso.

A IES prevê que o estágio deve fazer parte da política de curso, ser atentamente planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

No curso de Pedagogia e demais licenciaturas segundo os parâmetros estabelecidos para os cursos de formação de docentes, o Estágio Curricular é obrigatório sendo realizado nos campos de Estágio especialmente nas escolas, visto a formação de docentes, e em outros campos de atuação do licenciado, como espaços não formais de aprendizagem, ONGs, hospitais, empresas e outros. Este conjunto de experiências e vivências interdisciplinares de trabalho realizadas em instituições conveniadas requer procedimentos por parte da coordenação que garantam a fidelidade nas atividades realizadas.

Assim, a FAESP realiza convênio com as instituições que acolherão os acadêmicos e elege um supervisor local de estágio para acompanhar o trabalho, sendo este, responsável pela avaliação de desempenho do estagiário.

O Estágio Supervisionado não possui vínculos empregatícios e é desenvolvido dentro das normas estabelecidas pela FAESP, considerando as características específicas em cada curso, independente da modalidade de ensino.

Completando essa formação, ressaltam-se que os estágios são atividades que podem promover a aproximação entre docentes-discentes-comunidade externa. Integrando-se ensino e o mercado de trabalho extrapolando os limites tradicionais da formação profissional e multiplicando os espaços das práticas educativas.

Para os cursos a Distância, todo o estágio Supervisionado será realizado presencialmente com o apoio e orientação do professor mediador pedagógico. Terá acesso ao Manual de estágio, disponível no AVA. Também no AVA tem uma sala de

Estágio Supervisionado que além de ter os documentos, manuais e tutoriais, terá um espaço para o envio do relatório final devidamente validado pelo professor orientador e carimbado. O espaço na sala de Estágio servirá como repositório para as atividades de estágio já realizadas pelo aluno.

4.15 Desenvolvimento de materiais pedagógicos

A incorporação das novas ferramentas tecnológicas é realizada com o intuito de acompanhar o fluxo da modernidade e da globalização, a qual exige que a Instituição de Ensino ofereça diferentes formas de acesso às informações e à construção do conhecimento. Nesse sentido, a FAESP incentiva os professores para a produção de materiais pedagógicos para implementarem melhorias na formação de nosso egresso.

Na modalidade a distância, os materiais produzidos representam, mais do que agrupamentos de conteúdo, formas reais de interação com o conhecimento, visto a interação entre os elementos envolvidos no processo, professor-autor, docente e aluno e o conhecimento sistematizado. Dessa forma, os materiais produzidos pelos professores da FAESP devem passar por um rigoroso processo de análise técnica e pedagógica, visando a ofertar ao alunado material de qualidade, atualizado e apropriado para a modalidade.

A Faculdade Evangélica de São Paulo, prioriza o desenvolvimento de materiais didáticos diversificados e plurais, garantido ao aluno, o direito ao acesso, à permanência e à aprendizagem, assegurado o padrão de qualidade e de excelência acadêmica aos estudantes da educação superior, independentemente do formato de oferta do curso.

Dentre os materiais produzidos citam-se:

- ✓ **Livros/Apostilas:** Material impresso e digital elaborado para cada disciplina cursos de Graduação e pós-graduação a partir da seleção de conteúdo a ser trabalhado em cada disciplina. Em sequência, abrangência e profundidade definida pelo professor-autor, supervisionado pela Coordenação do Curso e pelo Núcleo Docente Estruturante que definem, quando necessário, mudança

e atualização de conteúdos. O material produzido será construído a partir do referencial bibliográfico do Curso, presente no Plano de Ensino, e passará por um processo editorial de revisão, edição, diagramação e impressão, o que lhe garante qualidade e atualização.

- ✓ **Materiais postados em Ambiente Virtual de Aprendizagem:** são produzidos pelos professores da FAESP para a mediação do processo de construção do conhecimento. Compõem-se de slides para as videoaulas, textos complementares, exercícios e avaliações objetivas e discursivas e outros.

- ✓ **A Videoaula:** Mídia de vídeo produzida em estúdio, a partir da roteirização do conteúdo pelo professor da disciplina, acompanhado pelo coordenador de curso e tecnicamente pelos profissionais de estúdio;

4.16 Incorporação de avanços tecnológicos

Quando se fala em tecnologia educacional, faz-se uma associação com atividades que envolvam computadores e softwares, ou seja, com a informática, auxiliando o processo de ensino- aprendizagem em ambientes virtuais de aprendizagem. Portanto, as características da Educação a Distância é o uso da tecnologia que permite uma maior flexibilidade na apresentação do conteúdo programático, pois adota uma perspectiva ampla da tecnologia que supre as necessidades, garantindo acesso ao conhecimento e interação diante deste processo.

A FAESP fará uso de tecnologia apropriada para teleconferência digital, internet e material de apoio. Para as gravações das videoaulas, contaremos com um espaço próprio e equipe treinada para orientar os professores que ministram as aulas em vídeo.

O ambiente virtual de aprendizagem – atualmente em implementação a plataforma Moodle, constitui-se como o espaço que viabiliza uma comunicação multidirecional, a qual permite interações individuais e coletivas entre todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. O ambiente virtual de aprendizagem

pode ser considerado, segundo alguns autores, como sendo um “dispositivo” que possibilita a comunicação e a mediação de saberes, de formação midiatizada.

Diante desta perspectiva, o Ambiente Virtual de Aprendizagem é um meio tecnológico, disponível na Internet, que reúne os recursos e ferramentas necessárias para acessar os conteúdos dos Cursos, e que permite a interação dos alunos com os professores e tutores a distância, e dos alunos entre si para que a aprendizagem seja mais efetiva e significativa apesar de professores e acadêmicos estarem geograficamente distantes, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) possibilita a ação de compartilhar ideias e interesses, pois, mediante o mesmo, podem-se acessar os conteúdos das disciplinas a serem estudadas; realizar as atividades propostas pelos professores; interagir com os professores a distância; acompanhar a trajetória da unidade curricular por meio dos relatórios oferecidos pelo sistema, obter informações sobre o andamento do curso através do mural de recados, acompanhamento do calendário de aulas, calendário de avaliação e interação com os participantes da plataforma através das ferramentas interativas: fóruns, chats e envio de mensagens.

4.17 Seleção de conteúdos

O critério central para a seleção de conteúdos e dos princípios metodológicos do trabalho pedagógico na FAESP é derivado das dimensões que contribuem para instaurar as mudanças formativas que renovarão a correlação conteúdo-método nas diferentes áreas de conhecimento ofertadas pelos currículos dos cursos. A renovação dessa correlação deverá estar aliada à legislação educacional do ensino superior, à legislação da Instituição e à legislação profissional, perpassadas pelo domínio do conhecimento técnico-científico de ponta e por alternativas metodológicas coerentes com os saberes que fundamentam a área de estudos. Por sua vez, as atividades curriculares que expressam objetivamente os conteúdos e os métodos empregados para a sua apropriação não se distanciarão da sintonia político-científica que manterão com a dinâmica da realidade, do conhecimento e do mundo do trabalho.

A seleção de conteúdo, de metodologias de ensino e de aprendizagem e de recursos computacionais apropriados aos propósitos da área de formação superará a mera aquisição de informações, competências e habilidades e propiciará o desenvolvimento de capacidades para acompanhar a complexa evolução das mudanças.

O critério básico, pois, para a seleção de conteúdos e princípios metodológicos é que o ensino seja transformado em verdadeiro projeto de ensino – beneficiando-se dos princípios e instrumentais pedagógicos das metodologias investigativas – que por sua vez, constituir-se-ão em projetos de aprendizagem e estes em projetos de vida.

O ensino, como processo formativo, somente terá resultados promissores, se mediado pelo conhecimento teórico-científico e técnico-profissional, pela ética profissional e pelos valores fundantes da cidadania, que levam à apreensão crítica e criativa das competências e habilidades exigidas pela contemporaneidade da sociedade. Nesse sentido, faz-se premente a interação dos programas de ensino com campos profissionais concretos que resultem em experiências que contribuam para o conhecimento, para a teorização e para a intervenção em realidades sociais específicas. Supera-se, com isso, uma formação exclusivamente voltada para o mundo acadêmico, no qual os futuros profissionais adquirem a dimensão de uma formação que ultrapassa os muros da instituição de ensino. O ensino com e para a extensão, como metodologia de trabalho, contribui para o desenvolvimento desse propósito.

Ao lado da apropriação crítica dos conhecimentos, competências e habilidades pertinentes à sólida formação na área de conhecimento em estudo, os conteúdos e respectivas metodologias de trabalho, em cada um dos cursos ofertados, instrumentalizar o futuro profissional, as bases indispensáveis para a iniciação científica na área e previram espaços e lugares na estrutura curricular para a produção do conhecimento.

O órgão interno a quem compete a observação das premissas supracitadas no que concerne ao conteúdo é o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de cada curso que, avalia, acompanha e sugere mudanças nos cursos sempre com base nas Diretrizes e nas demandas locais que se façam necessárias.

5 POLÍTICAS ACADÊMICAS

5.1 Políticas de ensino

As políticas de ensino adotadas pela FAESP fundamentam-se em sua missão institucional de promover uma educação superior de excelência, comprometida com a formação integral do ser humano, a produção do conhecimento, a responsabilidade social, a ética cristã, a inclusão, a inovação e a transformação da sociedade. Essas políticas orientam-se pelos princípios institucionais, pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), pelas normas do Ministério da Educação (MEC) e pelos referenciais de qualidade estabelecidos pelos órgãos reguladores, buscando assegurar uma formação acadêmica alinhada às demandas contemporâneas da sociedade e do mundo do trabalho.

Em consonância com sua missão e com seu compromisso institucional de contribuir para a **redução das desigualdades sociais**, a **democratização do acesso à educação superior**, a **inclusão social** e a **promoção da permanência estudantil**, a FAESP desenvolve políticas de ensino que articulam formação acadêmica, responsabilidade social, inovação pedagógica e desenvolvimento humano, promovendo oportunidades educacionais equitativas e favorecendo a formação de profissionais éticos, críticos, empreendedores e comprometidos com a cidadania e o desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a Instituição busca:

- Oferecer cursos superiores de bacharelado, licenciatura e tecnologia, nas modalidades presencial e a distância, atendendo às necessidades da comunidade local, regional e nacional e contribuindo para o desenvolvimento social, econômico, cultural e científico;

- Oferecer condições adequadas ao pleno desenvolvimento das ações pedagógicas, assegurando uma formação de qualidade, voltada ao desenvolvimento de competências profissionais, científicas, tecnológicas, éticas e cidadãs, proporcionando aos estudantes condições para sua inserção e permanência no contexto social e no mundo do trabalho, bem como disponibilizando ao corpo docente recursos pedagógicos e tecnológicos que fortaleçam o processo de ensino e aprendizagem;
- Ampliar a oferta de cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, observando as demandas sociais, regionais e os princípios da democratização do acesso à educação superior;
- Fortalecer políticas institucionais voltadas ao acesso, à permanência e ao sucesso acadêmico dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio de ações integradas de apoio pedagógico, psicopedagógico, financeiro e de inclusão;
- Ampliar e atualizar continuamente o acervo físico e digital da biblioteca e os sistemas de acesso à informação científica;
- Ampliar, modernizar e manter laboratórios, ambientes de aprendizagem e recursos tecnológicos compatíveis com as necessidades dos cursos e com a expansão institucional;
- Incentivar a produção acadêmica, científica, técnica e cultural, incluindo livros, periódicos científicos, materiais didáticos e conteúdos educacionais digitais;
- Atender, em parceria com instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil, às demandas sociais, educacionais, culturais e econômicas, fortalecendo a inserção comunitária e a responsabilidade social da Instituição;
- Buscar continuamente a excelência do ensino superior, promovendo a qualificação permanente do corpo docente e técnico-administrativo, a inovação pedagógica e a melhoria da infraestrutura acadêmica;
- Consolidar a educação a distância como estratégia de democratização do acesso ao ensino superior, ampliação das oportunidades educacionais e promoção da educação continuada;

- Promover programas institucionais de pesquisa e inovação articulados ao ensino e à extensão, fortalecendo a produção do conhecimento e sua aplicação na solução de problemas da sociedade;
- Promover a melhoria contínua da qualidade do ensino por meio da inovação pedagógica, da formação por competências, da avaliação contínua, da utilização de metodologias ativas e da integração entre ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social;
- Incentivar práticas pedagógicas inclusivas, acessíveis e inovadoras, respeitando a diversidade e promovendo a equidade, a cidadania, os direitos humanos e a formação integral dos estudantes.

• **Promover a melhoria contínua da qualidade do ensino**, por meio da avaliação sistemática dos processos de ensino e aprendizagem, da atualização permanente dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, da qualificação continuada do corpo docente, da incorporação de **práticas de inovação pedagógica**, da utilização de metodologias ativas e tecnologias educacionais, da **formação por competências**, da avaliação contínua do desempenho discente e institucional e da integração entre **ensino, pesquisa e extensão**, assegurando uma formação acadêmica contextualizada, interdisciplinar, socialmente comprometida e alinhada às demandas da sociedade, do mundo do trabalho e do desenvolvimento sustentável.

• **Promover a melhoria contínua da qualidade do ensino**, mediante processos permanentes de avaliação institucional, inovação pedagógica, formação por competências, utilização de metodologias ativas, avaliação contínua da aprendizagem e integração entre ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral, crítica, ética, cidadã e profissional dos estudantes.

5.1.1 Coerência das políticas de ensino, pesquisa e extensão com os documentos oficiais

A FAESP procura manter um elevado nível de coerência entre seu PDI em consonância com os documentos oficiais e as atividades de ensino na medida em que

se firma fiel aos princípios da educação cristã e no compromisso com a formação do bacharel em Teologia isento de preconceitos e sob a luz da reflexão e do conhecimento. Nesse fluxo de formação continuada, os cursos de pós-graduação atuam como um prosseguimento na construção dessa base sólida de valores oferecendo ao aluno essa formação complementar. As práticas de extensão também oferecem ao discente, através de cursos rápidos, uma formação complementar e diversificada na medida em que são desenvolvidas em atividades mais céleres e durante o período de graduação.

Essas práticas de extensão estabelecem plena coerência com o que se encontra previsto nos documentos oficiais uma vez que é oferecida ao aluno, na grade curricular do curso, na forma de cursos rápidos ou online ou presencial com o objetivo de diversificar sua formação acadêmica. Caracteriza-se também como uma formação complementar e diversificada na forma de Cursos de férias ou mesmo eventos de ampliação dos conhecimentos (oficinas e debates com moderação) fazendo parte do programa regular de extensão da FAESP.

A Extensão na FAESP integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a IES e os outros setores da sociedade. Os projetos de extensão devem ser desenvolvidos, preferencialmente, de forma multidisciplinar e devem propiciar a produção e aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

As ações de extensão são atividades desenvolvidas em forma de programas, projetos, cursos e oficinas, eventos, prestação de serviços, publicações e bem como por outras atividades acadêmicas e sociais e devem contribuir na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável.

Compete aos Cursos, nas diferentes modalidades prever e acompanhar as atividades de extensão que devem ser realizadas, presencialmente, na modalidade de ensino a distância, ofertar, em região compatível com o polo de apoio presencial, no qual o estudante esteja matriculado.

A instituição incentiva a pesquisa como uma constante na formação do aluno bacharel em Teologia e licenciado em Pedagogia. Desde as práticas de construção do conhecimento desenvolvidas pelos professores em cada uma das matérias com os seminários e grupos de estudos e pesquisas conforme relatados no PPC do curso até a conclusão do mesmo que se dá obrigatoriamente mediante a apresentação de um TCC.

Por fim, dentro das políticas de extensão, ressaltamos que as atividades artísticas e culturais constituem preocupação da coordenação de extensão que oferece um calendário anual com a previsão de eventos voltados para o corpo docente, discente e comunidade.

5.2 Política de Extensão

A Política Institucional de Extensão da Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) constitui um dos pilares da formação acadêmica e está fundamentada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme previsto na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no Plano Nacional de Educação e na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.

A extensão universitária é compreendida pela FAESP como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre a Instituição e a sociedade, contribuindo para a formação integral dos estudantes, para a produção e socialização do conhecimento e para o desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental das comunidades atendidas.

A Política de Extensão está alinhada à missão institucional e reafirma o compromisso da FAESP com a responsabilidade social, a promoção da cidadania, os direitos humanos, a inclusão social, a redução das desigualdades, o desenvolvimento sustentável e a democratização do conhecimento.

Em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, as atividades de extensão correspondem, no mínimo, a **10% da carga horária total dos cursos de graduação**, constituindo componente curricular obrigatório integrado aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC).

Os estudantes ingressantes a partir de 2023 deverão cumprir a carga horária destinada à extensão curricularizada ao longo de sua formação. As atividades são desenvolvidas presencialmente, inclusive para estudantes matriculados em cursos ofertados na modalidade de Educação a Distância, respeitando a legislação vigente.

Os estudantes ingressantes antes de 2023 deverão cumprir as exigências estabelecidas em seus respectivos Projetos Pedagógicos e orientações das coordenações de curso, observando as normas institucionais para registro, validação e integralização da carga horária extensionista.

As oportunidades de extensão são disponibilizadas por meio da plataforma UNIMESTRE, onde constam os projetos, orientações, cronogramas, critérios de participação, instrumentos de avaliação e procedimentos para registro das atividades. As ações poderão ser desenvolvidas individualmente ou em grupo, sendo obrigatório o registro individual das atividades realizadas mediante apresentação de relatório e demais documentos comprobatórios previstos em regulamento próprio.

Objetivos da Política de Extensão

A Política Institucional de Extensão tem por objetivos:

- ✓ promover a integração entre a Instituição e a sociedade por meio de ações de interesse público;
- ✓ fortalecer a formação cidadã, ética, humanística e profissional dos estudantes;
- ✓ contribuir para a transformação social e o desenvolvimento sustentável das comunidades;
- ✓ integrar ensino, pesquisa e extensão na construção do conhecimento;
- ✓ estimular o protagonismo estudantil e a aprendizagem baseada em problemas reais da sociedade;
- ✓ promover a inclusão social, a diversidade, a equidade, os direitos humanos e a cultura de paz;

- ✓ desenvolver ações voltadas à educação ambiental, educação em direitos humanos, relações étnico-raciais, acessibilidade, saúde, cultura, inovação, empreendedorismo e desenvolvimento comunitário;
- ✓ fortalecer as parcerias institucionais com órgãos públicos, organizações da sociedade civil, empresas, instituições religiosas e demais organizações sociais.

Diretrizes da Política

A Política Institucional de Extensão orienta-se pelas seguintes diretrizes:

- ✓ interação dialógica entre Instituição e sociedade;
- ✓ formação integral do estudante;
- ✓ interdisciplinaridade e interprofissionalidade;
- ✓ impacto e transformação social;
- ✓ integração entre ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ compromisso com o desenvolvimento regional e nacional;
- ✓ respeito à diversidade cultural, social, étnico-racial e religiosa;
- ✓ promoção da sustentabilidade socioambiental.

5.2.1 Parcerias Institucionais para o Desenvolvimento da Extensão

Como estratégia de fortalecimento da extensão universitária e de ampliação do impacto social de suas ações, a FAESP estabelece, mantém e amplia parcerias e redes de cooperação com **órgãos públicos, escolas, igrejas, organizações da sociedade civil, empresas, hospitais, unidades de saúde, redes comunitárias, conselhos municipais, instituições de ensino, fundações, associações e demais entidades públicas e privadas** comprometidas com o desenvolvimento educacional, social, cultural, científico e ambiental.

Essas parcerias têm como finalidade ampliar as oportunidades de aprendizagem dos estudantes, promover a integração entre a Instituição e a sociedade, fortalecer a curricularização da extensão e desenvolver projetos voltados ao atendimento das demandas sociais da região de inserção da FAESP.

No âmbito dos **órgãos públicos**, poderão ser desenvolvidas ações relacionadas à educação, saúde, assistência social, direitos humanos, cidadania, sustentabilidade, cultura, inovação, políticas públicas e desenvolvimento comunitário, em articulação com administrações municipais, estaduais e federais.

As parcerias com **escolas de educação básica**, públicas e privadas, possibilitam a realização de projetos educativos, ações de apoio pedagógico, formação continuada de professores, atividades culturais, feiras de conhecimento, programas de incentivo à leitura, educação ambiental, educação em direitos humanos e outras iniciativas voltadas ao fortalecimento da educação e da integração entre os diferentes níveis de ensino.

Em consonância com sua identidade institucional, a FAESP mantém cooperação com **igrejas e comunidades religiosas**, desenvolvendo ações de formação cidadã, promoção da dignidade humana, assistência social, projetos comunitários, campanhas solidárias, atividades culturais, educação em valores éticos e ações voltadas ao fortalecimento das comunidades locais, sempre respeitando a diversidade religiosa, a liberdade de consciência e os princípios constitucionais.

As **organizações da sociedade civil** constituem importantes parceiras na implementação de projetos de inclusão social, promoção dos direitos humanos, acessibilidade, proteção de grupos em situação de vulnerabilidade, desenvolvimento sustentável, fortalecimento da cidadania e execução de programas extensionistas de impacto social.

As parcerias estabelecidas com **empresas e organizações do setor produtivo** favorecem o desenvolvimento de projetos de inovação, empreendedorismo, responsabilidade social, sustentabilidade, qualificação profissional, transferência de conhecimento, educação corporativa e aproximação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, observados os princípios éticos e a missão institucional da FAESP.

No campo da saúde, a Instituição promove cooperação com **hospitais, unidades básicas de saúde, clínicas, instituições de assistência e demais serviços de saúde**, possibilitando o desenvolvimento de ações educativas, campanhas de prevenção, promoção da saúde, educação alimentar e nutricional, qualidade de vida, atendimento comunitário e demais atividades compatíveis com os cursos ofertados e com as necessidades da população.

As **redes comunitárias**, associações de moradores, centros comunitários e demais organizações locais participam da construção conjunta de projetos extensionistas, favorecendo o diálogo permanente entre a Instituição e a comunidade, a identificação de demandas sociais e a implementação de ações voltadas ao desenvolvimento local e à melhoria da qualidade de vida.

A FAESP também busca estreita articulação com **conselhos municipais**, especialmente nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, meio ambiente, direitos humanos, segurança alimentar, juventude e demais políticas públicas, contribuindo com estudos, projetos, atividades de formação e ações de interesse coletivo.

As parcerias com **instituições de ensino superior, centros universitários, institutos de pesquisa e demais organizações acadêmicas** possibilitam o desenvolvimento de projetos interinstitucionais de extensão, produção conjunta de conhecimento, intercâmbio acadêmico, mobilidade, eventos científicos e culturais, formação continuada e compartilhamento de experiências e boas práticas extensionistas.

Todas as parcerias são formalizadas conforme as normas institucionais, observando critérios de interesse público, relevância acadêmica, responsabilidade social, viabilidade técnica e alinhamento com a missão institucional e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sua execução é acompanhada pela Coordenadoria de Extensão e Pesquisa, em articulação com as Coordenações de Curso, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e os órgãos colegiados, mediante monitoramento dos resultados, avaliação do impacto social, prestação de contas e revisão periódica das ações desenvolvidas.

Por meio dessas redes de cooperação, a FAESP fortalece a integração entre ensino, pesquisa e extensão, amplia a participação da comunidade acadêmica em ações de relevância social e reafirma seu compromisso com a formação cidadã, a produção de conhecimento socialmente referenciado e a promoção do desenvolvimento humano, sustentável e inclusivo.

5.2.2 Monitoramento das Parcerias Institucionais

A Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) institui o Monitoramento Institucional da Permanência Estudantil como instrumento permanente de gestão acadêmica, avaliação institucional e melhoria contínua, destinado ao acompanhamento sistemático dos indicadores relacionados ao acesso, permanência, retenção, evasão, conclusão e sucesso acadêmico dos estudantes.

O monitoramento está articulado à Política Institucional de Assistência Estudantil, ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e às ações desenvolvidas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), pelas Coordenações de Curso, pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPS), pela Secretaria Acadêmica e pela Direção Geral.

Seu objetivo é identificar precocemente fatores de risco para evasão, subsidiar a tomada de decisões institucionais, fortalecer as políticas de permanência estudantil e promover ações voltadas ao sucesso acadêmico, à inclusão social e à melhoria da qualidade da educação superior.

A FAESP elabora **Relatório Semestral de Indicadores de Permanência Estudantil**, contendo análise quantitativa e qualitativa dos resultados.

Os resultados dos relatórios são apresentados semestralmente à Direção Geral, à Comissão Própria de Avaliação (CPA), ao Conselho Superior, às Coordenações de Curso e ao Núcleo de Apoio Psicopedagógico, subsidiando a elaboração de planos de ação institucionais, a revisão das políticas de assistência estudantil, o aperfeiçoamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a melhoria contínua da qualidade acadêmica.

Objetivos

O monitoramento institucional tem por objetivos:

- acompanhar os indicadores de permanência, evasão, retenção e conclusão dos cursos;
- identificar fatores acadêmicos, financeiros, psicossociais e institucionais relacionados à evasão;
- subsidiar o planejamento das políticas de assistência estudantil;

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

- fortalecer ações de acolhimento e acompanhamento dos estudantes;
- avaliar a efetividade das políticas institucionais de permanência;
- apoiar a gestão acadêmica baseada em evidências;
- promover melhoria contínua dos processos institucionais.

Indicadores Institucionais Monitorados

Semestralmente são acompanhados, entre outros, os seguintes indicadores:

Indicador	Descrição
Total de estudantes matriculados	Número total de estudantes ativos
Novos ingressantes	Estudantes admitidos no período
Rematrículas realizadas	Estudantes que permaneceram na instituição
Cancelamentos	Matrículas canceladas
Trancamentos	Matrículas temporariamente suspensas
Transferências	Transferências internas ou externas
Concluintes	Estudantes diplomados
Desistências	Estudantes que abandonaram o curso
Estudantes atendidos pelo NAPS	Atendimento psicopedagógico realizado
Estudantes beneficiados por bolsas	Programas institucionais de apoio financeiro

Cálculo dos Indicadores

A FAESP utiliza indicadores padronizados para acompanhamento da permanência estudantil.

Taxa de Permanência

Fórmula

(Número de estudantes rematriculados ÷ Número de estudantes aptos à rematrícula) × 100

Taxa de Evasão

Fórmula

(Número de estudantes que abandonaram, cancelaram ou desistiram ÷ Total de estudantes matriculados) × 100

Taxa de Conclusão

Fórmula

(Número de concluintes ÷ Número de estudantes aptos à conclusão) × 100

Taxa de Retenção

Corresponde ao número de estudantes que permanecem matriculados além do tempo previsto para integralização curricular.

Evidências Institucionais

Como evidências do monitoramento, a FAESP mantém arquivados:

- relatórios semestrais de permanência estudantil;
- planilhas de matrícula, rematrícula, evasão e conclusão;
- gráficos evolutivos dos indicadores institucionais;
- registros de atendimentos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPS);
- atas de reuniões da CPA, dos colegiados e das coordenações que analisaram os indicadores;
- pesquisas de satisfação dos estudantes;
- planos de ação elaborados a partir dos resultados;
- registros das ações de acolhimento, nivelamento, monitoria e assistência estudantil.

Responsabilidades Institucionais

Compete à FAESP:

I. estabelecer parcerias e convênios com instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil para desenvolvimento das ações extensionistas;
II. identificar demandas sociais e estimular projetos de extensão alinhados às necessidades da comunidade;
III. disponibilizar infraestrutura física, tecnológica, financeira e administrativa necessária ao desenvolvimento dos projetos;

IV. designar docentes responsáveis pela orientação, acompanhamento e avaliação das atividades de extensão;
V. divulgar os programas, projetos, cursos, eventos e ações extensionistas em seus canais oficiais, assegurando transparência e acesso à comunidade;
VI. promover formação continuada de docentes e estudantes para atuação extensionista;
VII. acompanhar e registrar as atividades desenvolvidas, assegurando sua integração aos Projetos Pedagógicos dos Cursos;
IX. estimular a participação dos estudantes em ações voltadas à responsabilidade social, inclusão, desenvolvimento comunitário e inovação social.

Áreas Prioritárias de Atuação

- ✓ As ações extensionistas priorizam projetos relacionados às áreas de:
- ✓ educação;
- ✓ direitos humanos e cidadania;
- ✓ cultura;
- ✓ saúde e qualidade de vida;
- ✓ meio ambiente e sustentabilidade;
- ✓ desenvolvimento comunitário;
- ✓ inovação e empreendedorismo;
- ✓ segurança alimentar e nutricional;
- ✓ assistência social;
- ✓ inclusão e acessibilidade;
- ✓ desenvolvimento das organizações religiosas e comunitárias.

Monitoramento, Indicadores e Avaliação

A efetividade da Política Institucional de Extensão é acompanhada continuamente pela Coordenação de Extensão e Pesquisa, em articulação com as Coordenações de Curso, o Núcleo Docente Estruturante (NDE), a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e os Colegiados de Curso.

São utilizados, entre outros, os seguintes indicadores institucionais:

- ✓ número de projetos de extensão desenvolvidos;
- ✓ percentual de estudantes participantes;
- ✓ percentual da carga horária extensionista integralizada;
- ✓ número de docentes envolvidos;
- ✓ número de parcerias institucionais estabelecidas;
- ✓ público beneficiado pelas ações;
- ✓ impacto social dos projetos desenvolvidos;
- ✓ satisfação da comunidade atendida;
- ✓ satisfação dos estudantes participantes;
- ✓ integração entre ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ contribuições das ações extensionistas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), quando aplicável.

A política será objeto de **avaliação periódica anual**, considerando os relatórios institucionais, os indicadores de desempenho, os resultados da autoavaliação institucional conduzida pela CPA e as manifestações da comunidade acadêmica e externa. Os resultados obtidos subsidiarão o planejamento institucional, a atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e o aperfeiçoamento contínuo da Política Institucional de Extensão, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

5.2.1 Dos objetivos das atividades extensionistas

As atividades de Extensão serão disciplinadas em Regimento Interno próprio, e devem ser planejadas com o objetivo de contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, sendo estes:

- ✓ Erradicar a pobreza;
- ✓ Fome zero e Agricultura sustentável;
- ✓ Saúde e bem-estar; Educação de qualidade;

- ✓ Gênero;
- ✓ Água potável e saneamento;
- ✓ Energia limpa e acessível;
- ✓ Trabalho decente e crescimento econômico;
- ✓ Indústria, inovação e infraestrutura;
- ✓ Reduzir as desigualdades;
- ✓ Cidades e comunidades sustentáveis
- ✓ Consumo e produção responsáveis;
- ✓ Ação contra a mudança global do clima;
- ✓ Vida submarina; Vida terrestre; Paz, justiça e instituições eficazes;
- ✓ Parcerias e meios de implementação.

Neste viés, cabe salientar que, a FAESP escolheu como eixo estratégico; "oportunidade de trabalho, considerando que seria responsabilidade social da instituição contribuir com os objetivos da ONU, em especial:

- ✓ Erradicar a pobreza;
- ✓ Saúde e bem-estar;
- ✓ Trabalho decente e crescimento econômico;
- ✓ Reduzir as desigualdades.

O plano da Extensão da Faculdade Evangélica de São Paulo - FAESP foi elaborado conforme a legislação vigente (Resolução CNE/CES n. 7/2018) e em consonância com o Projeto Pedagógico dos Curso da Instituição.

Os principais objetivos das atividades de Extensão da FAESP são:

- ✓ integrar o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, buscando o comprometimento da comunidade acadêmica com interesses e necessidades da sociedade, em todos os níveis, estabelecendo mecanismos que relacionem o saber acadêmico ao saber não acadêmico;
- ✓ estabelecer um relacionamento permanente, dialógico e articulado com a sociedade;
- ✓ O envolvimento da comunidade acadêmica no desenvolvimento econômico, social, tecnológico e cultural de sua respectiva comunidade;

- ✓ A contribuição da comunidade acadêmica no enfrentamento das problemáticas contemporâneas;
- ✓ A formação do estudante, de modo integral, enquanto cidadão ético, crítico e responsável.

A Extensão desenvolve-se através de:

- ✓ programas;
- ✓ projetos;
- ✓ cursos e oficinas;
- ✓ eventos;
- ✓ prestação de serviços.

A "oportunidade de trabalho" é um dos eixos das atividades de Extensão da FAESP, corroborando para o sucesso que dos egressos de seus cursos ofertados pela IES.

Nos Programas de Extensão, bem como nas demais atividades extensionistas relacionadas aos cursos, a FAESP busca proporcionar aos seus alunos e à população em geral, beneficiada, as competências e habilidades para a entrada, adequação e desenvolvimento no mercado de trabalho.

As atividades e oficinas visam o desenvolvimento das competências e habilidades interpessoais e emocionais que influenciam a forma como os indivíduos se comunicam, interagem e trabalham em equipe. Isso inclui competências como empatia, comunicação eficaz, colaboração, resolução de conflitos, adaptabilidade, criatividade, pensamento crítico e inteligência emocional, necessárias à inserção e sucesso profissional, por meio da promoção do autoconhecimento, da liderança e da criatividade.

Os Eventos incluem palestras, conferências e seminários para a atualização profissional e criação do *background* cultural, referente ao conjunto de experiências, valores, tradições, crenças e práticas que um indivíduo ou grupo adquirem ao longo do tempo, influenciados pelo contexto social, histórico e ambiental no qual está inserido. Isso inclui fatores como origem étnica, língua, religião, educação, normas familiares e práticas sociais. Dessa forma, acontece uma disseminação de resultados

das pesquisas científicas e acadêmicas e contribuição para os movimentos educacionais de hoje e do amanhã.

Os Projetos Sociais e Desportivos reforçam e garantem a saúde corporal, as possibilidades de interação e ação grupal, a promoção da igualdade e a inclusão social, que são indispensáveis ao trabalho em equipe.

A Prestação de Serviços à comunidade tem por finalidade a utilização dos conhecimentos e capacidades adquiridos nesta Instituição de Ensino nos cursos de graduação da FAESP em benefício da população, colaborando na solução dos problemas de cidadania.

Uma atenção especial é direcionada, no sentido extensionista, ao domínio e ao emprego dos recursos tecnológicos, condição imprescindível ao desempenho atual nas várias profissões e equipes multidisciplinares.

5.2.2 Finalidades das atividades de Extensão

As atividades da Extensão impactam no processo formativo acadêmico do estudante, por meio das quais o aluno tem a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos da graduação em favor da sociedade. Isso implica dizer que a ação extensionista deverá ter a comunidade externa como objeto de estudo e ter um papel formativo, colocando em pauta a “interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social”, consoante preceitua a Resolução CNE/CES n. 7/2018, que estabelece as diretrizes para a Extensão.

É importante salientar que na Extensão Universitária, o aluno deverá ter uma participação ativa, assumindo, portanto, uma condição de protagonismo na elaboração de soluções para problemas e/ou desafios a serem enfrentados junto à comunidade. Dessa forma, as atividades da Extensão se diferenciam das atividades complementares.

5.2.3 Do desenvolvimento e acompanhamento das atividades extensionistas

No seu desenvolvimento das atividades de Extensão, componente curricular obrigatório do seu curso, o estudante deverá contar o apoio integral dos seguintes atores

- ✓ **Coordenador do curso:** é o responsável pela gestão do Programa de Extensão no seu curso e pela orientação e acompanhamento dos professores responsáveis pelas atividades de Extensão;

- ✓ **Mediador Pedagógico (Recursos de Aprendizagens a Distância):** os mediadores são responsáveis por esclarecer as dúvidas dos alunos sobre o desenvolvimento das atividades de Extensão; monitorar o preenchimento e entrega de documentos que comprovem as atividades de Extensão; e validar a entrega dos relatórios de Extensão dos alunos, para comprovação do cumprimento da Carga Horária extensionista e posterior avaliação do componente curricular. Após os estudantes enviam na AVA, na sala de projetos de Extensão os relatórios avaliados e assinados pelo professor orientador/mediador.

- ✓ **Setor de Extensão:** são responsáveis por incentivar e facilitar o desenvolvimento das atividades de Extensão; orientar os alunos sobre as atividades extensão, seguindo as diretrizes institucionais da FAESP e esclarecer dúvidas que surgirem; e orientar a respeito de parcerias com instituições e organizações locais para o desenvolvimento das atividades extensionistas nas suas regiões de influência. E, além disso, deverão assinar cartas de apresentação ou outros documentos necessários para a realização da atividade.

- ✓ **O Coordenador de Extensão** será o responsável, junto aos Colegiados de Curso e o NDE, pela elaboração de Projetos de Extensão no âmbito institucional.

a. Cumprir e fazer cumprir este Regulamento;

b. Promover junto à comunidade acadêmica estudos relativos à criação de estruturas voltadas para a extensão à comunidade, bem como o potencial de cursos e a prestação de serviços nas diversas áreas de atuação.
c. Compete a coordenação de extensão analisar os projetos quanto a:
d. Relevância para a comunidade acadêmica e local;
e. A interação com a sociedade e com os princípios e objetivos da IES.
f. A articulação com as áreas acadêmicas; e,
g. Viabilidade econômica do Projeto

5.2.4 Dos procedimentos devidos ao aluno

Conforme mencionado previamente, na Extensão Universitária, o estudante deverá desempenhar um papel ativo, sendo assim, o aluno deverá seguir o rito procedimental que se pautará nas seguintes ações:

I. Acessar a disciplina ATIVIDADES DE EXTENSÃO, disponível na plataforma UNIMESTRE na área do aluno na sala do Projeto de Extensão no AVA.
II. Conhecer o passo a passo para a realização das atividades de Extensão;
III. Conhecer os documentos legais e institucionais relacionados ao processo de Extensão Acadêmica;
IV. Conhecer as atividades de Extensão existentes para o seu curso;
V. Planejar as ações de Extensão em conjunto com a comunidade, considerando as atividades oferecidas para o seu curso;
VI. Tratar as pessoas que participam das atividades de forma respeitosa e com uso da linguagem apropriada;
VII. Caso a ação ocorra junto a outra instituição ou organização, observar as orientações e determinações da entidade onde ocorrerá a Extensão, incluindo as normas e regulamentos por ela disponibilizados;
VIII. Comunicar rapidamente e de forma adequada aos responsáveis pela Extensão (coordenadores, tutores, responsáveis pelo local onde ela é

realizada) qualquer aspecto que interfira no bom andamento da atividade;

IX. Valer-se da FAESP para buscar apoio quanto a dúvidas sobre a condução das atividades de Extensão;

X. Preencher o RELATÓRIO SÍNTESE disponível na plataforma EAD - ATIVIDADES DE EXTENSÃO, na área do aluno, em disciplinas EAD.

Seguindo esta dinâmica, as atividades de Extensão podem ser realizadas em grupo, seguindo as orientações do curso, porém o preenchimento do relatório/síntese e a entrega de documentos comprobatórios serão elaborados e entregues de forma individual.

5.2.5 Das ações e trabalhos de extensão

Os Projetos de Extensão definidos pelos coordenadores de curso poderão ser desenvolvidos conforme tabela abaixo.

Tabela 9 - Distribuição das atividades referentes aos Projetos de Extensão

AÇÃO: COMO AS ATIVIDADES SERÃO DESENVOLVIDAS	CARGA HORÁRIA VALIDADA POR ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE
INFOGRÁFICO	30	Representação visual de informações que combina elementos gráficos, como imagens, gráficos, ícones e texto, para apresentar dados ou conceitos de forma clara e fácil de entender.
PANFLETO INFORMATIVO	30	Material impresso ou digital menor em tamanho e geralmente dobrável, projetado para fornecer informações resumidas e atrativas sobre um produto, serviço, evento ou organização.
CAMPANHA TEMÁTICA	50	Documento que detalha a estratégia e quais as ações que serão desenvolvidas em determinado período. Uma mensagem específica ou um conjunto de mensagens que

		são desenvolvidas de um tema central. Tem como objetivo criar conexão emocional com o público alvo, transmitir uma mensagem clara e consistente e alcançar metas específicas.
CAPACITAÇÃO OU TREINAMENTO	50	Documento que detalha a capacitação ou treinamento oferecido. Capacitação: Prepara o indivíduo para desenvolver atividades com autonomia, criando nele competências e habilidades para exercer uma nova função. Treinamento: Potencializa um conhecimento já adquirido, aperfeiçoando habilidades e comportamentos em uma função ou cargo que o profissional já exerce.
EVENTO	50	Acontecimento organizado por especialistas, com objetivos - institucionais, culturais, comunitários, técnico-científicos, profissionais.
CARTILHA	50	Guia ou manual educativo, em formato impresso ou digital, projetado para fornecer informações claras e instruções sobre um determinado assunto, usando linguagem fácil de entender e ilustrações para facilitar o aprendizado.
EBOOK	50	Formato digital de livro que pode ser lido em dispositivos eletrônicos, como tablets, leitores de e-books e smartphones. Têm um formato semelhante ao de um livro tradicional, com capítulos, texto e até imagens, dependendo do conteúdo.
OFICINA	50	Atividade prática e interativa realizada com o propósito de ensinar, treinar ou explorar um tópico específico.
PALESTRA, SEMINÁRIOS OU WORKSHOP	50	Apresentação oral com o objetivo de transmitir informações, compartilhar conhecimentos, persuadir, inspirar ou entreter.
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	70	Atividade prática que envolve contribuição de tempo, esforço e habilidades, de forma voluntária e não remunerada, para uma causa, organização ou comunidade.

Fonte: FAESP, 2025

5.2.6 Dos documentos institucionais

Neste segmento, serão disponibilizados documentos essenciais ao desenvolvimento e a comprovação das atividades de Extensão. Os documentos incluem:

a) **Carta de Apresentação:** modelo necessário para comprovar o vínculo com a Instituição de Ensino Superior (IES) no caso de contato com outra instituição para a realização de suas atividades de Extensão.

b) **Termo de Cessão de Imagem e Conteúdo:** modelo fornecido pela FAESP, aplicável se necessário.

c) **Vídeo Tutorial:** Um vídeo tutorial está disponível com orientações sobre como desenvolver e comprovar suas atividades de Extensão.

De posse destas informações, o aluno selecionará as atividades extensionistas com base nos projetos e atividades listados na "Relação de Áreas Temáticas e Projetos de Extensão por Curso".

Quando necessário, poderá escolher uma instituição parceira para a execução das atividades de Extensão

Para desenvolver a atividade de Extensão em uma instituição parceira, o aluno preencherá a "Carta de Apresentação", imprimirá o documento e obterá a assinatura do representante da IES. É possível realizar mais de uma atividade em diferentes instituições para alcançar a carga horária total de Extensão.

No desenvolvimento das Atividades deverá se certificar das diretrizes dos projetos do seu curso de graduação, e coletar documentos que comprovem sua participação, como fotos e certificados.

5.2.7 Da comprovação das atividades

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

Por meio do Portal do Aluno, o estudante deverá inserir os relatórios e comprovantes, por meio da aba: ATIVIDADES DE EXTENSÃO, onde você encontrará todas as orientações necessárias para o desenvolvimento das atividades extensionistas e o cumprimento de carga horária.

No ícone ATIVIDADES DE EXTENSÃO serão encontradas as informações a seguir:

I - Regulamento de Extensão;

II - Orientações ao Aluno;

III - Perguntas Frequentes;

IV - Relação das Áreas Temáticas e Projetos de Extensão por Curso.

Para fins de comprovação, deverá preencher o campo RELATÓRIO SÍNTESE disponível na plataforma UNIMESTRE no ícone ATIVIDADES DE EXTENSÃO.

Neste campo deve apresentar: (a) Breve relato sobre a atividade desenvolvida, devendo constar o número de alunos integrantes do grupo; (b) Discussão e Resultados obtidos, informando a quantidade de pessoas atendidas na atividade; (c) Considerações finais (dificuldades enfrentadas, sugestões e outras observações); Podem ser preenchidos 1 a 10 relatórios, os quais deverão totalizar a CH de Extensão do seu curso.

Nos anexos deverá apresentar fotos, depoimentos, certificados, figuras, e outros materiais comprobatórios das atividades realizadas.

5.2.8 Da avaliação

A avaliação será estabelecida em Regimento próprio, de consonância com Resolução 007/2018 que rege as atividades de extensão, sendo, portanto, utilizados os seguintes critérios de avaliação:

> Art. 10 Em cada instituição de ensino superior, a extensão deve estar sujeita à contínua autoavaliação crítica, que se volte para o aperfeiçoamento de suas características essenciais de articulação com o ensino, a pesquisa, a formação do estudante, a qualificação do docente, a relação com a

sociedade, a participação dos parceiros e a outras dimensões acadêmicas institucionais.
Art. 11 A autoavaliação da extensão, prevista no artigo anterior, deve incluir:
I - a identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular;
II - a contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;
III - a demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.
Parágrafo Único. Compete às instituições explicitar os instrumentos e indicadores que serão utilizados na autoavaliação continuada da extensão.
Art. 12 A avaliação externa in loco institucional e de cursos, de responsabilidade do Instituto Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) deve considerar para efeito de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos, bem como para o credenciamento e recredenciamento das instituições de ensino superiores, de acordo com o Sistema Nacional de Avaliação (SINAES), os seguintes fatores, entre outros que lhe couber:
I - a previsão institucional e o cumprimento de, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação para as atividades de extensão tipificadas no Art. 8º desta Resolução, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;
II - a articulação entre as atividades de extensão e as atividades de ensino e pesquisa realizadas nas instituições de ensino superior;
III - os docentes responsáveis pela orientação das atividades de extensão nos cursos de graduação.
Parágrafo único. Aos estudantes, deverá ser permitido participar de quaisquer atividades de extensão, mantidas pelas instituições de ensino superior, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes.

5.2.10 Projetos de Extensão em Segurança Alimentar e Sustentabilidade

Em consonância com sua missão institucional, com sua Política de Responsabilidade Social e com a Política Institucional de Segurança Alimentar, Nutricional e Sistemas Alimentares Sustentáveis, a FAESP incentiva e desenvolve projetos de extensão voltados à promoção da segurança alimentar, da alimentação adequada e saudável, da sustentabilidade socioambiental e do desenvolvimento comunitário.

As ações extensionistas buscam integrar ensino, pesquisa e extensão, promovendo a participação ativa dos estudantes na construção de soluções para demandas da comunidade, fortalecendo a cidadania, a inclusão social, a educação ambiental e a responsabilidade socioambiental.

Entre as iniciativas prioritárias desenvolvidas pela Instituição destacam-se:

- implantação e apoio a **hortas comunitárias** e hortas educativas como espaços de aprendizagem, produção sustentável e integração comunitária;
- desenvolvimento de ações permanentes de **educação alimentar e nutricional**, voltadas à promoção de hábitos alimentares saudáveis e à melhoria da qualidade de vida;
- realização de **oficinas, cursos, palestras e atividades educativas** sobre alimentação saudável, aproveitamento integral dos alimentos, segurança alimentar, nutrição e sustentabilidade;
- promoção de **campanhas de conscientização e combate ao desperdício de alimentos**, incentivando o consumo responsável, a redução de perdas e a destinação adequada de alimentos e resíduos orgânicos;
- incentivo a projetos de **agricultura urbana e práticas sustentáveis de produção de alimentos**, valorizando técnicas ambientalmente responsáveis e o fortalecimento da segurança alimentar das comunidades;
- desenvolvimento de ações voltadas à **promoção da alimentação saudável**, prevenção de doenças relacionadas à alimentação e incentivo a estilos de vida saudáveis;
- realização de **projetos educativos em escolas públicas e privadas**, abordando temas relacionados à alimentação saudável, sustentabilidade, educação ambiental e segurança alimentar;
- desenvolvimento de **ações extensionistas junto à comunidade**, em parceria com organizações sociais, igrejas, associações comunitárias, órgãos públicos e demais instituições, visando à promoção da segurança alimentar, da inclusão social e da melhoria da qualidade de vida da população.

Os projetos são planejados e executados de forma interdisciplinar, com a participação de docentes, estudantes e parceiros institucionais, contribuindo para a formação cidadã dos acadêmicos e para o fortalecimento do compromisso institucional da FAESP com o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social e a transformação da realidade das comunidades atendidas.

Os resultados das ações extensionistas são acompanhados pela Coordenação de Extensão e Pesquisa, por meio de indicadores como número de projetos

desenvolvidos, estudantes participantes, comunidades beneficiadas, parcerias estabelecidas, ações realizadas e impacto social das iniciativas, subsidiando a avaliação periódica e o aprimoramento contínuo da Política Institucional de Extensão e das ações de responsabilidade social da FAESP.

5.2.10 Parcerias Institucionais para Extensão e Desenvolvimento Sustentável

No âmbito da extensão universitária, a FAESP mantém, fortalece e amplia parcerias institucionais com órgãos públicos, escolas, instituições de ensino, igrejas, organizações da sociedade civil, empresas, hospitais, redes comunitárias, conselhos municipais e demais entidades públicas e privadas, constituindo redes de cooperação voltadas ao desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa, extensão, inovação e responsabilidade social, em consonância com sua missão institucional e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A celebração dessas parcerias observa critérios de relevância acadêmica, social e institucional, compatibilidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), viabilidade técnica, administrativa e financeira, interesse público e potencial de impacto para a formação dos estudantes e para o desenvolvimento das comunidades atendidas.

A gestão e o acompanhamento das parcerias são de responsabilidade da Coordenadoria de Extensão e Pesquisa, em articulação com a Direção Geral, as Coordenações de Curso e os demais setores envolvidos, competindo-lhes monitorar a execução das atividades, o cumprimento dos planos de trabalho e das obrigações pactuadas, bem como avaliar os resultados alcançados.

O monitoramento é realizado por meio de indicadores institucionais, tais como número de convênios ativos, projetos executados, instituições parceiras, estudantes e docentes envolvidos, comunidades beneficiadas, impacto social das ações, alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e nível de satisfação das partes envolvidas.

Ao término de cada parceria ou periodicamente durante sua vigência, são elaborados relatórios de acompanhamento e prestação de contas contendo a descrição das atividades desenvolvidas, os resultados obtidos, os indicadores alcançados, os recursos empregados, as dificuldades identificadas e as oportunidades de melhoria, assegurando transparência, responsabilidade institucional e gestão baseada em evidências.

A renovação, revisão ou encerramento das parcerias será precedida de avaliação institucional quanto ao cumprimento dos objetivos pactuados, à efetividade das ações desenvolvidas, ao interesse das partes e à continuidade de sua contribuição para a missão institucional da FAESP, para a formação acadêmica dos estudantes e para o fortalecimento da responsabilidade social e da extensão universitária.

5.2.11 Programas e Projetos de Arte, Cultura e Patrimônio Cultural

A extensão universitária da FAESP contempla programas, projetos e ações permanentes voltados à promoção da arte, da cultura, da memória institucional e do patrimônio cultural, reconhecendo essas dimensões como componentes essenciais da formação integral dos estudantes e da integração entre a Instituição e a comunidade.

Entre as ações desenvolvidas destacam-se a realização de **semanas culturais**, destinadas à promoção da diversidade artística, cultural e acadêmica, reunindo palestras, apresentações, debates, oficinas e atividades interdisciplinares; **exposições** de produções artísticas, fotográficas, documentais e históricas; **mostras culturais e temáticas**, voltadas à valorização da identidade regional, da cultura brasileira, da diversidade cultural e da memória institucional.

A FAESP incentiva, ainda, a realização de **apresentações de coral, música, teatro, dança, poesia e outras manifestações artísticas**, promovidas pela comunidade acadêmica ou em parceria com grupos culturais convidados, estimulando a criatividade, a expressão artística, o desenvolvimento humano e a participação estudantil.

Também integram essa política a oferta de **oficinas culturais**, voltadas ao desenvolvimento de competências artísticas, literárias, musicais, audiovisuais, patrimoniais e de educação cultural; a realização de **concursos culturais**, de redação, fotografia, poesia, produção artística, audiovisual e outras modalidades que valorizem o talento e a produção acadêmica dos estudantes; bem como a promoção de **eventos literários**, incluindo feiras de livros, encontros com escritores, clubes de leitura, lançamentos de obras, saraus, rodas de conversa e atividades de incentivo à leitura e à produção científica e cultural.

As ações culturais são desenvolvidas de forma articulada com os cursos de graduação, os projetos de pesquisa e de extensão, promovendo a integração entre ensino, pesquisa, cultura e responsabilidade social.

A FAESP desenvolve, igualmente, **projetos em parceria com a comunidade externa**, escolas, igrejas, museus, bibliotecas, centros culturais, organizações da sociedade civil, órgãos públicos e demais instituições, visando à valorização do patrimônio histórico e cultural, à preservação da memória, ao fortalecimento da identidade local e regional, à promoção da inclusão social, da cidadania e do acesso democrático à cultura.

Os programas e projetos de arte, cultura e patrimônio cultural são acompanhados por meio de indicadores institucionais, tais como número de eventos realizados, participação da comunidade acadêmica e externa, parcerias estabelecidas, ações de preservação da memória institucional, diversidade de atividades ofertadas, satisfação dos participantes e impacto social das ações desenvolvidas. Os resultados subsidiam o planejamento institucional e a melhoria contínua das políticas culturais da FAESP, fortalecendo sua missão institucional e seu compromisso com a formação integral, a cidadania, a responsabilidade social e a valorização da diversidade cultural.

5.3 Políticas de práticas investigativas

Para que se possa atingir os objetivos institucionais e programáticos propostos, a definição de linhas de pesquisa propostas aqui, se adequará, prioritariamente, às

necessidades de curto e médio prazo, como a qualificação do corpo docente da Faculdade e a reflexão acerca de temas atuais do saber científico, condições e peculiaridades do mercado de trabalho, a complexidade das relações sociais, políticas, jurídicas e econômicas, bem como o avanço do processo de globalização e da atual problemática das reformas no contexto nacional.

Assim, identificados os maiores desafios que se colocarão, no âmbito da participação do (s) curso(s) da FAESP nas definições de soluções das diversas abrangências já mencionadas nesse PDI, a opção pelas linhas de pesquisa que colocamos, permitirão que se abriguem projetos específicos das grandes áreas do saber correspondente, na área que compreendem todos os cursos da IES e mesmo os que serão pleiteados futuramente.

Além dessas temáticas, a FAESP incentivará o desenvolvimento de pesquisas voltadas à segurança alimentar e nutricional, alimentação saudável, sustentabilidade, sistemas alimentares sustentáveis, agricultura sustentável, combate ao desperdício de alimentos, aproveitamento integral de alimentos, educação alimentar e nutricional, economia circular e responsabilidade socioambiental, estimulando a produção de conhecimento científico e tecnológico que contribua para a melhoria da qualidade de vida, a promoção da saúde, a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável das comunidades. Essas pesquisas serão desenvolvidas de forma interdisciplinar, articulando ensino, pesquisa e extensão, e poderão envolver parcerias com órgãos públicos, organizações da sociedade civil, instituições religiosas, escolas, empresas e demais entidades comprometidas com a promoção da segurança alimentar e da sustentabilidade.

A FAESP incentiva, igualmente, o desenvolvimento de pesquisas em rede, a cooperação científica nacional e internacional, a constituição de grupos interinstitucionais de pesquisa, a elaboração de projetos colaborativos, a produção científica conjunta entre docentes, pesquisadores e estudantes, bem como o intercâmbio acadêmico com instituições de ensino superior, centros de pesquisa, organismos públicos e entidades da sociedade civil. Essas ações visam ampliar a integração científica, fortalecer a internacionalização da produção acadêmica, promover a circulação do conhecimento, compartilhar boas práticas de pesquisa e estimular a construção coletiva de soluções inovadoras para os desafios científicos, sociais, educacionais, ambientais e tecnológicos contemporâneos.

Questão como justiça social e desenvolvimento nacional (incluindo os problemas da inserção das minorias sociais, igualdade e regionalização nova expressão dos mercados globalizados) farão parte de nossas pesquisas. Algumas das linhas de práticas investigativas da FAESP são:

a) Bacharel em Teologia

- ✓ Análise e Interpretação de Textos do AT e NT
- ✓ Religião e Modernidade
- ✓ Fé e Cultura

b) Licenciaturas

- ✓ Processo de ensino-aprendizagem
- ✓ Educação Inclusiva- Dificuldade de aprendizagens
- ✓ Questões didáticas e metodológicos para a alfabetização
- ✓ Questões didática e metodológicas para o ensino de conceitos matemáticos.
- ✓ Educação Infantil e suas especificidades.

c) Linha Institucional Transversal de Pesquisa em Sustentabilidade e Responsabilidade Social

- ✓ Segurança alimentar e nutricional;
- ✓ Alimentação saudável e promoção da saúde;
- ✓ Sistemas alimentares sustentáveis;
- ✓ Agricultura sustentável e agricultura urbana;
- ✓ Educação alimentar e nutricional;
- ✓ Redução do desperdício de alimentos e aproveitamento integral;
- ✓ Sustentabilidade ambiental e economia circular;
- ✓ Responsabilidade socioambiental e desenvolvimento sustentável;
- ✓ Políticas públicas de segurança alimentar;

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

- ✓ Inclusão social, combate às desigualdades e desenvolvimento comunitário.

Também integrarão as linhas institucionais de pesquisa estudos relacionados à **segurança alimentar e nutricional**, à **promoção da alimentação saudável**, à **agricultura sustentável**, aos **sistemas alimentares sustentáveis**, à **redução do desperdício de alimentos**, à **educação ambiental**, à **educação alimentar e nutricional** e à **responsabilidade socioambiental**, considerando sua interface com os direitos humanos, a inclusão social, o desenvolvimento comunitário e a sustentabilidade.

A Metodologia de pesquisa, em termos de busca de resultados diretos, será aquela que parte de pesquisa como procedimento racional e sistemático e que terá por objetivo proporcionar respostas aos problemas que serão propostos, podendo ser "pura", quando responde a motivação de ordem teórica, ou "aplicada", quando as motivações forem de ordem prática. Na Faculdade essas duas ordens de pesquisa serão estimuladas, em face dos compromissos com a construção de um saber que se possa colocar, também, a serviço da transformação social.

A base filosófica de todas as nossas práticas investigativas será fundamentada na busca científica orientada pelo rigor ético e humanista com o fim de ampliar o acervo de conhecimentos ministrados nos demais cursos que oferecerá à comunidade, respeitando sempre a presença do homem e sua dignidade.

No âmbito da execução do PDI, o desenvolvimento do programa quinquenal das atividades de pesquisa/práticas investigativas consiste, principalmente, em:

- ✓ Formação do pessoal docente em cursos de pós-graduação da própria faculdade e de outras instituições nacionais, ou de país estrangeiro, sob convênio;
- ✓ Concessão auxílio para projetos específicos;
- ✓ Celebração de convênio com instituições voltadas à pesquisa;

- ✓ Manutenção de intercâmbio com instituições científicas, visando fomentar contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- ✓ Ampliação e atualização da biblioteca;
- ✓ Divulgação dos resultados das pesquisas realizadas, em periódicos institucionais – Revista científica da Faculdade- e em outros de comunicação acadêmica, nacionais ou estrangeiros;
- ✓ Realização de eventos destinados ao debate de temas científicos;
- ✓ Adoção de regime de trabalho especial para pesquisadores;
- ✓ Implantação de núcleos temáticos de estudos.
- ✓ Desenvolver pesquisas voltadas à segurança alimentar, à sustentabilidade, à responsabilidade socioambiental, à promoção da alimentação saudável e ao fortalecimento de políticas públicas e ações comunitárias que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável das comunidades atendidas pela FAESP.

Caberá ao órgão diretivo da Faculdade (órgão de que são membros os coordenadores de pesquisa e de extensão) analisar e deliberar, inicialmente, sobre os projetos de pesquisa, observadas as condições e exigências relacionadas à matéria e o disposto no Regimento dando-se prioridade à pesquisa vinculada aos objetivos do ensino e inspirada em dados da realidade regional e nacional, sem prejuízo da generalização dos fatos sociais polarizados e de suas interpretações e divulgações.

Para o financiamento das pesquisas, a Faculdade firmará convênios com organismos especializados e agências governamentais ou não - governamentais, do Brasil e/ou do exterior, além de consignar, em seu orçamento anual, recursos específicos para tal atividade.

As atividades de pesquisa serão supervisionadas pelo Conselho Superior, através da Coordenadoria de Pesquisa e para cumprir os objetivos da interdisciplinaridade, a Faculdade criará núcleos temáticos que terão por objetivo:

- ✓ Estimular o desenvolvimento da pesquisa científica, por meio do aperfeiçoamento de pesquisadores, docentes ou não;

- ✓ Proporcionar, treinamento eficaz em técnicas de alto padrão, voltado ao desenvolvimento nacional;
- ✓ Aprimorar a qualidade do ensino com a elevação do perfil acadêmico dos docentes;
- ✓ Criar adequadas condições de trabalho a pesquisadores de diferentes áreas, que integrem o núcleo;
- ✓ Integrar espaço físico e recursos humanos, racionalizando o trabalho e a produção científica;
- ✓ Prestar serviços à comunidade, nas diferentes áreas do saber e do fazer correspondente;
- ✓ Promover intercâmbio cultural e científico com instituições congêneres, entidades governamentais e órgãos interessados no desenvolvimento de Jornalismo.

As linhas de pesquisa serão estabelecidas observando sua articulação com o Projeto Pedagógico Institucional, os Projetos Pedagógicos dos Cursos, os objetivos institucionais e as demandas sociais contemporâneas, contemplando, entre outros temas, os direitos humanos, a inclusão social, a inovação, a segurança alimentar e nutricional, a alimentação saudável, a sustentabilidade, a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável. Os projetos serão analisados considerando sua relevância científica, acadêmica e social, bem como sua viabilidade técnica, financeira e institucional.

5.3.1 Políticas de práticas investigativas e os docentes da FAESP

O docente é o responsável pelo processo de construção da aprendizagem não somente no repasse de conteúdo, quando necessário se faz, como diretamente na elaboração do mesmo por parte do aluno. Entendemos que, sendo assim, o aluno não é um mero espectador de sua formação, mas alguém capaz de caminhar por si mesmo fazendo a seleção e consolidação dos saberes adquiridos nesse processo e em sua vivência social.

O professor deve ser então um pesquisador por excelência e, ao mesmo tempo, alguém que incentive a pesquisa junto ao corpo discente. Para isso, a FAESP adota as seguintes práticas de estímulo à atividade investigativa:

- ✓ Ampliação da carga horária para dedicação docente aos trabalhos de pesquisa e orientação de TCC
- ✓ Estímulo à participação em programas de pós-graduação *Lato* (especialização) e *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado) por parte de seu corpo docente.
- ✓ Estímulo para participação em eventos de divulgação da IES e suas pesquisa institucionalmente reconhecidas
- ✓ Incentivo à publicação interna e externa dos trabalhos científicos desenvolvidos pela FAESP
- ✓ Projetos de extensão

Dessa forma, a instituição cumpre seu papel de incentivadora da produção de conhecimento e formação de centros de excelência em saberes nas áreas em que atua.

5.3.2 Políticas de práticas investigativas e os discentes da FAESP

O papel da instituição de ensino superior é preparar seus alunos para um ambiente de mudanças, de progresso, de interação, promovendo um espaço aberto de oportunidades para a aprendizagem permanente, voltada para o desenvolvimento de cidadãos capazes de lidar com autonomia, responsabilidade e criatividade. Dessa forma, possibilitando a estes o aprimoramento intelectual, cultural e ético que lhes permita enfrentar as mudanças, os desafios que experimentarão ao longo de suas vidas pessoais e profissionais, formando um indivíduo competente, responsável, crítico e solidário.

Nosso compromisso é organizar e transmitir as orientações gerais ao corpo discente proporcionando mecanismos de permanência e o máximo de aproveitamento destes. Essa abordagem é aplicável para melhoria contínua no processo ensino-aprendizagem, gerando confiança nos recursos humanos e na qualidade da informação, proporcionando, dessa maneira a satisfação de todos os envolvidos no processo. Dessa forma, adotamos os seguintes objetivos:

- ✓ Incentivo aos docentes de produzirem artigos científicos ou similares que relatem a experiência da produção de conhecimento em sua área;
- ✓ Estímulo à publicação em periódico interno de seu TCC ao final do curso;
- ✓ Incentivo a participação de eventos internos e externos em que se possa apresentar os resultados dos trabalhos desenvolvidos na FAESP;
- ✓ Incentivo a formação continuada em cursos de extensão e de pós-graduação.

A FAESP parte da premissa que a pesquisa é um dos pilares mais relevantes na formação do indivíduo autônomo e crítico no trato com o conhecimento em seu meio, esse sim um cidadão capaz de avaliar e crescer em um mundo repleto de informações.

5.3.3 Centro de Pesquisa Pentecostal da FAESP (CPP – FAESP)

A Faculdade Evangélica de São Paulo – FAESP mantem o Centro de Pesquisa Pentecostal da FAESP (CPP-FAESP), órgão acadêmico institucional destinado à coordenação, desenvolvimento e consolidação das atividades de pesquisa científica, produção técnica, formação investigativa e inserção social vinculadas às áreas da Teologia Pentecostal, Teologia Prática, Ciências Humanas e estudos interdisciplinares do fenômeno religioso contemporâneo.

O CPP-FAESP constitui-se como espaço institucional permanente de articulação entre ensino, pesquisa, extensão e intervenção sociocomunitária, visando à produção de conhecimento científico comprometido com a reflexão crítica acerca das práticas ministeriais, das transformações culturais, das dinâmicas sociopolíticas do pentecostalismo e das demandas contemporâneas das comunidades religiosas e da sociedade brasileira.

Compete ao Centro de Pesquisa Pentecostal:

- Fomentar, coordenar e acompanhar grupos e projetos institucionais de pesquisa;
- Estimular a produção científica, técnica e tecnológica docente e discente;

- Apoiar a elaboração de produtos técnicos, protocolos institucionais, materiais didático-pedagógicos, cartilhas, cursos, oficinas e projetos de intervenção sociocomunitária;
- Promover congressos, jornadas acadêmicas, simpósios, fóruns científicos, ciclos de conferências e demais atividades acadêmicas vinculadas às linhas institucionais de pesquisa;
- Incentivar a publicação de artigos científicos, livros, capítulos, dossiês temáticos, e-books, anais e periódicos acadêmicos;
- Promover a integração acadêmica entre graduação, pós-graduação lato sensu e futura pós-graduação stricto sensu;
- Fortalecer redes de cooperação acadêmica com instituições nacionais e internacionais;
- Apoiar institucionalmente processos de iniciação científica, formação investigativa e qualificação docente;
- Estimular pesquisas aplicadas às demandas ministeriais, educacionais, culturais, sociais e comunitárias;
- Contribuir para a consolidação da identidade acadêmica e científica da FAESP no campo da Teologia Pentecostal.

O CPP-FAESP atuará prioritariamente em articulação com as linhas institucionais de pesquisa: I – Práticas Ministeriais e Intervenção Sociocomunitária; II – Pentecostalismo, Cultura e Dinâmicas Sociopolíticas.

O Centro de Pesquisa Pentecostal constitui eixo estruturante das atividades de investigação científica e produção técnica vinculadas ao futuro Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da FAESP.

5.3.4 Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu

A Faculdade Evangélica de São Paulo – FAESP instituirá a Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu, órgão acadêmico responsável pelo planejamento, acompanhamento, supervisão e desenvolvimento das políticas institucionais

relacionadas aos programas de mestrado e demais cursos stricto sensu eventualmente implantados pela instituição.

A Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu atuará em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI); as diretrizes da CAPES; as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão; os objetivos de inserção social e desenvolvimento regional da FAESP.

Compete à Coordenação de Pós-Graduação *Stricto Sensu:*

I. Coordenar os processos institucionais relacionados à implantação, consolidação, acompanhamento e avaliação dos programas stricto sensu;
II. Promover a integração entre graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão e produção científica;
III. Estimular a formação de grupos de pesquisa e redes acadêmicas nacionais e internacionais;
IV. Acompanhar os indicadores acadêmicos e institucionais vinculados à CAPES;
V. Fomentar políticas institucionais de produção científica, técnica e editorial;
VI. Apoiar a realização de eventos científicos, ações extensionistas e projetos de inserção social vinculados aos programas de pós-graduação;
VII. Incentivar processos de internacionalização acadêmica e cooperação interinstitucional;
VIII. Acompanhar os processos institucionais de autoavaliação dos programas stricto sensu;
IX. Articular-se com o Centro de Pesquisa Pentecostal da FAESP (CPP-FAESP), colegiados de curso, Núcleos Docentes Estruturantes e demais órgãos acadêmicos institucionais;
X. Promover ações permanentes de qualificação docente, formação investigativa e fortalecimento da cultura científica institucional.

A Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu será dirigida por docente com titulação compatível com as exigências legais e experiência acadêmica em pesquisa, produção científica e gestão da pós-graduação.

A estrutura administrativa da Coordenação será progressivamente ampliada conforme a implantação e consolidação dos programas stricto sensu da instituição, especialmente do Mestrado Profissional em Teologia Pentecostal.

A criação da Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu evidencia o compromisso institucional da FAESP com a consolidação da pesquisa científica, da formação avançada de pesquisadores e da produção de conhecimento aplicado às demandas educacionais, sociais, culturais, ministeriais e sociocomunitárias contemporâneas.

5.3.5 Política Institucional de Produção Científica, Técnica e Editorial

A Faculdade Evangélica de São Paulo – FAESP desenvolverá política institucional permanente de incentivo à produção científica, técnica, tecnológica e editorial, destinada à consolidação da cultura investigativa institucional e ao fortalecimento da formação acadêmica, científica e profissional de docentes, pesquisadores e estudantes.

A política institucional de produção científica e editorial compreenderá ações voltadas:

- à ampliação qualitativa e quantitativa da produção intelectual institucional;
- ao fortalecimento da pesquisa aplicada no campo da Teologia Pentecostal e das Ciências Humanas;
- à consolidação da inserção acadêmica regional, nacional e internacional da FAESP;
- à articulação entre investigação científica, práticas ministeriais, demandas sociocomunitárias e produção de soluções institucionais aplicadas;
- ao desenvolvimento de produtos técnicos vinculados às atividades docentes e discentes;
- à difusão científica e democratização do conhecimento produzido institucionalmente.

A política editorial institucional contemplará:

- publicação de periódicos científicos;
- organização de anais de eventos acadêmicos;
- publicação de livros e e-books;
- incentivo à produção de artigos científicos;
- publicação de materiais técnico-teológicos;
- desenvolvimento de produtos educacionais e didático-pedagógicos;
- elaboração de protocolos institucionais e materiais de intervenção sociocomunitária;
- incentivo à divulgação científica em meios físicos e digitais;
- apoio à produção intelectual vinculada às linhas institucionais de pesquisa.

A FAESP buscará estimular prioritariamente produções relacionadas:

- à Teologia Prática;
- ao Pentecostalismo contemporâneo;
- às dinâmicas religiosas brasileiras;
- às práticas ministeriais;
- à educação confessional;
- às políticas públicas e religião;
- à ética cristã e responsabilidade social;
- à cultura pentecostal;
- às práticas de intervenção sociocomunitária;
- às relações entre religião, sociedade, política e cultura.

A política institucional buscará assegurar condições acadêmicas e administrativas para o desenvolvimento contínuo da produção científica e técnica vinculada ao futuro Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu.

5.3.6 Política Institucional de Eventos Científicos, Produção Acadêmica e Inserção Social

A Faculdade Evangélica de São Paulo – FAESP compreende os eventos científicos institucionais como instrumentos permanentes de consolidação da cultura acadêmica investigativa, de fortalecimento da produção intelectual e de integração entre ensino, pesquisa, extensão e intervenção sociocomunitária.

Os congressos, jornadas acadêmicas, seminários, simpósios, fóruns temáticos, encontros de pesquisa, oficinas técnico-científicas, conferências e demais atividades acadêmicas promovidas institucionalmente constituirão espaços estratégicos de produção, circulação, validação e socialização do conhecimento científico e técnico desenvolvido no âmbito institucional.

Os eventos científicos promovidos pela FAESP deverão observar vinculação orgânica:

I. às linhas institucionais de pesquisa;
II. aos grupos e projetos institucionais de investigação científica;
III. às atividades do Centro de Pesquisa Pentecostal da FAESP;
IV. às ações extensionistas e práticas de inserção sociocomunitária;
V. às atividades formativas da graduação, pós-graduação lato sensu e futura pós-graduação stricto sensu;
VI. às demandas contemporâneas relacionadas às práticas ministeriais, às dinâmicas sociopolíticas do fenômeno religioso e às transformações culturais da sociedade brasileira.

A política institucional de eventos científicos terá como objetivos:

- consolidar ambiente acadêmico permanente de produção científica e técnica;
- estimular a formação de pesquisadores e lideranças acadêmicas;
- fomentar a produção intelectual docente e discente;
- fortalecer indicadores institucionais de pesquisa, produção técnica e inserção social;
- ampliar a interlocução entre academia, comunidades religiosas e sociedade civil;

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

- promover reflexão crítica acerca do pentecostalismo brasileiro e suas interfaces sociais, culturais e políticas;
- incentivar pesquisas aplicadas às demandas institucionais, comunitárias e ministeriais;
- fortalecer redes acadêmicas nacionais e internacionais de cooperação científica;
- estimular práticas de divulgação científica e popularização do conhecimento;
- consolidar a inserção regional e nacional da FAESP no campo da Teologia e demais áreas do conhecimento;
- promover a articulação entre tradição teológica, investigação científica e intervenção social.

Os eventos científicos poderão resultar em produtos científicos, técnicos e educacionais institucionalmente vinculados, tais como:

- anais científicos;
- dossiês temáticos;
- periódicos acadêmicos;
- e-books;
- artigos científicos;
- relatórios técnicos;
- materiais didático-pedagógicos;
- cartilhas institucionais;
- protocolos metodológicos;
- cursos e oficinas de formação;
- materiais de capacitação ministerial;
- produtos de inserção social;
- produção audiovisual acadêmica;
- tecnologias sociais aplicadas.

A organização dos eventos científicos será coordenada pelo Centro de Pesquisa Pentecostal da FAESP, em articulação com colegiados de curso,

coordenações acadêmicas, grupos de pesquisa e futuras estruturas da pós-graduação stricto sensu.

A FAESP incentiva, ainda, o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à segurança alimentar, à alimentação saudável, à sustentabilidade e à redução do desperdício de alimentos, bem como a pesquisa em rede, a cooperação científica interinstitucional, os projetos de pesquisa colaborativos e o intercâmbio acadêmico com outras instituições.

5.4 Políticas de gestão

A FAESP assume em sua política de gestão que seja instrumento na formação de pessoas autônomas e críticas, capazes de despontarem como lideranças nos meios em que atuam. Toda a política de gestão reflete isso, uma preocupação constante em valorizar um profissional cujo perfil permite o desenvolvimento de habilidades altamente valorizadas no mercado de trabalho hoje. Esse paradigma novo nos permite apontar alguns princípios que o norteiam, a saber:

a) Ações autônomas e responsáveis.
b) Gestão democrática.
c) Avaliação constante de processos e aprendizagem.
d) Valorização da educação e da busca pelo aprimoramento.
e) Valorização da construção do saber coletivo e do compartilhamento desse conhecimento.

A Extensão tem por finalidade promover a formação continuada, a qualificação dos membros da comunidade acadêmica e da comunidade local, regional, nacional e internacional por meio da oferta de programas, projetos, atividades e serviços e apresenta dois enfoques essenciais: o acadêmico e o comunitário.

O trabalho acadêmico possibilita a integração do conhecimento com ações práticas, envolvendo não apenas a comunidade interna da IES, mas também a comunidade de modo geral.

Dessa forma, o corpo técnico e docente da FAESP é constantemente estimulado a assumir papéis que os levem a desenvolver liderança e tomadas de decisões em uma constante política do exercício democrático dos processos decisórios. Essa modalidade de gestão está sempre focada nas mudanças da sociedade e nas demandas do mercado profissional sendo assim mais do que uma postura da IES, mas um movimento no sentido de assumir o desafio de gerir em um mundo cada vez mais em mutações rápidas.

Essa forma de gestão acaba por refletir na maneira como formamos nossos egressos que convivem com uma forma de gerir em que todos os atores do processo são vistos como responsáveis e não meros pacientes de processos dos quais não participam.

Assim, a FAESP procura atuar ampliando suas formas de ações sociais ao criar condições que permitam a percepção do processo como responsabilidade de todos. E no sentido de operacionalizar essa mentalidade adotada a instituição baseia-se em alguns princípios básicos

a) Institucionalizar uma estrutura que possibilite uma gestão colegiada, através de um processo deliberativo democrático com competência para garantir sua autonomia acadêmica, política, administrativa e financeira.
b) Implementar um projeto político-pedagógico que viabilize a vivência da missão da IES.
c) Promover a integração das atividades fins da IES como ensino, iniciação científica e extensão em núcleos para que atuem em conjunto e de forma complementar
d) Aprimorar o sistema de planejamento acadêmico, tendo-o em vista como um processo dinâmico, flexível, possível de ajustes quando necessário.
e) Estabelecer uma relação adequada entre atividades-fim e atividades-meio (de natureza burocrático-administrativa), desburocratizando os serviços, de modo que os colaboradores tenham espaço e autonomia

para organização e difusão de atividades de ensino, iniciação cientifica e extensão.

f) Desenvolver uma política integrada de formação continuada para os colaborares com estímulo ao aprimoramento em cursos/atividades internas ou externas à FAESP.
g) Integrar as áreas de ensino com as demandas sociais, viabilizando novos processos educacionais de ensino presencial e a distância.
h) Consolidar sua inserção social no contexto regional a que pertence.
i) Favorecer e ampliar as relações da FAESP com o Estado e com a sociedade civil.

Para tornar-se um polo de difusão de ideias e conhecimentos, uma referência na região, a FAESP articulará com as organizações governamentais e não governamentais locais, promovendo com elas o estudo da realidade e propondo as inovações necessárias, sem perder jamais suas oportunidades de participação, por perceber que somente assim alcançará a indispensável interação, contínua e integrada, com a comunidade na qual se insere, influi e é influenciada.

Não basta realizar o planejado nem alcançar as metas propostas e os resultados almejados; a obra deve corresponder igual e competente comunicação, interna e externa, sob pena de não se alcançar visibilidade institucional, a prova concreta da escola como o equipamento de maior relevo da sociedade. Esses princípios fundamentam o modelo organizacional da instituição e devem estar permanentemente presentes na comunidade acadêmica, permeando todas as suas ações diretas e indiretas.

5.5 Política para o ensino, a pesquisa, pós-graduação e extensão

Em consonância com as determinações da resolução nº 001 CNE/CES de 8 de junho de 2007, a FAESP pretende oferecer cursos regulares dentro de suas áreas de atuação a partir de 2012. O objetivo é oferecer ao aluno o benefício da formação continuada em cursos de especialização *(lato sensu)* em Ciências de Religião,

Administração Eclesiástica, Antigo Testamento, Novo testamento, Docência em ensino e áreas afins que compreendem as linhas de atuação da IES.

As atividades de pesquisa são oferecidas em concomitância com as atividades de ensino permitindo ao aluno desenvolver seu trabalho de conclusão de curso com base nos conhecimentos adquiridos durante o curso. Os professores atuam como orientadores do processo de construção do conhecimento desde o primeiro período e culminam com o TCC que é a publicação de um artigo acadêmico para avaliação pelo conselho editorial da instituição e publicação em revista acadêmica. As normas de pesquisa acadêmica, TCC e da revista acadêmica que comprovam a existência dos programas referidos encontram-se em documento anexo.

Definir a vinculação da oferta educacional da IES às demandas do desenvolvimento local e regional, da inclusão social, tecnologia, política e cultural, do respeito e preservação ambiental. A oferta educacional atende às demandas do desenvolvimento local e regional, da inclusão social, tecnologia, política e cultural, do respeito e preservação ambiental na medida em que:

a) Oferta cursos de baixo custo dentro da área de Teologia e Pedagogia par permitir ao entorno o acesso a um curso superior de qualidade e atendendo a seus interesses;

b) A inclusão social é contemplada na medida em que a IES possui uma comissão interna permanente de inclusão e acessibilidade. Esta comissão – CIIA – se reúne regularmente para promover políticas que permitam uma melhor adequação da instituição a portadores de necessidades especiais e grupos étnicos contemplados por políticas afirmativas;

c) No âmbito tecnológico a criação de um polo de ensino a distância para oferta de cursos regulares em EaD para a comunidade assim como a integração das disciplinas em modalidades híbridas de ensino é uma política da IES para atender as demandas tecnológicas da sociedade em que está inserida;

d) Dentro da realidade local, a presença da FAESP constitui um diferencial político e cultural atuando como referência regional para eventos e encontros que atendem os mais diversos assuntos.

Por fim, no aspecto ambiental, a instituição possui sistema de coleta seletiva interna e campanhas de consumo e gasto consciente. Ainda assim, dentro das matrizes, temáticas são trabalhadas, transversalmente, abordando questões como cidadania, consciência coletiva e ambiental.

5.5.1 Política de Internacionalização Acadêmica

A FAESP desenvolverá política institucional de internacionalização acadêmica voltada ao fortalecimento da pesquisa científica, da cooperação interinstitucional e da inserção internacional das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A política institucional buscará:

- estabelecer redes acadêmicas nacionais e internacionais;
- promover cooperação científica com instituições estrangeiras;
- incentivar publicações conjuntas;
- estimular participação docente e discente em eventos científicos internacionais;
- ampliar intercâmbios acadêmicos e científicos;
- fortalecer pesquisas interinstitucionais;
- incentivar participação em grupos internacionais de investigação;
- promover circulação internacional da produção científica institucional.

A política de internacionalização priorizará áreas relacionadas às linhas institucionais de pesquisa, especialmente Teologia Pentecostal, Teologia Prática, práticas ministeriais e estudos socioculturais do fenômeno religioso.

5.6 Política de inclusão e acessibilidade

A política de inclusão da FAESP baseia-se em dois eixos; a inclusão social (política de cotas, ações afirmativas e outras da mesma natureza) e inclusão de Portadores de Necessidades Especiais, doravante, PNEs.

Para contemplar o primeiro grupo, a FAESP adota desde 2019, uma política de cotas para alunos que se autodeclarem negros ou indígenas. Essa medida tem por objetivo o resgate de uma dívida histórica e um comprometimento com as políticas governamentais que focam a promoção da igualdade de oportunidades para grupos étnicos secularmente excluídos pela sociedade. Essa política, em 2021, passará a contemplar alunos de escolas públicas.

Em consonância com as políticas governamentais de promoção de igualdade social e valorização das etnias, a FAESP oferece em seus currículos de forma transdisciplinar temas transversais como racismo, preconceitos religiosos, preconceitos de gênero a fim de disseminar na cultura acadêmica mais do que a igualdade de acesso, mas o culto à tolerância e o respeito à diversidade.

Para contemplar o segundo grupo, os PNEs, a FAESP criou uma comissão denominada CIIA (Comissão Interna de Inclusão e acessibilidade). Esse órgão atua como consultores da direção geral da IES na medida em que deve identificar e apontar ações que a IES deve tornar para ser cada vez mais inclusiva considerando as necessidades especiais apresentadas pelos alunos.

Com uma regularidade de reuniões de duas por semestre e eventualmente uma terceira por razões ordinárias, o grupo composto por funcionários e alunos, se reúne para avaliar os pontos em que a faculdade deveria se tornar mais acessível a pessoas portadoras de alguma necessidade especial e encaminha sugestões para a direção da IES diretamente. Algumas sugestões já registradas e implementadas pela IES foram, avisos sonoros nos elevadores, placas em braile, bebedouros adaptados para cadeirantes, instalação de piso tátil, cursos de LIBRAS para funcionários.

Outras ações também são implementadas pela FAESP no sentido de promover uma política de inclusão que garanta a pleno acesso de PNEs aos estudos e a igualdade de oportunidades. A saber:

a) Campanhas de sensibilização e de motivação para a aceitação das diferenças.
b) Parcerias com instituições que atendem pessoas portadoras de necessidades especiais para atividades de extensão interna ou externa à FAESP.

c) Programa de oferta de estágio profissional com adequadas condições de atuação para os portadores de necessidades especiais (em funcionamento a partir de 2021.1).

A Faculdade Evangélica de São Paulo, entende e fundamenta suas ações atendendo ao que se preconiza na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), garantindo acessibilidade arquitetônica, pedagógica, tecnológica e comunicacional, garantindo, junto com o corpo diretivo e pedagógico, ações de acessibilidade metodológica como adaptações de materiais, prazos estendidos, equipe especializada e suporte digital, Plataforma Google Workspace for Education e AVA (Google Classroom) com recursos de acessibilidade integrados.

Um diferencial que a IES oferece e se organiza é o atendimento às necessidades específicas com o programa do Apoio Pedagógico e Psicopedagógico e também o Apoio de Aconselhamento.

Ademais, no intuito de permitir o uso dos recursos que se fazem imprescindíveis para o desenvolvimento das atividades acadêmicas dos estudantes com alguma deficiência visual ou auditiva, a FAESP compromete-se em estabelecer os requisitos de acessibilidade para construção ou aquisição dos principais sistemas a serem utilizados no processo de aprendizagem desses alunos em atendimento pleno a Lei nº 13.146/2015. Dessa forma, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais e demais recursos serão disponibilizados para os estudantes com deficiência auditiva ou visual, no caso venha a ser solicitado e até que o aluno conclua o curso em que se encontra. Tais recurso configuram-se como:

I. Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação discursiva escrita;
II. Orientação aos docentes sobre a flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
III. Suporte de nivelamento ao aprendizado da língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita;

IV. Treinamento regular e acesso aos professores a materiais de informações sobre a especificidade linguística do deficiente auditiva;

V. A Língua Brasileira dos Sinais – LIBRAS, em cumprimento à legislação específica é oferecida como componente curricular optativo em todos os cursos de graduação (bacharelados), podendo contemplar também a participação de docentes e colaboradores.

VI. Cursos regulares de LIBRAS em caráter de extensão para professores, alunos e técnicos- administrativos.

A IES entende que a continuidade de ações inclusivas, estão garantidas na implantação de sistemas e meios de comunicação e informação prestados às pessoas com deficiência visual para estudantes com alguma deficiência visual, assumindo o compromisso de, caso solicitem, isso seja oferecido até que o aluno conclua o curso, proporcionando desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:

1. Máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
2. Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
3. Software de ampliação de tela;
4. Equipamento para ampliação de textos para atendimento a estudante com visão subnormal;
5. Lupas, réguas de leitura;
6. Scanner acoplado a um computador;
7. Acervo bibliográfico em Braille e de fitas sonoras, para uso didático;
8. Laboratórios de computadores com programas de voz (leitura), que permita que um livro seja escaneado, transformando-o em arquivo audível.

Assim a Equipe Multidisciplinar da Faculdade Evangélica de São Paulo, assegura, neste formato, que todas as tecnologias utilizadas no processo ensino-aprendizagem estejam alinhadas às diretrizes de acessibilidade, conforme a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

Para tanto, no quesito acessibilidade, os mecanismos de interação no AVA estão adequados à Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), garantindo:

- ✓ Compatibilidade com leitores de tela;
- ✓ Navegação por teclado;
- ✓ Legendas automáticas nas videoaulas;
- ✓ Disponibilização dos materiais em formatos acessíveis (PDF estruturado, textos editáveis, arquivos em áudio, quando necessário);
- ✓ Adaptações metodológicas para estudantes com necessidades específicas, conduzidas pela equipe pedagógica e técnica.

No que se refere as Políticas da Educação Inclusiva, a Faculdade evangélica de São Paulo, atenta em proporcionar condições de ensino aos alunos PCD's (pessoas com deficiência) ou que apresentem mobilidade reduzida, está atenta ao cumprimento das exigências legais de condições de acessibilidade, conforme nos Artigos 205, 206 e 208 da Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei n.º 10.098/2000, na Lei n.º 13.146/2015, nos Decretos n.º 5.296/2004, n.º 6.949/2009, n.º 7.611/2011 e na Portaria n.º 3.284/2003. Procura atender aos alunos PCD´s conforme a demanda, disponibilizando recursos humanos e materiais que forneçam o apoio didático pedagógico necessário para o acompanhamento das atividades acadêmicas exigidas na formação profissional assim como acesso do estudante a uma estrutura física disponível e acessível, como rampas de acesso, carteiras adaptadas e outros.

Para atender plenamente a essa demanda a FAESP conta com a CIIA - Comissão Interna de Inclusão e Acessibilidade, uma comissão permanente da IES composta por representação docente, discente e técnico-administrativa responsável por fazer regulares levantamentos sobre as demandas pontuais de alunos matriculados e ingressantes nos cursos da FAESP. Também conta para os recursos tecnológicos com a Equipe Multidisciplinar e seus membros de Tecnologia da Educação e Tecnologia da Informação que, em conjunto, adaptam os recursos da plataforma, os meios e os materiais ofertados aos alunos. Toda e essa comissão atua diretamente junto com a coordenação de curso e alunos para identificar as necessidades de atendimento aos alunos com deficiência visual ou auditiva assim como demais necessidades que dificultem o aprendizado.

5.6.1 Protocolos Institucionais de Prevenção ao Assédio, à Discriminação e às Violências

Finalidade

A Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) institui os Protocolos Institucionais de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual, à Discriminação e às Demais Formas de Violência como instrumento permanente de promoção da integridade institucional, da proteção dos direitos humanos, da cultura de paz, da igualdade de oportunidades, da diversidade, da inclusão e da segurança da comunidade acadêmica.

Os protocolos constituem parte integrante da Política Institucional de Igualdade de Gênero, Proteção e Participação Institucional, da Política Institucional de Governança, Ética, Integridade e Direitos Humanos, do Código de Ética e Conduta, do Regimento Geral, das normas internas da Instituição e das políticas de acolhimento estudantil.

Sua implementação visa prevenir situações de violência institucional, assegurar ambiente acadêmico ético, respeitoso e inclusivo, garantir mecanismos efetivos de acolhimento e proteção e promover a melhoria contínua dos processos institucionais relacionados aos direitos humanos.

Os protocolos aplicam-se a estudantes, docentes, técnicos administrativos, gestores, colaboradores terceirizados, estagiários, prestadores de serviços, visitantes, parceiros institucionais e demais pessoas que mantenham vínculo acadêmico ou institucional com a FAESP.

Fundamentação Institucional

Os presentes protocolos fundamentam-se:

- na Constituição Federal;
- na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996);
- na legislação brasileira relativa aos direitos humanos;
- nas políticas públicas de enfrentamento às violências;
- nas Diretrizes Curriculares Nacionais;

- no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES);
- nos instrumentos de avaliação do INEP/MEC;
- nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente:
    - ODS 4 – Educação de Qualidade;
    - ODS 5 – Igualdade de Gênero;
    - ODS 10 – Redução das Desigualdades;
    - ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes;
- na missão, visão, valores e princípios institucionais da FAESP.

Princípios Institucionais

Os Protocolos são orientados pelos seguintes princípios:

- dignidade da pessoa humana;
- respeito aos direitos humanos;
- igualdade de oportunidades;
- respeito à diversidade;
- inclusão;
- equidade;
- acessibilidade;
- ética institucional;
- responsabilidade social;
- cultura de paz;
- prevenção das violências;
- acolhimento humanizado;
- escuta qualificada;
- proteção da vítima;
- proteção das testemunhas;

- confidencialidade;
- imparcialidade;
- devido processo administrativo;
- contraditório e ampla defesa;
- não revitimização;
- celeridade;
- transparência institucional;
- melhoria contínua.

Objetivos

Constituem objetivos destes Protocolos:

I – prevenir todas as formas de assédio, discriminação e violência;

II – promover ambiente acadêmico seguro, inclusivo e respeitoso;

III – fortalecer a cultura institucional de respeito aos direitos humanos;

IV – assegurar acolhimento humanizado às pessoas envolvidas;

V – estabelecer fluxo institucional padronizado para atendimento das ocorrências;

VI – garantir tratamento sigiloso das informações;

VII – evitar processos de revitimização;

VIII – promover ações educativas permanentes;

IX – fortalecer a cultura de prevenção;

X – subsidiar a melhoria contínua das políticas institucionais.

Protocolo Institucional de Prevenção ao Assédio Moral

A FAESP considera assédio moral toda conduta abusiva, reiterada ou sistemática que tenha por finalidade ou consequência:

- constranger;

- humilhar;
- intimidar;
- isolar;
- desqualificar;
- desestabilizar emocionalmente;
- degradar as condições de estudo ou trabalho;
- comprometer a dignidade da pessoa.

Medidas preventivas

A prevenção ocorrerá mediante:

- campanhas institucionais permanentes;
- palestras educativas;
- ações de sensibilização;
- capacitação periódica de gestores;
- formação continuada de docentes;
- treinamento dos técnicos administrativos;
- divulgação do Código de Ética;
- orientação aos estudantes ingressantes;
- promoção da convivência respeitosa;
- fortalecimento da cultura institucional baseada na cooperação.

Protocolo Institucional de Prevenção ao Assédio Sexual

A FAESP adota política institucional de tolerância zero ao assédio sexual.

Considera-se assédio sexual qualquer comportamento verbal, físico ou não verbal de natureza sexual, não desejado, capaz de produzir constrangimento, intimidação, humilhação ou violação da liberdade da pessoa.

Medidas preventivas

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

São desenvolvidas permanentemente:

- campanhas educativas;
- formação sobre igualdade de gênero;
- orientação sobre direitos e deveres;
- divulgação dos canais institucionais de denúncia;
- ações de conscientização;
- capacitação da comunidade acadêmica;
- fortalecimento da cultura do respeito.

Protocolo Institucional de Enfrentamento à Discriminação

A FAESP não admite qualquer forma de discriminação baseada em:

- sexo;
- identidade de gênero;
- expressão de gênero;
- orientação sexual;
- raça;
- cor;
- etnia;
- origem;
- nacionalidade;
- religião;
- deficiência;
- idade;
- condição socioeconômica;
- convicções filosóficas;
- ou qualquer outra condição protegida pela legislação.

Ações permanentes

A Instituição promove continuamente:

- educação em direitos humanos;
- campanhas educativas;
- formação cidadã;
- promoção da diversidade;
- valorização da inclusão;
- incentivo ao respeito às diferenças;
- fortalecimento da cultura institucional inclusiva.

Fluxo Institucional de Acolhimento e Encaminhamento

Etapa 1 – Recebimento

As manifestações poderão ser encaminhadas por meio:

- da Ouvidoria;
- da Comissão Permanente de Ética, Diversidade, Inclusão e Enfrentamento às Violências;
- das Coordenações de Curso;
- da Coordenação Psicopedagógica;
- dos canais institucionais próprios.

As denúncias poderão ser identificadas ou, quando permitido pela legislação e pelas normas institucionais, recebidas sob tratamento sigiloso.

Etapa 2 – Acolhimento

Após o recebimento da manifestação será realizado acolhimento inicial, assegurando:

- escuta qualificada;
- atendimento humanizado;

- respeito à autonomia da pessoa;
- ausência de julgamentos;
- preservação da dignidade;
- proteção emocional;
- orientação institucional.

Sempre que necessário serão disponibilizados:

- apoio psicopedagógico;
- orientação sobre direitos institucionais;
- encaminhamento aos serviços públicos especializados;
- encaminhamento à rede de proteção;
- orientação jurídica mediante instituições parceiras.

Etapa 3 – Análise Preliminar

A Comissão realizará análise considerando:

- natureza da ocorrência;
- gravidade;
- urgência;
- competência institucional;
- necessidade de medidas protetivas;
- documentação apresentada.

Poderão ser solicitadas informações complementares quando necessárias.

Etapa 4 – Encaminhamento

Conforme a natureza da ocorrência poderão ocorrer:

- mediação institucional, quando cabível;
- instauração de procedimento administrativo;

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

- encaminhamento à Direção;
- encaminhamento aos órgãos públicos competentes;
- comunicação às autoridades legalmente competentes;
- encaminhamento à rede de proteção social.

Etapa 5 – Acompanhamento

Durante todo o procedimento serão assegurados:

- acompanhamento psicopedagógico;
- monitoramento institucional;
- avaliação periódica da situação;
- proteção da pessoa atendida;
- adoção de medidas preventivas adicionais.

Etapa 6 – Encerramento

Ao término do processo será elaborado registro institucional contendo:

- providências adotadas;
- encaminhamentos realizados;
- medidas corretivas;
- medidas preventivas;
- recomendações institucionais.

Os registros serão utilizados exclusivamente para fins administrativos, estatísticos e de melhoria institucional, preservando-se a identidade das pessoas envolvidas.

Política Institucional de Sigilo

A FAESP assegura tratamento confidencial às informações relacionadas às ocorrências.

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

São garantidos:

- acesso restrito às informações;
- proteção de dados pessoais;
- guarda segura dos documentos;
- preservação da identidade dos envolvidos;
- utilização das informações exclusivamente para tratamento institucional.

O compartilhamento de informações somente ocorrerá:

- por determinação judicial;
- por obrigação legal;
- mediante autorização prevista na legislação;
- quando indispensável à proteção da vítima.

Política Institucional de Não Revitimização

Durante todas as etapas do atendimento serão adotadas medidas destinadas a impedir a revitimização da pessoa atendida.

São observadas, entre outras, as seguintes diretrizes:

- evitar repetição desnecessária dos relatos;
- atendimento reservado;
- linguagem respeitosa;
- respeito ao tempo da pessoa atendida;
- preservação da intimidade;
- proteção contra exposição pública;
- proibição de práticas constrangedoras;
- vedação de retaliações;
- respeito às escolhas da pessoa atendida;
- acompanhamento psicopedagógico sempre que necessário.

Responsabilidades Institucionais

I – Comissão Permanente de Ética, Diversidade, Inclusão e Enfrentamento às Violências

Compete à Comissão:

- acompanhar a execução dos Protocolos;
- receber manifestações;
- analisar ocorrências;
- propor medidas preventivas;
- recomendar ações corretivas;
- acompanhar os encaminhamentos;
- monitorar indicadores institucionais;
- elaborar relatórios anuais;
- promover campanhas educativas;
- propor atualização permanente dos Protocolos.

II – Gestores Institucionais

Compete aos gestores:

- assegurar a implementação dos Protocolos;
- garantir recursos institucionais;
- promover ações educativas;
- apoiar a Comissão Permanente;
- estimular ambiente institucional respeitoso;
- acompanhar o cumprimento das medidas adotadas.

III – Comunidade Acadêmica

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

Compete aos estudantes, docentes e técnicos administrativos:

- respeitar os princípios institucionais;
- colaborar para prevenção das violências;
- comunicar situações incompatíveis com os princípios institucionais;
- contribuir para ambiente acadêmico seguro e inclusivo.

Monitoramento e Avaliação

A efetividade dos Protocolos será acompanhada continuamente por meio de indicadores institucionais, incluindo:

- número de campanhas educativas realizadas;
- número de ações de sensibilização;
- quantidade de capacitações promovidas;
- participação da comunidade acadêmica nas ações preventivas;
- número de atendimentos realizados;
- tempo médio entre recebimento e acolhimento;
- tempo médio de encaminhamento dos casos;
- número de denúncias registradas;
- percentual de casos acompanhados até sua conclusão;
- número de encaminhamentos aos serviços especializados;
- pesquisas de percepção sobre respeito, segurança e inclusão no ambiente institucional;
- indicadores de clima organizacional;
- satisfação das pessoas atendidas quanto ao acolhimento recebido;
- percentual de implementação das medidas corretivas propostas;
- evolução dos indicadores de prevenção ao longo dos ciclos avaliativos.

Os indicadores serão analisados periodicamente pela Comissão Permanente de Ética, Diversidade, Inclusão e Enfrentamento às Violências, em articulação com a Comissão

Própria de Avaliação (CPA), a Ouvidoria e a Direção Geral, integrando o sistema institucional de avaliação previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Os resultados serão consolidados em relatórios técnicos anuais, apresentados à gestão superior e aos órgãos colegiados competentes, subsidiando a revisão dos Protocolos, a atualização das políticas institucionais, o planejamento estratégico e a implementação de ações de melhoria contínua, em consonância com os referenciais de qualidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e dos instrumentos de avaliação do INEP/MEC

5.6.2 Atendimento Educacional Inclusivo e Acompanhamento da Permanência Estudantil

A FAESP compreende que a inclusão não se restringe ao acesso ao ensino superior, mas também à garantia da permanência, da participação e do desenvolvimento acadêmico de todos os estudantes, respeitando suas especificidades e promovendo igualdade de oportunidades ao longo de toda a trajetória universitária.

Nesse contexto, a Instituição desenvolve ações de atendimento educacional inclusivo por meio da articulação entre a Comissão Interna de Inclusão e Acessibilidade (CIIA), o Apoio Pedagógico e Psicopedagógico, a coordenação dos cursos e o corpo docente, assegurando o acompanhamento individualizado dos estudantes que necessitem de recursos, adaptações ou atendimento especializado.

As ações institucionais contemplam:

- identificação das necessidades educacionais específicas no ingresso ou durante a permanência do estudante;
- elaboração e acompanhamento de planos de atendimento, quando necessário;
- adaptação de metodologias de ensino, instrumentos de avaliação e materiais didáticos, respeitando as especificidades de cada estudante;
- disponibilização de recursos de acessibilidade física, tecnológica, comunicacional e pedagógica;

- orientação contínua aos docentes quanto às práticas inclusivas e ao desenho universal para a aprendizagem;
- promoção de ações de sensibilização da comunidade acadêmica visando ao fortalecimento da cultura da inclusão, do respeito às diferenças e da eliminação de barreiras atitudinais;
- encaminhamento, quando necessário, para serviços de apoio pedagógico, psicopedagógico ou outras redes de atendimento parceiras.

A FAESP incentiva, ainda, a utilização de tecnologias assistivas, recursos digitais acessíveis e ambientes virtuais compatíveis com ferramentas de acessibilidade, favorecendo a autonomia dos estudantes e ampliando as condições de aprendizagem.

O monitoramento das ações de inclusão é realizado periodicamente pela Comissão Interna de Inclusão e Acessibilidade, em conjunto com a gestão acadêmica, por meio da análise das demandas apresentadas, da avaliação da efetividade das medidas implementadas e da proposição de melhorias contínuas, em consonância com a legislação vigente e com os princípios da educação inclusiva.

Essa subseção reforça o compromisso institucional da FAESP com uma educação superior inclusiva, acessível e socialmente responsável, garantindo condições para que todos os estudantes possam desenvolver plenamente suas potencialidades acadêmicas e profissionais.

5.6.3 Política Institucional de Igualdade de Gênero, Proteção e Participação Institucional

A Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) reconhece a igualdade de oportunidades, o respeito à dignidade da pessoa humana, a valorização da diversidade e a promoção de ambientes acadêmicos seguros, respeitosos e inclusivos como princípios essenciais de sua missão institucional e de sua responsabilidade social.

Em consonância com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 5 – Igualdade de Gênero, e respeitando sua identidade confessional, a FAESP institui a Política Institucional de Igualdade de Gênero, Proteção e Participação Institucional, destinada à promoção da equidade, da participação democrática e da prevenção de qualquer forma de discriminação, violência ou assédio no ambiente acadêmico.

Princípios Institucionais

A Política fundamenta-se nos seguintes princípios:

- respeito à dignidade da pessoa humana;
- igualdade de oportunidades para todas as pessoas;
- promoção da equidade e do tratamento respeitoso nas relações institucionais;
- valorização da diversidade e do convívio respeitoso entre os membros da comunidade acadêmica;
- promoção da ética, da cidadania, dos direitos humanos e da cultura da paz;
- prevenção de todas as formas de discriminação, assédio, violência e intimidação;
- participação democrática da comunidade acadêmica nos processos institucionais;
- confidencialidade, acolhimento e respeito às pessoas envolvidas em situações de conflito.

Objetivos

São objetivos desta Política:

- promover igualdade de oportunidades para estudantes, docentes e técnicos administrativos;
- estimular a participação equitativa da comunidade acadêmica nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional;

- fortalecer ações educativas voltadas ao respeito, à convivência ética e à prevenção de violências;
- assegurar mecanismos institucionais de acolhimento, orientação e encaminhamento de situações de discriminação, assédio ou violência;
- incentivar a participação acadêmica em ações de promoção da cidadania, dos direitos humanos, da inclusão social e da responsabilidade social;
- contribuir para a formação integral dos estudantes, promovendo valores de respeito, diálogo, cooperação e responsabilidade social.

Público-Alvo

Esta Política aplica-se a:

- estudantes da graduação, pós-graduação e extensão;
- docentes;
- técnicos administrativos;
- gestores;
- colaboradores terceirizados;
- participantes de projetos de pesquisa, extensão e eventos institucionais;
- comunidade externa quando participante de atividades promovidas pela FAESP.
-

Diretrizes Institucionais

Constituem diretrizes da Política:

I. promover ambiente acadêmico baseado no respeito mútuo, na igualdade de oportunidades e na convivência ética;

II. incentivar a participação equilibrada de estudantes, docentes e técnicos administrativos em atividades acadêmicas, científicas, culturais, extensionistas e de gestão;

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

III. desenvolver ações educativas sobre direitos humanos, cidadania, ética, prevenção ao assédio, combate às discriminações e valorização da diversidade;

IV. garantir acolhimento, orientação e encaminhamento institucional às pessoas que relatem situações de discriminação, violência ou assédio, observando o sigilo e o respeito às partes envolvidas;

V. estimular ações de sensibilização durante campanhas institucionais, semanas acadêmicas, projetos de extensão e atividades formativas;

VI. promover igualdade de acesso às oportunidades acadêmicas, respeitando critérios objetivos e institucionais;

VII. fortalecer mecanismos de escuta institucional por meio da Ouvidoria, Comissão Permanente de Ética, Diversidade, Inclusão e Enfrentamento às Violências, CPA e demais órgãos competentes.

Responsabilidades Institucionais

Compete à Direção Geral:

- assegurar recursos institucionais para implementação desta Política;
- apoiar programas de prevenção e promoção da igualdade de oportunidades;
- acompanhar os resultados institucionais.

Compete às Coordenações de Curso:

- promover ações educativas junto aos estudantes;
- incentivar ambientes acadêmicos respeitosos e colaborativos;
- encaminhar situações que demandem acompanhamento institucional.

Compete ao Centro de Apoio Psicopedagógico (CAP):

- realizar acolhimento inicial;
- orientar estudantes quando necessário;
- encaminhar casos aos setores competentes, observando os limites de sua atuação.

Compete à Comissão Permanente de Ética, Diversidade, Inclusão e Enfrentamento às Violências:

- acompanhar denúncias e encaminhamentos recebidos;
- propor ações preventivas e educativas;
- elaborar recomendações para aprimoramento institucional.

Compete à Comissão Própria de Avaliação (CPA):

- acompanhar os indicadores relacionados à implementação desta Política;
- incluir a temática nos processos de autoavaliação institucional;
- apresentar recomendações de melhoria.

Compete a estudantes, docentes e técnicos administrativos:

- contribuir para um ambiente acadêmico respeitoso;
- cumprir as normas institucionais de convivência;
- comunicar situações incompatíveis com esta Política pelos canais institucionais.

Ações Institucionais Permanentes

A FAESP desenvolverá, de forma permanente:

- palestras, seminários e campanhas educativas sobre igualdade de oportunidades, ética, direitos humanos e convivência respeitosa;
- atividades de extensão relacionadas à cidadania e responsabilidade social;
- ações de prevenção ao assédio e às discriminações;
- divulgação dos canais institucionais de acolhimento e orientação;
- capacitações destinadas a docentes, gestores e técnicos administrativos;

- incentivo à participação equilibrada da comunidade acadêmica em órgãos colegiados, projetos institucionais e ações extensionistas.

Indicadores de Acompanhamento

A implementação desta Política será monitorada por meio de indicadores institucionais, tais como:

- participação de estudantes, docentes e técnicos administrativos nas ações educativas;
- número de campanhas, palestras e atividades de sensibilização realizadas;
- participação da comunidade acadêmica em órgãos colegiados, projetos e ações institucionais;
- registros de atendimentos, acolhimentos e encaminhamentos realizados pelos setores competentes;
- manifestações registradas na Ouvidoria relacionadas ao tema;
- percepção da comunidade acadêmica sobre respeito, inclusão e convivência institucional, aferida pela CPA;
- percentual de implementação das ações previstas nesta Política.

8 Avaliação Periódica

A Política será avaliada anualmente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), em articulação com a Comissão Permanente de Ética, Diversidade, Inclusão e Enfrentamento às Violências, a Direção Geral, as Coordenações de Curso e o Centro de Apoio Psicopedagógico.

A avaliação considerará os indicadores institucionais, os resultados da autoavaliação, as manifestações da Ouvidoria, os relatórios das ações desenvolvidas e as sugestões da comunidade acadêmica, subsidiando a revisão periódica desta Política, a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a implementação de ações voltadas ao fortalecimento da igualdade de oportunidades,

da participação institucional, da proteção da comunidade acadêmica e da melhoria contínua do ambiente educacional.

5.6.3 Política Institucional de Erradicação da Pobreza, Acesso e Permanência Estudantil

A FAESP institui a Política de Erradicação da Pobreza, Acesso e Permanência Estudantil como instrumento estratégico de promoção da inclusão, da equidade e da justiça social, alinhada à sua missão institucional e aos princípios constitucionais da educação como direito de todos. A política fundamenta-se na garantia de igualdade de oportunidades, na redução das desigualdades socioeconômicas e na promoção das condições necessárias para o acesso, a permanência, a conclusão do curso e a inserção profissional dos estudantes.

Essa política é operacionalizada por meio de diretrizes, metas e responsabilidades institucionais definidas neste PDI, com acompanhamento por indicadores de acesso, permanência, evasão, retenção, conclusão e inserção profissional, avaliados periodicamente com base em dados acadêmicos, sociais e financeiros pela CPA e pelas coordenações responsáveis.

Fundamentos da Política

A política orienta-se pelos seguintes fundamentos:

- promoção da inclusão social e educacional;
- equidade no acesso e na permanência estudantil;
- respeito à diversidade e às diferenças;
- combate às desigualdades socioeconômicas que impactam a trajetória acadêmica;
- integração entre ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social.

Objetivos

São objetivos da Política Institucional de Erradicação da Pobreza, Acesso e Permanência Estudantil:

- ampliar as condições de acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- reduzir índices de evasão e retenção decorrentes de dificuldades financeiras e sociais;
- favorecer a permanência e a conclusão dos cursos de graduação;
- promover o desenvolvimento acadêmico, pessoal e profissional dos estudantes;
- fortalecer mecanismos institucionais de acompanhamento e acolhimento estudantil.

Público-alvo

A política destina-se prioritariamente aos estudantes regularmente matriculados que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, sem prejuízo da adoção de ações universais voltadas à promoção da permanência estudantil.

Responsabilidades Institucionais

Compete à Instituição:

- planejar, implementar e revisar as ações de permanência estudantil;
- assegurar recursos e mecanismos de apoio compatíveis com as necessidades identificadas;
- acompanhar indicadores de acesso, permanência, evasão, retenção, conclusão e empregabilidade;
- promover atuação integrada entre CPA, coordenações de curso, Núcleo de Apoio ao Estudante, setores acadêmicos e administrativos;
- garantir transparência nos processos de seleção e concessão dos benefícios.

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

Programas e Ações de Apoio

A política é operacionalizada por meio de programas e ações institucionais, tais como:

- programas de bolsas e benefícios financeiros;
- apoio para aquisição de materiais didáticos;
- auxílio transporte, alimentação, moradia e conectividade, conforme disponibilidade institucional;
- atendimento psicopedagógico e orientação acadêmica;
- programas de nivelamento, monitoria e tutoria;
- ações de acolhimento, integração e acompanhamento estudantil;
- encaminhamento para programas de empregabilidade e estágios.

Critérios de Acompanhamento

O acompanhamento da política considera:

- perfil socioeconômico dos estudantes;
- utilização dos programas de apoio;
- desempenho acadêmico;
- frequência;
- índices de retenção, evasão e conclusão;
- satisfação dos estudantes atendidos;
- impacto das ações sobre a permanência e o sucesso acadêmico.

Indicadores

A efetividade da política será monitorada, entre outros, pelos seguintes indicadores:

- taxa de acesso de estudantes em situação de vulnerabilidade;
- número de estudantes beneficiados pelos programas de apoio;
- taxa de permanência;
- taxa de evasão;
- taxa de retenção;
- taxa de conclusão dos cursos;
- índice de empregabilidade ou inserção profissional dos egressos;
- nível de satisfação dos estudantes com as ações de permanência.

Avaliação Periódica

A política será avaliada periodicamente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), em conjunto com as coordenações de curso e os setores responsáveis pela assistência estudantil, com base em indicadores acadêmicos, sociais e financeiros, nos resultados da autoavaliação institucional e nas evidências produzidas pelos programas de apoio. Os resultados subsidiarão a revisão contínua das ações, visando ao aprimoramento da política e ao fortalecimento da permanência estudantil.

5.6.4 Política Institucional de Igualdade de Gênero, Proteção e Participação Institucional

A FAESP institucionaliza política de igualdade de gênero orientada pelos princípios da promoção da igualdade de oportunidades e do respeito à diversidade, com diretrizes específicas para estudantes, docentes e técnicos administrativos e responsabilidades atribuídas aos gestores institucionais.

Quanto à prevenção ao assédio, à discriminação e às violências, a FAESP mantém protocolos institucionais de prevenção, acolhimento, apuração e encaminhamento que preservam o sigilo, a proteção e a não revitimização das pessoas atendidas, disponibilizando canais seguros e acessíveis e promovendo campanhas e formações periódicas junto à comunidade acadêmica. Essa política é

acompanhada por indicadores de participação, permanência e representação, com avaliação periódica envolvendo a comunidade acadêmica.

5.7 Política de Estágio, prática profissional e Atividades Complementares

O estágio supervisionado curricular é o conjunto das atividades de aprendizagem social e profissional, oferecidas ao estudante pela participação em situações reais de trabalho em seu meio, sob a responsabilidade e coordenação da IES. Essa etapa da formação do profissional constitui eixo norteador na estruturação curricular e tem por finalidade propiciar ao aluno a vivência de sua formação. Dessa forma, o aluno, nesse período, vivenciará os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, captando as orientações práticas obtidas na escola e as interligando como forma de conhecimento de sua profissão.

O estágio supervisionado, quando integrante do currículo pleno do curso, apresenta-se com atividades de prática pré-profissional, exercidas em situações reais de trabalho, mas sem qualquer vínculo empregatício. Essas atividades devem ser desenvolvidas dentro das normas estabelecidas através de regulamentos próprios, aprovados pelo Conselho Superior da FAESP considerando-se as características específicas de cada curso e modalidade de ensino.

As atividades complementares complementam a formação do aluno, assim como o estágio, na medida em que incluem visitas técnicas, participação em eventos (cursos, seminários, palestras, painéis, etc.), desenvolvimento de práticas investigativas, participação em ações sociais voluntárias e ações que oportunizem ao aluno experienciar o conhecimento e a ampliação de seu universo formativo.

As atividades complementares são qualificadas pelo aproveitamento de saberes adquiridos pelo estudante, em diferentes estâncias por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, representadas como: monitorias, estágios, programas de iniciação científica ou de extensão, estudos complementares, seminários, congressos e cursos realizados em outras áreas afins. As Atividades Complementares permitem identificar, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, os saberes adquiridos em diferentes contextos, fora do ambiente escolar.

As políticas institucionais para as atividades complementares como componente curricular obrigatório a todos os cursos de graduação, identificam-se como atividades que acrescentam às atividades acadêmicas, evidenciando às no contexto do aluno e abrangendo as questões sócio culturais e políticas.

A carga-horária prevista para Atividades Complementares, serão definidas pelos Núcleos Docentes Estruturantes – NDE e pelos Colegiados de Cursos, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais e o perfil do egresso.

Sendo assim, o Estágio e as Atividades Complementares operam como atos integrantes do processo de ensino aprendizagem, são situações específicas de alto valor em que se pretende proporcionar ao formando um olhar prático e pessoal sobre os vários momentos reais em que os conteúdos teóricos curriculares são colocados em debate em face da prática profissional.

5.8 Políticas e práticas de Educação a Distância

Com base na lei 9.394/06 e legislação correlata assim como no decreto nº 5.622/05, assim como o Decreto nº 12.456 que regulamentam o art. 80 da LDB, em seu artigo 1º caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação com estudantes e professores, desenvolvendo atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.

As ações acadêmico-administrativas previstas para a extensão nos cursos ofertados em EaD e sua reprodução nos Polos de Apoio ao Presencial, em conformidade com as políticas de ensino estabelecidas, pela FAESP, serão desenvolvidas em consonância com as diretrizes para a extensão, considerando práticas efetivas para a melhoria das condições sociais da comunidade externa, onde cada Polo está fixado, com previsão de divulgação no meio acadêmico, sobretudo

digital, possibilitando práticas inovadoras garantindo projetos aprovados em plena execução.

A FAESP considera a educação a distância como uma forma de democratização da educação e do conhecimento e, por isso, investe em projetos de ensino nesta modalidade. Enquanto prática educacional tecnológica, a IES a entende como “um processo lógico de planejamento, como um modo de pensar os currículos, os métodos, os procedimentos, a avaliação, os meios, na busca de tornar possível o ato educativo” (PRETI, 2000).

O princípio norteador da EAD da FAESP refere-se à ampliação do acesso e democratização da Educação Superior comprometendo-se em realizar o atendimento aos alunos nos polos de apoio presencial, ampliando a qualidade do ensino já alcançado na educação presencial.

A modalidade a distância permite que um número cada vez maior de pessoas tenha acesso à educação de qualidade, estando assim o Ensino Superior em processo de aproximação das metas estabelecidas pelo MEC para garantir o atendimento da população brasileira e possa, desse modo, contribuir para a inclusão da classe menos favorecida do acesso à educação.

Sendo assim, a educação a distância deve ser participativa e adequada à realidade do alunado através das práticas sociais críticas e criativas favorecendo uma atitude investigativa, além de oportunizar momentos de comunicação e expressão e, igualmente, incorporar sentimentos de prazer e ludicidade. As práticas de ensino devem incorporar um processo de ensino-aprendizagem midiatizado, de comunicação bidirecional e, sobretudo, um estudo individualizado, com as seguintes características: abertura, flexibilidade, adaptação, eficácia, formação permanente e economia.

Um dos projetos a serem aprovados pelo NDE e Colegiados dos cursos na modalidade a distância devem prever programas voltados à promoção da igualdade e da equidade, incentivando o atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena e às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, bem como atendendo às diretrizes de curricularização da extensão, prevista na Resolução 07, de 18.12.2018.

Por fim, a FAESP entende que os projetos que compõem o processo educacional a distância pode estar em sintonia com os projetos extensionistas já adotados na modalidade presencial uma vez que todo o trabalho será desenvolvido nos polos de origem presencialmente e as ações intencionistas são voltadas para o entorno social a que está inserido. Também entende que é imprescindível a colaboração de profissionais capacitados e com formação acadêmica nas áreas específicas e/ou áreas afins dos cursos ofertados. A EAD deve conter no seu corpo docente, professores das disciplinas, professores conteudistas, professores tutores a distância e assistentes acadêmicos e, para a contratação dos mesmos, a FAESP seguirá os parâmetros estabelecidos pelo Ministério de Educação.

Atualmente, a FAESP não possui cursos em EaD, mas faz uso legal da PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019 que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino fazendo uso desse precedente legal em seus cursos presenciais. Ainda, assim, existe a previsão de pedido de credenciamento EaD por parte da mantenedora.

Atendendo ao PDI, em 2025 a FAESP em seu Colegiado Superior- CONSUP, está organizando o processos de discussão com o principal objetivo de promover a adequação do curso quanto a portaria que institui a Nova Política do EaD, no que se refere aos formatos de oferta dos cursos superiores de graduação a distância que foram regulamentados pelo MEC por meio da Portaria nº 506/2025 que regulamenta o Decreto nº 12.456/2025 ,e as valiosas contribuições dos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância do MEC, Brasília: MEC/SERES, 2025 , servindo como guia para a faculdade na implementação do curso em EaD de Bacharelado em Teologia.

Algumas ações já estão sendo implementadas em 2025 por entender que o Decreto nº 12.456/2025, prevê uma nova organização nos cursos presenciais que fazem o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem na oferta de algumas disciplinas da matriz curricular de seus cursos.

5.8.1 Princípios orientadores da EaD

A FAESP tem previsto a implementação de projetos de Educação a Distância desde o ano 2023 e, ao longo desses anos, a Instituição tem ampliado sua reflexão a respeito das concepções e das práticas relativas a essa modalidade educativa.

A educação a distância deverá fazer parte da cultura da instituição, contribuindo na qualidade dos cursos e situando-a no estado da arte dessa modalidade de ensino no Brasil, integrando seu corpo docente e discente à excelência acadêmica.

Os pressupostos filosóficos, psicopedagógicos e didático metodológicos eleitos pela instituição norteiam tanto as práticas curriculares e por um rico repositório de conteúdo na modalidade a distância quanto na modalidade presencial e são, essencialmente, como segue:

- ✓ O ser humano é entendido como um ser inserido em um contexto social, econômico, cultural, político e histórico e, quando tomado como sujeito, intervém na realidade a partir de uma percepção do contexto que o encerra;
- ✓ Pressupõe-se, assim, uma dimensão ativa, criadora e renovadora;
- ✓ Na sua interação com outros sujeitos e com a realidade, produz e dissemina conhecimento.

A FAESP compreende que o conhecimento resulta tanto da capacidade cognitiva individual quanto das interações sociais. Assim, reconhece seu papel na produção e atualização constante do saber, colocando-o a serviço do ser humano e da sociedade. Para isso, entende ser fundamental estimular um protagonismo ativo dos sujeitos no contexto educacional.

Nesse sentido, torna-se essencial promover a participação dos indivíduos como sujeitos autônomos, capazes de conduzir sua própria formação, conscientes de seu papel social e atuantes como agentes da cultura e da história. Essa abordagem valoriza a resolução de problemas e o desenvolvimento da consciência crítica, elementos centrais para o que se entende, epistemologicamente, como educação.

A modalidade de educação a distância a ser adotada pela instituição parte do princípio de que a aprendizagem é fruto da interação entre indivíduos inseridos em contextos sociotécnicos específicos (cf. Lévy, 1993). O objetivo é promover um

processo formativo que permita ao aluno desenvolver a capacidade de construir saberes e de aprender a aprender, a ser, a conviver e a fazer (cf. Informe Delors, UNESCO, 1996).

Ensinar e aprender na EaD envolve a articulação entre atores humanos e recursos tecnológicos organizados em rede (cf. Latour, 1992). Nesse cenário, torna-se indispensável o aprendizado contínuo por meio de trocas permanentes de conhecimento, exigindo novas estratégias pedagógicas que favoreçam o ensino e a aprendizagem de forma cooperativa.

A aprendizagem, assim, é entendida como um processo ao mesmo tempo individual e social, ativo e integral, no qual o sujeito constrói o conhecimento influenciado por aspectos culturais e pelas relações sociais.

Os cursos na modalidade EaD considerarão o aluno protagonista do seu percurso formativo. O enfoque pedagógico busca integrar a construção e reconstrução do conhecimento, aliando a dimensão cognitiva às dimensões social e afetiva, e aproximando teoria e prática por meio da contextualização dos saberes trabalhados nos cursos. O ensino é concebido como um processo contínuo de investigação, que vai além da mera transmissão de conteúdo, estimulando a autonomia progressiva do aluno na apropriação científica e profissional do conhecimento.

Dessa forma, o processo educativo visa desenvolver as capacidades cognitivas dos estudantes, preparando-os para a vida em sociedade e para o exercício profissional. O papel do tutor a distância, nesse contexto, é o de orientador e facilitador da aprendizagem, e não mais o de único detentor do saber. Cabe-lhe problematizar, provocar reflexões e incentivar os alunos a também questionar e buscar soluções.

Conforme os princípios institucionais, a EaD valoriza o professor-tutor-orientador como um instigador do trabalho colaborativo e cooperativo entre os estudantes. É ele quem dinamiza o diálogo, favorece a troca de saberes e impulsiona a produção coletiva. Sua função primordial é facilitar o processo de aprendizagem dos discentes.

Tanto no ensino quanto na aprendizagem, busca-se a construção processual das competências profissionais, o que demanda metodologias que articulem práticas de ação-reflexão-ação. Para isso, professores e mediadores assumem múltiplos

papéis — desde a elaboração de conteúdos e produção de vídeos até a mediação da aprendizagem — enquanto os estudantes são o foco de toda a ação educativa.

Os cursos são organizados com base em um modelo pedagógico que articula diferentes meios de oferta de conteúdo e informação, priorizando a integração entre conhecimento acadêmico e prático por meio de um ambiente virtual de aprendizagem. Este ambiente é estruturado para promover a colaboração e a cooperação como eixos centrais dos processos de ensino e aprendizagem, bem como para acompanhar de forma sistemática a rotina de estudos dos alunos, com foco na gestão da aprendizagem, na regulação das atividades e na mediação pedagógica

Nos polos presenciais da EaD, os mediadores e tutores locais prestarão suporte contínuo aos estudantes, auxiliando-os na organização dos estudos e no domínio das tecnologias educacionais, além de participar das atividades previstas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos e nas questões técnico-administrativa. Dessa forma, fortalecem a integração física e a atuação em rede. Serão estruturados da forma como se preconiza no novo marco de regulação do Ensino a Distância.

A construção de uma metodologia própria para a EaD, voltada à redefinição dos papéis dos educadores e dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, motivará uma reflexão sobre as experiências individuais de cada participante. Essa abordagem pedagógica visa ao autodesenvolvimento, à aprendizagem colaborativa e ao fortalecimento do vínculo entre professores, mediadores e estudantes, promovendo a formação de sujeitos críticos, autônomos e cidadãos.

A partir dessas reflexões, a FAESP estrutura um modelo que conta com momentos presenciais e momentos virtuais de aprendizagem próprios, cuja metodologia valorizará os processos de ensino e aprendizagem como experiências interativas. Essa proposta pedagógica se fundamenta na convergência de meios para a oferta de conteúdos e na articulação em rede entre alunos e professores, promovendo um espaço educativo dinâmico, cooperativo e centrado na formação integral do estudante.

A atuação online é de responsabilidade de professores especialmente treinados para o exercício da função, que acompanham disciplinas específicas, prontos para tirar dúvidas dos alunos; acompanham a atualização dos conteúdos e verificam a pertinência das questões de provas e exercícios.

Quanto à interatividade, o ambiente virtual de aprendizagem será estruturado em forma de comunidade de aprendizagem no padrão de redes sociais com moderação da tutoria.

Em relação aos conteúdos, temos a implementação da plataforma Moodle, uma plataforma de modelo responsivo com vídeos explicativos dos principais aspectos das aulas inseridos no conteúdo e exercícios de revisão, oficinas de exercícios e temas multidisciplinares, instrumentalizando as práticas presenciais.

Finalmente quanto ao material complementar teremos: as oficinas, biblioteca virtual e cursos livres ofertados para todos os alunos como atividades estruturadas.

Para acompanhamento do aluno serão possibilitadas ferramentas de revisão, reforço, gestão, avaliação e interação:

- ✓ **Gabarito comentado:** os professores comentam os gabaritos das questões de avaliações;
- ✓ **Fórum de dúvidas:** ferramenta onde estão cadastradas dúvidas previamente respondidas para que o aluno possa consultar a qualquer momento;
- ✓ **Avaliando o aprendizado:** Avaliações, atividades durante a aula (Quiz) Fóruns de discussão e Fóruns de dúvidas.
- ✓ **Ambiente Interativo:** ambiente de interação privilegiada entre aluno e professor/aluno e seus pares;
- ✓ **Comunidade:** rede de interação entre alunos-alunos com a mediação do Coordenador, do Tutor para questões técnico administrativa e professores designados para realizar a mediação pedagógica;
- ✓ **Chat:** Essa ferramenta toma como ponto focal o ambiente virtual de aprendizagem, já que este integra um conjunto de interfaces de conteúdos e de comunicação, encerrando um espaço de objetos técnicos e tecnológicos aliados às redes sociais ali constituídas, permitindo integrar conteúdo à comunicação entre atores durante os processos de ensino e de aprendizagem.

Além do aspecto de disponibilização dos conteúdos programáticos previstos nos planos de ensino, tanto o ambiente virtual de aprendizagem quanto o polo de educação a distância presencial serão concebidos como um espaço de comunicabilidade constante, de modo a garantir a efetividade do aprendizado a partir

dos desdobramentos estimulados na comunicação entre alunos e professores/coordenadores.

Nesse sentido, busca-se desenvolver o espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos, tendo como propulsores desse movimento a interação, a cooperação e a colaboração entre os diversos atores, bem como a interatividade na construção e reconstrução do conhecimento.

É importante ressaltar que educação online está para além das práticas exclusivamente auto instrucionais, afastando-se também da concepção de "interação" (virtual ou presencial) pautada apenas na formalização do "Fórum de dúvida", ou pela intervenção pedagógica no ambiente virtual de aprendizagem como uma ação restrita a organizar um repositório para arquivamento de textos, esquivando-se da necessária mediação integrada às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

5.8.2 Mediação e Facilitação Acadêmica a Distância

Para a Faculdade Evangélica de São Paulo, seus colaboradores são essenciais para a concretização de sua missão, visão, valores, objetivos e metas. Por meio do conhecimento, das habilidades e atitudes de cada um que compõe o corpo social da IES, constrói-se uma história e se organiza para tarefas específicas para o melhor atendimento aos acadêmicos. Cada equipe possui suas metas, seus objetivos e suas atribuições. Há uma constante preocupação e ofertar com excelência os cursos e os programas instituídos.

A equipe Técnico administrativa, conta com o Tutor que desenvolve ações no formato online e presencial. É uma profissional com formação acadêmica compatível com as questões tecnológicas dando apoio ao discente presencialmente ou virtualmente no que ele precisa em relação a plataforma, recursos, meios tecnológicos e, também para as questões administrativa como documentação e outros.

Na Equipe do corpo docente, contamos com o professor regente, responsável pelas aulas ao vivo e aulas gravadas, na prática, será o responsável pela condução

didático-pedagógica das disciplinas. Nesse contexto, exercerá um papel fundamental na rede de comunicação que conectará os estudantes ao curso e à instituição, promovendo um fluxo constante de informações acadêmicas e pedagógicas. Seu trabalho buscará desenvolver a autonomia dos alunos, por meio do aprofundamento dos conteúdos e da mediação entre o saber teórico, sua aplicação prática e as especificidades desse aprendizado na formação acadêmica e profissional dos discentes. Contará com o apoio do mediador pedagógico seja presencialmente ou virtualmente.

Ainda na Equipe pedagógica, no que se refere à mediação, a equipe de docentes, conta com o mediador pedagógico junto aos estudantes geograficamente distantes e vinculados aos polos de educação a distância. É responsável pela mediação da aprendizagem e pela interlocução com os(as) estudantes no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), promovendo a interação. Ele promove espaços de construção coletiva de conhecimento, junto aos discentes, a partir de ações de mediação síncronas e assíncronas.

No fórum de cada turma, o professor regente e o professor mediador desempenharão tarefas como a valorização do conhecimento prévio e as experiências dos estudantes, adotando uma postura de mediação que respeitará as individualidades, incentivará o desenvolvimento pessoal e reconhecerá as particularidades regionais.

No que se refere aos recursos tecnológicos, o fórum, é um meio que promove mediações entre os sujeitos do processo e, de forma multidirecional (muitos para muitos), permite conexões entre diferentes áreas. Assim é um recurso facilitador no processo de ensino aprendizagem na educação a distância.

As ferramentas utilizadas desempenham uma função integralizadora e facilitadora do processo. Por meio delas os conteúdos estudados, as atividades propostas e os projetos instituídos, são registrados para que o estudante tenha acesso e sinta-se seguro no seu percurso. Também se tornam um veículo de comunicação pertinente aos cursos, por meio de um espaço de Mural de Avisos e um espaço específico para o envio das atividades realizadas pelo aluno. O Aluno acompanha as observações feitos pelo professor sobre o material postado e a avaliação fina,

Em termos de facilitação, o atendimento realizado pelos agentes: Mediadores pedagógicos, professores regentes e tutores a distância se dará, por meio dos fóruns e da central de mensagens, já nos polos, o atendimento será também realizado presencialmente com o uso da plataforma para registro do professor e do tutor.

Assim, a Faculdade Evangélica de São Paulo tem no seu plano de implementação de curso em EaD a premissa de que educação a distância de qualidade envolve muito mais do que a existência de plataformas tecnológicas digitais. A necessidade de atenção e suporte é ainda mais crítica para estudantes a distância do que no ensino tipicamente presencial em função de uma maior diversidade de perfis, além do potencial impacto de isolamento a que estão sujeitos (as) em função da distância física de docentes e pares. Desta forma, o acompanhamento por parte do corpo docente e mediadores pedagógicos é fundamental para possibilitar que os (as) alunos (as) desenvolvam as competências e conhecimentos específicos necessários à sua formação na educação superior. (BRASIL, 2025)

5.8.3 Definições e Atuações dos Profissionais que Atuarão na Educação a Distância

Conforme está em projeto de implementação e, para os devidos esclarecimentos, serão definidos os profissionais que atuarão na EaD, a partir do que se referência no Decreto nº 12.456/2025 da seguinte forma:

I. **Atribuições dos Profissionais na Educação a Distância**

A) Tutor online e presencial **T**utor online, o profissional de nível superior que atuará no ambiente virtual, exercendo atividades técnico-administrativas e o Tutor presencial, com a mesma função, no apoio presencial nos polos.

B) Principais atribuições do Professor Conteudista

✓ Selecionar os principais temas e tendências da área de saber de sua especialidade e da unidade curricular pelo qual é responsável;

- ✓ Validar as escolhas de conteúdo e abordagem com seus pares, de modo a garantir que a gestão do conteúdo reflita a missão da IES e os resultados de
- ✓ Aprendizagem esperados;
- ✓ Identificar as melhores estratégias e linguagens para a apresentação dos conteúdos, considerando a qualidade e quantidade adequadas à formação do
- ✓ Corpo discente, à educação a distância e aos aspectos de acessibilidade.
- ✓ Redigir materiais didáticos autorais, considerando ementa e conteúdo programático da unidade curricular pelo qual é responsável, planos de aula, o desenho instrucional e a linguagem apropriada para a educação a distância.
- ✓ Manter-se atualizado (a) sobre as tendências científicas, tecnológicas e profissionais da área de saber de sua especialidade, participando de congressos e eventos, ou de projetos em parceria com organizações da sociedade, em áreas correlatas aos conteúdos que são sistematizados.

II. **Principais atribuições do Professor Regente:**

- ✓ Conceber, implementar e mediar um espaço de ensino e aprendizagem dinâmico e vivaz que reflita o uso de metodologias ativas, interação com docentes e mediadores pedagógicos, acompanhamento efetivo, ações de suporte, e processos contínuos de avaliação formativa.
- ✓ Articular os conteúdos da disciplina pela qual é responsável a procedimentos e atividades pedagógicas, considerando o estabelecido no PPC e os aspectos da inclusão e acessibilidade e a carga horária prevista para a plena formação de alunos (as) da educação superior.
- ✓ Realizar a gestão dos processos de ensino e aprendizagem no que diz respeito à orientação e acompanhamento das atividades realizadas pelos (as) alunos (as).
- ✓ Elaborar e coordenar os processos de avaliação e de autoavaliação dos alunos (as), participando de suas correções e devolutivas com o auxílio dos mediadores pedagógicos.

- ✓ Definir bibliografia, videografia, iconografia, audiografia e outros recursos físicos e digitais, tanto básicos quanto complementares, consoantes com os objetivos do curso e da disciplina.
- ✓ Participar de ações de capacitação continuada relativas ao uso de novas tecnologias e domínio de ferramentas digitais para os processos de ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere à EaD.
- ✓ Manter-se atualizado(a) sobre as tendências científicas, tecnológicas e profissionais da área de saber de sua especialidade, participando de congressos e eventos, ou de projetos em parceria com organizações da sociedade, em áreas correlatas aos conteúdos que são sistematizados.

III. Principais atribuições do mediador pedagógico online e presencial.

- ✓ Conhecer o projeto pedagógico do curso e na unidade curricular sob sua responsabilidade, bem como o material didático e o conteúdo específico.
- ✓ Promover espaços de construção coletiva de conhecimento, junto aos discentes, a partir de ações de mediação síncronas e assíncronas.
- ✓ Orientar e acompanhar alunos (as) individualmente ou em grupos de estudos sob sua responsabilidade, no AVA, esclarecendo dúvidas relativas ao conteúdo da disciplina.
- ✓ Dialogar permanentemente com os (as) professores (as) regentes e demais mediadores (as) pedagógicos (as), colaborando no desenvolvimento dos componentes curriculares, desde o planejamento até a consolidação dos resultados finais.
- ✓ Auxiliar o professor (a) regente da unidade curricular pelo qual é responsável no processo de organização, fiscalização, aplicação e correção de avaliações.
- ✓ Participar dos processos avaliativos e de ensino e aprendizagem junto aos professores (as) regentes e sob sua orientação.
- ✓ Participar de ações de capacitação continuada relativas ao uso de novas tecnologias e ferramentas digitais para os processos de ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere à EaD

5.8.4 Estudo para Implantação de Polos EaD

O estudo para a implantação de polos EaD **considerará** a distribuição geográfica e os aspectos regionais relacionados à população do ensino médio local, à demanda por cursos superiores na região e à relação entre o número de matriculados e de evadidos. Além disso, **levará em conta** a contribuição dos cursos ofertados para o desenvolvimento da comunidade, atendendo aos indicadores estabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE).

Com base na legislação vigente, FAESP **agregará** anualmente uma quantidade significativa de polos ao seu acervo de unidades de educação a distância, conforme as previsões estabelecidas neste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Uma ampla estrutura logística **será organizada** para a implementação dos polos nos municípios indicados, obedecendo aos padrões de qualidade preservados pela IES, dentro do período de vigência do atual PDI, e **considerando** os dados socioeconômicos que **serão obtidos** por meio das plataformas do IBGE e do sistema e-MEC, dos estados e dos municípios.

5.8.5 Diretrizes para Gestão de EaD

Será diretriz institucional para a EaD que, além de a IES **dever** apresentar parte técnica de excelência, **deverá** contar com uma estrutura organizacional compatível com seu porte e atuação, de forma a **proverá** todos os recursos necessários aos coordenadores dos cursos EaD, docentes a distância. Para esse fim, a IES **criará** o NEAD, conforme apresentado a seguir.

A Diretoria de Educação a Distância – NEAD, por meio de convênio que **apoiará** a IES, **será** o setor responsável por todas as atividades da educação a distância, em nível nacional. Nela **estarão concentrados** os equipamentos e as atividades de infraestrutura tecnológica de informática e comunicação, indispensáveis à operacionalização da modalidade, incluindo o suporte ao sistema contratado para o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA da instituição, bem como os estúdios de gravação, que **contarão** com equipamentos e recursos didáticos de última geração,

como quadros interativos, ilhas de edição de áudio e vídeo e os respectivos técnicos, como web designers, que **tornarão disponível** o uso do EaD.

5.8.6 Política para Estrutura dos Polos EaD

Será diretriz institucional que a IES, além de apresentar excelência técnica, disporá de estrutura organizacional condizente com seu porte e com a modalidade, garantindo os recursos necessários aos coordenadores, docentes e tutores dos cursos EaD. O NEAD acompanhará esse processo, orientará sua execução e fornecerá o necessário para o funcionamento adequado dos polos, os quais contarão com estrutura de coordenação, tutorias e outros serviços conforme detalhado a seguir.

a) **Função do Gestor de Polo**

O Gestor de Polo acompanhará **e** coordenará as atividades administrativas (como supervisão da secretaria acadêmica, biblioteca, laboratórios) e também as dos tutores e mediadores presenciais, além de supervisionar as ações relacionadas aos discentes. Esse gestor responderá pela infraestrutura, gestão acadêmica, geração de relatórios e pelo atendimento ao aluno em questões administrativas.

Será de sua responsabilidade garantir o cumprimento dos critérios e procedimentos definidos pela Diretoria de Educação a Distância – NEAD, conforme disposto no Manual de Procedimentos do Polo da instituição.

b) **Função do Tutor online e presencial**

Tutor online, o profissional de nível superior que atuará no ambiente virtual, exercendo atividades técnico-administrativas e o Tutor presencial, com a mesma função, no apoio presencial nos polos.

c) Mediador Pedagógico

O mediador pedagógico presencial e online, presente nos cursos que, por sua complexidade ou diretrizes, exigirem práticas laboratoriais, será responsável pelo atendimento aos alunos nos laboratórios onde as práticas serão ofertadas. Seu papel principal será orientar os procedimentos definidos para as diversas práticas e **esclarecerá** dúvidas sobre sua execução. Também realizará a mediação online e presencial nos momentos da aula ao vivo, nas atividades síncronas.

Em cursos como o de Serviço Social, por exemplo, o professor presencial realizará as supervisões obrigatórias, analisará as atividades práticas dos estudantes e orientará suas atuações. O atendimento aos alunos, nesses casos, ocorrerá de forma presencial e individual, mediante agendamento prévio, em sala de estudos apropriada localizada no polo. O professor presencial estará subordinado administrativamente ao coordenador do polo, enquanto interagirá academicamente com a coordenação do curso em assuntos relacionados ao conteúdo.

d) **Atuação do Gestor dos laboratórios de informática**

O aluno também contará **c**om o apoio do responsável pelos laboratórios de informática nos polos com a finalidade de promover a inclusão digital dos estudantes, bem como orientará, junto ao tutor o acesso ao Campus Virtual e ao AVA, sendo responsável por questões técnicas e tecnológicas.

5.8.7 Estrutura física dos polos EaD

Cada polo de EaD disporá das instalações necessárias para o atendimento ao aluno, com biblioteca equipada com acervo bibliográfico, terminais de computadores para consulta ao acervo virtual, sala de estudos, laboratório de informática com acesso à internet de banda larga e maquinário compatível com os cursos oferecidos, com possibilidade de uso fora dos eventos acadêmicos, além de laboratório específico de ensino, sala de teletransmissão, sala de tutoria, sala de atendimento ao aluno, secretaria e sala para exames presenciais.

O espaço físico do polo será sinalizado com placas indicativas da estrutura, bem como quadros informativos sobre horários de teletransmissão, atendimento do

tutor, do coordenador de polo e do orientador de inclusão digital. A estrutura será dimensionada conforme o número de alunos matriculados, mantendo-se a proporção necessária para garantir atendimento a todas as demandas.

A) **Condições Tecnológicas e de Pessoal**

A estrutura física, tecnológica e de pessoal dos polos de EaD da instituição possibilitará a execução das atividades planejadas pela Diretoria de EaD, por meio das atividades presenciais. Os polos disporão de acessibilidade e serão adequados ao projeto pedagógico dos cursos, favorecendo a interação entre docentes, tutores e discentes, e utilizarão modelos tecnológicos e digitais aplicados ao ensino e à aprendizagem, com uso de ferramentas inovadoras no AVA.

5.8.8 Polos no Estado e em instituições parceiras

No estado, haverá um polo de EaD localizado no Campus FAESP, que obedecerá às características descritas quanto à identidade e estrutura.

5.9 Política de atendimento aos discentes

A Política Institucional de Atendimento aos Discentes da FAESP constitui um conjunto integrado de diretrizes, programas, serviços e ações voltados à promoção do acesso, da permanência, do desenvolvimento acadêmico, da inclusão, do bem-estar, da formação integral e da conclusão exitosa dos cursos de graduação e pós-graduação.

Fundamentada nos princípios da equidade, da inclusão, da valorização da diversidade, da dignidade da pessoa humana e da responsabilidade social, essa política busca assegurar condições adequadas para que todos os estudantes tenham oportunidades de desenvolvimento acadêmico e pessoal, independentemente de sua condição socioeconômica, origem, raça, etnia, gênero, religião, deficiência ou qualquer outra condição.

A Política Institucional de Atendimento aos Discentes possui como objetivos:

- promover condições de acesso, permanência e conclusão dos cursos;
- reduzir os índices de evasão e retenção acadêmica;
- identificar precocemente fatores de risco que possam comprometer o desempenho estudantil;
- oferecer apoio pedagógico, psicopedagógico, socioemocional e financeiro;
- estimular o desenvolvimento de competências acadêmicas e profissionais;
- promover ambiente institucional acolhedor, inclusivo e livre de qualquer forma de discriminação ou violência;
- fortalecer a participação estudantil nos processos institucionais;
- acompanhar sistematicamente os resultados das ações desenvolvidas.

A operacionalização da política ocorre de forma integrada entre a Direção Geral, Coordenações de Curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Centro de Apoio Psicopedagógico (CAP), Programa de Nivelamento (PRONAP), Secretaria Acadêmica e demais setores institucionais.

Sua efetividade é monitorada por indicadores de desempenho, entre eles:

- taxa de permanência estudantil;
- taxa de evasão;
- taxa de retenção;
- taxa de conclusão dos cursos;
- número de estudantes atendidos pelos programas institucionais;
- percentual de estudantes beneficiados por bolsas e auxílios;
- desempenho acadêmico dos estudantes acompanhados;
- satisfação discente aferida pela CPA;
- resolutividade dos atendimentos realizados.

Os resultados desses indicadores subsidiam o planejamento institucional, o aperfeiçoamento contínuo das políticas de atendimento e as ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

5.9.1 Programa de apoio pedagógico e financeiro

O Programa Institucional de Apoio Pedagógico e Financeiro tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes, reduzir os índices de evasão e favorecer o sucesso acadêmico, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O programa contempla ações de natureza pedagógica, financeira e de acompanhamento individualizado, observando critérios institucionais de elegibilidade, transparência e disponibilidade orçamentária.

Entre as modalidades de apoio financeiro disponibilizadas destacam-se:

- bolsas institucionais por mérito acadêmico;
- bolsas destinadas a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- bolsas decorrentes de convênios institucionais;
- bolsas para portadores de diploma e reingressantes;
- descontos para colaboradores e seus dependentes;
- bolsas vinculadas a programas governamentais, como o Programa Universidade para Todos (PROUNI), observada a legislação vigente;
- outras modalidades de benefícios que venham a ser instituídas pela FAESP.

No âmbito pedagógico, o programa articula-se com o PRONAP, o CAP, as coordenações de curso e os docentes para acompanhamento do rendimento acadêmico e implementação de estratégias de recuperação da aprendizagem.

Os resultados do programa são acompanhados semestralmente mediante indicadores de permanência, desempenho acadêmico, utilização dos benefícios e redução da evasão.

5.9.2 Estímulos à permanência

A permanência estudantil constitui eixo estratégico da política institucional de atendimento aos discentes.

Nesse sentido, a FAESP desenvolve ações integradas destinadas ao acolhimento, acompanhamento e desenvolvimento dos estudantes durante toda sua trajetória acadêmica.

Entre essas ações destacam-se:

- Programa de Nivelamento e Reforço da Aprendizagem (PRONAP);
- Centro de Apoio Psicopedagógico (CAP);
- programas de bolsas e auxílios;
- orientação acadêmica;
- acompanhamento dos estudantes ingressantes;
- ações de inclusão e acessibilidade;
- programas de monitoria e extensão;
- atividades culturais, esportivas e de integração;
- ações de empregabilidade e desenvolvimento profissional.

Essas iniciativas são continuamente avaliadas pela CPA e pelas coordenações de curso, considerando indicadores de participação, satisfação e impacto sobre o desempenho acadêmico.

5.9.3 Programa de nivelamento (PRONAP)

O Programa de Nivelamento e Reforço da Aprendizagem (PRONAP) integra a Política Institucional de Atendimento aos Discentes e tem como finalidade minimizar defasagens de aprendizagem identificadas no ingresso ou ao longo da formação acadêmica.

O programa contempla atividades presenciais e/ou remotas, desenvolvidas em horários compatíveis com as atividades curriculares, envolvendo revisão de conteúdos fundamentais, oficinas, monitorias, estudos orientados e acompanhamento individualizado.

São objetivos do PRONAP:

- fortalecer competências em leitura, escrita, interpretação e raciocínio lógico;
- desenvolver autonomia intelectual;
- aprimorar métodos e técnicas de estudo;
- favorecer o desenvolvimento das competências previstas no perfil do egresso;
- prevenir dificuldades acadêmicas e retenção;
- contribuir para o sucesso acadêmico e a permanência estudantil.

A participação poderá ocorrer por adesão voluntária ou mediante encaminhamento realizado pelos docentes, coordenações de curso ou Centro de Apoio Psicopedagógico.

Os resultados do programa são monitorados por meio do desempenho acadêmico dos participantes, frequência, índices de aprovação e satisfação discente.

Nosso compromisso está em:

I. Oportunizar aos participantes, por meio de aulas e atividades práticas, uma revisão de conteúdos básicos, de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos, mas que são fundamentais para que o aluno supere suas falhas de formação, já no início da vida acadêmica.
II. Predispor os alunos a construir sua autonomia intelectual, orientá-los a adotar uma metodologia de estudo nessas áreas;
III. Adquirir intimidade com livros e a pesquisar espontaneamente em bibliotecas ou computadores;
IV. Auxiliar os alunos a adquirir uma série de posturas, habilidades e competências de natureza lógica;

V. Dotar o aluno de ferramentas intelectuais que lhe permitam o desenvolvimento de habilidades cognitivas necessárias para o bom aproveitamento do curso superior;

VI. Realizar, quando necessário, intervenções preventivas e terapêuticas;

As aulas e/ou atividades são oferecidas em horários alternativos as aulas e nelas, são desenvolvidas atividades de ensino valendo-se de recursos como aulas expositivas, pesquisas em grupo, seminários, grupos de discussões e demais recursos pedagógicos que possam ser aproveitados pelo professor responsável.

Essas aulas do PRONAP não podem ser substitutivas às aulas regulares, todavia, a participação no projeto poderá ser computada como carga horária de Atividade Complementar. O aluno pode se inscrever voluntariamente no PRONAP ou ser encaminhado por professor que identifique problemas no processo de aprendizagem. Para isso, os encaminhamentos são feitos pelo Centro de Apoio Psicopedagógico - CAP. O PRONAP é composto pelos professores que oferecem os cursos de nivelamento e reforço e encontra-se subordinado à Coordenadoria de Extensão que é responsável pela elaboração de certificados e relatórios.

5.9.4 Centro de Apoio Psicopedagógico (CAP)

O CAP é o Centro de apoio Psicológico e Pedagógico da FAESP que foi criado em 17 de janeiro de 2019 para dar suporte pedagógico e psicológico aos alunos da Instituição.

O Centro de Apoio Psicopedagógico (CAP) constitui serviço permanente de apoio ao estudante, responsável pelo acolhimento, orientação e acompanhamento de demandas relacionadas ao processo de aprendizagem, adaptação acadêmica, desenvolvimento socioemocional e bem-estar estudantil.

Suas ações são pautadas pelos princípios da ética, confidencialidade, respeito à dignidade da pessoa humana e proteção da privacidade dos estudantes.

Sua principal atividade é prestar ao acadêmico apoio individualizado para o enfrentamento não apenas de questões psicológicas, mas de aprendizagem também. Constituem objetivos do CAP:

I. Promover apoio psicopedagógico para atenuar conflitos que comprometam a vida acadêmica do estudante.
II. Realizar atendimento individual, por demanda espontânea e eventualmente por indicação de docentes;
III. Promover a oportunidade do acadêmico falar de seus conflitos e/ou suas angústias e/ou frustrações;
IV. Promover momentos de reflexão para melhoria da autoestima do aluno;
V. Fornecer orientações sobre técnicas de estudo;
VI. Realizar, quando necessário, intervenções preventivas e terapêuticas;
VII. Acolher os alunos dos primeiros períodos, apresentando-lhes o campus e a estrutura de funcionamento da Instituição;
VIII. Realizar atendimento aos familiares dos acadêmicos quando necessário;
IX. Realizar atendimento aos professores e/ou funcionários quando necessário;

O CAP mantém registros institucionais dos atendimentos, preservando o sigilo das informações pessoais e produzindo relatórios gerenciais destinados exclusivamente ao monitoramento das políticas institucionais.

Os atendimentos serão feitos individualmente e, neles, o aluno expõe verbalmente a suas dificuldades e/ou angústias para que se possa orientá-lo ou ajudá-lo na resolução do problema. São fornecidas aos alunos também orientações sobre técnicas de estudo, apresentação de aula expositiva, montagem de seminários, organização dos estudos e enfrentamento das avaliações.

A assistência psicológica se faz através da promoção de uma relação de confiança em que o acadêmico possa sentir-se confortável para relatar os seus

conflitos, angústias ou frustrações. Em alguns casos, se faz necessário o atendimento da família.

Todo registro de atendimento será feito pelo coordenador do CAP em uma ficha própria que contém apenas informações para levantamento de dados estatísticos sendo consideradas informações são confidenciais.

O encaminhamento pode ser feito por professores e/ou funcionários que por estarem mais próximos dos acadêmicos têm facilidade em detectar as suas necessidades. Esse procedimento pode ocorrer através de conversas entre os professores e/ou funcionários com os professores que atendem no CAP ou através da ficha de encaminhamento que fica disponível na Secretaria das Faculdades.

O CAP elaborará semestralmente relatórios em padrão pré-definido dos atendimentos e ações desenvolvidas assim como os planejamentos dos semestres subsequentes e os relatórios, unicamente para fins estatísticos, serão encaminhados à direção Geral da FAESP semestralmente.

Em sua composição, o CAP apresenta um corpo técnico permanente composto por 1 (um) pedagogo e 1 (um) psicopedagogo que assinam os relatórios semestrais, um como coordenador do CAP e o outro como professor atendente.

5.9.5 Organização estudantil

O corpo discente da FAESP é constituído de estudantes de cursos de graduação (bacharelado e licenciatura), de pós-graduação lato sensu e de extensão. Os alunos têm plena liberdade de associação e são estimulados a se organizarem por centros acadêmicos, associações, cuja organização e funcionamento são estabelecidos em seus próprios estatutos. Estão representados nos colegiados de todos os níveis da faculdade.

Além disso, mesmo na lacuna formal da representação estudantil, os alunos são motivados a promoverem eventos e se agruparem e a FAESP, inclusive, disponibiliza espaço para organização estudantil interna dos cursos oferecidos.

A Instituição incentiva ainda a realização de eventos científicos, culturais e extensionistas, fortalecendo o protagonismo estudantil e a formação cidadã.

A FAESP assegura aos estudantes o direito à livre organização estudantil, incentivando a constituição de Centros Acadêmicos, Diretórios Acadêmicos e outras formas legítimas de representação.

Os representantes discentes participam dos órgãos colegiados institucionais, contribuindo para os processos decisórios relacionados às políticas acadêmicas e administrativas.

5.9.6 Programa Institucional de Permanência Estudantil

O Programa Institucional de Permanência Estudantil da FAESP reúne e articula as ações institucionais destinadas a promover o acesso, a permanência, o desenvolvimento acadêmico e a conclusão dos cursos pelos estudantes, com prioridade para aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O programa fundamenta-se no princípio da equidade e considera que a permanência estudantil depende da mitigação dos **custos diretos e indiretos** associados à formação acadêmica, buscando reduzir fatores que possam comprometer a continuidade dos estudos e contribuir para a evasão.

São considerados **custos diretos da permanência** aqueles relacionados às despesas acadêmicas e educacionais, tais como mensalidades, aquisição de materiais didáticos, transporte, alimentação, conectividade e, quando aplicável, moradia estudantil.

Também são considerados **custos indiretos**, compreendidos como fatores que impactam o desempenho e a permanência do estudante, incluindo dificuldades de aprendizagem, adaptação ao ensino superior, saúde mental, organização dos estudos, inclusão digital, necessidades de acessibilidade, conciliação entre trabalho e estudo e demais condições que possam interferir na trajetória acadêmica.

Para enfrentar essas demandas, integram o Programa Institucional de Permanência Estudantil as seguintes ações:

- bolsas institucionais e benefícios financeiros;
- descontos educacionais e programas de financiamento estudantil;
- apoio psicopedagógico e acompanhamento individualizado;
- Programa de Nivelamento e Reforço da Aprendizagem (PRONAP);
- ações de inclusão digital e apoio à conectividade;
- auxílio transporte;
- auxílio alimentação, quando disponível;
- apoio para aquisição de materiais didáticos;
- encaminhamento para programas e políticas públicas de assistência estudantil;
- ações de acolhimento, orientação acadêmica e acompanhamento da trajetória discente.

O programa é desenvolvido de forma integrada entre a Direção Geral, Coordenações de Curso, Centro de Apoio Psicopedagógico (CAP), Comissão Própria de Avaliação (CPA) e demais setores institucionais responsáveis pelo atendimento ao estudante.

Sua efetividade é acompanhada continuamente mediante indicadores institucionais, incluindo taxas de acesso, permanência, evasão, retenção e conclusão, número de estudantes beneficiados pelas ações de apoio, desempenho acadêmico, satisfação discente e avaliação do impacto das medidas adotadas sobre a redução das barreiras econômicas, acadêmicas e sociais à permanência estudantil. Os resultados desse acompanhamento subsidiam o planejamento institucional e a revisão periódica das políticas de atendimento aos discentes, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

5.9.7 Programa de Apoio Alimentar e Bem-Estar Estudantil

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

O Programa de Apoio Alimentar e Bem-Estar Estudantil integra a Política Institucional de Permanência Estudantil da FAESP e tem como finalidade contribuir para a permanência, o desenvolvimento acadêmico e a qualidade de vida dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, reconhecendo que a insegurança alimentar constitui um dos fatores que podem comprometer o desempenho acadêmico, a frequência e a conclusão dos cursos.

O programa adota mecanismos institucionais de **identificação de estudantes em situação de insegurança alimentar**, por meio de informações prestadas no processo de matrícula, atendimentos espontâneos, encaminhamentos realizados por docentes, coordenações de curso, Centro de Apoio Psicopedagógico (CAP), Comissão Própria de Avaliação (CPA), Secretaria Acadêmica e demais setores da Instituição, preservando o sigilo das informações e a dignidade dos estudantes.

Uma vez identificadas as necessidades, a FAESP realiza o **encaminhamento dos estudantes aos programas institucionais de permanência estudantil e, quando pertinente, aos programas públicos de assistência social e segurança alimentar**, bem como aos serviços ofertados pelos órgãos competentes da rede de proteção social.

O programa contempla, entre outras ações permanentes:

- identificação e acompanhamento de estudantes em situação de insegurança alimentar;
- encaminhamento para programas públicos de assistência social, segurança alimentar e demais políticas públicas disponíveis;
- realização de campanhas solidárias de arrecadação de alimentos envolvendo a comunidade acadêmica e parceiros institucionais;
- distribuição de cestas básicas, quando houver disponibilidade institucional ou por meio de campanhas e parcerias;
- concessão de auxílio alimentação, conforme critérios institucionais e disponibilidade orçamentária;
- estabelecimento de parcerias com igrejas, empresas, organizações da sociedade civil e entidades assistenciais para fortalecimento das ações de apoio alimentar;

- orientação aos estudantes sobre acesso a benefícios e programas sociais;
- acompanhamento individualizado pelo Centro de Apoio Psicopedagógico (CAP) e/ou pelo setor responsável pela assistência estudantil, visando identificar outros fatores que possam comprometer a permanência acadêmica.

As ações desenvolvidas são articuladas com os programas institucionais de bolsas, apoio psicopedagógico, nivelamento e demais iniciativas de permanência estudantil, buscando reduzir os impactos das vulnerabilidades socioeconômicas sobre a trajetória acadêmica dos estudantes.

A efetividade do programa é acompanhada por indicadores institucionais, incluindo o número de estudantes atendidos, os encaminhamentos realizados, a participação nas campanhas solidárias, o quantitativo de benefícios concedidos, a permanência dos estudantes beneficiados e o impacto das ações na redução da evasão, cujos resultados subsidiam a avaliação periódica da Política Institucional de Permanência Estudantil e o aperfeiçoamento contínuo das ações de assistência estudantil.

5.9.8 Política de Prevenção ao Assédio e à Discriminação

A Política de Prevenção ao Assédio e à Discriminação da Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) tem por finalidade promover um ambiente acadêmico seguro, respeitoso, inclusivo e livre de qualquer forma de assédio, discriminação, violência ou tratamento degradante, assegurando a proteção da dignidade da pessoa humana, o respeito à diversidade e a convivência ética entre estudantes, docentes, técnicos administrativos e demais integrantes da comunidade acadêmica.

A política assegura o **acolhimento**, a **orientação**, o **encaminhamento**, o **apoio psicopedagógico** e o **acompanhamento institucional** dos casos de assédio moral, assédio sexual, discriminação, violência de gênero, preconceito ou outras

formas de violência, por meio de canais seguros, acessíveis, confidenciais e imparciais, articulados com a Comissão Permanente de Ética, Diversidade, Inclusão e Enfrentamento às Violências (item 6.2.4).

O **acolhimento** consiste na escuta qualificada, respeitosa e sigilosa da pessoa que relata a ocorrência, garantindo ambiente de confiança, preservação de sua integridade, confidencialidade das informações e respeito às normas institucionais e à legislação vigente.

A **orientação** compreende o fornecimento de informações sobre os direitos da pessoa atendida, os procedimentos institucionais disponíveis, os canais de denúncia, as possibilidades de encaminhamento interno ou externo e as medidas de proteção cabíveis, sempre observando a autonomia da pessoa acolhida.

O **encaminhamento** será realizado, quando necessário, aos setores competentes da Instituição, à Comissão Permanente de Ética, Diversidade, Inclusão e Enfrentamento às Violências, ao Centro de Apoio Psicopedagógico (CAP) ou, quando a situação exigir, aos órgãos públicos e serviços especializados de proteção e atendimento, respeitando os limites de atuação da Instituição e a legislação aplicável.

O **apoio psicopedagógico** será disponibilizado pelo Centro de Apoio Psicopedagógico (CAP), visando oferecer escuta especializada, apoio emocional, orientação acadêmica e acompanhamento das situações que possam comprometer o bem-estar, a permanência e o desempenho acadêmico do estudante, podendo, quando necessário, envolver orientação aos docentes e familiares, observados os princípios do sigilo profissional.

O **acompanhamento institucional** compreende o monitoramento das medidas adotadas, a verificação da efetividade dos encaminhamentos realizados, a prevenção de novas ocorrências e a adoção de ações educativas voltadas à promoção da cultura de paz, do respeito à diversidade, da igualdade de oportunidades, dos direitos humanos e da convivência ética no ambiente acadêmico.

A efetividade desta política será acompanhada por meio de indicadores institucionais relativos ao número de ações educativas realizadas, atendimentos

efetuados, encaminhamentos promovidos, campanhas de conscientização desenvolvidas, participação da comunidade acadêmica nas atividades preventivas e resultados da autoavaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), assegurando o aperfeiçoamento contínuo das ações de prevenção, acolhimento e proteção da comunidade acadêmica.

5.10 Perfil do egresso

A formação de profissionais, no contexto de um paradigma social emergente, demanda a articulação concreta entre a teoria e a prática, em que o entendimento de que não existe teoria sem prática, nem prática sem teoria, servirá de balizamento para o processo de apreensão do conhecimento, de capacidades, competências e habilidades de determinado campo de atuação profissional. Essa articulação constitui-se cada vez mais como um imperativo de diálogo entre múltiplos saberes, a interação e inter-relação entre áreas disciplinares e suas decorrências para o campo de atuação do futuro profissional. Em síntese, busca-se uma organização didático-pedagógica que contribua para a formação integral de qualidade.

A qualidade formativa requer, assim, a predominância da formação sobre a informação, mediadas pela expressão metodológica interdisciplinar, na dinâmica do mundo social e do mundo do trabalho e com sólida formação nos componentes da especificidade da área de conhecimento e de instrumentação consistente, tanto para o prosseguimento dos estudos (formais e informais) quanto para o auto aperfeiçoamento na própria atuação profissional. O princípio da interrelacionalidade, sem perder de vista a perspectiva de unidade entre conhecimentos, capacidades, competências e habilidades, impedirá a formação fragmentada possibilitando um processo de apreensão crítico dessas dimensões formativas e a compreensão dos fundamentos da ética e da moralidade, bem como da realidade expressa pelo contexto social.

As competências esperadas do egresso são estabelecidas e guiadas pelas regras de rigor filosófico, ético, científico e intelectual. Constituir-se-ão na formação de níveis de complexidade e profundidade, comportando as dimensões que envolvem as capacidades derivadas das atividades curriculares do ensino, da pesquisa e da

extensão, pertinentes a uma formação cultural e técnico- científica coerente com as demandas da ciência, do mundo do trabalho e das necessidades futuras da sociedade. Trata-se, portanto, da apreensão de conhecimentos, capacidades, competências e habilidades que tornam o aluno no profissional apto a se antecipar às necessidades futuras e a ser capaz não só de adaptar-se ao mercado de trabalho, mas também de promover mudanças desejáveis e adequadas nesse mercado. Dessa forma, podemos dizer que o egresso de FAESP deverá apresentar as seguintes características:

- ✓ Postura ética e compromisso com o desenvolvimento região em que se encontra como cidadão atuante;
- ✓ Competência técnica e empreendedora dentro de sua formação adquirida;
- ✓ Formação humanística e plena de valores de solidariedade e cooperação;
- ✓ Visão crítica e investigativa dos fenômenos sociais e científicos que o cercam;
- ✓ Espírito investigativo e analítico;
- ✓ Capacidade de aprendizagem autônoma e continuada;
- ✓ Habilidades para desenvolver ações multiprofissionais e trabalhar em equipe de forma eficiente e harmoniosa, exercendo liderança e gestão sempre que lhe couber a responsabilidade de tal.
- ✓ Compromisso com a ética, a cidadania, a sustentabilidade, a responsabilidade social e a liderança voltada ao desenvolvimento humano;

Dessa forma, pode-se afirmar que o egresso da FAESP deverá apresentar as seguintes características e competências:

- Postura ética, integridade profissional e compromisso com os princípios da dignidade humana, da justiça, da cidadania e dos direitos humanos;
- Compromisso com o desenvolvimento da região e da sociedade, atuando como cidadão consciente, participativo e agente de transformação social;
- Competência técnica, científica, empreendedora e inovadora, compatível com as demandas da área de formação e do mundo do trabalho;

- Formação humanística, fundamentada nos valores da solidariedade, da cooperação, do respeito à diversidade e da responsabilidade social, em consonância com a identidade confessional da FAESP;
- Visão crítica, reflexiva e investigativa dos fenômenos sociais, científicos, culturais e profissionais, pautada na produção e aplicação do conhecimento;
- Espírito investigativo, analítico e capacidade para identificar problemas, propor soluções e tomar decisões fundamentadas em princípios científicos e éticos;
- Capacidade de aprendizagem autônoma, permanente e continuada, reconhecendo a educação ao longo da vida como condição para o desenvolvimento profissional;
- Habilidades para desenvolver ações multiprofissionais, interdisciplinares e colaborativas, atuando em equipes de forma eficiente, respeitosa e comprometida com objetivos comuns;
- Capacidade de exercer liderança com ética, diálogo, responsabilidade, espírito colaborativo e compromisso com a promoção do desenvolvimento humano e institucional;
- Compromisso com a promoção da cidadania, da inclusão social, da equidade, da cultura de paz e do respeito às diferenças;
- Capacidade de atuar de forma socialmente responsável, considerando os impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais de sua atuação profissional;
- Compromisso com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental, contribuindo para o uso consciente dos recursos, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;
- Capacidade de utilizar tecnologias, metodologias inovadoras e conhecimentos científicos para responder aos desafios contemporâneos da sociedade e da profissão;
- Atuação profissional pautada na ética, na excelência, no compromisso com a qualidade, na inovação e na busca permanente do aperfeiçoamento pessoal e profissional

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

5.10.1 Acompanhamento de egressos

A FAESP implantou em 2019 de um Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE) que é uma das ferramentas fundamentais na construção de indicadores de qualidade, contribuindo para a discussão das ações implementadas. Pretende-se que o acompanhamento dos concluintes possa destacar aspectos referentes aos cursos oferecidos pela instituição, a partir das expectativas sociais e mercadológicas, contribuindo para o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos.

O PAE tem como política de contato, além do acesso direto via telefone ou carta e uso de redes sociais, a promoção de palestras sobre a inserção no Mercado de Trabalho, minicursos e mala diretas digitais (newsletter). Na ocasião de encontros presenciais, serão atualizados os dados dos presentes através de Acompanhamento Ativo dos egressos.

5.10.1.1 Objetivos do programa de acompanhamento do egresso

I. Conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida e identificar a situação funcional destes propondo atividades de atualização e formação continuada e estimular a participação dos egressos na vida institucional;
II. Avaliar o perfil do egresso e sua pertinência às demandas do mercado de trabalho
III. Criar mecanismos para avaliação de seu desempenho nos postos de trabalho no setor em que atuam;
IV. Manter uma base de dados com informações que possibilitem manter, com o egresso, comunicação permanente e estreito vínculo institucional;
V. Criar cursos de pós-graduação e extensão de acordo com o perfil dos egressos;

VI. Ampliar as redes sociais de relacionamento permanente mantidas pela instituição.

Para viabilizar o funcionamento do programa, a FAESP criará um cadastro de alunos e acompanhamento regular dos mesmos durante 3 anos após a conclusão de curso. Sendo que esse acompanhamento se dá por meio de cadastro voluntário no site da IES ou mesmo por meio de redes sociais. O acompanhamento em redes sociais é denominado Acompanhamento Passivo e tem por objetivo manter o aluno informado do que acontece na IES e, eventualmente, obter informações sobre sua inserção no mercado de trabalho de forma mais espontânea. Já as atividades de busca de informação direta (telefone ou e-mail) são denominadas Acompanhamento Ativo e desenvolvida por amostragem no grupo de alunos formados nos últimos 3 (três) anos. Além disso, os alunos mantêm contato com IES desde o último ano de formação quando já participam de palestras, minicursos e enquetes via internet para contato constante com esses futuros egressos.

Destaca-se que os dados dos bancos de informações são de natureza sigilosa e o acesso a eles só se é permitido a membros da direção e pessoal devidamente autorizado para tal.

5.11 Política de atendimento à comunidade

A FAESP considera que o desenvolvimento social está diretamente relacionado à implementação de políticas de inclusão social, à promoção da cidadania e ao fortalecimento da responsabilidade social universitária. Por essa razão, desenvolve ações em parceria com comunidades eclesiásticas conveniadas, organizações da sociedade civil, escolas e instituições públicas e privadas, promovendo projetos de inclusão social, formação cristã e desenvolvimento comunitário, especialmente em regiões socialmente vulneráveis. Essas ações sociais, vinculadas à educação e à difusão de valores universais como o respeito à vida, à dignidade da pessoa humana, à solidariedade, à justiça, à ética e ao próximo, constituem o eixo orientador dos eventos, cursos, projetos e atividades extensionistas desenvolvidos pela FAESP junto às comunidades onde atua direta ou indiretamente.

As atividades de responsabilidade social são coordenadas pela Coordenadoria de Extensão e Pesquisa, que elabora anualmente um calendário institucional de projetos, campanhas, eventos e ações comunitárias, considerando propostas apresentadas por docentes, discentes e demais membros da comunidade acadêmica. As propostas também podem ser originadas de estudantes ou professores envolvidos em organizações sociais, religiosas ou comunitárias, desde que as ações apresentem relevância acadêmica e social e contribuam para a missão institucional da FAESP. Os projetos são submetidos à Coordenadoria de Extensão até o último trimestre de cada ano para análise de viabilidade, impacto social e compatibilidade com o planejamento institucional, passando, quando aprovados, a integrar o calendário acadêmico da Instituição.

Os critérios utilizados para avaliação das ações de responsabilidade social compreendem o impacto social esperado e alcançado, a contribuição para a formação acadêmica e cidadã dos estudantes, a abrangência das ações, o número de pessoas beneficiadas, a promoção da inclusão social, a viabilidade técnica e financeira, a disponibilidade de recursos institucionais e o alinhamento com a missão, os objetivos institucionais e as políticas de extensão da FAESP. As iniciativas que demonstrarem relevância acadêmica, social e institucional poderão ser incorporadas de forma permanente ao conjunto das ações extensionistas da Instituição.

A FAESP promove, ainda, ações permanentes de conscientização, campanhas educativas e atividades de formação cidadã voltadas à promoção dos direitos humanos, da cultura de paz, da ética, da responsabilidade social, da inclusão, da valorização da diversidade, do respeito às diferenças, da prevenção de todas as formas de discriminação e violência e da promoção da igualdade de gênero, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico acolhedor, seguro e comprometido com os valores democráticos e com a dignidade da pessoa humana.

Essas ações são desenvolvidas por meio de palestras, seminários, oficinas, campanhas institucionais, projetos de extensão, atividades culturais, eventos comunitários e ações educativas realizadas em parceria com escolas, igrejas, organizações sociais e órgãos públicos, estimulando a participação da comunidade acadêmica em iniciativas voltadas ao exercício da cidadania, à defesa dos direitos

humanos, ao fortalecimento da convivência respeitosa, à igualdade de oportunidades e ao desenvolvimento social sustentável.

Como parte de sua política de inserção social e cultural, a FAESP promove eventos culturais abertos ao público, incentivando a ampla participação da comunidade acadêmica e da sociedade. Essas iniciativas são desenvolvidas em integração com escolas, igrejas, organizações sociais, órgãos públicos e demais instituições parceiras, fortalecendo redes de cooperação e ampliando o acesso da população às atividades culturais e educativas promovidas pela Instituição. A FAESP também valoriza as manifestações culturais locais e regionais, estimulando sua preservação, divulgação e reconhecimento como patrimônio social e cultural, bem como desenvolve ações de educação patrimonial destinadas à valorização da memória, da identidade cultural e do patrimônio histórico das comunidades onde atua, contribuindo para o fortalecimento da cidadania, da identidade regional e da responsabilidade social.

Além disso, a FAESP incentiva eventos culturais, científicos e comunitários que promovam o intercâmbio entre a comunidade acadêmica e a sociedade, fortalecendo sua inserção social e reafirmando seu compromisso com a transformação da realidade por meio da educação, da pesquisa, da extensão, da cultura e da responsabilidade social.

5.12 Responsabilidade social da instituição

A Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) compreende a responsabilidade social como um princípio orientador de sua missão institucional e de suas práticas acadêmicas, pautando suas ações na promoção do desenvolvimento humano, da justiça social, da ética, da cidadania, dos direitos humanos, da participação democrática e da formação integral de seus estudantes, em consonância com sua identidade confessional e seu compromisso com a transformação da sociedade.

Nesse contexto, a Instituição reafirma seu compromisso com a redução das desigualdades sociais, a inclusão social, a democratização do acesso à educação superior e a promoção da permanência estudantil, desenvolvendo políticas e

programas voltados à ampliação das oportunidades educacionais, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

A FAESP considera que o desenvolvimento social está diretamente relacionado à construção de uma sociedade mais justa, inclusiva, democrática e solidária. Por essa razão, desenvolve, em parceria com comunidades eclesiásticas, organizações

ações comunitárias e atividades de formação cidadã que promovem inclusão social, educação, desenvolvimento comunitário, fortalecimento da cidadania, formação ética e cristã e o exercício da participação democrática em regiões socialmente vulneráveis.

As ações institucionais priorizam a promoção dos direitos humanos, da cultura de paz, da solidariedade, da ética, da justiça social, do respeito à diversidade, da valorização da dignidade da pessoa humana, da igualdade de oportunidades, da convivência democrática e da responsabilidade socioambiental, por meio de projetos educativos, campanhas de conscientização, atividades extensionistas, ações de formação cidadã e iniciativas voltadas à transformação social e ao fortalecimento da participação da comunidade.

Como parte de sua política institucional de inclusão, a FAESP mantém programas de bolsas de estudo, benefícios educacionais e mecanismos de apoio à permanência estudantil, além de possuir sistema institucional de cotas sociais e raciais, regulamentado por normas internas, visando ampliar o acesso à educação superior e reduzir barreiras econômicas e sociais que possam comprometer a trajetória acadêmica dos estudantes.

No âmbito da assistência estudantil, da segurança alimentar e do compromisso com a promoção do bem-estar da comunidade, a Instituição desenvolve e incentiva campanhas de arrecadação de alimentos, ações de combate à fome, campanhas solidárias e iniciativas de apoio às famílias e estudantes em situação de vulnerabilidade social. Sempre que possível, essas ações são articuladas com programas institucionais de permanência estudantil, projetos de extensão e redes públicas de assistência social.

A FAESP promove, ainda, ações de educação alimentar e nutricional, palestras, oficinas, campanhas educativas e projetos extensionistas voltados à promoção de hábitos alimentares saudáveis, ao consumo consciente, à prevenção do desperdício de alimentos, ao aproveitamento integral dos alimentos e à valorização de práticas sustentáveis de produção e consumo.

Para ampliar o alcance de suas ações sociais, a Instituição estabelece parcerias com organizações sociais, igrejas, entidades assistenciais, empresas, órgãos públicos e demais instituições da sociedade civil, visando à implementação de projetos comunitários, campanhas solidárias, programas de segurança alimentar, atividades de inclusão social, promoção dos direitos humanos, fortalecimento da cidadania, valorização da diversidade e ações voltadas ao desenvolvimento humano e à melhoria da qualidade de vida das comunidades atendidas.

A responsabilidade social da FAESP contempla, igualmente, a promoção da cultura, da cidadania, da memória institucional e da inclusão cultural, reconhecendo a cultura como instrumento de formação humana, fortalecimento da identidade, preservação da história institucional e valorização das manifestações culturais locais, regionais e nacionais. Para esse fim, a Instituição incentiva atividades culturais, ações de educação patrimonial, eventos artísticos, projetos de extensão e iniciativas voltadas à democratização do acesso à cultura, estimulando a ampla participação social e o diálogo permanente entre a comunidade acadêmica e a sociedade.

A responsabilidade social da FAESP contempla, ainda, o fortalecimento da cultura, da memória institucional, da participação social e democrática, da acessibilidade, da inclusão das pessoas com deficiência, da equidade, da diversidade étnico-racial, do respeito às diferenças, da liberdade de expressão responsável, da promoção da igualdade de oportunidades e da construção de ambientes acadêmicos acolhedores, seguros, inclusivos e livres de qualquer forma de discriminação, assédio ou violência.

As ações de responsabilidade social são desenvolvidas de forma integrada entre ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional, fortalecendo a formação cidadã dos estudantes, estimulando a ética, a responsabilidade social, o respeito aos direitos humanos, a cultura de paz, a participação democrática, a inclusão cultural, a

valorização da memória institucional e o compromisso com o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a construção de soluções voltadas às demandas sociais, educacionais, ambientais, culturais e comunitárias da região de inserção da FAESP.

A efetividade das ações de responsabilidade social é acompanhada por meio de indicadores institucionais relacionados à participação da comunidade acadêmica, ao impacto das ações de extensão, ao número de campanhas e ações sociais realizadas, ao quantitativo de pessoas e comunidades beneficiadas, às parcerias estabelecidas com organizações sociais, à promoção dos direitos humanos, à participação em ações de cidadania, **à realização de atividades culturais, à preservação da memória institucional, à promoção da inclusão cultural, ao nível de participação social da comunidade acadêmica e externa**, ao acesso e à permanência estudantil, à inclusão social, à promoção da segurança alimentar, ao fortalecimento da cultura de paz, ao respeito à diversidade e à satisfação dos estudantes e da comunidade atendida. Os resultados desses indicadores subsidiam o planejamento institucional e o aprimoramento contínuo das políticas de responsabilidade social previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), reafirmando o compromisso da FAESP com uma educação superior socialmente referenciada, democrática, inclusiva, sustentável, ética e comprometida com a transformação da realidade social.

5.13 Política Institucional de Segurança Alimentar, Nutricional e Sistemas Alimentares Sustentáveis

A Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) institui a Política Institucional de Segurança Alimentar, Nutricional e Sistemas Alimentares Sustentáveis como parte de sua Política de Responsabilidade Social e de Permanência Estudantil, reconhecendo que o acesso à alimentação adequada, saudável e sustentável constitui condição fundamental para a promoção da dignidade humana, da saúde, da aprendizagem, da qualidade de vida e da permanência na educação superior.

A política está alinhada à missão institucional da FAESP e aos princípios da responsabilidade social, da inclusão, da redução das desigualdades, da promoção da

saúde, da sustentabilidade ambiental e do desenvolvimento humano, integrando ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional.

Princípios da Política

A Política Institucional de Segurança Alimentar, Nutricional e Sistemas Alimentares Sustentáveis fundamenta-se nos seguintes princípios:

- Promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável;
- Respeito à dignidade da pessoa humana e à justiça social;
- Redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão;
- Democratização das condições de permanência estudantil;
- Promoção da saúde, do bem-estar e da qualidade de vida;
- Sustentabilidade ambiental e incentivo a sistemas alimentares sustentáveis;
- Educação alimentar e nutricional como prática formativa;
- Responsabilidade socioambiental e combate ao desperdício de alimentos;
- Articulação entre ensino, pesquisa, extensão e compromisso social.
- Objetivos
- Constituem objetivos da política:
- Promover ações voltadas à segurança alimentar e nutricional da comunidade acadêmica;
- Contribuir para a permanência dos estudantes, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

- Identificar e acompanhar situações de insegurança alimentar que possam comprometer o desempenho acadêmico;
- Incentivar hábitos alimentares saudáveis e ações de educação nutricional;
- Fomentar atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à segurança alimentar, nutrição e sustentabilidade;
- Estimular práticas institucionais de redução do desperdício de alimentos e de gestão ambientalmente adequada dos resíduos orgânicos;
- Fortalecer parcerias com órgãos públicos, organizações da sociedade civil, empresas e instituições religiosas para o desenvolvimento de ações solidárias e educativas.

A política destina-se:

- Aos estudantes da graduação e da pós-graduação;
- Aos docentes;
- Aos técnicos-administrativos;
- Aos colaboradores da instituição;
- À comunidade externa beneficiada pelas ações extensionistas e projetos sociais desenvolvidos pela faesp.
- Responsabilidades institucionais

Compete à FAESP:

- Implementar e manter ações permanentes voltadas à promoção da segurança alimentar e nutricional;

- Identificar estudantes em situação de insegurança alimentar e encaminhá-los aos programas institucionais de apoio e às políticas públicas de assistência, quando cabível;
- Promover campanhas educativas relacionadas à alimentação saudável, sustentabilidade e combate ao desperdício de alimentos;
- Incentivar projetos de pesquisa e extensão voltados aos sistemas alimentares sustentáveis, à educação nutricional e ao desenvolvimento comunitário;
- Estabelecer parcerias com organizações públicas, privadas e do terceiro setor para fortalecimento das ações previstas nesta política;
- Assegurar o monitoramento e a avaliação contínua das ações desenvolvidas.
- A coordenação, implementação e acompanhamento da política são de responsabilidade da coordenação de extensão e pesquisa, em articulação com a comissão própria de avaliação (cpa), as coordenações de curso e os demais setores institucionais envolvidos nas políticas de permanência estudantil e responsabilidade social.

Ações Permanentes

A política é operacionalizada por meio de ações permanentes, dentre as quais:

- identificação de estudantes em situação de insegurança alimentar;
- encaminhamento para programas institucionais de permanência estudantil e para políticas públicas de assistência social;
- campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos;
- desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional;

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

- realização de palestras, oficinas, cursos e eventos sobre alimentação saudável e sustentabilidade;
- incentivo à redução do desperdício de alimentos e ao consumo consciente;
- promoção da destinação ambientalmente adequada dos resíduos orgânicos gerados nas atividades institucionais;
- desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão voltados à segurança alimentar, agricultura sustentável e sistemas alimentares sustentáveis;
- estabelecimento de parcerias com organizações sociais, empresas, instituições religiosas e órgãos públicos para fortalecimento das ações de apoio à comunidade.

Indicadores de Acompanhamento

A efetividade da política será monitorada por meio de indicadores institucionais, dentre eles:

- número de estudantes atendidos pelas ações de segurança alimentar;
- número de campanhas e ações solidárias realizadas anualmente;
- quantidade de alimentos arrecadados e destinados às comunidades atendidas;
- número de projetos de ensino, pesquisa e extensão relacionados à segurança alimentar e sustentabilidade;
- participação da comunidade acadêmica nas ações educativas;
- número de parcerias estabelecidas com organizações públicas e privadas;
- índice de satisfação dos participantes das ações desenvolvidas;

- impacto das ações sobre a permanência estudantil dos estudantes atendidos.

- Avaliação Periódica

A Política Institucional de Segurança Alimentar, Nutricional e Sistemas Alimentares Sustentáveis será objeto de avaliação periódica, realizada anualmente pela Coordenação de Extensão e Pesquisa, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A avaliação compreenderá a análise dos indicadores institucionais, dos resultados das ações desenvolvidas, dos relatórios de atividades, das pesquisas de satisfação e das contribuições da comunidade acadêmica, permitindo identificar oportunidades de melhoria, revisar estratégias e aperfeiçoar continuamente a política institucional.

Os resultados da avaliação serão incorporados ao processo de planejamento institucional, subsidiando a atualização das ações previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e fortalecendo o compromisso da FAESP com a responsabilidade social, a segurança alimentar, a sustentabilidade, a inclusão social e a permanência estudantil.

5.14 Política Institucional de Parcerias, Redes de Cooperação e Meios de Implementação da Agenda 2030

A Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) institui a Política Institucional de Parcerias, Redes de Cooperação e Meios de Implementação da Agenda 2030, com a finalidade de fortalecer a integração entre a Instituição e a sociedade, ampliar a cooperação interinstitucional e promover ações conjuntas voltadas ao desenvolvimento acadêmico, científico, tecnológico, social, cultural e ambiental, em consonância com sua missão institucional e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

A política fundamenta-se nos princípios da cooperação institucional, responsabilidade social, ética, transparência, legalidade, interesse público,

sustentabilidade, inovação, solidariedade, inclusão social, desenvolvimento humano, participação democrática, respeito à diversidade e promoção dos direitos humanos, orientando a construção de relações institucionais pautadas pelo benefício mútuo, pela produção compartilhada do conhecimento e pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Objetivos

Constituem objetivos da Política Institucional de Parcerias e Redes de Cooperação:

- fortalecer a integração da FAESP com instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil;
- promover o desenvolvimento de projetos conjuntos de ensino, pesquisa, extensão, inovação e responsabilidade social;
- ampliar oportunidades de formação acadêmica, científica, técnica e profissional para estudantes, docentes e técnicos administrativos;
- incentivar a produção científica colaborativa, a pesquisa em rede, a mobilidade acadêmica e o intercâmbio de conhecimentos;
- contribuir para o desenvolvimento regional, nacional e internacional por meio de ações cooperativas;
- apoiar a implementação da Agenda 2030, incorporando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) às atividades acadêmicas e institucionais;
- fortalecer a inserção social da FAESP por meio de ações voltadas à inclusão, à sustentabilidade, à cidadania, à segurança alimentar, à educação de qualidade e ao desenvolvimento comunitário.

Critérios para Celebração de Parcerias

A celebração de convênios, acordos de cooperação e demais instrumentos institucionais observará, entre outros, os seguintes critérios:

- alinhamento aos princípios, à missão, à visão e aos objetivos estratégicos da FAESP;
- compatibilidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs);
- relevância acadêmica, científica, tecnológica, social, cultural ou ambiental da parceria;
- viabilidade técnica, administrativa, jurídica e financeira;
- potencial de geração de benefícios para a comunidade acadêmica e para a sociedade;
- observância da legislação vigente, das normas institucionais e dos princípios éticos e de integridade;
- compromisso das instituições parceiras com os direitos humanos, a inclusão social, a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

5.15 Alinhamento à Missão Institucional e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

As parcerias institucionais estabelecidas pela Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) constituem instrumento estratégico para o fortalecimento da missão institucional de promover a formação integral de cidadãos e profissionais ética, científica, técnica e socialmente comprometidos, contribuindo para a produção e difusão do conhecimento, o desenvolvimento da pesquisa, da extensão, da inovação, da responsabilidade social e da transformação da realidade por meio da educação superior.

Na celebração e execução dos instrumentos de cooperação, a Instituição buscará, sempre que pertinente, o alinhamento às diretrizes da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, contribuindo para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com especial atenção aos seguintes objetivos:

- ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável;
- ODS 3 – Saúde e Bem-Estar;
- ODS 4 – Educação de Qualidade;
- ODS 5 – Igualdade de Gênero;
- ODS 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico;
- ODS 10 – Redução das Desigualdades;
- ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis;
- ODS 12 – Consumo e Produção Responsáveis;
- ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes;
- ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação.

A integração das ações de cooperação aos ODS reforça o compromisso institucional com o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade socioambiental, a inclusão, a promoção dos direitos humanos e o fortalecimento das redes de cooperação acadêmica, científica, tecnológica, cultural e comunitária.

Responsabilidades Institucionais

A gestão das parcerias institucionais será realizada de forma integrada pela Direção Geral, em articulação com a Coordenadoria de Pesquisa e Extensão, as Coordenações de Curso e os demais setores competentes, observadas as atribuições previstas no Regimento Geral e nos normativos institucionais.

Compete aos órgãos responsáveis:

- promover a prospecção, articulação e celebração de parcerias institucionais alinhadas à missão, aos objetivos estratégicos e às prioridades estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional;

- analisar a viabilidade acadêmica, técnica, administrativa, financeira e jurídica das propostas de cooperação;
- acompanhar a execução dos convênios, acordos de cooperação e demais instrumentos jurídicos firmados pela Instituição;
- assegurar a integração das parcerias às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação, responsabilidade social e internacionalização;
- acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes envolvidas;
- elaborar relatórios técnicos e gerenciais de acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados;
- estimular a participação de estudantes, docentes, técnicos administrativos, egressos e comunidade externa nas ações desenvolvidas em cooperação;
- promover a divulgação das oportunidades decorrentes das parcerias institucionais e incentivar sua utilização pela comunidade acadêmica.

A gestão operacional dos instrumentos de cooperação observará os procedimentos estabelecidos no item 6.4 – Gestão Institucional das Parcerias e Convênios deste Plano de Desenvolvimento Institucional.

Monitoramento e Avaliação

O monitoramento das parcerias institucionais será realizado de forma contínua e sistemática, por meio de indicadores institucionais que permitam avaliar sua efetividade, eficiência, relevância e contribuição para o desenvolvimento institucional.

Entre os principais indicadores de acompanhamento destacam-se:

- número de convênios, acordos e instrumentos de cooperação vigentes;
- número de projetos desenvolvidos em parceria;
- participação de estudantes, docentes e técnicos administrativos nas ações cooperativas;
- produção científica, técnica, tecnológica, cultural e de inovação decorrente das parcerias;

- atividades de extensão, responsabilidade social e desenvolvimento comunitário realizadas conjuntamente;
- captação de recursos, investimentos e oportunidades institucionais oriundas das cooperações estabelecidas;
- contribuição das ações para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- impacto acadêmico, científico, tecnológico, social, cultural, ambiental e econômico das iniciativas desenvolvidas;
- nível de satisfação das instituições parceiras e da comunidade acadêmica.

Os resultados do monitoramento serão consolidados em relatórios periódicos, analisados pela gestão institucional e utilizados como subsídio para o planejamento estratégico, a melhoria contínua dos processos de cooperação, a revisão das políticas institucionais e a avaliação do cumprimento das metas estabelecidas neste Plano de Desenvolvimento Institucional.

Renovação, Revisão e Encerramento das Parcerias

A renovação dos convênios e demais instrumentos de cooperação será precedida de avaliação técnica e institucional, considerando o cumprimento dos objetivos pactuados, os resultados alcançados, a relevância estratégica da parceria, sua contribuição para as atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e responsabilidade social, bem como a manifestação de interesse das partes envolvidas quanto à continuidade da cooperação.

O encerramento das parcerias poderá ocorrer em razão do término da vigência do instrumento jurídico, por acordo entre as partes, por descumprimento das obrigações assumidas, pela perda do interesse institucional, por inviabilidade de sua continuidade ou nas demais hipóteses previstas na legislação vigente e nos respectivos instrumentos de cooperação.

A Política Institucional de Parcerias e Redes de Cooperação será objeto de avaliação e revisão periódica, considerando os resultados obtidos, as demandas institucionais, as mudanças no contexto social, científico e tecnológico, bem como as

diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional, assegurando o aperfeiçoamento contínuo dos processos de cooperação e o fortalecimento da inserção regional, nacional e internacional da FAESP.

5.16 Política Institucional de Arte, Cultura, Comunicação, Memória e Participação Cultural

A Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) institui a Política Institucional de Arte, Cultura, Comunicação, Memória e Participação Cultural como instrumento permanente de fortalecimento da formação integral, da responsabilidade social, da cidadania, da preservação da memória institucional e da valorização da diversidade cultural, reconhecendo a cultura como dimensão indissociável das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão universitária.

A política fundamenta-se nos princípios da dignidade da pessoa humana, da liberdade de expressão, da diversidade cultural, do respeito às diferenças étnico-raciais, religiosas, linguísticas e regionais, da inclusão, da acessibilidade, da preservação do patrimônio histórico, documental e cultural, da democratização do acesso aos bens culturais, da participação social, da valorização da identidade institucional e da promoção dos direitos culturais, em consonância com a missão institucional da FAESP, com seu Plano de Desenvolvimento Institucional e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 – Educação de Qualidade, o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis e o ODS 17 – Parcerias e Meios de Implementação.

Constituem objetivos desta política:

- promover a valorização da arte, da cultura e da memória institucional como dimensões essenciais da formação acadêmica, ética, cidadã e humanística;
- incentivar a produção, a difusão e a valorização das manifestações artísticas, culturais, literárias, musicais, teatrais, audiovisuais e das demais expressões culturais desenvolvidas pela comunidade acadêmica;
- preservar, registrar, organizar e divulgar a história, a identidade institucional e o patrimônio histórico, documental, bibliográfico, artístico e cultural da FAESP;

- promover a diversidade cultural, o diálogo intercultural e o respeito às diferentes identidades e manifestações presentes na comunidade acadêmica e em sua área de inserção;
- fomentar eventos, exposições, mostras, festivais, oficinas, seminários, palestras, publicações e projetos de extensão voltados à promoção da cultura e da educação patrimonial;
- fortalecer a integração entre ensino, pesquisa, extensão, inovação, cultura e responsabilidade social, estimulando projetos interdisciplinares e ações de impacto comunitário;
- ampliar as redes de cooperação com instituições culturais, educacionais, religiosas, museus, bibliotecas, arquivos, centros culturais, órgãos públicos, organizações da sociedade civil e demais entidades voltadas ao desenvolvimento cultural;
- contribuir para a formação de profissionais e cidadãos críticos, éticos, criativos e comprometidos com a valorização da diversidade cultural, da memória institucional e da identidade brasileira.

A implementação da política ocorrerá mediante programas, projetos, ações e eventos institucionais coordenados pela Coordenadoria de Pesquisa e Extensão, em articulação com as Coordenações de Curso, órgãos colegiados e demais setores institucionais, assegurando a participação de estudantes, docentes, técnicos administrativos, egressos e comunidade externa.

O acompanhamento da política será realizado de forma contínua, mediante indicadores institucionais relacionados ao desenvolvimento das ações culturais, dentre os quais:

- número de eventos artísticos, culturais e de educação patrimonial realizados;
- participação da comunidade acadêmica e da comunidade externa nas atividades promovidas;
- projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação com temática cultural;
- ações de preservação, registro e divulgação da memória institucional;

- parcerias firmadas com instituições culturais, educacionais e organizações da sociedade civil;
- iniciativas voltadas à valorização da diversidade cultural, linguística e patrimonial;
- ações de educação patrimonial e fortalecimento da identidade institucional;
- produção artística, cultural, científica e acadêmica decorrente das atividades desenvolvidas;
- índice de satisfação dos participantes;
- impacto acadêmico, social, cultural e comunitário das ações implementadas.

A avaliação da política será realizada de forma contínua e sistemática, contemplando a análise dos indicadores institucionais, os relatórios técnicos elaborados pelas coordenações responsáveis, os resultados das pesquisas de satisfação, o alcance dos objetivos estratégicos, a efetividade das parcerias estabelecidas e a contribuição das ações para a formação acadêmica, cidadã e cultural da comunidade universitária.

A Coordenadoria de Pesquisa e Extensão, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), será responsável pelo monitoramento dos indicadores, pela elaboração dos relatórios anuais de acompanhamento e pela proposição de ações de melhoria contínua, assegurando a permanente atualização da política institucional.

Os resultados obtidos serão divulgados à comunidade acadêmica por meio dos canais oficiais da Instituição e incorporados aos processos de planejamento, avaliação institucional e revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional, contribuindo para o fortalecimento da integração entre ensino, pesquisa, extensão, cultura, inovação e responsabilidade social, em consonância com a missão institucional e com os princípios da melhoria contínua da qualidade acadêmica.

6 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA E ADMINISTRATIVA

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

A Faculdade adota a forma de Administração institucional participativa no âmbito dos sujeitos universais do ato educativo (corpo docente, corpo discente e funcionários administrativos e a sociedade como um todo) subsidiado por um modelo de funcionalidade científica em forma de colegiado, no que toca às instâncias de concepção, acompanhamento e correção de eventuais disfunções do Plano de Desenvolvimento Institucional.

A FAESP é composta pelo Conselho Superior (COSUP), Diretoria Geral, Colegiado de curso e Coordenadoria de curso que obedecem às normas apresentadas no Regimento interno da IES. Todos os órgãos colegiados realizam reuniões regulares para apreciarem assuntos sobre as normas internas de funcionamento da instituição e manifestarem-se em casos omissos na cobertura regimental da IES. Essas reuniões geram atas que, uma vez registradas em assinatura pelos presentes, são arquivadas na instituição. O Conselho Superior dedica-se a deliberar sobre matéria administrativa, didático-científica e disciplinar sendo composto por:

I. Pelo diretor, seu Presidente;
II. Pelos Coordenadores de Curso;
III. Por 1 (um) representante do corpo docente;
IV. Por 1 (um) representante da Comunidade;
V. Por 1 (um) representante do corpo técnico administrativo;
VI. Por 1 (um) representante da Mantenedora;
VII. Por 1 (um) representante do corpo discente.

A forma de condução dos seus membros encontra-se regulamentada no regimento da IES. A diretoria da FAESP é o órgão de superintendência, administração, coordenação e fiscalização executiva das atividades da Faculdade e na ausência e impedimentos do diretor, ele será substituído por um dos Coordenadores de Curso, designado pela Mantenedora.

O Diretor é designado pela Mantenedora para mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução e são suas atribuições:

I. Supervisionar, superintender, dirigir e coordenar todas as atividades da Faculdade;

II. Representar a Faculdade, interna e externamente, ativa e passivamente, no âmbito de suas atribuições;
III. Convocar e presidir as reuniões do Conselho Superior, com direito a voz e voto de qualidade;
IV. Elaborar o plano semestral de atividades da faculdade e encaminhá-lo à aprovação do Conselho Superior;
V. Submeter à apreciação e aprovação do Conselho Superior, a prestação de contas e o relatório de atividades do exercício anterior;
VI. Designar e dar posse aos Coordenadores de Curso, Secretário, respeitadas as condições estabelecidas neste Regimento;
VII. Propor a admissão de pessoal docente e técnico-administrativo para contratação pela Mantenedora;
VIII. Apresentar proposta orçamentária para apreciação e aprovação do Conselho Superior;
IX. Designar comissões para proceder aos inquéritos administrativos;
X. Fiscalizar o cumprimento do regime escolar e execução dos programas e horários;
XI. Aplicar o regime disciplinar, conforme os dispositivos expressos neste Regimento;
XII. Zelar pela manutenção da ordem e disciplina no âmbito da faculdade, respondendo por abuso ou omissão;
XIII. Propor ao Conselho Superior à concessão de títulos honoríficos ou benemerência;
XIV. Conferir graus, expedir diplomas, títulos e certificados escolares;
XV. Encaminhar aos órgãos competentes da Faculdade, recursos de professores, funcionários e alunos;
XVI. Decidir aos casos de natureza urgente ou que impliquem matéria omissa ou duvidosa, neste Regimento, ad referendum do Conselho Superior;
XVII. Autorizar pronunciamentos públicos que envolvam o nome da Faculdade; e
XVIII. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e da legislação em vigor.

A gestão de curso está a cargo de um professor coordenador nomeado pelo diretor geral e de um colegiado de Curso, constituído de, no mínimo, 5 (cinco) docentes que ministram disciplinas de matérias distintas do currículo do curso, pelo coordenador do curso e um representante do corpo discente. Eles têm mandato de 2 (dois) anos, com direito à recondução e serão nomeados pelo diretor. Nesse colegiado, também há um representante do corpo discente indicado por seus pares para mandato de 2 (dois) anos, com direito a recondução.

A esse colegiado, presidido pelo coordenador do curso, compete:

I. Fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;
II. Elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do poder Público;
III. Promover a avaliação do curso;
IV. Decidir sobre aproveitamento de estudos e de adaptações, mediante requerimento dos interessados;
V. Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação; e
VI. Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

O Colegiado de curso reúne-se, no mínimo, 2 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador do Curso, ou por convocação de 2/3 (dois terços) de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos a serem tratados.

Coordenador do curso é aquele que convoca e preside as reuniões do Colegiado de Curso, representa a Coordenadoria de Curso perante as autoridades e órgãos da Faculdade, elabora o horário escolar do curso e fornece à Diretoria os subsídios para a organização do calendário acadêmico, orienta, coordena e supervisiona as atividades do curso, fiscalizar a observância do regime escolar e o cumprimento dos programas e planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos da Coordenadoria, acompanha e autoriza estágios curriculares e

extracurriculares no âmbito de seu curso, homologar aproveitamento de estudos e propostas de adaptações de curso, exerce o poder disciplinar no âmbito do curso, executa e faz executar as decisões do Colegiado de Curso e as normas dos demais órgãos da Faculdade e exerce as demais atribuições previstas neste Regimento e aquelas que lhe forem atribuídas pelo Diretor e demais órgãos da Faculdade.

A Secretaria é o órgão de apoio ao qual compete centralizar todo o movimento escolar e administrativo da Faculdade, dirigido por um Secretário, sob a orientação do Diretor. O secretário é aquele que tem sob sua guarda todos os livros de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos em livros fixados por este regimento e pela legislação vigente. A essa função compete:

I. Chefiar a Secretaria fazendo a distribuição equitativa dos trabalhos aos seus auxiliares, para o bom andamento dos serviços;
II. Comparecer às reuniões do Conselho Superior, secretariando-as e lavrando as respectivas atas;
III. Abrir e encerrar os termos referentes aos atos escolares, submetendo-os à assinatura do Diretor;
IV. Organizar os arquivos e prontuários dos alunos, de modo que se atenda, prontamente, a qualquer pedido de informação ou esclarecimentos de interessados ou direção da Faculdade;
V. Redigir editais de processo seletivo, chamadas para exames e matrículas;
VI. Publicar, de acordo com este regimento, o quadro de notas de aproveitamento de provas, dos exames e a relação de faltas, para o conhecimento de todos os interessados;
VII. Trazer atualizados os prontuários dos alunos e professores; e
VIII. Organizar as informações da direção da faculdade e exercer as demais funções que lhe forem confiadas.

A FAESP oferece também com uma Biblioteca especializada para uso do corpo docente e discente e da comunidade da região, sob a responsabilidade de profissional

legalmente habilitado. A biblioteca, organizada segundo os princípios internacionalmente aceitos da biblioteconomia, rege-se por regulamento próprio.

A FAESP possui em sua infraestrutura administrativa um setor de tesouraria e contabilidade que é organizado e coordenado por profissional qualificado, contratado pela Mantenedora. A IES optou por terceirizar o serviço de registro contábil para dinamizar sua oferta e reduzir seu custo operacional. A esse profissional compete apresentar, para o exercício letivo, balanço das atividades financeiras da Faculdade e cooperar com o Diretor na elaboração da proposta orçamentária para exercício seguinte assim como da gestão financeira da IES.

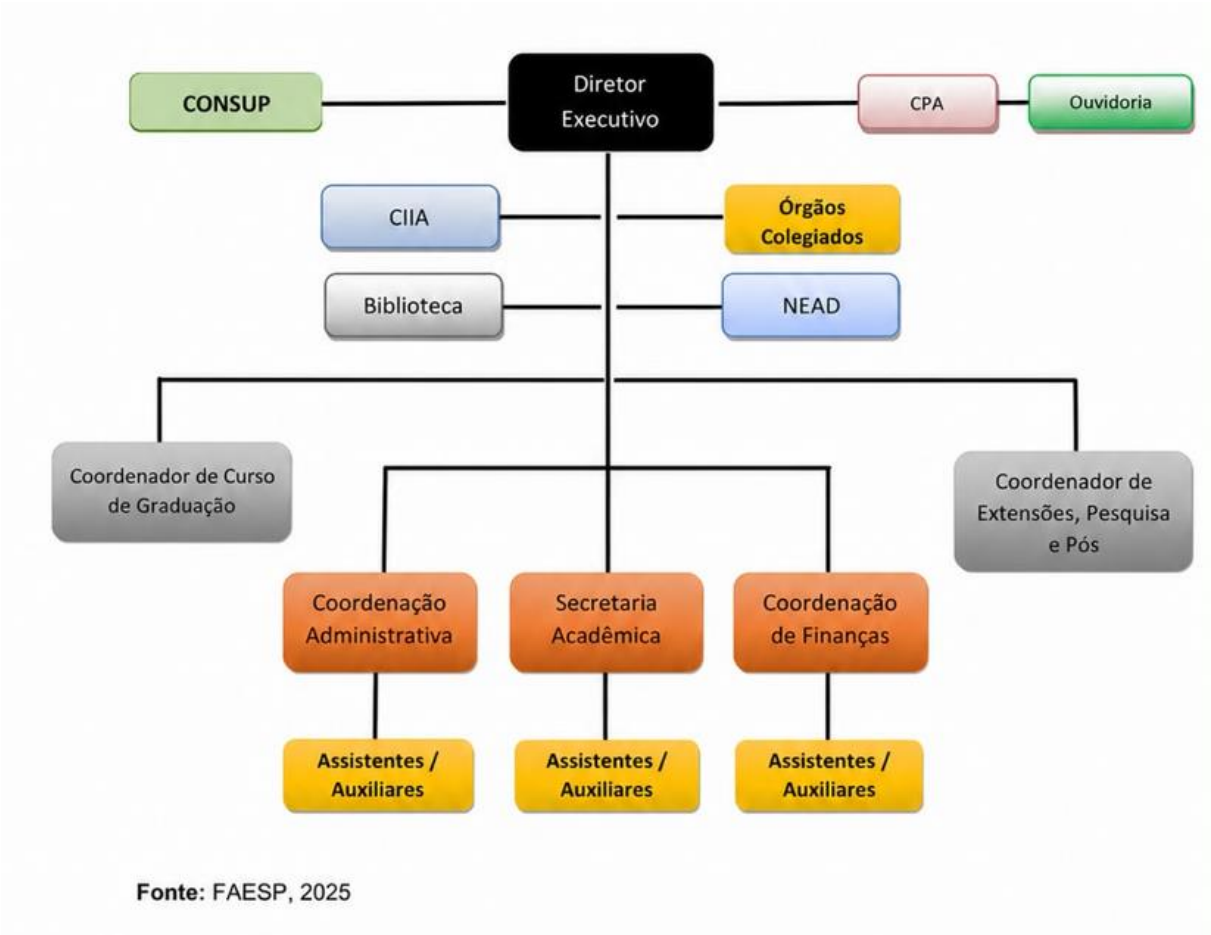
A FAESP ainda possui em instância intermediária entre direção geral e coordenadores de cursos a figura do coordenador acadêmico, coordenador administrativo e coordenador de pós-graduação, pesquisa e extensão que atuam como gestores catalisadores dos fluxos de ações internas. Essas funções são flexíveis e, em função da disponibilidade por ser cumulativas em seu exercício regular. O coordenador Administrativo, ocasionalmente, pode exercer a função de coordenador financeiro ou secretário geral assim como o coordenador de pós pode assumir as coordenações dos cursos de pós.

O acúmulo de funções se encontra diretamente relacionado às demandas ocasionais geradas no processo de gestão da IES.

6.1 Estrutura organizacional, instâncias decisórias, organograma institucional e acadêmico

Segue abaixo o organograma da FAESP proposto para os próximos anos e que contempla três instâncias maiores: direção geral, coordenações intermediárias (acadêmico, administrativo e pós, extensão e pesquisa) e coordenações imediatas (curso, financeiro, supervisão de pós). Essas funções consistem em cargos de confiança atribuídos pelo diretor geral com período definido e caráter cumulativo.

Figura 6 - Organograma FAESP



Fonte: FAESP, 2025

6.1.1 Perfil do corpo docente

O corpo docente da FAESP atende, atualmente, ao curso de bacharelado em Teologia, a pós em Teologia Bíblica e a Pedagogia. Todos os professores com, no mínimo, especialização e inseridos em disciplinas atendendo rigorosamente a critérios de aderência a sua área de formação e atuação.

6.1.1.1 Composição (Titulação/Regime de trabalho/Experiência)

O corpo docente do Curso de Pedagogia da FAESP, atende às exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Com efeito, é constituído por professores que possuem a titulação mínima de mestre, cuja formação específica corresponde às disciplinas ministradas. É um compromisso do curso que pelo menos um terço de seus docentes trabalhem em regime de dedicação integral.

Tabela 10 - Quadro docente – 2. 2024 - Pedagogia

NOME	RT	TITULAÇÃO
Dados individualizados omitidos nesta versão pública para reduzir a exposição de dados pessoais.		

Tabela 11 -Quadro docente – 2. 2024 - Teologia

NOME	RT	TIT.	EXP
Dados individualizados omitidos nesta versão pública para reduzir a exposição de dados pessoais.			

Atualmente a Faculdade Evangélica de São Paulo conta com 85% do corpo docente composto por mestres e doutores (stricto sensu), superando, portanto, com ampla margem aos parâmetros estabelecidos para a educação superior a distância. Apenas 14% são especialistas e cursando Mestrado na área de aderência aos cursos.

6.1.1.2 Programa de qualificação e plano de carreira do corpo docente

Fonte: FAESP, 2025

RP – Regime de Trabalho Tit- Titulação Exp. Tempo de experiência no magistério superior.

Qualificar-se constantemente é parte da vida do professor e constitui estratégia essencial de toda IES que prevê o crescimento humano e intelectual de seu corpo docente. Dessa forma, a FAESP dispõe de um programa regular de incentivo e capacitação. Nesse sentido, a IES oferece uma agenda anual de formação continuada com cursos curtos e palestras sobre o exercício da docência e prática de ensino dentro de um programa institucional denominado PIC – Programa Interno de Capacitação.

Em novembro, a direção reúne seu corpo de colaboradores e através de análises pontuais tenta identificar quais as demandas dos diversos setores compõem a FAESP. Com base nos resultados obtidos, são elaboradas agendas de capacitação para o ano seguinte que contemplam as necessidades identificadas. Somente cursos/palestras que visam a práticas inclusivas como LIBRAS, por exemplo fazem parte do programa de oferta regular da IES. Os demais cursos são oferecidos com base nas demandas identificadas.

A agenda de qualificação e formação continuada da FAESP prevê que, no início e no final dos períodos letivos, são promovidas palestras e oficinas cujos temas emanam das demandas locais: avaliação, planejamento de aulas, relacionamento com os alunos, legislação e ensino e outros temas afeitos à comunidade acadêmica. Tais seminários são momentos abertos de discussão e reflexão sobre a prática docente.

Já os cursos curtos são oferecidos quando se dá a necessidade de atender a uma demanda. Dentre esses cursos, o único que apresenta regularidade, como já foi citado nesse documento, é o curso básico de LIBRAS para docentes e técnico-administrativos oferecido desde 2023 e que tem como objetivo capacitar professores e demais funcionários em Língua Brasileira de Sinais. Para atender esse trabalho regular, a mantenedora tem em seu corpo de funcionários, profissionais especializados tanto fluência quanto na didática do ensino de LIBRAS. Sendo assim, ciente do papel inclusivo da FAESP, a instituição promove o acesso de seu corpo docente a essa formação que, dada sua relevância, é o único curso de oferta contínua e regular.

Outra iniciativa desenvolvida é a parceria com instituições em que se abrem as possibilidades de eventos compartilhados sobre temas teológicos e pedagógicos em

que impera a temática da vivência do ensino e valoriza-se a troca de experiências. Esse projeto começa a ser desenvolvido em 2022.

Por fim, como parte da política de qualificação da FAESP e oferecido incentivos e facilitadores para o professor que estiver inscrito em programa de Mestrado ou Doutorado reconhecido pela CAPES cuja área de interesse relacione-se com a sua linha de atuação docente na Instituição em função do curso/disciplina ou programa de pesquisa no qual esteja a saber:

a) Redução total ou parcial da carga horária de trabalho para ajustes às demandas de estudo docentes;
b) Ajustes de horários para permitir ao docente organizar sua agenda de estudos com seus compromissos docentes;
c) Auxílio de custeio total ou parcial de despesas com passagens e hospedagens em viagens para treinamentos ou participação de eventos representando a Instituição;
d) Custeio total ou parcial de despesas de inscrição em treinamentos ou eventos, como congressos e seminários, representando a Instituição.
e) O plano de cargos e salários prevê progressão vertical ao docente que conclui Mestrado e Doutorado com gratificações específicas aos níveis

Os auxílios de natureza financeira devem ser pedidos com até 30 (trinta) dias de antecedência e estarão vinculados à disponibilidade financeira da IES. A apreciação do pedido será feita pelo colegiado quanto a sua pertinência e pelo setor financeiro, segundo sua viabilidade. Aprovada nessas duas instâncias, dá-se a liberação dos recursos solicitados ao docente.

Quanto ao plano de cargos e salários, sempre ciente da necessidade de sua implantação como exigência legal e mesmo moral dos gestores com seus colaboradores, A FAESP implantou desde 2020 as políticas de plano para seus funcionários que, logo ao assumirem suas funções, são informados de seus direitos e deveres. O plano foi desenhado por uma comissão em 2019, colocado para discussão com funcionários. Destacamos que, mesmo antes de seu protocolo, esse plano já

vigia de forma prática dentro da IES e, hoje, é objeto amplamente divulgado entre os seus colaboradores.

O atual Plano de Cargos e Salários da instituição (em anexo 01) contempla de forma clara e ampla as categorias funcionais (docente e técnico-administrativo), nos níveis e índices de remuneração, formas de progressão horizontal (tempo de serviços) e vertical (aprimoramento profissional), critérios e prazos para ascensão, entre outros aspectos.

6.1.1.3 Critérios de seleção e contratação

O corpo docente é selecionado com base na titulação e na experiência no magistério superior e na área profissional em que atua, mantendo a congruência com o componente curricular pelo qual será responsável. Para a admissão se exige um mínimo de tempo de experiência docente e profissional, observados os seguintes critérios:

a) Análise de currículo contendo a comprovação da titulação e da experiência na Educação Superior e profissional, dando-se preferência a professores com pós-graduação Stricto Senso (Mestrado e Doutorado) e com experiência superior a 3 (três) anos de magistério superior;
b) Análise da adequação do professor ao componente curricular para o qual se candidatou considerando-se sua aderência à área, mas ao mesmo tempo sua versatilidade em atuar em áreas correlatas;
c) Apresentação de aula perante banca composta pelo Diretor e/ou seu representante, coordenador do curso e um professor convidado para avaliação do domínio de conteúdo e metodologia;
d) Possuir condições de saúde compatível com o exercício do cargo, comprovada em inspeção médica que será realizada por profissional competente, antes da contratação.

6.1.1.4 Regime de trabalho de docentes

O quadro docente é composto de professores com titulação e regime de trabalho compatível para que o ensino possa atender aos projetos pedagógicos dos cursos de forma eficaz, com qualidade acadêmica. Os regimes de trabalho do corpo docente adotados na FAESP são Tempo integral (TI), Tempo parcial (TP) e horistas. É importante destacar-se que o regime de trabalho do corpo docente apresentado no quadro docente deste PDI é distribuído em função das necessidades e atualizado anualmente para atender as necessidades da IES.

Na FAESP, a carreira do magistério está em constante processo de avaliação interna. O professor é regularmente avaliado tendo em vista suas atividades desenvolvidas na IES, sua produção acadêmica e carga horária disponibilizada. Além disso, mecanismos internos como a CPA são tomados como referência para que seja verificada a aceitação e desenvolvimento das atividades docentes na percepção dos alunos. Melhorar cada vez mais o atendimento ao aluno é prioridade da gestão atual da IES que entende que, no magistério superior, a experiência profissional e as exigências dinâmicas são inerentes a sua própria evolução.

6.1.1.5 Corpo de professores e tutores a distância (EAD)

Os professores e tutores da modalidade de educação a distância precisam demonstrar outras habilidades e competências que os qualificam para exercer a atividade docente e de tutoria na modalidade. Sendo assim, é necessário ter o domínio das ferramentas de trabalho que serão utilizadas na tutoria e intimidade e gosto pelo uso da tecnologia nos processos de ensino aprendizagem.

O bom manejo das ferramentas de tecnologias e o gosto pelo uso desses recursos são critérios básicos na escolha e manutenção de um profissional no exercício dessa atividade. É importante também que ele reconheça as necessidades do aluno à distância, controlando as angústias e necessidades que possam surgir do grupo sob sua responsabilidade, assim como conter suas próprias.

Cabe a esse profissional manter um comportamento profissional e ético irrepreensível que os coloque como espelho de comportamento profissional e ética para seus tutorados. O bom exemplo moral e ético é uma das formas mais eficientes que um educador pode apresentar aos seus alunos. Desse modo, o professor tutor a distância não irá impor valores e expectativas pessoais, mas ser um orientador no processo de consolidação e construção de valores humanos e profissionais que servirão ao profissional e ao cidadão em formação. A opinião dos alunos é objeto de valor e respeito considerando-se as diferentes ideias e opiniões, mantendo o sigilo daquilo que lhe foi confiado, apontando alternativas de solução para as questões apresentadas, indicando os recursos disponíveis na instituição e estimulando o próprio grupo a se mobilizar para as necessidades detectadas.

A paciência e a tolerância devem ser praticadas em seu cotidiano, entendo o tempo de aprendizagem de cada uma de suas limitações individuais e a heterogeneidade do histórico-cultural de cada um. Seu trabalho deve ser pautado na busca construção do conhecimento nesse meio de valores e realidades distintas.

Nosso projeto de EAD, atende aos referenciais de qualidade na Educação Superior à Distância elaborado pelo MEC, na medida em que o corpo de tutores claramente desempenha papel de fundamental importância no processo técnico-administrativo de cursos superiores à distância e compondo um quadro diferenciado dentro da IES. Ele é considerado como um dos sujeitos que participa ativamente da prática pedagógica.

Dessa forma, pressupomos que o professor tenha domínio do conteúdo, da tecnologia e do conhecimento aliados a um dinamismo, a visão crítica e global, a capacidade para estimular a busca de conhecimento e habilidade com as novas tecnologias de comunicação e informação. Sendo profissionais que executam as estratégias e os planos de estudo junto aos alunos, são priorizados os seguintes critérios no ato de contratação:

a) Possuir formação na área de conhecimento na qual exercerá a tutoria;
b) Estar disponível para o cumprimento das tarefas previstas; e,
c) Ter postura proativa para as demandas técnicas e administrativas nos polos a distância

6.1.1.6 Regime de trabalho do professor e tutor a distância

Embora ainda não tenha em seu quadro os cursos de graduação a distância, a FAESP prevê o regime de trabalho do professor na seguinte forma: tempo integral, quando a jornada de trabalho corresponder a 40 horas semanais e tempo parcial de 20 horas semanais e para o corpo de tutoria, ainda está por definir a forma de contratação e o tempo dedicado a função técnico-administrativa.

O enquadramento do tutor a distância e online no regime de trabalho será realizado pela Direção Geral e pelas Coordenações dos cursos, por meio de contrato de trabalho que aponte as atividades, o tempo de dedicação à Instituição e a forma de remuneração.

6.1.1.7 Procedimentos para substituição dos professores do quadro

As substituições eventuais são supridas, sempre que possível, por docentes que já estejam no quadro da IES, especialmente quando a ausência do professor responsável pelo componente curricular for por tempo determinado e inferior a 90 (noventa) dias.

Quando há necessidade de contratação de novo professor para substituição eventual, a Faculdade mantém banco de currículos com candidatos previamente avaliados, propiciando a rápida substituição do professor afastado.

O docente contratado ingressa para o quadro provisório e, havendo abertura do processo de enquadramento docente com autorização das instâncias superiores competentes no período de duração de 2 (dois) anos, poderá ser submetido à avaliação contínua com base em relatório sobre o cumprimento do seu Plano de Trabalho, elaborado por comissão designada para acompanhamento do docente nesse período probatório. No final, se aprovado na avaliação contínua e, se houver vaga no departamento, ele ingressa na carreira no cargo correspondente ao processo de enquadramento relacionado à sua titulação; se reprovado ou mesmo não havendo

necessidade de reposição definitiva no quadro, o contrato de trabalho poderá ser encerrado.

6.1.1.8 Cronograma de expansão do corpo docente com titulação e regime de trabalho

De acordo com o previsto neste PDI 2024-2028, a FAESP mantém em seu planejamento de desenvolvimento institucional a previsão de expansão de seu corpo docente com plena correlação às suas metas institucionais expostas neste documento. Com a previsão de oferta de mais um curso, a IES apresenta o seguinte cronograma de ampliação de corpo docente.

Tabela 12 - Cronograma de expansão do corpo docente

CURSO	Nº DE DOCENTES/ANO				
	2024	2025	2026	2027	2028
Bacharelado em Teologia	17	18	19	20	21
Licenciatura em Pedagogia	10	11	12	13	14
	27	28	29	33	35

Fonte: FAESP, 2025

Obviamente, a ampliação prevista encontra-se diretamente vinculada aos atos de autorização e demandas locais, resguardando-se a IES de manter o quadro atual com pequenas alterações caso não se concretizem as expectativas criadas em função dos novos cursos.

Com relação ao regime de trabalho e titulação atual do corpo docente na FAESP, existe um esforço da IES no sentido de ampliar significativamente os índices em um prazo de 5 anos. As estimativas apresentadas tomam como base os cursos que oferecemos atualmente e a previsão de um curso de licenciatura em Pedagogia previsto no PDI, uma vez que não teríamos ponto de referência no cálculo inicial. Para entender essa ampliação, vejamos a tabela.

Tabela 13 - Quadro distribuição: Regime de Trabalho x Titulação

CURSO	Nº DE DOCENTES / ANO / TITULAÇÃO														
	2024			2025			2026			2027			2028		
	Esp	Me	Dr.	Esp	Me	Dr.	Esp	Me	Dr.	Esp	Me	Dr.	Esp	Me	Dr.
Teologia	2	10	6	2	10	7	2	10	8	2	10	9	2	10	10
Pedagogia	2	3	5	2	3	6	2	3	7	2	3	8	2	3	9
	4	13	11	4	13	13	4	13	15	4	13	17	4	13	19

Fonte: FAESP, 2025

Quadro em estudo e análise na IES e dados vinculados à demanda decorrente da abertura dos novos cursos. E por fim, no que se refere ao Regime de Trabalho docente, a FAESP possui um programa de adesão ao regime parcial e integral que visa criar um maior comprometimento do professor com atividades de Ensino,

Fonte: FAESP, 2025

Pesquisa e extensão da instituição permitindo assim o desenvolvimento de atividades além da sala de aula e ensino regular. Para apresentar esse cronograma segue a tabela abaixo.

Tabela 14 - Quadro distribuição regime de trabalho dos docentes

CURSO	Nº DE DOCENTES / ANO / REGIME DE TRABALHO														
	2024			2025			2026			2027			2028		
	H	P	I	H	P	I	H	P	I	H	P	I	H	P	I
Teologia	5	10	3	5	10	4	5	10	5	5	10	6	5	10	7
Pedagogia	3	3	2	3	3	3	3	3	4	3	3	5	3	3	6
	8	13	5	8	13	7	8	13	9	8	13	11	8	13	15

6.1.2 Do quadro de Gestores de Polo

As funções de coordenação e atendimento presencial nos polos EAD quando implantados conforme determinam as diretrizes são desenvolvidas pela FAESP através do Gestor do Polo, do Professor mediador e do tutor presencial e online. Para isso diferenciamos as atividades de coordenação e assessoria em função das cargas horárias atribuídas e sua distribuição. No caso, tratam-se de profissionais do curso

ofertado com devido treinamento e preparados em capacitação em educação a distância e suporte presencial.

Os profissionais que dão apoio no polo sede e nos polos fora da sede apresentam carga horária que se adequa a proporção de alunos atendidos e exercem funções pedagógicas e atividades técnico-administrativas. Em caso de necessidade decorrente do aumento do número de alunos, o polo poderá contratar um número maior destes profissionais considerando uma relação que contemple o número de alunos atendidos semanalmente nas unidades. As atividades desenvolvidas por esses assistentes são:

a) Acompanhar as atividades presenciais e online de acordo com o previsto em cada projeto pedagógico de curso;
b) Disponibilizar e supervisionar as avaliações presenciais;
c) Orientar, registrar e dar suporte às apresentações de TCC;
d) Fazer contato e promover participação ativa do aluno nas atividades presenciais;
e) Registrar atendimentos dos alunos nos polos para atividades de natureza acadêmica

O acompanhamento da trajetória discente na EaD ao longo dos diferentes componentes curriculares deve ser compatível com estudantes organizados em turmas, com professor (a) regente e mediadores (as) pedagógicos (as). Esse acompanhamento exige uma relação do número de estudantes por docente e mediadores pedagógicos que possibilite conduzir e assistir o progresso de cada um (a), em conformidade com a capacidade de interação efetiva entre professores (as), mediadores e estudantes (BRASIL, 2025).

A contratação dos profissionais exige alguns critérios:

a) Ter formação na área de conhecimento na qual exercerá a função de assistente acadêmico;
b) Ter disponibilidade para o cumprimento das tarefas que compõem suas atividades acadêmicas, administrativas e pedagógicas;
c) Residir na região de abrangência do polo onde exercerá suas atividades;

d) Ter capacidade para a direção de trabalhos em grupo e demonstrar liderança com flexibilidade e integração.

O regime de trabalho desses colaboradores é a CLT e eles se enquadram nos planos de cargos e salários da IES podendo ser de regimes integrais ou parciais de tempo. Após a contratação, todos passarão por um programa de capacitação para o exercício da função e durante um ano, serão feitas outras atividades com procedimentos avaliativos para que seja garantida a máxima eficiência no atendimento ao aluno.

6.1.3 Corpo Técnico Administrativo: Estruturação, políticas de qualificação, plano de carreira

O Processo de admissão para o corpo administrativo da FAESP e o processo de seleção, além de respeitar o normativo de contratação fixado pela mantenedora, tem como diretrizes:

a) Valorizar o profissional cujo perfil apresente notória competência em sua área de atuação e formação diversificada e atualizada nos conhecimentos de sua área e no trato de tecnologias;
b) Priorizar a alocação de funcionários de setores internos para valorizar o colaborador e dar perspectiva de ascensão interna;
c) Valorizar o tempo do colaborador na IES como fator de diferencial nas alocações internas;
d) Ampliar políticas para a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais;

Os salários oferecidos pela IES encontram-se alinhados com as expectativas de mercado, considerando-se a localização geográfica da instituição e o perfil socioeconômico de seu entorno. A mantenedora, cuja competência é exclusiva para a contratação e dispensa de colaboradores, assume para si a responsabilidade

também de avaliar com o endosso ou indeferimentos os relatórios de desempenho nos casos de alocações internas que configurem atos de progressão funcional.

Para tal a IES vale-se de instrumento avaliativo com participação ampla dos funcionários em sua concepção e aplicação. Essa avaliação compreende 3 momentos: Autoavaliação, avaliação da chefia imediata e avaliação conjunta (chefe imediato e um segundo avaliador conforme seja a área de atuação do profissional)

A política de valorização profissional encontra-se embasada nesse processo de valorização interna em que são levados em conta fatores de desempenho do colaborador em tarefas que lhe competem no dia a dia, assim como sua postura frente às situações-problema e competência no trabalho em equipe. Criar a cultura do reconhecimento e do elogio público assim como o respeito ao funcionário quando se faz necessária advertência, sempre em privado e resguardado o sigilo inerente ao fato.

A partir da elaboração de diagnósticos institucionais, da sistematização e do acompanhamento de instrumentos de avaliação profissional, a direção da FAESP junto com as suas unidades administrativas, poderá construir políticas cada vez mais justas de desenvolvimento profissional e pessoal de sua equipe. Nesse sentido, estabelecemos:

a) Investimentos em recursos humanos para fins de potencialização das habilidades individuais valorizando sempre capacidades, tais como inteligência, sensibilidade e criatividade.
b) Incentivo ao aprimoramento da competência e da atuação crítica e responsável, bem como a construção de estímulos para o bem-estar entre as pessoas;
c) Garantia de verbas para a capacitação no orçamento Institucional, buscando ampliá-la, anualmente, na medida do possível;
d) Identificação das reais necessidades de capacitação para o planejamento e a elaboração de programas contínuos.

A FAESP procura valorizar não somente as atividades desenvolvidas internamente, mas também a busca do colaborador no sentido de se aprimorar externamente participando de cursos, seminários, oficinas e palestras que não se

realizem intramuros. Para isso, o PIC - programa interno de capacitação prevê formas de auxílio seja financeira a ajuste de jornada de trabalho para que o funcionário possa promover sua formação continuada além do universo de trabalho.

Em 2021, começaremos a oferecer programas de capacitação na modalidade EAD para os funcionários e alunos que desejem ter acesso a essas informações disponibilizadas pela instituição.

Dentro das políticas de benefícios para o corpo técnico administrativa da FAESP, visando ao bem-estar do colaborador e sua efetiva retenção no exercício da função, oferecemos

a) **Bolsas de Estudos** – O corpo docente e o corpo técnico administrativo, assim como dependentes legais, possuem o direito de estudar com bolsas de estudo integrais nos cursos oferecidos pela FAESP, de acordo com critérios estabelecidos na Convenção Coletiva dos Sindicatos das categorias.
b) **Vale transporte** – O empregado que utiliza qualquer tipo de transporte público, municipal ou intermunicipal, para o trajeto residência/trabalho e trabalho/residência, pode solicitar o vale transporte.
c) **Vale alimentação** – Os funcionários administrativos poderão optar por receber mensalmente cesta básica ou vale alimentação, de acordo com o estabelecido nas convenções coletivas das categorias.

No que tange a melhoria de qualidade em relação tanto ao corpo docente quando ao técnico administrativo, a direção geral da mantenedora, propõe atuar nas seguintes diretrizes:

a) Ampliação da criação de programas de atenção à saúde e qualidade de vida dos colaboradores no trabalho;
b) Implantação de política de preparação para a aposentadoria;
c) Articulação de ações para finalizar e implantar novas regras para o contrato de trabalho;
d) Implantação de processos de avaliação contínua de forma integrada e sistematizada;

e) Implantação de processo de acompanhamento das atividades docentes no sistema de gestão integrada, de forma a dar visibilidade da atuação profissional no regime de trabalho;
f) Adequação do orçamento para tornar viável o enquadramento de professores e funcionários dentro da carreira;
g) Implantação de projeto de mapeamento de competências dos cargos de gestão acadêmico-administrativa existentes na instituição;
h) Revisão da carreira administrativa e redefinir a política de cargos e salários,
i) Considerando as estruturas administrativas;
j) Atuação na definição de verba orçamentária para integrar ações de capacitação junto ao corpo docente e administrativo;
k) Busca de uma maior aproximação às necessidades dos colaboradores diante das novas tecnologias;
l) Ampliação das políticas e ações para inclusão e retenção de pessoas com deficiência e promoção de ações afirmativas de inclusão étnico-racial.

6.1.3.1 Perfil do corpo Técnico Administrativo

O Corpo Técnico-Administrativo é constituído por todos os colaboradores não docentes e tem a seu cargo os serviços necessários ao bom funcionamento da Faculdade.

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

Tabela 15 - Quadro distribuição: Corpo Técnico Administrativo

NOME	SEXO	COR/RAÇA	PNE	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	FUNÇÃO	TS/MESES
RAQUEL DA HORA SANTOS	F	Parda	Não	PG	Aux. Adm.	67
ANDERSON DA HORA SANTOS	M	Parda	Não	SI	Aux. Financeiro	199
ANDERSON GABRIEL ESTELIN SANTOS	M	Parda	Não	SI	Aux. Adm.	
MATEUS GOMES PEREIRA DA SILVA	M	Branca	Não	SI	Au. De biblioteca	02
NAYARA POSSIDÔNIO NUNES	F	Preta	Não	PG	Aux. Adm.	08
AMANDA GOMES SALES	F	Branca	Não	EM	Aux. Adm.	03
EWERTON CAVEDEN	M	Branca	Não	SI	Aux. Adm	09
ELI MARCELO DO PRADO	M	Branca	Não	SI	Aux. Adm	13
Sexo - Masculino (M) / Feminino (F) Nível de Escolaridade: Superior Incompleto (SI) / Superior Completo (SC) / Ensino Médio (EM) / Pós-Graduação (PG) PNE - Portador de Necessidade Especial						

Fonte: FAESP, 2025

Atualmente, esse corpo de colaboradores é composto por 08 (oito) colaboradores, sendo 02 (dois) com nível escolar de Pós-Graduação; 05 (cinco) com nível Superior Incompleto (cursando) e 01 com Ensino Médio Completo.

6.1.4.1 Critérios de seleção e contratação

O Processo de admissão para o corpo administrativo da FAESP e o processo de seleção, além de respeitar o normativo de contratação fixado pela Mantenedora, assume critérios e etapas em edital divulgado publicamente. A solicitação de abertura de vaga para contratação do corpo técnico-administrativo é feita pela chefia imediata, por meio do memorando interno em que justifica demanda e alocação de setor. O Processo de Seleção compreende, sucessivamente, as seguintes etapas:

I. Análise do Curriculum Vitae de cada candidato;

II. Entrevista técnica para verificar se o candidato atende ao perfil estabelecido para o cargo pretendido;
III. Testes de seleção, escritos ou práticos, dependendo da vaga.

No processo de contratação, a chefia imediata será responsável pelo envio de memorando de solicitação de contratação, que deverá ser assinado pelo diretor geral e encaminhado ao setor competente da mantenedora. O candidato selecionado será orientado pela chefia imediata quanto às providências necessárias para fins de contratação.

A partir deste planejamento, o novo contratado passará por um treinamento onde lhe será apresentado sua função, sua missão, seus valores, seus objetivos institucionais e, em módulo específico, suas atribuições, direitos e responsabilidades.

O candidato somente poderá assumir sua função após o atendimento às providências previstas e a liberação dos resultados de Exame Médico Admissional. A Instituição também conta com o Plano de cargos e salários do Corpo Técnico-Administrativo, contendo os seguintes objetivos:

a) Corrigir distorções e fortalecer as regras e mecanismos de desenvolvimento profissional nas carreiras, estimulando a retenção desses colaboradores na instituição e valorizando a progressão nas carreiras.
b) Disseminar e aperfeiçoar os sistemas de avaliação, associados a incentivos monetários ou de ascensão nas carreiras;
c) Planejar o ingresso de pessoal, com a previsão de quantitativos anuais de vagas a serem preenchidas por meio de processo seletivo, com critérios predefinidos para contratação.

6.1.4.2 Políticas de qualificação do corpo técnico-administrativo

O programa interno de capacitação da FAESP é a base para a formação de técnicos administrativos e docentes. No ingresso do funcionário no corpo de colaboradores, ele passa por um treinamento para o exercício de suas funções e no decorrer de sua vida profissional na IES outros cursos de curta duração e foco pontual

nas temáticas a fim de atender demandas legais e ocasionais dos trabalhos, participará de outros que visam sempre a melhoria dos serviços oferecidos.

No caso dos profissionais do técnico administrativo que atuam diretamente com os cursos de EAD, haverá uma capacitação específica que envolve o uso de ferramentas utilizadas nos cursos e atividades em ambiente virtual além de treiná-los sensibilizá-los da necessidade desses instrumentos em diversas atividades dentro da IES.

Qualificar nossos colaboradores é uma preocupação constante da FAESP e de sua mantenedora e, para isso, mantém o programa interno de capacitação. Os setores identificam as necessidades locais e encaminham para a direção geral que avalia critérios de pertinência e viabilidade financeira e, havendo possibilidade disponibiliza de imediato. Não havendo previsão orçamentária, mas sendo identificada a necessidade, o programa passa a integrar previsão de execução em ano fiscal seguinte como prioridade.

Com essa perspectiva de qualificação profissional interna, refletimos a intenção de manter esta política e ainda, ampliá-la para quadros de gerência pelo desenvolvimento de uma série de cursos de extensão. Promovemos assim a cultura dentro do sistema da progressão na carreira. A partir da abertura de uma vaga em algum cargo na Instituição, busca-se, em primeiro lugar, a sua ocupação pela concessão da oportunidade para um servidor regularmente contratado e em carreira na própria Instituição e somente a partir daí, não havendo possibilidade de alocação interna, abre-se edital para preenchimento de vagas externamente. Privilegiamos os profissionais com melhor avaliação e seguimos na política de qualificação contínua de seus nossos funcionários, atendendo as demandas dos processos administrativos cujos desafios e complexidade são cada vez maiores.

6.1.4.3 Regime de trabalho

Os funcionários do corpo técnico-administrativo da Instituição estão sujeitos à prestação de serviços semanais dentro dos seguintes regimes de trabalho:

a) **Regime de Tempo integral** - de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho, no exercício de tarefas inerentes à função para a qual foi contratado e cujos valores remuneratórios do corpo técnico administrativo serão reajustados na forma da legislação vigente e dos Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho.
b) **Regime parcial de meio período** – de 22 (vinte e duas) horas semanais no exercício de tarefas inerentes à função para a qual foi contratado e com remuneração proporcional a carga trabalhada.

É permitida a redução das horas mínimas estabelecidas no contrato, quando o funcionário ocupar seu tempo na instituição realizando cursos de formação ou capacitação profissional.

6.1.4.4 Cronograma e plano de expansão do corpo Técnico Administrativo

Considerando que a FAESP prevê em seu PDI a expansão de seu curso de Teologia e a previsão de oferta do curso de Licenciatura em Pedagogia, o corpo técnico atual atende de forma satisfatória as demandas atuais. Todavia, reconhecemos a possibilidade de expansão desse corpo técnico expressa na tabela a seguir.

Tabela 16 - Cronograma e plano de expansão do corpo Técnico Administrativo

	2024	2025	2026	2027	2028
Teologia/Pedagogia	8	9	10	11	12
	8	9	10	11	12

Fonte: FAESP, 2025

A contratação atenderá ao critério de necessidade, formação profissional e demanda dos cursos ofertados na época. É importante ressaltar que a expansão do corpo técnico- administrativo está relacionada com a implantação dos novos cursos previstos no período de 2024-2028. Sendo concretizada a previsão do PDI, o corpo

técnico administrativo aumentará na medida em que houver necessidade premente de novos integrantes em seu quadro atual.

6.1.3.1 O Regime de trabalho do Assistente Acadêmico

O regime de trabalho do quadro de gestores, docentes, tutores e profissionais de Tecnologia da Educação compreende: tempo integral, quando a jornada de trabalho corresponder a 40 horas semanais e as atividades são divididas conforme plano de trabalho docente previamente aprovado pela coordenação do curso e tempo parcial de 20 horas semanais. Lembrando-se sempre que a carga horária no ato da contratação é decorrente da necessidade do polo e seu número de alunos, cabendo à IES em caso de expansão ou retração de demanda ajustá-la ao necessário.

O enquadramento do profissional no regime de trabalho será realizado pelas Coordenações dos cursos, por meio de contrato de trabalho que identifique em documentação própria as atividades, o tempo de dedicação à Instituição e a forma de remuneração.

6.1.3.2 Cronograma de expansão do quadro de profissionais, considerando os períodos dos cursos a serem ofertados

Com a abertura dos polos previstos para o Brasil em suas 5 regiões, a FAESP atingirá até 2026 um número maior de estudantes. A expansão será definida em função das demandas de número de alunos por polo.

6.2 Órgãos colegiados: atribuições, competências e composição

Os órgãos colegiados da Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) constituem instâncias deliberativas, consultivas, normativas e de assessoramento da gestão institucional, responsáveis pela formulação, acompanhamento e avaliação das

políticas acadêmicas e administrativas, observadas as competências estabelecidas no Estatuto, no Regimento Geral e nos regulamentos institucionais.

Os órgãos colegiados possuem **composição representativa**, assegurando a participação dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, incluindo representantes da gestão, do corpo docente, do corpo discente e do corpo técnico-administrativo, conforme previsto na legislação vigente e nas normas institucionais.

Seu **funcionamento é regulamentado** por normas internas que disciplinam a periodicidade das reuniões, o quórum para deliberação, as competências, os procedimentos de votação e os mecanismos de convocação e registro das decisões, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa e regularidade dos processos decisórios.

As deliberações dos órgãos colegiados são formalizadas por meio de **atas**, resoluções e demais atos administrativos, assegurando a **publicidade das decisões**, a transparência dos processos institucionais e o adequado registro histórico das matérias apreciadas.

A atuação dos colegiados fundamenta-se nos princípios da **gestão democrática, da participação da comunidade acadêmica, da ética, da transparência, da responsabilidade institucional, da impessoalidade e da melhoria contínua**, promovendo a participação efetiva dos diferentes segmentos institucionais na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas acadêmicas, administrativas e de desenvolvimento institucional.

As decisões colegiadas subsidiam o planejamento estratégico da FAESP, o aperfeiçoamento dos cursos, das políticas institucionais e dos processos de gestão, fortalecendo a governança institucional e assegurando que as ações da Instituição sejam desenvolvidas de forma participativa, transparente e alinhada às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e aos referenciais de qualidade do Ministério da Educação (MEC).

6.2.1 Órgãos consultivos

Em caráter consultivo, a FAESP possui dois órgãos colegiados: o COSUP e os Colegiados de Curso. O primeiro atua em maior instância conforme descrito a seguir, já o segundo, opera como órgão de primeira instância para decisões de menor relevância e que não impliquem maiores alterações na estrutura do curso. Os demais órgãos internos criados para viabilizar o processo de gestão da IES operam como consultivos e competentes no processo de avaliar e sugerir alterações que possam representar efetiva melhoria nos cursos e serviços oferecidos pela instituição.

a) Conselho Superior (CONSUP)

O Conselho Superior (CONSUP), órgão superior consultivo em matéria administrativa, didático-científica e disciplinar, é constituído pelo diretor, seu Presidente; Coordenadores de Curso; 1 (um) representante do corpo docente, indicado por seus pares; 1 (um) representante da Comunidade; 1 (um) representante do corpo técnico administrativo; 1 (um) representante da Mantenedora, por ela indicado; por 1 (um) representante do corpo discente indicado pelo colegiado de curso.

No processo de escolha para composição do COSUP, cabe ressaltar que o representante da Comunidade, será escolhido pelo Conselho Superior, dentre nomes apresentados, com mandato de 2 (dois) anos; os representantes do corpo docente são indicados por seus pares para mandato de 2 (dois) anos; os representantes da Mantenedora e do corpo discente terão mandato de 2 (dois) anos, todos os mandatos podem ser renovado automaticamente por emissão de portaria da direção geral.

Ao CONSUP compete as seguintes funções:

I. Apreciar, na sua instância, o Regimento da Faculdade com seu respectivo anexo e alterações;
II. Propor e avaliar o calendário acadêmico e o horário de funcionamento dos cursos da Faculdade;

III. Manifestar-se sobre a criação, organização, modificação, suspensão ou extinção de cursos de graduação, pós-graduação e sequenciais, suas vagas, planos curriculares e questões sobre sua aplicabilidade, na forma da lei;

IV. Posicionar-se nos recursos interpostos de decisões dos demais órgãos, em matéria didático-científica e disciplinar;

V. Apreciar o relatório anual da Diretoria;

VI. Propor normas gerais e complementares às deste Regimento sobre processo seletivo de ingresso aos cursos de graduação, currículos, planos de ensino, programas de pesquisa e extensão, matrículas, transferências, adaptações, aproveitamento de estudos, avaliação escolar e de curso, planos de estudos especiais, e outro que se incluam no âmbito de suas competências;

VII. Manifestar-se sobre providências destinadas a prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva e individual;

VIII. Apreciar atos do Diretor, praticados ad referendum deste Colegiado;

IX. Exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e neste Regimento.

A periodicidade de reuniões do CONSUP é de 2 (duas) por semestres, podendo em casos excepcionais ser convocado o conselho em caráter extraordinário. As reuniões são lavradas em ata pelo secretário, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os membros presentes na sessão respectiva.

b) Colegiados de Curso

Na estrutura apresentada pela FAESP, toda coordenação de curso encontra-se assessorada por um Colegiado de Curso, constituído de, no mínimo, 5 (cinco) docentes que ministram disciplinas de matérias distintas do currículo do curso, pelo coordenador do curso e um representante do corpo discente. Esses professores terão mandato de 2 (dois) anos, com direito a recondução e serão nomeados pelo Coordenador de Curso com a anuência do Diretor Geral da FAESP. A representação

discente se faz por um representante indicado por seus pares com um mandato de 2 (dois) anos e com direito à recondução.

Sendo assim, podemos definir as competências do colegiado de curso como:

I. Fixar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;
II. Elaborar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do poder Público;
III. Promover a avaliação regular do curso;
IV. Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação; e,
V. Exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem alegadas pelos demais órgãos colegiados.

O Colegiado de curso é presidido por um Coordenador de Curso e em sua falta ou impedimentos, ele pode ser substituído por um professor do curso designado pelo Diretor.

A periodicidade das reuniões é de, no mínimo, 2 (duas) vezes por semestre, e, extraordinariamente, por convocação do Coordenador do Curso, ou por convocação de 2/3 (dois terços) de seus membros, devendo constar da convocação a pauta dos assuntos a serem tratados.

c) Núcleo Docente Estruturante – NDE

O Núcleo Docente Estruturante dos cursos de graduação da FAESP são órgãos consultivos responsáveis pela concepção e acompanhamento dos projetos pedagógicos de cursos das graduações a que estão vinculados. O NDE é composto pelo Coordenador do Curso, atuando como seu presidente e, por, no mínimo, mais 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso. A indicação dos representantes docentes para o NDE de cada curso será feita pelo Diretor Geral FAESP para um mandato de 2 (dois) anos, com possibilidade de recondução.

A periodicidade de suas reuniões é de 2 (duas) vezes por semestre e ou mediante convocação extraordinária tendo ele como suas atribuições:

a) Elaborar o Projeto Pedagógico do Curso, definindo sua concepção e fundamentos;
b) Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
c) Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
d) Orientar os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso sempre que necessário;
e) Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado de Curso, pela Direção Geral da FAESP;
f) Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
g) Promover a integração horizontal e vertical do curso, respeitando os eixos estabelecidos pelo projeto pedagógico;
h) Acompanhar as atividades do corpo docente, recomendando à Direção Geral da FAESP a indicação ou substituição de docentes, quando necessário.

As atas das reuniões são devidamente registradas em atas por professor indicado para tal função sendo lidas e assinadas pelos presentes em reunião respectiva. O NDE da FAESP está regulado por normas internas de funcionamento presentes em portaria publicada pela direção geral.

6.2.2 Órgãos executivos

A FAESP tem em sua instância maior executiva a direção geral e imediatamente subordinadas a esta, as coordenações acadêmicas, administrativa e de pós-graduação, extensão e pesquisa. Esses órgãos atuam em cooperação para promover uma gestão mais harmoniosa e democrática dentro de modelos gerenciais eficientes e transparentes.

a) Coordenação acadêmica

A Coordenação Acadêmica é órgão executivo que superintende as atividades de ensino de graduação da FAESP e a ela estão subordinadas às coordenações de cursos de graduação

(Bacharelado/Licenciatura). Esta coordenação é exercida pelo Coordenador Acadêmico que nomeado por um prazo de 2 (dois) anos passa a exercer as funções a ela competentes. O Coordenador Acadêmico foi nomeado pelo Diretor Geral da FAESP para um mandato regular com a possibilidade de recondução ao cargo. Dentre as atribuições do coordenador estão:

I. Assinar atestados e certificados e outros documentos de atividades acadêmicas referentes à graduação;
II. Consolidar, com dados fornecidos pelas coordenações de curso, o plano anual de atividades;
III. Elaborar o calendário anual de aulas para aprovação prévia no COSUP, assim como o calendário de avaliações dos cursos;
IV. Coordenar a avaliação institucional e pedagógica da FAESP em consonância com os Coordenadores de curso, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades acadêmicas relativas ao ensino de graduação, decidir sobre pedidos de matrícula, trancamento de matrícula, transferências, aproveitamento de estudos e adaptações, ouvidas as coordenações de curso;
V. Indicar os profissionais para exercerem as funções de Coordenador de Cursos ou grupos de Cursos afins, com a anuência da Direção Geral;
VI. Propor à Direção a admissão e dispensa de professores, de ofício ou a requerimento da Coordenação Geral da Faculdade, observadas as disposições deste Regimento e o Plano de Cargos, Carreira e Salários do Pessoal Docente;
VII. Supervisionar a execução de programas institucionais de capacitação docente;
VIII. Supervisionar o processo de seleção para admissão de professores, de acordo com este Regimento e o Plano de Cargos, Carreira e Salários;
IX. Homologar o quadro/grade horária das disciplinas para o semestre seguinte;
X. Exercer as demais atribuições previstas em lei e neste Regimento.

b) Coordenação administrativa

A Coordenadoria Administrativa é exercida por um Coordenador Administrativo, indicado pelo Diretor Geral da FAESP, com aprovação da Entidade Mantenedora. Este é o órgão executivo que superintende, coordena e fiscaliza as atividades administrativas e financeiras da IES podendo ocasionalmente ser exercido em caráter cumulativo com as funções de coordenador financeiro e secretaria geral.

O Coordenador Administrativo exerce sua função na gestão das atividades administrativas gerais da FAESP e está vinculado hierarquicamente à Direção Geral sendo nomeado pelo mesmo para um mandato de 2 (dois) anos com a possibilidade de recondução ao cargo.

O Coordenador Administrativo é auxiliado pelos seguintes setores: financeiro, secretaria geral, contabilidade e custos, gestão de pessoas, tecnologia da informação, projetos e obras, manutenção e patrimônio. No exercício da função, cabe ao coordenador financeiro junto com o Coordenador Administrativo:

I. Elaborar, anualmente, o Plano Geral de Atividades na área administrativa e financeira;
II. Coordenar, controlar, supervisionar e avaliar as atividades da área administrativa e financeira;
III. Supervisionar os serviços dos setores que auxiliam a Coordenadoria Administrativa e aprovar os respectivos relatórios de atividades;
IV. Assessorar o Diretor Geral em assuntos administrativos, orçamentários e de gestão financeira;
V. Elaborar a previsão orçamentária e encaminhá-la ao Diretor Geral da FAESP;
VI. Elaborar plano de carreira do pessoal técnico-administrativo, para aprovação do Conselho Superior;
VII. Coordenar o programa institucional de capacitação dos funcionários técnico- administrativos;
VIII. Apurar responsabilidades e aplicar penalidades disciplinares no âmbito de sua competência

IX. Desempenhar funções ou praticar atos que, embora não explícitos no Estatuto e neste Regimento Geral, sejam de sua área de competência;

X. Superintender e zelar pelo funcionamento e manutenção das dependências da IES.

c) Coordenação de pós-graduação, extensão e pesquisa (COPEP)

A Coordenação de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa é o órgão responsável pelo planejamento, aplicação, acompanhamento e registro de todas as atividades de Pós-Graduação e Extensão desenvolvidas sob a chancela da FAESP, seja em seu espaço físico ou extramuros. O coordenador de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa é nomeado pelo Diretor Executivo da FAESP por um mandato de 2 (dois) anos com possibilidade de recondução ao cargo e no ato de suas atribuições lhe competem:

I. Planejar, orientar, coordenar e superintender as atividades de extensão e de pós-graduação;

II. Homologar os projetos de extensão e pós-graduação, submetendo-os aos órgãos superiores para aprovação;

III. Homologar a implantação de centros e núcleos acadêmicos;

IV. Representar a FAESP junto aos organismos e agências de fomento e apoio à pesquisa e pós-graduação;

V. Propor aos órgãos superiores a criação de cursos, programas de pós-graduação e centros e núcleos de estudo;

VI. Assinar, conjuntamente com o Diretor Geral da FAESP, os certificados e diplomas dos cursos e programas de pós-graduação;

VII. Exercer as demais atividades que lhe forem delegadas pelos órgãos superiores;

VIII. Propor ao Diretor Geral da FAESP a nomeação de Supervisores, coordenadores de projetos, e Professores Responsáveis de sua área de atuação;

IX. Encaminhar à Direção Geral da FAESP o relatório anual das atividades de sua coordenação;

d) Coordenações de curso de graduação

A Coordenação de curso de graduação exercida por um Coordenador de curso, nomeado pelo Diretor Executivo da FAESP para um mandato de 2 (dois) anos com a possibilidade de recondução ao cargo, indicado pelo Coordenador Acadêmico e nomeado Diretor Geral da FAESP é o órgão executivo que superintende, coordena e fiscaliza as atividades docentes e discentes no âmbito específico do curso de graduação sob sua responsabilidade. Este coordenador de Curso exerce sua função na gestão do curso de graduação de sua competência e está vinculado hierarquicamente à Coordenação Acadêmica. Dentro dos das competências no exercício de sua função, estão:

I. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso;
II. Representar a Coordenadoria de Curso perante as autoridades e órgãos da Faculdade;
III. Elaborar o horário escolar do curso e fornecer à Diretoria os subsídios para a organização do calendário acadêmico;
IV. Orientar, coordenar e supervisionar as atividades do curso;
V. Fiscalizar a observância do regime escolar e o cumprimento dos programas e planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos da Coordenadoria;
VI. Acompanhar e autorizar estágios curriculares e extracurriculares no âmbito de seu curso;
VII. Homologar aproveitamento de estudos e propostas de adaptações de curso;
VIII. Exercer o poder disciplinar no âmbito do curso;
IX. Acompanhar o desenvolvimento e registro das atividades complementares do curso;

X. Exercer as demais atribuições previstas neste Regimento e aquelas que lhe forem atribuídas pelo Diretor e demais órgãos da Faculdade.

e) Coordenações de Pós-Graduação e Extensão

A Coordenadoria de Pós-Graduação e Extensão é o órgão responsável pelo planejamento, aplicação, acompanhamento e registro de todas as atividades de Pós-Graduação e Extensão desenvolvidas sob a chancela da FAESP, seja em seu espaço físico ou extramuros. O Coordenador de Pós-Graduação e Extensão é nomeado pelo Diretor Executivo da FAESP por um mandato de 2 (dois) anos com possibilidade de recondução ao cargo e compete ao Coordenador de Pós-Graduação e Extensão:

I. Planejar, orientar, coordenar e superintender as atividades de extensão e de pós-graduação;
II. Homologar os projetos de extensão e pós-graduação, submetendo-os aos órgãos superiores para aprovação;
III. Homologar a implantação de centros e núcleos acadêmicos;
IV. Representar a FAESP junto aos organismos e agências de formato e apoio à pesquisa e pós-graduação;
V. Propor aos órgãos superiores a criação de cursos, programas de pós-graduação e centros de núcleos de estudo;
VI. Assinar, conjuntamente com o Diretor Executivo da FAESP, os certificados e diplomas dos cursos e programas de pós-graduação;
VII. Exercer as demais atividades que lhe forem delegadas pelos órgãos superiores;
VIII. Propor ao Diretor Executivo da FAESP o relatório anual das atividades de sua coordenação;
IX. Encaminhar à Direção Executiva da FAESP o relatório anual das atividades de sua coordenação;

6.2.3 Órgãos de apoio

A FAESP possui 4 (quatro) órgãos institucionalizados de apoio ao seu funcionamento: secretaria acadêmica, Centro de Educação a Distância (a partir de 2021.2), biblioteca e tesouraria (coordenação financeira).

a) Secretaria acadêmica

A Secretaria é o órgão de apoio ao qual compete centralizar todo o movimento escolar e administrativo da Faculdade, dirigido por um Secretário, sob a orientação da Secretária Acadêmica. A secretária acadêmica terá sob sua guarda todos os livros de escrituração escolar, arquivos, prontuários dos alunos e demais assentamentos em livros fixados por este regimento e pela legislação vigente e também a ele, as seguintes funções:

I. Chefiar a Secretaria fazendo a distribuição equitativa dos trabalhos aos seus auxiliares, para o bom andamento dos serviços;
II. Comparecer às reuniões do Conselho Superior, secretariando-as e lavrando as respectivas atas;
III. Abrir e encerrar os termos referentes aos atos escolares, submetendo-os à assinatura do Diretor;
IV. Organizar os arquivos e prontuários dos alunos, de modo que se atenda, prontamente, a qualquer pedido de informação ou esclarecimentos de interessados ou direção da Faculdade;
V. Redigir editais de processo seletivo, chamadas para exames e matrículas;
VI. Publicar, de acordo com este regimento, o quadro de notas de aproveitamento de provas, dos exames e a relação de faltas, para o conhecimento de todos os interessados;
VII. Trazer atualizados os prontuários dos alunos e professores;
VIII. Organizar as informações da direção da faculdade e exercer as demais funções que lhe forem confiadas;

IX. Elaborar e atualizar os dados do Manual do aluno e do site da instituição conforme disposto no art. 47, 1o da LDB disponibilizando-o em local de acesso público por meio digital e impresso.

b) Centro de Educação a Distância (CEAD)

Em 2024, passa a integrar as unidades de apoio da FAESP o Centro de Educação a distância (CEAD). O CEAD será organizado com membros do corpo docente e do quadro técnico- administrativo, chefiados por uma Coordenação indicada pela Direção Acadêmica. À coordenação deste núcleo de compete:

I. Organizar e acompanhar o desenvolvimento de todas as atividades de educação a distância;
II. Coordenar os cursos, programas, e atividades desenvolvidas na modalidade de educação a distância;
III. Orientar os coordenadores de cursos presenciais quanto à realização de disciplinas na modalidade a distância;
IV. Assessorar a diretoria em toda a matéria relacionada com a educação a distância;
V. Propor novos projetos e atividades na modalidade de educação a distância;
VI. Compatibilizar os programas e cursos de educação a distância, com a legislação aplicável à modalidade;
VII. Supervisionar as atividades desenvolvidas nos Polos de Apoio Presencial de forma a garantir a qualidade dos cursos e atividades;
VIII. Coordenar os trabalhos de avaliação pedagógica dos estudantes da educação a distância;
IX. Elaborar a proposta de atividades e calendários da educação a distância;
X. Promover treinamento aos professores e tutores da educação a distância;

6.2.4 Política Institucional da Qualidade Acadêmica e Melhoria Contínua

Fundamentos da política

A Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) institui a Política Institucional da Qualidade Acadêmica e da Melhoria Contínua como instrumento permanente de gestão acadêmica e administrativa, destinado ao monitoramento, à avaliação, ao planejamento e ao aperfeiçoamento contínuo das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação, responsabilidade social e gestão institucional, em consonância com sua missão, visão, valores e objetivos estratégicos.

Esta política fundamenta-se nos princípios da excelência acadêmica, da gestão participativa, da transparência, da ética, da inclusão, da acessibilidade, da responsabilidade social, da inovação, da sustentabilidade e da melhoria contínua dos processos institucionais, orientando a tomada de decisões baseada em evidências e no uso sistemático de indicadores de desempenho.

Sua implementação observa as diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), no Regimento Geral, nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), nos referenciais de qualidade do Ministério da Educação (MEC), bem como na legislação educacional vigente e nas boas práticas de governança institucional.

Objetivos

A Política Institucional da Qualidade Acadêmica e da Melhoria Contínua tem por objetivos:

- promover a melhoria contínua da qualidade das atividades acadêmicas e administrativas;
- consolidar a cultura institucional de avaliação, planejamento e autoavaliação;
- monitorar, analisar e divulgar indicadores acadêmicos, administrativos e institucionais que subsidiem a gestão estratégica;
- fortalecer o processo de tomada de decisões baseado em evidências e indicadores institucionais;
- promover a inovação pedagógica e a atualização permanente das práticas de ensino e aprendizagem;
- fortalecer a integração entre ensino, pesquisa, extensão, inovação e responsabilidade social;
- ampliar o acesso, a permanência, o sucesso acadêmico e a conclusão dos cursos pelos estudantes;
- desenvolver ações voltadas à redução da evasão e da retenção acadêmica;
- elevar os indicadores de desempenho acadêmico e institucional;
- ampliar os índices de satisfação da comunidade acadêmica;

- fortalecer a inserção profissional dos egressos e o relacionamento com o mundo do trabalho;
- fomentar a qualificação permanente do corpo docente e técnico-administrativo;
- promover a utilização sistemática dos resultados da avaliação institucional no planejamento e na gestão da Instituição.

Abrangência

Esta política aplica-se a toda a comunidade acadêmica e administrativa da FAESP, abrangendo estudantes, docentes, técnicos administrativos, coordenadores de curso, gestores institucionais, Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), Colegiados de Curso, setores administrativos, órgãos de apoio acadêmico e comunidade externa participante das atividades institucionais.

Diretrizes

A Política Institucional da Qualidade Acadêmica orienta-se pelas seguintes diretrizes:

- promoção da melhoria contínua dos processos acadêmicos e administrativos;
- fortalecimento da cultura institucional de avaliação, planejamento e gestão por resultados;
- utilização sistemática de indicadores institucionais como instrumento de tomada de decisão;
- integração entre ensino, pesquisa, extensão, inovação e responsabilidade social;
- incentivo à inovação pedagógica e ao uso de metodologias ativas e tecnologias educacionais;
- promoção da inclusão, da acessibilidade e da equidade no ambiente acadêmico;
- fortalecimento da formação integral dos estudantes;

- valorização da transparência, da participação e da gestão democrática;
- incentivo à sustentabilidade institucional e à responsabilidade socioambiental;
- utilização dos resultados da autoavaliação institucional, coordenada pela CPA, como subsídio para o planejamento estratégico, revisão dos PPCs e atualização do PDI;
- alinhamento permanente aos indicadores de qualidade definidos pelo Ministério da Educação e pelos processos de avaliação externa.

Governança e Responsabilidades

A implementação desta política será realizada de forma integrada entre os diversos órgãos acadêmicos e administrativos da Instituição, observadas as competências estabelecidas em seu Regimento Geral.

Compete à Direção Geral estabelecer as diretrizes estratégicas da política, aprovar os planos institucionais de melhoria, acompanhar os indicadores institucionais e assegurar os recursos necessários à implementação das ações de qualidade acadêmica.

À Comissão Própria de Avaliação (CPA) compete coordenar os processos de autoavaliação institucional, consolidar e analisar os indicadores institucionais, elaborar os relatórios anuais de avaliação e apresentar recomendações para o aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa.

Às Coordenações de Curso compete acompanhar o desempenho acadêmico dos cursos, analisar os indicadores de qualidade, propor ações de melhoria, acompanhar sua execução e promover a integração entre docentes, estudantes e demais setores institucionais.

Aos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) compete analisar os resultados acadêmicos, revisar periodicamente os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), propor atualizações curriculares e acompanhar a efetividade das ações voltadas à melhoria da formação dos estudantes.

Aos docentes compete desenvolver práticas pedagógicas inovadoras, acompanhar o processo de aprendizagem, participar das ações de avaliação institucional, contribuir para a melhoria dos indicadores acadêmicos e promover a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

À Secretaria Acadêmica compete produzir, organizar e disponibilizar os dados acadêmicos necessários ao acompanhamento dos indicadores institucionais e aos processos de avaliação e planejamento.

À Coordenadoria de Pesquisa e Extensão compete acompanhar os indicadores relacionados às atividades de pesquisa, inovação, extensão e responsabilidade social, promovendo sua integração com os objetivos institucionais.

Os demais órgãos colegiados e setores administrativos participarão do processo de implementação, acompanhamento e avaliação da política, de acordo com suas competências institucionais.

Planejamento, Monitoramento e Melhoria Contínua

A gestão da qualidade acadêmica observará o ciclo permanente de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento, adotando como referência a metodologia de melhoria contínua (PDCA – Planejar, Executar, Verificar e Agir).

Os resultados obtidos por meio dos processos de avaliação institucional serão incorporados ao planejamento estratégico da Instituição, orientando a definição de prioridades, metas, planos de ação e investimentos destinados ao fortalecimento da qualidade acadêmica.

Metas Institucionais

A Política Institucional da Qualidade Acadêmica orientará a definição e o acompanhamento de metas institucionais relacionadas, entre outras, aos seguintes aspectos:

- redução dos índices de evasão e retenção acadêmica;
- ampliação da permanência e do sucesso estudantil;

- elevação dos índices de satisfação dos estudantes, docentes e técnicos administrativos;
- melhoria do desempenho acadêmico e dos indicadores oficiais de qualidade;
- fortalecimento da produção científica, técnica, tecnológica e de inovação;
- ampliação da participação discente e docente em projetos de pesquisa, extensão e responsabilidade social;
- fortalecimento da empregabilidade e do acompanhamento de egressos;
- ampliação da oferta de bolsas e programas de apoio estudantil;
- fortalecimento das políticas institucionais de inclusão, acessibilidade e equidade;
- ampliação das ações de formação continuada e desenvolvimento profissional do corpo docente e técnico-administrativo.

Instrumentos de Avaliação e Gestão

O monitoramento da qualidade acadêmica será realizado por meio de instrumentos institucionais e indicadores oficiais, compreendendo, entre outros:

- processos de autoavaliação conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);
- avaliações institucionais internas;
- resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) e demais indicadores oficiais do MEC;
- pesquisas de satisfação da comunidade acadêmica;
- relatórios acadêmicos produzidos pela Secretaria Acadêmica;
- relatórios das Coordenações de Curso;
- relatórios dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE);
- indicadores de pesquisa, extensão, inovação e responsabilidade social;

- indicadores financeiros relacionados à sustentabilidade institucional;
- informações provenientes dos sistemas acadêmicos e administrativos;
- resultados dos processos de avaliação externa promovidos pelo INEP/MEC.

Monitoramento e Avaliação da Política

A Política Institucional da Qualidade Acadêmica e da Melhoria Contínua será monitorada e avaliada de forma permanente pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), em articulação com a Direção Geral, as Coordenações de Curso, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), os Colegiados de Curso e os demais setores institucionais.

A avaliação contemplará a análise dos indicadores acadêmicos e institucionais, dos resultados da autoavaliação institucional, das avaliações externas promovidas pelo INEP/MEC, dos indicadores oficiais da educação superior, da execução dos planos de melhoria e do alcance das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional.

Os resultados do processo de monitoramento serão consolidados em relatórios periódicos e utilizados como subsídio para a revisão das políticas institucionais, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e do planejamento estratégico da FAESP, assegurando o aperfeiçoamento contínuo da qualidade acadêmica, da gestão institucional e da prestação dos serviços educacionais, em conformidade com os princípios da melhoria contínua e da excelência na educação superior.

6.2.5 Comissão Permanente de Ética, Diversidade, Inclusão e Enfrentamento às Violências

Compete à Comissão Permanente de Ética, Diversidade, Inclusão e Enfrentamento às Violências acompanhar a implementação e a efetividade das políticas institucionais de igualdade de gênero, proteção e participação institucional; monitorar o cumprimento de suas diretrizes e ações; analisar os indicadores institucionais de acompanhamento relacionados à inclusão, igualdade de

oportunidades, prevenção ao assédio e à discriminação; propor medidas corretivas, preventivas e ações de melhoria contínua para o aperfeiçoamento das políticas institucionais; acompanhar as denúncias, manifestações e encaminhamentos recebidos pelos canais institucionais competentes, assegurando o sigilo, a imparcialidade e o respeito aos direitos das pessoas envolvidas; promover ações educativas e preventivas voltadas à cultura de paz, aos direitos humanos e ao respeito à diversidade; e elaborar relatórios periódicos destinados à gestão superior da FAESP, contendo a análise dos indicadores, a avaliação das ações desenvolvidas, os resultados alcançados e recomendações para o aprimoramento contínuo das políticas institucionais.

6.3 Política Institucional de Governança, Ética, Integridade, Transparência e Direitos Humanos

Política Institucional de Governança, Ética, Integridade, Transparência e Direitos Humanos

A Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) institui a Política Institucional de Governança, Ética, Integridade, Transparência e Direitos Humanos como instrumento orientador da gestão acadêmica e administrativa, fundamentada nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, ética, integridade, transparência, responsabilidade institucional, participação democrática, respeito aos direitos humanos, inclusão, equidade e melhoria contínua.

Essa política tem como finalidade fortalecer a governança institucional, assegurar a adoção de boas práticas de gestão, promover a transparência dos atos institucionais, incentivar a cultura da integridade e da responsabilidade pública, garantir o respeito à dignidade da pessoa humana e consolidar mecanismos permanentes de participação da comunidade acadêmica nos processos de planejamento, avaliação e tomada de decisões.

A operacionalização desta política ocorre por meio de um conjunto articulado de documentos normativos e instrumentos institucionais de governança, dentre os quais se destacam o Estatuto da FAESP, o Regimento Geral, o Código de Ética, o

Código de Conduta, o Regulamento da Ouvidoria, o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), a Política Institucional de Integridade, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), os regulamentos acadêmicos e administrativos, bem como outros atos normativos, políticas e procedimentos internos destinados à organização administrativa, à gestão de riscos, ao fortalecimento dos mecanismos de controle, à prevenção de conflitos de interesse e à promoção da integridade institucional.

Constituem princípios desta política:

- promoção da ética institucional como valor orientador das relações acadêmicas e administrativas;
- fortalecimento da integridade, da honestidade, da responsabilidade, da probidade e da conformidade administrativa;
- observância dos princípios da transparência, da publicidade, da prestação de contas e da accountability institucional;
- respeito aos direitos humanos, à dignidade da pessoa humana, à diversidade, à inclusão, à equidade e à igualdade de oportunidades;
- participação democrática da comunidade acadêmica nos processos institucionais, por meio dos órgãos colegiados, da Comissão Própria de Avaliação (CPA), da Ouvidoria, das coordenações acadêmicas, dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) e de outros mecanismos institucionais de representação e consulta;
- gestão baseada em evidências, utilizando indicadores institucionais, resultados da avaliação institucional, dados acadêmicos, administrativos e financeiros para subsidiar o planejamento, a tomada de decisões e o aperfeiçoamento institucional;
- fortalecimento da cultura de avaliação, monitoramento, gestão de riscos, conformidade e melhoria contínua dos processos institucionais;
- observância da legislação educacional vigente, das normas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), das diretrizes do Ministério da Educação (MEC), das orientações dos órgãos reguladores e dos normativos internos da Instituição.

A governança institucional da FAESP é desenvolvida de forma integrada entre a Direção Geral, os órgãos colegiados, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), a Ouvidoria, as coordenações acadêmicas, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), as comissões institucionais e os setores administrativos, assegurando a participação da comunidade acadêmica na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas institucionais.

Como instrumentos de governança, ética e integridade, a FAESP mantém permanentemente atualizados seus documentos institucionais, assegurando coerência entre as políticas acadêmicas e administrativas, os regulamentos internos, o planejamento estratégico, os processos de avaliação institucional e os mecanismos de controle e transparência.

A transparência institucional é promovida mediante ampla divulgação das informações acadêmicas e administrativas, dos atos normativos, resoluções, regulamentos, editais, decisões dos órgãos colegiados, indicadores institucionais, resultados da autoavaliação institucional, relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), prestação de contas e demais informações exigidas pelos órgãos reguladores, observando os princípios da publicidade, da proteção de dados pessoais, da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e da legislação vigente.

A gestão institucional adota mecanismos permanentes de controle interno, monitoramento e avaliação de desempenho, utilizando indicadores acadêmicos, administrativos, financeiros e institucionais para acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), subsidiar a tomada de decisões, identificar oportunidades de melhoria e fortalecer a eficiência, a eficácia, a efetividade e a sustentabilidade das ações institucionais.

A política reafirma, ainda, o compromisso institucional com a promoção dos direitos humanos, da igualdade de oportunidades, da cultura de paz, da prevenção de todas as formas de discriminação, violência e assédio, da valorização da diversidade, da inclusão social, da acessibilidade, da responsabilidade socioambiental e da formação cidadã, em consonância com a missão institucional e com os princípios éticos que orientam a atuação da FAESP.

O acompanhamento da implementação desta política será realizado pela Direção Geral, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), os órgãos

colegiados, a Ouvidoria e as demais instâncias institucionais competentes, por meio da análise periódica de indicadores relacionados à governança, ética, integridade, transparência, participação da comunidade acadêmica, efetividade dos mecanismos de controle, cumprimento das metas institucionais, gestão de riscos, conformidade administrativa, desempenho institucional e resultados da avaliação institucional.

Os resultados desse monitoramento serão consolidados em relatórios periódicos e utilizados para subsidiar o planejamento institucional, a revisão das políticas acadêmicas e administrativas, a atualização dos documentos normativos, o aperfeiçoamento dos processos de governança e a implementação de ações corretivas e preventivas, assegurando a melhoria contínua da gestão institucional, da qualidade acadêmica e da conformidade com os referenciais de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação e pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

6.4 Gestão das Parcerias e Convênios Institucionais

A Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) adota uma política institucional de gestão de parcerias e convênios orientada pelos princípios da legalidade, transparência, interesse público, cooperação interinstitucional, responsabilidade social e fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e desenvolvimento institucional.

A celebração de convênios e instrumentos congêneres tem por finalidade ampliar as oportunidades de formação acadêmica, produção científica, desenvolvimento tecnológico, inserção social, internacionalização, estágios, mobilidade acadêmica, qualificação profissional e desenvolvimento de projetos de interesse institucional e comunitário.

As parcerias poderão ser firmadas com instituições de ensino superior, centros de pesquisa, órgãos públicos, empresas, organizações da sociedade civil, instituições religiosas, organismos nacionais e internacionais, fundações, associações e demais entidades cujos objetivos sejam compatíveis com a missão institucional da FAESP.

A formalização dos convênios observará os procedimentos administrativos estabelecidos pela Instituição, compreendendo a análise da proposta, verificação de sua compatibilidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), avaliação da viabilidade técnica, acadêmica, jurídica e financeira, aprovação pelas instâncias competentes e assinatura dos respectivos instrumentos legais.

O acompanhamento dos convênios será realizado pelos setores responsáveis pela sua execução, em articulação com a Direção Geral, as Coordenações de Curso, a Coordenadoria de Pesquisa e Extensão e os demais órgãos competentes, mediante monitoramento periódico das atividades desenvolvidas, cumprimento das obrigações pactuadas, alcance dos objetivos propostos, execução dos planos de trabalho e avaliação dos resultados obtidos.

Sempre que necessário, serão elaborados relatórios de acompanhamento contendo informações sobre a execução das atividades, participação da comunidade acadêmica, produtos e resultados alcançados, impactos acadêmicos e sociais, dificuldades identificadas e propostas de aperfeiçoamento das parcerias.

O monitoramento da política de parcerias será realizado por meio de indicadores institucionais, dentre os quais destacam-se:

- número de convênios ativos;
- número de novos convênios celebrados anualmente;
- percentual de convênios efetivamente executados;
- número de estudantes, docentes e técnicos administrativos beneficiados;
- projetos de ensino, pesquisa, extensão e inovação desenvolvidos em parceria;
- produção científica, técnica e tecnológica decorrente dos convênios;
- programas de estágio, mobilidade acadêmica e intercâmbio realizados;
- impacto social das ações desenvolvidas em cooperação;
- nível de satisfação das instituições parceiras;
- percentual de metas previstas nos planos de trabalho efetivamente cumpridas.

Os resultados do acompanhamento serão analisados periodicamente pela gestão institucional e subsidiarão a revisão, renovação, ampliação ou encerramento dos

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

convênios, bem como o aperfeiçoamento da política institucional de cooperação e redes colaborativas, fortalecendo a inserção regional, nacional e internacional da FAESP e contribuindo para a melhoria contínua da qualidade acadêmica, da responsabilidade social e do desenvolvimento institucional.

7 INFRAESTRUTURA

A FAESP está localizada em uma área estratégica na Avenida Celso Garcia, 2.210, no bairro Belém, em São Paulo - SP. Desde 1º de janeiro de 2018, a instituição ocupa um prédio que foi cedido em regime de comodato por um período de cinco anos pela Igreja Evangélica Assembleia de Deus em São Paulo.

Essas instalações atendem a diversas exigências legais importantes, garantindo um ambiente adequado para o desenvolvimento educacional. A infraestrutura foi projetada para oferecer acesso fácil e seguro para todos, incluindo estacionamento, além de proporcionar espaço para a expansão da Faculdade. As áreas comuns foram cuidadosamente planejadas para facilitar o trânsito de docentes e discentes, equipadas com um auditório para eventos e aulas, e acessos apropriados que atendem às necessidades de portadores de deficiência, em conformidade com a legislação vigente.

Adicionalmente, a localização da FAESP é extremamente vantajosa, uma vez que está próxima à estação de metrô Belém e dispõe de várias linhas de ônibus que garantem um transporte público eficiente. Isso facilita o deslocamento dos estudantes e profissionais, assegurando que a comunidade acadêmica possa acessar as instalações de maneira prática e rápida.

7.1 Infraestrutura física

A infraestrutura administrativa da FAESP (Faculdade de Educação de São Paulo) é projetada para atender às necessidades de atividades acadêmicas e de

gestão, dispondo de diversos espaços que favorecem tanto o ensino quanto a administração eficiente da instituição, conforme quadro abaixo.

Tabela 17 - Quadro-resumo da infraestrutura física da FAESP

QTD.	INSTALAÇÃO	ÁREA
1º andar prédio anexo		
1	Sala de professores	28,13 m²
1	Sala de Aula 7	33,10 m²
1	Sala de Aula 6	17,01 m²
1	Brinquedoteca	13,16 m²
1	Sala com dois ambientes da Coordenação de Cursos	22,72 m²
2	Banheiro Masculino	1,21 m²
2	Banheiro Feminino	1,21 m²
1	Banheiro com Acessibilidade	1,80 m²
1	Sala NDE	22,72 m²
2º andar prédio anexo		
1	Laboratório de Informática	32,10 m²
1	Sala da CPA (Comissão Própria de Avaliação)	11,53 m²
4	Banheiro Masculino	1,21 m²
2	Banheiro Feminino	1,21 m²
1	Banheiro com Acessibilidade	1,80 m²
3º andar prédio anexo		
1	Sala de Aula 1	32,20 m²
1	Sala de Aula 2	30,52 m²
3	Banheiro Masculino	1,21 m²
2	Banheiro Feminino	1,21 m²
1	Banheiro com Acessibilidade	1,80 m²
4º andar prédio anexo		
1	Sala de Aula 3/4	33,10 m²
1	Sala de Aula 5	31,10 m²
1	Biblioteca	30,90 m²
1	Sala de Estudos	25,65 m²
3	Banheiro Masculino	1,21 m²
4	Banheiro Feminino	1,21 m²
1	Banheiro com Acessibilidade	1,80 m²
5º andar prédio anexo		
1	Sala Diretor de Honra	84,17 m²
1	Sala de Reuniões	34,06 m²
2	Banheiro Masculino	1,21 m²
2	Banheiro Feminino	1,21 m²
1	Banheiro com Acessibilidade	1,80 m²
1º andar prédio ADM		
1	Área de convivência	84,17 m²
1	Auditório Subsolo	268,43 m²
Térreo andar prédio ADM		
1	Auditório Pr José Wellington Bezerra da Costa	843,46 m²
1	Área da cafeteria	17,30 m²
1	Banheiro Masculino	29,03 m²
1	Banheiro Feminino	26,07 m²
1	Estoque de Livros de Extensão	26,44 m²
1	Secretaria de Cursos Livres	49,95 m²
1	Secretaria de Extensões	14,92 m²
1	Sala Diretor Executivo	39,12 m²
1	Sala Diretor Geral	53,55 m²

1	Sala Vice Diretor Geral	18,89 m²
1	Sala da Ouvidoria	5,92 m²
1	Sala Apoio ao Discente	10,94 m²
1	Sala Secretaria Acadêmica	22,45 m²
1	Sala do CAP	11,53 m²
1	Sala Administrativo e Financeiro	24,50 m²
1º andar prédio ADM		
1	Sala de Aula 8	97,28 m²
2º andar prédio ADM		
1	Auditório Irmã Lídia Dantas Costa	108,26 m²
1	Futuro Auditório	81,47 m²

Fonte: FAESP, 2025

7.1.1 Salas de aula

A instituição conta com um conjunto de sete salas de aula, que totalizam uma área de 274,21 m². Este conjunto inclui: uma sala de 17,01 m², uma sala de 30,52 m², uma sala de 31,10 m², uma sala de 32,10 m², duas salas de 33,10 m² e uma sala maior, com 97,28 m². Todas as salas são equipadas com carteiras no estilo universitário (com um braço), quadros brancos, televisores (smart tv), ar-condicionado, todas com isolamento acústico, proporcionando um ambiente confortável e funcional para o aprendizado.

7.1.2 Biblioteca

Os serviços da Biblioteca são dirigidos por um Bibliotecário e por auxiliares contratados pela entidade Mantida em função das necessidades dos serviços. A biblioteca funciona de acordo com seu regulamento próprio e é organizada segundo os princípios mais modernos de biblioteconomia, com recursos informatizados. Cabe a este setor, a divulgação dos trabalhos didáticos, culturais e demais publicações será promovida pela IES, de acordo com a indicação das Coordenações de Cursos. Ao responsável pela Biblioteca compete:

I. Realizar a gestão da informação, considerando livros, mídias digitais, vídeos e outros meios de informação acadêmica;
II. Coordenar os serviços da Biblioteca e dos seus funcionários;

III. Zelar pela conservação dos livros e de tudo quanto pertencer à Biblioteca;
IV. Organizar as listas de catálogos e fichários, segundo sistemas que estiverem em uso nas bibliotecas congêneres;
V. Propor ao Diretor Acadêmico a aquisição de obras e assinaturas de publicações periódicas, indicadas pelo Coordenador de Curso, procurando sempre completar as obras e coleções existentes, mediante consultas ao corpo docente;
VI. Organizar um catálogo anual de referência bibliográfica, remetendo-os aos membros do corpo docente;
VII. Prestar informações às Coordenações de Cursos e aos professores sobre as novas publicações feitas no país, juntamente com catálogos das principais livrarias sempre que possível e oportuno;
VIII. Expedir, no final do período letivo de cada exercício, um formulário impresso às Coordenações de Cursos, que facilite a indicação de obras e publicações necessárias às respectivas disciplinas que a Biblioteca ainda não possua, ou que deverão constar dos planos de ensino;
IX. Organizar e remeter ao Diretor Acadêmico os relatórios dos trabalhos da Biblioteca;
X. Responsabilizar-se pelo atendimento solicito e digno a todos os usuários da Biblioteca;
XI. Elaborar as estatísticas sobre a utilização, retiradas e frequência dos usuários à biblioteca, nos termos solicitados pelo Diretor Acadêmico.

A Biblioteca da Faculdade Evangélica de São Paulo – FAESP - ocupa uma área de 47,62 m2 com acesso compatível e possibilidade de circulação para consultas ao acervo, leitura individual e em grupo. Pessoal Técnico Especializado ao serviço da Biblioteca. O corpo técnico da Biblioteca é composto por um bibliotecário graduado em biblioteconomia inscrito no Conselho Federal de Bibliotecários, e, atualmente, um auxiliar administrativo, garantindo-se desta maneira a qualidade de pessoal para um satisfatório funcionamento deste setor essencial ao trabalho didático e pedagógico da instituição e visando também ao aumento da comunidade acadêmica.

a) ***Dados do responsável pela biblioteca***

Rafael Gomes Santos - Biblioteconomista pela Centro Universitário Assunção – diplomado em 2008. Número do CRB-8/9451

b) *Horário de funcionamento da Biblioteca*

- ✓ Segunda a Quinta-feira: Das 08h às 22h
- ✓ Sábado: Das 09h às 14h

A Biblioteca funciona sob a orientação técnica do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Colegiado de cada curso. Porém, no que concerne a sua direção administrativa e financeira ficará subordinada ao Diretor Geral da Faculdade. Do seu acervo O acervo da Biblioteca é constituído por livros, periódicos, filmes, revistas, vídeos, CDs, software aplicativos na área educacional, científica e tecnológica, dispositivos, transparências, mapas e outros recursos da tecnologia educacional.

Este acervo que contempla os cursos de bacharelado em Teologia e encontra-se expresso discriminadamente no quadro abaixo.

Tabela 18 - Descrição do acervo bibliográfico

ACERVO	Nº DE TÍTULOS	Nº DE EXEMPLARES
Analíticas	50	1500
Obras	2000	9500
Periódicos/revistas	5	10
Mapoteca	-	-
Terminais de consulta	-	4
Dados atuais em acervo – abril de 2020		
Observação: dados extraídos de relatórios gerados pelo sistema UNIMESTRE em 13/04/2020.		

Fonte: FAESP, 2025

Esse número apresentado que será gradativamente ampliado, sob proposta dos docentes, discentes, público em geral e também na sequência de abertura de novos cursos, tudo de acordo com o plano de expansão respectivo. Haverá uma ampliação do acervo da Biblioteca prevista para os próximos 3 anos, com a autorização dos novos cursos de graduação de licenciatura em Pedagogia.

Em resumo, o acervo da Biblioteca é constituído por livros, periódicos, revistas e recursos da tecnologia educacional. Ele está disponibilizado ao curso de graduação em Teologia - sendo aproximadamente 9.500 mil exemplares, (numa ordem de 4 a 6 volumes de cada título/livro constante da bibliografia indicada no projeto científico pedagógico).

c) Plano de expansão de acervo

Haverá uma ampliação do acervo da Biblioteca, com a autorização de novos cursos de graduação. Esse investimento se encontra atrelado ao andamento dos processos internos e mesmo junto ao INEP e prevê uma ampliação progressiva de acervo de 5% anual com orçamento pré-definido pela IES com o objetivo de estabelecer uma relação de 6 exemplares por título oferecido nas bibliografias do curso de bacharelado em Teologia e na licenciatura em Pedagogia após seu ato autorizativo.

d) Processo de aquisição (ampliação de acervo)

Compete à Coordenação de curso solicitar e acompanhar o processo de compra dos itens aprovados, observando-se:

a) As solicitações para compra serão encaminhadas via e-mail para a biblioteca, que verificará se o material solicitado já existe no acervo;

b) A Biblioteca deverá elaborar listagem de compra, utilizando-se o formulário de processo de compra e encaminhar ao setor financeiro e a direção geral, que

providenciará a aquisição observando os critérios de menor preço, prazo de pagamento e agilidade e pontualidade na entrega;

c) Informar ao solicitante (Coordenador), formalmente, sobre o andamento da aquisição;

d) Remeter as notas fiscais à Contabilidade para pagamento, após conferência e assinatura;

e) Para a coleção de periódicos, acompanhar sistematicamente e de forma contínua o recebimento dos fascículos, essencialmente sua periodicidade, com a observância de quem, neste caso, o controle está a cargo do bibliotecário da seção de periódicos.

No caso de doações remetidas sem solicitação, é fundamental uma análise do material recebido, integrando ao acervo somente o que interessa à Instituição, evitando exigências incompatíveis por parte dos doadores. Após o recebimento, formalizar o agradecimento através do formulário padrão de Agradecimento de doações.

e) Política de desbastamento de material

Desbastamento é o processo pelo qual se retira do acervo ativo, títulos e/ou exemplares, partes de coleções, quer para remanejamento ou para descarte. Deve ser um processo contínuo e sistemático para manter a qualidade da coleção. O desbastamento da coleção deverá ser feito de acordo com as necessidades, submetidas à apreciação do Coordenador do curso e da direção geral.

Descarte – Esse é o processo mediante o qual o material bibliográfico, após ser avaliado, é retirado da coleção ativa, possibilitando a economia de espaço e para isso adotam-se os seguintes critérios:

Inadequação: documentos cujos conteúdos não interessam à Faculdade, incorporados ao acervo anteriormente, sem uma seleção prévia e/ou escritas em línguas pouco acessíveis.

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

Desatualização: documentos cujos conteúdos já foram superados por novas edições. Entretanto, para aplicação deste critério, deve-se levar em consideração, principalmente, a área de conhecimento a que se refere a obra.

Condições Físicas (sujas, infectadas, deterioradas ou rasgadas): após rigorosa análise do conteúdo e relevância do documento, se for considerado de valor e não disponível no mercado para substituição, deverá ser recuperado. Quando houver possibilidade de substituição e o seu custo for inferior ao da recuperação, será feita a aquisição e o outro documento descartado.

Duplicatas: número excessivo de cópias de um mesmo título em relação à demanda.

f) Informatização e consulta de acervo

A biblioteca da FAESP possui todo seu acervo digitalizado e com consulta que pode ser feita em terminais disponibilizados no local. Através dos terminais podem ser feitas as renovações de empréstimo e consulta.

g) Tesouraria (Coordenação Financeira)

A Tesouraria assume o papel de coordenação financeira sendo conduzida por profissional qualificado, contratado pela Mantenedora em regime terceirizado. Compete ao setor:

I – Apresentar, para o exercício letivo, balanço das atividades financeiras da Faculdade;

II – Cooperar com o Diretor na elaboração da proposta orçamentária para exercício seguinte.

7.1.3 Laboratórios de Informática

O Laboratório, com finalidade e uso nas disciplinas gerais para pesquisa e trabalhos acadêmicos, disponível a todos os alunos da Faculdade conta com 32,10 m² sendo equipado com 20 modernos microcomputadores interconectados via rede, contendo softwares e aplicativos atualizados, visando garantir aos alunos infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades acadêmicas. O Laboratório de Informática, disponibiliza para os alunos o acesso à Internet, visando garantir-lhes a expansão dos canais de informação e pesquisa, uma vez que eles estarão conectados a uma rede de informações e de oportunidades de serviços.

7.1.4 Recursos tecnológicos e audiovisual

A FAESP tem adquirido e implantado recursos tecnológicos avançados que visam aprimorar a experiência de ensino e aprendizagem, proporcionando um ambiente moderno e conectado. Os investimentos em tecnologia são visíveis em todas as salas de aula, auditórios, e espaços de reuniões, culminando em um suporte robusto para a atividade acadêmica. Abaixo, apresentamos uma visão detalhada dos recursos disponíveis:

- ✓ Salas de Aula Equipadas com Tecnologia de Ponta
- ✓ Smart TVs: Todas as salas de aula são equipadas com smart TVs, adaptadas às dimensões e necessidades específicas de cada espaço. Essa tecnologia permite uma interação mais dinâmica e visual, tornando as aulas mais cativantes.
- ✓ Sistema de Som:
- ✓ Sistema de Som Móvel: Para salas menores, a FAESP disponibiliza um sistema de som móvel, incluindo microfones portáteis, garantindo que a voz do professor chegue claramente a todos os alunos.
- ✓ Sistema de Som Completo: As salas de aula maiores e os auditórios contam com um sistema de som completo. O maior auditório está preparado para acomodar até 1.000 participantes, equipado com um sistema de som de alta qualidade que garante uma audição perfeita em todo o espaço.
- ✓ Telão de LED: O auditório maior também está equipado com um telão de LED, que proporciona apresentações visuais impactantes, melhorando a absorção do conteúdo apresentado.

- ✓ Gravações e Aulas online

A FAESP implantou um moderno sistema de gravação de videoaulas e minicursos, com equipamentos de alta definição que permitem a criação de conteúdo audiovisual de qualidade profissional. Esse recurso não só facilita a revisão de aulas pelos alunos, mas também possibilita a disponibilização de cursos online, expandindo o acesso à educação.

1 - Conectividade e Acesso à Informação

- ✓ Wi-Fi em Todo o Campus: Todos os andares e corredores da FAESP oferecem acesso Wi-Fi gratuito, garantindo que alunos e professores possam se conectar à Internet a qualquer momento e em qualquer lugar dentro da instituição.
- ✓ Sistema de Gestão Educacional: A FAESP utiliza um sistema de gestão educacional completo que integra todas as áreas de funcionamento da instituição. Esse sistema facilita a administração acadêmica, permitindo uma gestão eficiente de informações e processos.
- ✓ Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): A instituição possui uma plataforma para aulas e cursos online, proporcionando um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que permite aos alunos acessarem conteúdos, interagirem com colegas e professores e participarem de atividades de aprendizagem de maneira flexível e acessível.

2 - Interação Integrada

A interação entre alunos, secretaria e coordenação é sistematizada por meio de um sistema operacional disponível em PCs, notebooks e smartphones. Essa abordagem integrada simplifica a comunicação e o fluxo de informações, permitindo que os alunos tenham acesso imediato aos serviços e informações necessárias.

3 - Recursos para Docentes

Para apoiar os docentes em suas atividades, a FAESP disponibiliza de dois notebooks para empréstimo, proporcionando a flexibilidade necessária para que os professores possam realizar suas atividades em diferentes locais da instituição, seja em sala de aula ou quando estiverem elaborando conteúdos em ambientes colaborativos.

Os investimentos da FAESP em recursos tecnológicos e audiovisuais destacam seu comprometimento com a inovação educacional e a qualidade do ensino. Com uma infraestrutura moderna e conectada, a faculdade não apenas melhora a experiência de aprendizado dos alunos, mas também empodera os docentes a utilizarem as ferramentas mais avançadas disponíveis no mercado, preparando assim uma nova geração para os desafios do futuro.

7.1.5 Outras dependências

Além das salas de aula, a FAESP disponibiliza uma sala de professores com 28,13 m², a qual é equipada com armários individuais para cada docente, uma mesa de reunião com capacidade para oito cadeiras, três sofás (dois de três lugares e um de um lugar), ar-condicionado, um computador com acesso à Internet e Wi-Fi dedicado, além de uma baia para estudo com cinco lugares. No mesmo andar, encontra-se uma sala com dois ambientes, destinada à coordenação de cursos, com uma área total de 22,72 m².

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) dispõe de um espaço de 11,53 m² reservado para a realização de avaliações internas e processos de qualidade, reforçando o compromisso da FAESP com a excelência acadêmica. Para atender às demandas administrativas, a instituição conta com três salas específicas: uma para a secretaria de extensões, com 14,92 m²; uma para a secretaria de cursos livres, com 49,95 m²; e uma sala para a secretaria acadêmica, com 22,45 m². Adicionalmente, há uma sala de 10,94 m² dedicada ao atendimento dos alunos e a questões administrativas.

A tesouraria da FAESP é localizada em uma sala de 24,5 m², oferecendo um espaço adequado para a gestão financeira da instituição. A diretoria da FAESP é composta por quatro salas, sendo: uma sala para o diretor geral, com 53,55 m²; uma sala para o vice-diretor geral, com 18,89 m²; uma sala para o diretor de honra, com 84,17 m²; e uma sala para o diretor executivo, com 39,12 m². Para facilitar a tomada de decisões estratégicas, a diretoria também dispõe de uma sala de reuniões de 34,06 m², onde a alta administração se reúne para discutir e planejar as diretrizes da instituição.

A infraestrutura da FAESP também contempla a necessidade de higienização e conforto, oferecendo um total de 33 sanitários (sendo 15 masculinos, 13 femininos e 5 de deficiêntes) disponíveis para os alunos, além de 3 sanitários para os funcionários. Essa estrutura reflete o compromisso da FAESP em proporcionar um ambiente educacional adequado e acessível para toda a comunidade acadêmica.

7.1.6 Serviços de Alimentação e Boas Práticas

Nos espaços de alimentação e convivência da FAESP, quando disponíveis, a Instituição adota e incentiva a observância das boas práticas de higiene, armazenamento, preparo, conservação e manipulação de alimentos, em conformidade com as normas sanitárias aplicáveis, visando à proteção da saúde e ao bem-estar da comunidade acadêmica. Esses ambientes são organizados para oferecer condições adequadas de acessibilidade, garantindo sua utilização por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em consonância com a política institucional de inclusão. A FAESP promove, ainda, ações de incentivo à alimentação saudável e à educação alimentar e nutricional, estimulando hábitos alimentares equilibrados e a adoção de práticas que contribuam para a qualidade de vida. Como parte de sua política de responsabilidade socioambiental, a Instituição incentiva a coleta seletiva de resíduos, a correta destinação dos resíduos recicláveis e orgânicos, a redução do desperdício de alimentos e o consumo consciente, promovendo práticas sustentáveis nos espaços de convivência e alimentação, sempre que tais ambientes estiverem disponíveis.

7.2 Plano de promoção de acessibilidade

A FAESP, dispõe desde o ano de 2019, de uma infraestrutura física adaptada para o atendimento previsto na Lei nº 10.098/2000 e na Portaria do MEC nº 1.679/1999, a fim de facilitar o acesso dos alunos portadores de necessidades especiais, a fim de propiciar condições de crescente conforto e inclusão. Entendemos que não se trata somente de propiciar facilitadores ao acesso de suas instalações físicas, mas sim de promover uma inserção plena dos portadores de necessidades especiais no universo educacional.

Para atender essa demanda a FAESP criou a Comissão Interna de Inclusão e Acessibilidade (CIIA) que se reúne regularmente para avaliar as necessidades e adaptações pertinentes ao processo de inclusão tanto de pessoas com necessidades especiais quanto de grupos étnicos contemplados por políticas afirmativas. Tendo sido criada em 2015 a comissão promoveu as seguintes políticas internas de acessibilidade:

a) Funcionamento regular de elevadores para acesso de alunos aos pisos onde se desenvolvem atividades discentes (2019);

b) Implantação do curso regular de LIBRAS para funcionários da IES (2021.1);

c) Instalação de piso tátil para portadores de necessidades especiais (previsto para 2021.1)

d) Instalação de placas em braile de indicação de locais internos (previsto para 2021.1)

e) Contratação de tradutor intérprete de LIBRAS para acompanhamento de aluno deficiente auditivo do curso de bacharelado em Teologia e atendimentos gerais (2021.1)

f) Dentro do programa de produção material didático (previsto para 2022.1), existe a proposta de criação de oficinas de áudio livros para atender deficientes visuais e alunos com problemas de DTAH, tanto internos da instituição quanto da comunidade;

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

A CIIA e o centro de Apoio Psicopedagógico são responsáveis pela triagem inicial do PNE e do encaminhamento de especificidades à direção da IES que possui um prazo de 30 dias para responder as demandas apresentadas.

Com intuito de realizar um trabalho de acompanhamento dos alunos portadores de necessidades especiais, no intuito de propiciar um bom desempenho no processo de ensino- aprendizagem, assim como sua total e completa adaptação à FAESP, as ações tem por base, quando não a espontânea manifestação do estudante ou de seu responsável, a avaliação dos docentes e dos coordenadores de curso, que buscarão as melhores soluções possíveis para cada caso.

A infraestrutura que contempla a acessibilidade da IES hoje é resultado da parceria entre a Comissão Interna de Inclusão e Acessibilidade, do Centro de Apoio Psicopedagógico e da direção da IES que nos permite, hoje, a seguinte configuração:

a) todas as salas de aula são acessíveis a portadores de necessidades especiais (cadeirantes);

b) todos os banheiros de uso comum dos alunos com adaptação para cadeirante;

c) piso tátil em fase de instalação nas áreas comuns;

d) sinalização em braile em fase de instalação.

A IES dispõe hoje de um tradutor de LIBRAS que atende a um dos alunos portadores de deficiência auditiva nos períodos de aula. Além disso, oferece um curso de LIBRAS regularmente para o corpo técnico administrativo da faculdade a fim de permitir a comunicação e o atendimento não só de alunos como de pessoas externas à IES portadoras dessa necessidade especial.

Quanto a infraestrutura, a FAESP dispõe de um projeto de acessibilidade de acordo com as normas NBR 9050/2004 e NBR 13994/2000 aplicado a sua infraestrutura (em anexo 002) assinado pela arquiteta Marina de Albuquerque Silva – Reg. CAU – A178814-0. Nesse documento, está prevista infraestrutura de acessibilidade arquitetônica à portadores de algum tipo de restrição de mobilidade como cadeirantes. Para isso, a IES oferece um espaço em constante adaptação dispondo de:

a. Rampas de acesso

b. Piso táctil

c. Placa com sinalização em braile

d. Sanitário adaptados

e. Bebedouros adaptados

f. Espaços que atendem aos padrões da NBR 9050/2004 e NBR 13994/2000

g. Sinalização sonora

h. Sinalização de áreas adaptadas e recursos O projeto em anexo encontra-se em constante aprimoramento em decorrência das demandas da CIIA e adequando-se de acordo com o aumento de alunos inscritos.

A FAESP assegurará condições institucionais de acessibilidade física, pedagógica, comunicacional e tecnológica às atividades de pesquisa, extensão e futura pós-graduação stricto sensu, promovendo inclusão acadêmica e participação equitativa da comunidade universitária.

As políticas institucionais de acessibilidade contemplarão:

• acessibilidade aos espaços de pesquisa e estudo;

• adequação de auditórios e ambientes acadêmicos;

• acessibilidade à biblioteca física e digital;

• recursos tecnológicos assistivos;

• acessibilidade comunicacional em eventos científicos;

• plataformas digitais acessíveis;

• adequação de materiais didático-pedagógicos;

• inclusão de pessoas com deficiência nas atividades acadêmicas e científicas;

• promoção de condições de participação plena nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A instituição buscará garantir que as atividades vinculadas à futura pós-graduação stricto sensu observem os princípios da inclusão, acessibilidade e democratização do acesso ao conhecimento científico.

7.3 Cronograma de expansão de infraestrutura

O cronograma de implantação de cursos contempla a manutenção das vagas nos cursos de bacharelado em Teologia e demais cursos a serem propostos. Dentro de uma política de democratização do conhecimento e encurtamento das distâncias para o ensino mediante o uso de tecnologias, a FAESP pretende introduzir a oferta do curso de bacharelado em Teologia modalidade EaD a partir de 2021. Ainda que, a princípio, esse curso seja oferecido em caráter de curso de extensão como vários pequenos cursos. Isso permitiria a instituição desenvolver material e tecnologia que possibilitarão o processo de autorização a ser feito junto ao Mec para que o mesmo possua reconhecimento como Curso Superior.

No que se refere aos aspectos estruturais e de programas de ação da IES, o cronograma que se coloca é o seguinte:

Tabela 19 - Cronograma de expansão estrutural da instituição

AÇÕES	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Ampliação do número de salas de aula[1]	2	1	2	1	2	1	2
Ampliação de acervo bibliográfico[2]	X	X	X	X	X	X	
Ampliação determinais de computadores no laboratório[3]	X	X	X				
Ampliação de recursos de acessibilidade[4]	X	X	X	X			
Criação/manutenção do programa de nivelamento em Língua Portuguesa[5]	X	X	X	X	X	X	X
Criação da revista acadêmica da FAESP[6]				X	X	X	X
Ampliação de infraestrutura de convivência interna[7]					X	X	
Alteração de layout da biblioteca/obra de ampliação		X	X				
Criação de programa de pós em Pedagogia			X	X	X	X	
Oferta de cursos de Teologia em EaD – criação do núcleo de ensino à distância da FAESP			X	X	X	X	
Desenvolvimento de material didático próprio para uso em sistemas de ensino presenciais e à distância.			X	X	X	X	

Observações: A ampliação de sala se dará na medida da ampliação dos cursos oferecidos e dos cursos que serão solicitados ao MEC para começarem em 2022. A atual oferta de salas atende satisfatoriamente todos os cursos em oferta.

1. A previsão para expansão inicial do acervo gira em torno de 100% ao final da vigência do PDI atual (2023) e os percentuais serão distribuídos na medida que a oferta de curso exigir.
2. A expansão se dará no percentual de 20 alunos por terminal atendendo o aumento de demanda da IES de acordo com o ingresso dos alunos nos cursos existentes e nos de oferta prevista.
3. Entendemos que adequar a instituição às políticas de inclusão é uma necessidade constante dessa forma, a FAESP dispõe, desde 2019, de uma comissão permanente de inclusão que avalia as medidas necessárias para tornar a instituição mais includente. Essa comissão se

reúne duas vezes por ano para avaliar as medidas e o grau de inclusão da IES tanto de portadores de necessidades especiais quanto de grupos étnicos contemplados por políticas afirmativas inclusivas. Dentro das ações, foram operacionalizados elevadores, rampas de acesso, curso de capacitação em LIBRAS para funcionários e professores e se encontra previsto para a próximas medidas (2017-18) a instalação de piso tátil e placas em braile de sinalização interna. Haverá a retomada dos cursos de nivelamento, mas dessa vez integrado com as atividades em EaD permitindo a integração de novas tecnologias no trabalho de suporte aos ingressantes. O objetivo da revista é estimular a produção acadêmica discente e docente com a publicação de artigos desenvolvidos em pesquisa de trabalho de conclusão de curso. Essa etapa se divide em duas partes e a segunda parte visa a contemplação da expansão decorrente da oferta dos novos cursos.

Fonte: FAESP, 2025

O cronograma de expansão de infraestrutura articula-se diretamente com o Plano de Expansão e Consolidação da Graduação (item 3.2), assegurando que cada ampliação estrutural acompanhe a abertura de novos cursos e/ou a implantação de novos polos de apoio presencial.

7.4 Polos de apoio presencial (após a credenciamento)

Uma vez autorizada a oferta dos cursos de EaD pela FAESP está previsto nos polos de apoio presencial credenciados pela a faculdade infraestrutura necessária aos atendimentos aos alunos conforme legislação, possuindo infraestrutura mínima conforme listado a seguir:

a. Sala para tutoria;
b. Laboratório de ensino/aprendizagem;
c. Sala do Professor Mediador
d. Sala de Coworking
e. Laboratório Profissional
f. Sala do Projeto de extensão
g. Recepção e outros
h.

7.5 Gestão Ambiental e Consumo Sustentável

A FAESP adota práticas de gestão ambiental orientadas pelos princípios da sustentabilidade, da responsabilidade socioambiental e do consumo consciente,

promovendo ações permanentes voltadas à redução do desperdício de alimentos, ao uso racional dos recursos naturais e à minimização dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades institucionais.

Entre as ações desenvolvidas destacam-se o incentivo à redução do desperdício de alimentos em eventos e atividades institucionais; a promoção, quando tecnicamente viável, de práticas de compostagem para o tratamento e reaproveitamento de resíduos orgânicos; a destinação ambientalmente adequada dos resíduos orgânicos e recicláveis, em conformidade com a legislação vigente; a implantação e o incentivo à coleta seletiva e à reciclagem de materiais; e a realização de campanhas educativas de conscientização ambiental voltadas à comunidade acadêmica, abordando temas como sustentabilidade, consumo responsável, gestão de resíduos, economia circular, preservação ambiental e combate ao desperdício de alimentos.

A efetividade dessas ações é acompanhada por meio de indicadores ambientais, tais como o número de campanhas educativas realizadas, a participação da comunidade acadêmica nas ações de educação ambiental, o volume de resíduos destinados à reciclagem, a quantidade de resíduos orgânicos encaminhados para compostagem ou destinação ambientalmente adequada, as ações de redução do desperdício de alimentos implementadas e as parcerias estabelecidas para gestão de resíduos e sustentabilidade. Esses indicadores são monitorados periodicamente pelos setores responsáveis, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), subsidiando a avaliação institucional, o planejamento das ações de melhoria contínua e o fortalecimento da Política Institucional de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental.

8 PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O processo de Planejamento, Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional da Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) constitui instrumento permanente de gestão estratégica, orientado pelos princípios da

qualidade acadêmica, da transparência, da responsabilidade social, da melhoria contínua e da participação da comunidade acadêmica.

O Plano de Avaliação Institucional foi concebido com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões acadêmicas e administrativas, promovendo o autoconhecimento institucional e o aperfeiçoamento contínuo das políticas, programas, processos e serviços ofertados pela Instituição.

A Avaliação Institucional é compreendida como um processo sistemático, participativo e contínuo de diagnóstico, monitoramento e aperfeiçoamento da gestão acadêmica e administrativa, permitindo identificar potencialidades, fragilidades e oportunidades de melhoria, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e os instrumentos de avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O processo avaliativo busca consolidar uma cultura institucional de avaliação baseada em evidências, orientada por indicadores de desempenho acadêmico, administrativo e financeiro, permitindo que os resultados obtidos subsidiem o planejamento institucional, a definição de metas, a alocação de recursos e a revisão periódica das políticas institucionais.

O Plano de Avaliação contempla princípios, procedimentos e critérios de avaliação das dimensões institucionais, abrangendo, entre outros aspectos:

- planejamento e gestão institucional;
- políticas acadêmicas;
- políticas de ensino, pesquisa, extensão e inovação;
- responsabilidade social;
- atendimento aos estudantes;
- desenvolvimento de pessoas;
- infraestrutura;
- sustentabilidade financeira;
- resultados acadêmicos e institucionais.

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

A avaliação institucional desenvolve-se de forma articulada em duas dimensões complementares:

a) processo de autoavaliação institucional, coordenado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), com ampla participação da comunidade acadêmica, incluindo estudantes, docentes, técnicos administrativos, egressos e representantes da sociedade civil;

b) processo de avaliação externa, realizado pelos órgãos competentes do Ministério da Educação, considerando os instrumentos do INEP, os indicadores oficiais da educação superior, os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), quando aplicável, o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Índice Geral de Cursos (IGC) e demais avaliações pertinentes.

O processo de avaliação institucional é composto por etapas de planejamento, coleta de dados, análise, elaboração de relatórios, devolutiva à comunidade acadêmica, elaboração de planos de melhoria, acompanhamento da execução das ações e reavaliação dos resultados, garantindo o ciclo permanente de melhoria contínua.

Como estratégia de fortalecimento da cultura avaliativa, a FAESP promove ampla divulgação dos resultados da autoavaliação institucional e incentiva a participação efetiva da comunidade acadêmica, assegurando transparência, corresponsabilidade e compromisso com a qualidade institucional.

Além da participação da comunidade acadêmica, a Instituição incorpora, progressivamente, a contribuição de empregadores, organizações parceiras, conselhos profissionais, egressos e representantes da sociedade, fortalecendo a avaliação da relevância social da formação ofertada e da inserção profissional dos seus egressos.

O acompanhamento do desenvolvimento institucional é realizado por meio de indicadores acadêmicos e de gestão que permitem monitorar a qualidade da educação superior ofertada e subsidiar a tomada de decisões. Entre os principais indicadores institucionais destacam-se: desempenho acadêmico dos estudantes; taxas de ingresso, permanência, evasão, retenção e conclusão dos cursos; satisfação discente; resultados da autoavaliação institucional conduzida pela CPA; desempenho dos cursos nas avaliações externas do INEP/MEC, incluindo os resultados do ENADE,

quando aplicável, bem como os indicadores oficiais de qualidade, como CPC e IGC; acompanhamento da inserção profissional dos egressos; produção acadêmica; impacto das ações de ensino, pesquisa e extensão; e efetividade das políticas institucionais de inclusão e permanência estudantil. Esses indicadores são monitorados periodicamente, analisados pelos órgãos colegiados e pela gestão institucional e utilizados para subsidiar o planejamento estratégico, a revisão das políticas acadêmicas, a atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e a implementação de ações voltadas à melhoria contínua da qualidade acadêmica e institucional.

Os resultados obtidos são utilizados como referência para a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional, dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, das políticas institucionais e do planejamento estratégico da FAESP, fortalecendo o compromisso institucional com a excelência acadêmica, a gestão baseada em evidências e a melhoria contínua dos processos de ensino, pesquisa, extensão e responsabilidade social.

8.1 Objetivos e Metas para auto avaliação institucional

Geral

Acompanhar e aperfeiçoar o projeto pedagógico institucional, promovendo a permanente melhoria e pertinência das atividades relacionadas a ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Específicos

a) Refletir sobre a Instituição na sua globalidade, identificando caminhos para a melhoria do processo educativo;

b) Promover a autoavaliação de cada curso com a participação de todos os atores envolvidos;

c) Revisar a matriz curricular dos cursos superiores, os programas, as ementas das disciplinas e sua bibliografia, com o propósito de aperfeiçoá-los e adequá-los às diretrizes emanadas do Conselho Nacional de Educação;

d) Avaliar o desempenho docente como forma de aperfeiçoar as ações pedagógicas;

e) Rever periodicamente a definição do perfil dos egressos dos cursos, para adaptá-lo às exigências do mercado de trabalho, à evolução do processo educacional e às determinações do MEC;

f) Aprimorar o sistema de avaliação do rendimento escolar;

g) Avaliar a inserção dos egressos de seus cursos no mercado de trabalho;

h) Rever periodicamente os cursos de educação continuada que promove para atender as necessidades regionais;

i) Avaliar o desempenho da gestão acadêmica e da gestão administrativa institucional.

8.2 Justificativa

O processo de Avaliação Institucional nasce da necessidade de a IES incorporar no dia a dia da Instituição, uma cultura de avaliação que auxilie o processo de melhorias de serviços e democratize as práticas de gestão com subsídios extraídos desses relatórios. Tanto a Direção da Faculdade, como professores e alunos devem colaborar ativamente com as atividades de avaliação, de maneira a tornar o processo participativo, coletivo, autônomo, livre de ameaças, crítico e transformador dos sujeitos envolvidos e da Instituição. Professores, alunos, funcionários administrativos, constituem em nossa concepção a tríade de um processo, respondendo questionários, registrando os aspectos positivos e negativos da Instituição, assim como de seus cursos, discutindo em grupo os problemas de ensino e também dando sugestões sobre as mudanças que devem ser introduzidas no ensino e na Instituição como um todo.

8.3 Processo metodológico

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

Considerando a complexidade e o impacto decorrente da avaliação no contexto institucional, optou-se pela abordagem participativa para assegurar o compromisso de todos os segmentos da Instituição com as mudanças impostas pelos resultados obtidos.

8.3.1 Etapas do Processo de Avaliação

1ª Etapa – Sensibilização

Diversos seminários, reuniões de grupo, estudos de caso, palestras de especialistas externos, sessões de brainstorming realizadas com o objetivo de sensibilizar os coordenadores, professores, alunos e funcionários técnico-administrativos da Instituição sobre a importância e a necessidade da avaliação como instrumento de melhoria.

Essas atividades são conduzidas por líderes de grupo, que são selecionados a partir de suas habilidades para conduzir reuniões. Eles planejam cada atividade e são responsáveis pela sua condução. Além de estimular a participação através do questionamento dos membros do grupo, devem encorajar todos a ouvirem com atenção, a resumirem o que está sendo discutido e a focar a discussão no sentido de encontrar soluções criativas para os problemas. Nessa etapa, eventualmente, são trazidos especialistas de outras instituições para relatarem suas experiências.

2ª Etapa – Diagnóstico

Esta etapa é da maior importância por ser ela a que descreve a situação atual da Instituição a partir do cadastro e das opiniões da comunidade. A partir daí, é desenhado o modelo de formulário de coleta para se aplicar à comunidade acadêmica.

3ª Etapa – Autoavaliação

Trata-se esta etapa de um processo especialmente desenhado para identificar as necessidades da Instituição. É um processo no qual os participantes adquirem o conhecimento do propósito da mudança que deve ser introduzida como resultado da análise feita dos pontos positivos e negativos do curso/instituição (Kells, 1995). Este

processo é realizado num clima de confiança, ética, incentivo e liderança. Esta etapa é realizada por meio de mecanismos, tais como: coleta de dados, análise das tendências, questionários, entrevistas, trabalho de grupo, visita de especialistas. Todos os dados são inter-relacionados com a finalidade de produzir explicações que tenham força para provocar mudanças no curso e na Instituição. Com base nas variáveis levantadas por meio das dimensões, será feita uma análise dos aspectos positivos e negativos da Instituição. É o confronto entre a situação existente e a ideal que orienta a avaliação para o início de um processo de melhoria da qualidade do ensino e o melhor desempenho do curso.

O relatório que é elaborado ao final desta etapa levanta questões, estimula a discussão e informa os avaliadores externos sobre os tópicos mais importantes da auto avaliação. É o relatório da auto avaliação que serve de base para a etapa da avaliação externa e que traz as sugestões de planejamento para as mudanças desejadas para os próximos dois ou três anos. Ele, também, sugere as estratégias necessárias, o papel dos responsáveis pelas mudanças, o cronograma e os mecanismos a serem utilizados para garantir que ocorram com mais rapidez.

4ª Etapa – Avaliação Externa

O relatório da autoavaliação servir de base para os avaliadores externos, sob a coordenação de uma consultoria especializada a ser contratada pela Instituição, para validarem o julgamento do processo anterior ou para fazerem ajustes nas suas conclusões. Os avaliadores externos são especialistas de outras universidades, empregadores, ex-alunos e representantes de associações da área do curso.

O grupo de visitadores externos permanecem dois ou três dias lendo o relatório da autoavaliação. Depois entrevistam o coordenador, professores, alunos e funcionários (selecionados aleatoriamente), e depois, em reunião conjunta com estes, fazem uma discussão baseada nos pontos positivos e negativos identificados, dando sugestões que podem (ou não) ser incorporadas para melhorar o desempenho da Instituição.

5ª Etapa – Reavaliação

Nesta etapa, é realizada uma discussão para confrontar os resultados da autoavaliação com os resultados da avaliação externa e elaborar o relatório final da avaliação.

Os resultados da avaliação são fornecidos à Direção Geral, aos órgãos colegiados e aos interessados (coordenador do curso, professores e alunos, etc), com o objetivo de comparar a situação existente com a situação ideal desejada. Os resultados contribuem assim para a tomada de decisões sobre mudanças que devem ser introduzidas com o fim de se obter a melhoria desejada.

Quando todos os cursos tiverem sido avaliados e a avaliação global da Instituição estiver concluída, um Relatório da Instituição é elaborado e publicado.

8.4 Dimensões da autoavaliação institucional

O processo de avaliação da Faculdade Evangélica de São Paulo está estruturado em quatro dimensões que contemplam o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão institucional, preservando assim os eixos em que se desenvolvem as suas principais atividades.

De outra parte, assim procedendo, também permite análises comparativas entre os resultados da autoavaliação e aqueles que venham a obter em avaliações promovidas pelo MEC, a exemplo da Avaliação das Condições de Ensino. Cada uma das dimensões a serem avaliadas reúne um conjunto de elementos de julgamento associados a indicadores que preservam similitude com as definições estabelecidas no sistema de avaliação do MEC.

8.5 Missão e plano de desenvolvimento institucional

A FAESP tem como missão “Promover a prática pedagógica vivencial com a ética, cidadania, valorizando-se as liberdades e dos direitos fundamentais fazendo com que se deixe somente o discurso e se coloque em prática todos os dias a paz social, a justiça social e o desenvolvimento humano” e os objetivos do PDI são

desenhados no sentido de manter a integridade e o respeito à missão institucional. Dessa forma, atuamos com o curso de Licenciatura em Pedagogia que procuram formar profissionais imbuídos de ética e cidadania que lhes permitam atuar como agentes de modificação social tanto em espaços escolares quanto não-escolares. Essa é a visão da FAESP como instituição educadora já nas bases do processo educacional humano. De outro lado, o curso de bacharelado em Teologia forma profissionais preparados para atuarem junto às comunidades no intuito de promover a paz e o senso de justiça social. É importante ressaltar que, a orientação cristã da instituição não a distância das demandas regionais nem cria qualquer forma de exclusão. Muito pelo contrário, a diversidade de crenças em suas atividades internas e externas é a marca de um trabalho que visa a aceitação do próximo de forma incondicional e respeitosa às individualidades.

Sendo assim, a FAESP, considerando a educação como uma grandeza absoluta e um dos elementos fundamentais do desenvolvimento humano, considera essa atividade educacional formativa um compromisso seu com a preparação de cidadãos críticos empreendedores, criativos e reflexivos, tecnicamente competentes na sua área de atuação, pessoas capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável, levando o conhecimento e a cultura a todos e proporcionando o gozo pleno das conquistas da pós-modernidade e da dignidade da pessoa humana.

A busca da excelência do ensino constitui-se numa diretriz basilar para permitir a implantação de propostas educacionais arrojadas, e para enfrentar a amplitude e a diversidade da demanda de profissionais especializados no município de São Paulo.

As metas apresentadas no Plano de Desenvolvimento institucional da FAESP podem ser definidas da seguinte forma:

a) Ampliação funcional da Faculdade, com a implementação efetiva de todas as suas infraestruturas técnicas, administrativas e pedagógicas, incluindo docentes e funcionários técnico-administrativo que se façam necessários ao fluxo de ampliação de oferta de cursos e atividades.

b) Implantação efetiva dos cursos de Filosofia, História e Psicologia.

c) consolidação da IES como polo formador de profissionais de ensino e propagador de cultura e filosofia.

d) consolidação da cultura de EaD como ferramenta difusora do conhecimento e tecnologia.

A operacionalização dessas metas se dará através da implantação de projetos e desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão relacionadas aos cursos ministrados pela Faculdade. Pretende-se ainda estabelecer parcerias e convênios com outras IES nacionais e estrangeiras a nível Técnico e financeiro, pedagógico visando a troca de experiência, capacitação de docentes e pessoal técnico-administrativo etc. Quanto à parte física, será promovida uma adequação permanente da infraestrutura, inclusive tecnológica e humana para atender as demandas crescentes, obedecidos sempre aos critérios de qualidade, na proporção do desenvolvimento dos projetos pedagógicos da Faculdade.

Estamos em fase de implantação e criação de novos setores e serviços visando operacionalizar da melhor maneira os objetivos propostos. Entre eles, o aprimoramento do sistema de avaliação institucional contínua e permanente, através da CPA, independentemente da avaliação Externa do INEP/MEC.

O desenvolvimento de ferramentas de mensuração da eficácia dos processos adotados e da receptividade destes no usuário final (aluno e comunidade do entorno) é uma das prioridades da FAESP, pois assim, podemos construir a melhoria dos serviços oferecidos pela IES, a sua maior eficácia no seu processo de inserção social e garantir um processo transparente e democrático de respeito e consolidação dos valores humanos.

8.6 Processo de avaliação interna – CPA

A FAESP dispõe de uma CPA – Comissão Própria de Avaliação nomeada por portaria e renovada em períodos bienais, composta por representantes do corpo docente, discente, técnico administrativo e comunidade que promove o processo de coleta de dados e auxilia no planejamento institucional da IES. A coleta de dados é feita por meio de formulário eletrônico e dela é gerado um relatório de demandas internas e externas da IES.

Ao lado da CPA também opera a Ouvidoria da instituição que valida a atuação da comissão com um processo de coleta de dados com os alunos e comunidade de forma contínua. Sendo assim, a direção geral da FAESP e coordenações fazem uso tanto de uma ferramenta de pesquisa anual quanto de dados regulares que chegam por meio da ouvidoria e que funcionam como instrumento de base para o processo decisório.

Durante o último trimestre de cada ano são aplicados os formulários digitais de avaliação interna junto ao corpo docente, discente e administrativo da FAESP. A partir daí, são elaborados os relatórios de observações de pontos fortes e fracos da IES assim como as demandas recorrentes. O relatório começa a ser preparado em dezembro e tem sua apresentação pública em fevereiro do ano seguinte à comunidade com as referidas medidas e procedimentos que irão se aplicar ao que foi registrado. Na mesma época, a ouvidoria elabora um relatório geral de demandas que se soma aos dados obtidos pela CPA. A participação da comunidade acadêmica se dá em dois momentos distintos: na composição da CPA, na coleta dos dados e, ao final, no seminário de melhorias e planejamento promovido pela IES.

No mês de fevereiro/março, são promovidos os seminários de melhorias e planejamento em que a comunidade (docente, discente, técnico-administrativo e membros externos) são convidados para participarem das discussões dos resultados obtidos tanto na CPA quanto nas demandas da ouvidoria. Os resultados ficam disponíveis também em murais para a comunidade acadêmica.

O relatório de avaliação é elaborado pela CPA tendo como subsídio básico os dados da pesquisa aplicada nas turmas e os registros de demandas da ouvidoria tendo os seus resultados apresentados publicamente em mural é disponibilizado na íntegra em cópia digital no site em área restrita.

8.7 Comunicação com a sociedade

A Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) compreende a comunicação institucional como instrumento estratégico de transparência, participação social, prestação de contas e fortalecimento das relações com a comunidade acadêmica e

com a sociedade. Nesse sentido, mantém canais permanentes de comunicação que asseguram ampla divulgação das informações institucionais e favorecem o diálogo com seus diversos públicos.

A Instituição disponibiliza seu portal eletrônico oficial (www.faesp.org), por meio do qual são divulgadas informações acadêmicas, administrativas e institucionais, possibilitando o acesso público aos principais documentos e serviços oferecidos pela Faculdade. Complementarmente, utiliza redes sociais institucionais, que contam com ampla participação da comunidade, para divulgação de notícias, eventos, projetos de ensino, pesquisa e extensão, campanhas institucionais, ações de responsabilidade social e demais informações de interesse público. Internamente, utiliza murais físicos e eletrônicos para divulgação de comunicados, calendários acadêmicos, eventos, normas e demais informações destinadas à comunidade acadêmica.

A gestão da FAESP e sua mantenedora entendem que a manutenção de canais permanentes de comunicação com a sociedade fortalece a transparência institucional, amplia a participação da comunidade acadêmica e constitui importante mecanismo de escuta, interação e retroalimentação dos processos de planejamento, gestão e avaliação institucional. Por essa razão, a Instituição estimula o uso responsável das tecnologias de informação e comunicação e das redes sociais institucionais por estudantes, docentes, técnicos administrativos e demais segmentos da comunidade.

Por meio desses canais oficiais, a FAESP promove ampla divulgação de seus atos institucionais, resoluções, regulamentos, portarias, editais, calendários acadêmicos, decisões dos órgãos colegiados, políticas institucionais, indicadores institucionais de desempenho, relatórios elaborados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), resultados dos processos de autoavaliação institucional, planos de melhoria, informações sobre cursos, projetos acadêmicos, ações de ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, prestação de contas e demais documentos institucionais, assegurando publicidade, transparência e acesso às informações de interesse da comunidade acadêmica e da sociedade.

Os canais de comunicação também possibilitam o recebimento de sugestões, solicitações, manifestações, elogios, reclamações e denúncias, contribuindo para o aperfeiçoamento contínuo da gestão institucional, para a avaliação das políticas

acadêmicas e administrativas e para o fortalecimento da cultura de participação, transparência, ética e responsabilidade institucional.

A efetividade da política de comunicação é acompanhada periodicamente por meio de indicadores relacionados ao acesso aos canais institucionais, participação da comunidade acadêmica, alcance das publicações, nível de transparência das informações divulgadas, utilização dos mecanismos de comunicação, satisfação dos usuários e implementação das ações de melhoria decorrentes das manifestações recebidas, cujos resultados subsidiam o planejamento institucional e o processo contínuo de aprimoramento da comunicação com a sociedade, em consonância com os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e os referenciais de qualidade do Ministério da Educação (MEC).

8.8.1 Ouvidoria Institucional

A Ouvidoria Institucional da Faculdade Evangélica de São Paulo (FAESP) constitui um canal permanente, independente, ético e acessível de comunicação entre a Instituição e a comunidade acadêmica, atuando como instrumento de participação democrática, transparência institucional, controle social, melhoria contínua da gestão e fortalecimento da qualidade dos serviços educacionais.

Embora vinculada administrativamente à Secretaria Acadêmica para fins de suporte operacional, a Ouvidoria exerce suas atividades com autonomia funcional, imparcialidade e confidencialidade, assegurando tratamento isonômico às manifestações recebidas e contribuindo para o aperfeiçoamento permanente dos processos acadêmicos e administrativos.

Sua atuação está alinhada aos princípios institucionais de ética, integridade, respeito aos direitos humanos, transparência, participação social, responsabilidade institucional, proteção da dignidade da pessoa humana e melhoria contínua, em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), os instrumentos de avaliação do INEP/MEC e as políticas institucionais previstas neste Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Objetivos

A Política Institucional da Ouvidoria tem por objetivos fortalecer os mecanismos de diálogo entre a comunidade acadêmica e a gestão institucional, promovendo uma cultura de participação, transparência e responsabilidade. Busca receber, registrar, analisar, encaminhar e acompanhar as manifestações apresentadas pelos usuários dos serviços da Instituição, contribuindo para a solução administrativa das demandas e para o aperfeiçoamento contínuo da qualidade acadêmica e administrativa.

Constituem, ainda, objetivos da política subsidiar o planejamento institucional mediante a análise sistemática das manifestações recebidas, fortalecer a cultura de ética, respeito aos direitos humanos e participação democrática, bem como apoiar os processos de autoavaliação institucional conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), fornecendo informações relevantes para a melhoria contínua da Instituição.

Abrangência

A Ouvidoria atende toda a comunidade acadêmica e administrativa da FAESP, compreendendo estudantes, candidatos aos processos seletivos, egressos, docentes, técnicos administrativos, gestores, colaboradores terceirizados, parceiros institucionais e membros da comunidade externa que mantenham relacionamento com a Instituição.

Canais de Atendimento

Com o objetivo de assegurar amplo acesso aos serviços da Ouvidoria, a FAESP disponibiliza canais de atendimento presenciais e eletrônicos, garantindo acessibilidade, segurança das informações e rastreabilidade das manifestações.

O atendimento eletrônico é realizado por meio do Portal do Aluno, de formulário eletrônico disponível no sítio institucional e do endereço eletrônico oficial da Ouvidoria, possibilitando o registro das manifestações em qualquer horário, com emissão de protocolo para acompanhamento da demanda.

A Ouvidoria também disponibiliza atendimento presencial, em horários previamente divulgados pela Instituição, destinado aos usuários que necessitem de orientação individualizada ou optem pela apresentação direta de suas manifestações. O atendimento observará os princípios da escuta qualificada, do acolhimento, da privacidade, da confidencialidade e do respeito à dignidade da pessoa humana.

Manifestações Recebidas

A Ouvidoria receberá, registrará e acompanhará manifestações relacionadas às atividades acadêmicas e administrativas da Instituição, compreendendo reclamações, sugestões, elogios, solicitações, pedidos de informação, denúncias e demais comunicações relativas ao funcionamento institucional.

As manifestações poderão envolver quaisquer setores acadêmicos ou administrativos da FAESP, incluindo Secretaria Acadêmica, Coordenações de Curso, setor Financeiro, Biblioteca, Tecnologia da Informação, Educação a Distância, Núcleo de Apoio Psicopedagógico, Atendimento ao Estudante e demais unidades administrativas e acadêmicas.

Recebimento de Denúncias

A Ouvidoria constitui um dos canais institucionais destinados ao recebimento de denúncias relacionadas à prática de assédio moral, assédio sexual, discriminação, violência institucional, descumprimento do Código de Ética, irregularidades administrativas, condutas incompatíveis com os princípios institucionais e violações de direitos humanos.

Quando a natureza da manifestação exigir tratamento especializado, a demanda será encaminhada à Comissão Permanente de Ética, Diversidade, Inclusão e Enfrentamento às Violências ou aos demais órgãos competentes da Instituição, observando-se os protocolos institucionais específicos, os princípios do contraditório, da ampla defesa, da confidencialidade e da não revitimização.

Confidencialidade e Proteção das Informações

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

A FAESP assegura que todas as manifestações recebidas pela Ouvidoria sejam tratadas com absoluto respeito à confidencialidade das informações e à proteção dos dados pessoais dos manifestantes, em conformidade com a legislação vigente.

São assegurados o acesso restrito às informações, a guarda segura dos registros, a preservação da identidade do manifestante quando solicitada ou legalmente cabível, a utilização das informações exclusivamente para fins institucionais e a observância integral da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

As denúncias poderão ser apresentadas de forma identificada ou sigilosa, quando admitido pela regulamentação institucional, sendo vedada qualquer forma de retaliação, constrangimento ou prejuízo ao manifestante que atue de boa-fé.

Fluxo Institucional de Atendimento

As manifestações recebidas pela Ouvidoria seguirão fluxo institucional padronizado, compreendendo as etapas de registro, análise preliminar, encaminhamento ao setor competente, apuração, emissão de resposta técnica, devolutiva ao manifestante e encerramento da demanda.

Após o registro da manifestação, será emitido protocolo para acompanhamento. A Ouvidoria realizará análise inicial quanto à natureza da demanda, à competência institucional para seu tratamento e à necessidade de complementação de informações.

Concluída a análise preliminar, a manifestação será encaminhada ao setor competente para adoção das providências cabíveis, observando-se os prazos institucionais estabelecidos. Dependendo da natureza da demanda, poderão participar do processo a Direção Geral, as Coordenações de Curso, a Secretaria Acadêmica, o setor Financeiro, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico, a Comissão Permanente de Ética, Diversidade, Inclusão e Enfrentamento às Violências e demais unidades institucionais.

Recebida a manifestação do setor responsável, a Ouvidoria procederá à devolutiva ao interessado, informando as providências adotadas e registrando o encerramento da demanda, sem prejuízo de novos encaminhamentos quando necessários.

Todas as manifestações permanecerão registradas para fins de controle institucional, geração de indicadores, planejamento e melhoria contínua dos processos acadêmicos e administrativos.

Acompanhamento das Demandas

A Ouvidoria acompanhará todas as manifestações até sua conclusão, monitorando o cumprimento dos prazos institucionais, o tempo médio de atendimento, a efetividade das respostas, a necessidade de novos encaminhamentos, a reincidência das ocorrências e a efetividade das medidas adotadas pelos setores responsáveis.

Integração com a Gestão Institucional

As informações consolidadas pela Ouvidoria constituirão importante instrumento de gestão institucional, subsidiando os processos de autoavaliação institucional conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), o planejamento estratégico, a gestão acadêmica, os órgãos colegiados, os processos de melhoria contínua e a revisão das políticas institucionais e do Plano de Desenvolvimento Institucional.

A utilização dessas informações ocorrerá exclusivamente de forma consolidada e estatística, assegurando a preservação da identidade dos manifestantes e o sigilo das informações individuais.

Monitoramento e Avaliação

A efetividade da Política Institucional da Ouvidoria será monitorada continuamente por meio de indicadores institucionais relacionados ao desempenho do serviço, contemplando, entre outros, o número de manifestações recebidas, sua distribuição por natureza, os canais de atendimento utilizados, o perfil dos usuários atendidos, o tempo médio de resposta, o percentual de manifestações respondidas e solucionadas, o cumprimento dos prazos institucionais, os setores mais demandados, os principais temas recorrentes, o índice de satisfação dos usuários, o número de denúncias encaminhadas aos órgãos competentes, as medidas corretivas implementadas e a redução da reincidência das ocorrências.

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

Os resultados serão consolidados em relatórios periódicos elaborados pela Ouvidoria e encaminhados à Direção Geral, à Comissão Própria de Avaliação (CPA) e aos órgãos colegiados competentes, constituindo subsídio para o planejamento institucional, a tomada de decisões, a revisão das políticas institucionais e o fortalecimento da cultura de qualidade e melhoria contínua da FAESP, em consonância com os referenciais de qualidade do Ministério da Educação, do INEP e com os objetivos estratégicos estabelecidos neste Plano de Desenvolvimento Institucional.

8.8 Avaliação dos cursos

Entendido como um documento de construção coletiva, o projeto pedagógico do curso (PPC), deve ser a base para todos os trabalhos de avaliação. Através dele, criam-se referências que permitem ajustá-lo às necessidades e realidades que se imponham no decorrer de sua aplicabilidade.

O coordenador e o núcleo docente estruturante do curso são os responsáveis diretor pelas propostas de ajustes no PPC. Entretanto, tal conjuntura não inibe o protagonismo dos docentes e discentes no processo de condução dos trabalhos. Para isso, a IES mantém um canal aberto de comunicação recebendo propostas e sugestões que possam emanar das diversas esferas da FAESP, discentes, técnico-administrativo e mesmo a comunidade externa.

Ainda que sob caráter de constante reformulação, oficialmente, esse processo de auto avaliação dos cursos se dá uma vez por ano com as atividades da CPA que, além de efetuarem uma avaliação institucional, também avaliam o funcionamento dos cursos e a percepção dos alunos, professores e comunidade sobre os mesmos.

8.9 Indicadores de desempenho dos cursos

Para ter uma base de metas no processo avaliativo adotamos como indicadores o número de concluintes em comparação com o número de ingressantes, os dados de enquadramento no mercado de trabalho fornecido pelo programa de acompanhamento de egressos, os resultados no ENADE e o rendimento médio

discente. Além disso, a partir de 2019, será inserido o fator produção científica nos índices com o estímulo institucional oficial à prática investigativa.

Esses índices são colocados em contraste sempre com a percepção que os colaboradores têm dos cursos e de seu funcionamento. Assim, é possível darmos conta tanto do quantitativo quanto do qualitativo no processo de avaliação.

8.10 Formas de participação da comunidade interna e externa na CPA

A participação da comunidade interna e externa se dá através de canais como ouvidoria e formulário de avaliação da CPA. O processo se dá de forma ampla e permite pontualmente (pelo questionário interno da CPA) e regularmente (pela ouvidoria) que todas as pessoas direta ou indiretamente envolvidas com a FAESP possam apresentar suas percepções sobre o andamento dos trabalhos.

Monitoramento de Indicadores Institucionais Transversais

Além dos indicadores específicos de cada dimensão avaliativa, a FAESP monitora, por meio da CPA e das coordenações responsáveis, indicadores institucionais transversais relacionados à inclusão, à permanência estudantil, à sustentabilidade, à igualdade de gênero, à governança e à participação cultural, entre os quais:

- taxa de ingresso e taxa de evasão;
- taxa de retenção e taxa de conclusão;
- empregabilidade dos egressos;
- número de bolsistas e de estudantes atendidos por programas de permanência estudantil;
- participação de mulheres em cargos de gestão e em órgãos colegiados;
- registros de atendimento e campanhas de prevenção ao assédio e à discriminação;
- número de estudantes atendidos por ações de segurança alimentar e nutricional;

- quantidade de convênios e parcerias institucionais ativas;
- indicadores de governança, integridade e transparência institucional;
- número de eventos culturais e projetos de extensão realizados;
- satisfação da comunidade acadêmica.

Esses indicadores são avaliados periodicamente pela CPA, subsidiando a revisão deste PDI e a melhoria contínua das políticas institucionais.

Monitoramento das Políticas de Igualdade e Proteção

A FAESP realizará o monitoramento contínuo da Política Institucional de Igualdade de Gênero, Proteção e Participação Institucional, com o objetivo de avaliar sua efetividade, promover a melhoria contínua das ações desenvolvidas e subsidiar o planejamento institucional, assegurando a promoção da igualdade de oportunidades, do respeito à diversidade, da inclusão e da proteção da comunidade acadêmica.

O acompanhamento da política será realizado pela Comissão Permanente de Ética, Diversidade, Inclusão e Enfrentamento às Violências, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), a Direção Geral, as Coordenações de Curso e os demais setores responsáveis, por meio da análise periódica de indicadores institucionais e da elaboração de relatórios de avaliação.

Constituem indicadores institucionais de acompanhamento desta política:

- participação de mulheres em cargos de gestão, coordenação acadêmica e funções de liderança institucional;
- participação equilibrada de mulheres e homens nos órgãos colegiados, comissões institucionais e demais instâncias de representação acadêmica;
- indicadores de acesso, permanência, retenção, evasão e conclusão de estudantes, com atenção especial aos grupos em situação de vulnerabilidade;
- número de atendimentos, acolhimentos, orientações e encaminhamentos realizados em situações relacionadas à discriminação, assédio, violência ou violação de direitos;

- número de denúncias recebidas pelos canais institucionais e respectivos encaminhamentos adotados, preservando-se o sigilo e a confidencialidade das informações;
- quantidade de campanhas educativas, palestras, seminários, oficinas e ações de conscientização promovidas sobre igualdade de gênero, direitos humanos, prevenção ao assédio, diversidade e cultura de paz;
- participação da comunidade acadêmica nas ações de formação e sensibilização relacionadas à política;
- resultados das pesquisas de clima organizacional e de clima institucional, especialmente quanto à percepção de respeito, inclusão, segurança, igualdade de oportunidades e convivência acadêmica;
- resultados da autoavaliação institucional conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), relacionados às políticas de inclusão, diversidade, proteção e participação institucional;
- nível de satisfação da comunidade acadêmica em relação às ações desenvolvidas e aos mecanismos institucionais de acolhimento e proteção.

A Comissão Permanente de Ética, Diversidade, Inclusão e Enfrentamento às Violências elaborará relatório anual de monitoramento, contendo a análise dos indicadores, a avaliação das ações implementadas, a identificação de oportunidades de melhoria e recomendações para o aperfeiçoamento das políticas institucionais, encaminhando-o à Direção Geral e aos órgãos colegiados competentes.

Os resultados do monitoramento integrarão os processos de planejamento institucional, de revisão das políticas acadêmicas e administrativas e da autoavaliação institucional, contribuindo para o fortalecimento da cultura de respeito aos direitos humanos, da igualdade de oportunidades, da participação democrática e da melhoria contínua da qualidade institucional, em consonância com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com os referenciais de qualidade do Ministério da Educação (MEC).

8.11 Monitoramento da Integridade e Transparência Institucional

A FAESP institui o Monitoramento da Integridade e Transparência Institucional como instrumento permanente de acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento da governança institucional, assegurando que os princípios da ética, da integridade, da transparência, da responsabilidade institucional, da participação democrática e da prestação de contas estejam efetivamente incorporados aos processos de gestão acadêmica e administrativa.

O monitoramento é realizado de forma sistemática, articulando os resultados da autoavaliação institucional, conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), com os processos de planejamento estratégico, gestão por indicadores e acompanhamento das políticas institucionais previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O acompanhamento contempla, entre outros, os seguintes indicadores institucionais de governança e transparência:

- cumprimento das metas e objetivos estratégicos previstos no PDI;
- acompanhamento da execução das decisões dos órgãos colegiados e da gestão superior;
- grau de implementação das políticas institucionais;
- transparência administrativa e disponibilidade de informações institucionais à comunidade acadêmica;
- funcionamento e efetividade dos canais institucionais de comunicação, ouvidoria e participação social;
- número de manifestações, sugestões, elogios, reclamações e denúncias registradas e respectivos encaminhamentos;
- cumprimento das normas de ética, integridade, direitos humanos e responsabilidade institucional;
- participação da comunidade acadêmica nos processos de avaliação institucional, consultas e decisões colegiadas;
- acompanhamento dos planos de melhoria decorrentes da autoavaliação institucional e das avaliações externas;

- nível de satisfação da comunidade acadêmica em relação aos processos de gestão, comunicação institucional e transparência administrativa.

O monitoramento dos indicadores é realizado periodicamente pela gestão institucional, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), os órgãos colegiados e os setores administrativos responsáveis, permitindo identificar oportunidades de melhoria, avaliar a efetividade das políticas institucionais e subsidiar a tomada de decisões baseada em evidências.

Os resultados obtidos são consolidados em relatórios institucionais, apresentados à gestão superior e aos colegiados competentes, amplamente divulgados à comunidade acadêmica por meio dos canais oficiais da Instituição, em observância aos princípios da transparência, da publicidade e da prestação de contas.

As análises decorrentes desse processo subsidiam a revisão das políticas institucionais, o aperfeiçoamento dos processos acadêmicos e administrativos, a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o fortalecimento da governança universitária e a implementação de ações corretivas e preventivas, consolidando uma cultura institucional orientada pela integridade, pela gestão participativa, pela responsabilidade pública e pela **melhoria contínua da qualidade institucional**, em consonância com os referenciais de qualidade do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e com os instrumentos de avaliação do Ministério da Educação (MEC).

8.12 Indicadores Institucionais de Inclusão, Acesso e Permanência Estudantil

Como parte integrante do processo de planejamento, avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional, a FAESP mantém um sistema permanente de monitoramento dos indicadores relacionados à inclusão, ao acesso, à permanência e ao sucesso acadêmico dos estudantes, em consonância com a Política Institucional de Erradicação da Pobreza, Acesso e Permanência Estudantil e com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

O acompanhamento desses indicadores tem como finalidade avaliar a efetividade das políticas institucionais, identificar fatores que possam comprometer a

trajetória acadêmica dos estudantes, subsidiar a tomada de decisões e promover ações de melhoria contínua voltadas à democratização do acesso, à permanência estudantil e à formação de qualidade.

O monitoramento é realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), em articulação com a Direção Geral, Coordenações de Curso, Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), Centro de Apoio Psicopedagógico (CAP), Secretaria Acadêmica e demais setores responsáveis pelas políticas de atendimento aos estudantes.

São monitorados, entre outros, os seguintes indicadores institucionais:

- **Taxa de ingresso**, analisando a ocupação das vagas ofertadas e o perfil dos estudantes ingressantes;
- **Taxa de evasão**, identificando os fatores acadêmicos, sociais, econômicos e institucionais associados ao abandono dos cursos;
- **Taxa de retenção**, acompanhando estudantes com prolongamento do tempo previsto para integralização curricular;
- **Taxa de conclusão**, avaliando o percentual de estudantes que concluem seus cursos no tempo previsto ou em período compatível;
- **Taxa de inserção profissional (empregabilidade)** dos egressos, aferida por pesquisas institucionais, acompanhamento de egressos e informações provenientes de parceiros institucionais e empregadores;
- **Número de estudantes beneficiados por bolsas, auxílios e programas institucionais de apoio**, incluindo bolsas por mérito, vulnerabilidade socioeconômica, convênios e demais modalidades de assistência estudantil;
- **Taxa de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica**, permitindo avaliar a efetividade das políticas institucionais de permanência;
- **Índice de satisfação discente**, obtido por meio da Autoavaliação Institucional conduzida pela CPA e de pesquisas periódicas sobre os serviços acadêmicos e administrativos.

Os resultados desses indicadores são consolidados em relatórios periódicos elaborados pela CPA e apresentados aos órgãos colegiados e à gestão institucional,

constituindo subsídios para o planejamento estratégico, a revisão das políticas institucionais e a definição de metas e ações de melhoria.

A análise sistemática desses indicadores permite avaliar a efetividade das políticas de inclusão, acesso e permanência estudantil, bem como o impacto das ações institucionais na redução da evasão, no aumento da permanência, na melhoria do desempenho acadêmico, na conclusão dos cursos e na inserção profissional dos egressos, fortalecendo a gestão baseada em evidências e o compromisso institucional com a qualidade da educação superior.

8.13 Resultados esperados

Os resultados obtidos dos processos avaliativos são divulgados através de painéis internos, site e em uma reunião com representantes dos alunos e colaboradores. A partir disso, reinicia-se esse processo cujo objetivo é desenvolver ações para:

a) Definir procedimentos de estímulo à produção científica e extensão, valorizando o profissional que promove atividades além da sala de aula como parte do processo de formação do aluno. O objetivo é configurar o perfil de um profissional que melhor se enquadre ao perfil institucional;

b) Avaliação da situação dos egressos para implementar política de formação continuada e acompanhamento externo;

c) Definição do perfil dos cursos implantados na Instituição, sua adequação às diretrizes curriculares Nacionais e ao desempenho e aceitabilidade social;

d) Ampliação dos programas de extensão, sua articulação com o ensino e a pesquisa e consonância com as necessidades e demandas do entorno social;

e) Construção do perfil de pós-graduação e identificação da capacidade instalada e das ações necessárias ao fortalecimento e ampliação;

f) Definição do perfil dos servidores técnico-administrativos de acordo com as diretrizes do PDI;

g) Conhecimento das condições estruturais e de recursos humanos da Instituição;

h) Perfil socioeconômico e cultural dos discentes para a definição de uma política de atendimento mais adequada às suas necessidades.

8.14 Instrumentos

No processo de avaliação, promove-se a elaboração de instrumentos adequados, abrangendo os eixos quantitativos e qualitativos do instrumento do SINAES, de maneira a atingir a avaliação da gestão da Instituição, da estrutura física, biblioteca e de equipamentos, da política de pessoal, das políticas para ensino, práticas investigativas e extensão, das políticas para o discente, do desempenho docente, do egresso e comunidade externa. Para isso, a manutenção do canal bidirecional de comunicação aqui supracitado é de crucial importância. Manter um fluxo de informação por meio da ouvidoria ou de outras formas de acesso aos gestores, é a base para uma avaliação mais qualitativa dos dados.

8.14.1 Processos de acompanhamento e avaliação interna e externa

Dentro do planejamento desse PDI, podemos dividir as ações previstas em 2 níveis: administrativo e pedagógico, sendo que esse último se subdividirá em duas possibilidades, docente e discente.

8.13.1.1 Nível administrativo

I. Fomentar o uso dos mecanismos de comunicação já existentes e estimular a aberturas de novos;

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

II. Criar um plano de marketing da IES para fixação da marca e não somente para companhas pontuais;

III. Criar um programa de gestão participativa;

IV. Instituir a racionalização de recursos humanos e materiais, assim como a otimização dos processos internos;

V. Definir conjunto de procedimentos burocráticos internos para contemplar as demandas emergentes, principalmente as decorrentes da EaD;

VI. Criar e reforçar pactos colaborativos entre a IES órgãos externos a fim de se incentivar a prática investigativa e o investimento em pesquisa.

8.14.1.2 Nível pedagógico

a) Docentes

I. Estimular a qualificação docente nos níveis de mestrado em doutorado;
II. Estimular a publicação em revistas e produção científica;
III. Estimular a iniciativa docente para promoção de atividades de extensão interna e externamente;
IV. Valorizar o docente envolvendo em atividades da IES e criando um número maior de professores parciais no quadro.

b) Discentes

I. Incentivar a formação de atividades estudantis (diretório, grêmio, centro discentes de atividades culturais);
II. Incentivar a iniciativa discente no envolvimento com eventos internos;
III. Consolidar programas como bolsa carência e rendimento para atender e valorizar os alunos que necessitem ou que façam mérito ao benefício;
IV. Consolidar os programas de nivelamento e reforço escolar.

8.15 Procedimentos e ações previstas

Em sua concepção, o modelo de avaliação institucional da FAESP associa auto avaliação e avaliação externa como elementos complementares e convergentes para oferecer um feedback ao processo de planejamento estratégico institucional proposto no PDI. Operando como um processo de cíclico periódicos e progressivo direcionam, as ações para os objetivos e metas propostos em consonância com a missão da IES.

Partindo dessas premissas e etapas apresentadas nesse presente documento, serão selecionadas medidas de ajustes das metas e das ações a serem implementadas para atualizar o planejamento institucional, contemplando como:

I. Revisão das metas institucionais face aos resultados das avaliações internas e externas e as mudanças de cenários do sistema educacional;
II. Revisão dos projetos pedagógicos dos cursos ofertados;
III. Ações corretivas para as metas previstas no PDI;
IV. Revisão das políticas de consolidação e expansão institucional no nível de oferta de serviços e infraestrutura.

10 CONCLUSÃO

A elaboração de um Plano de Desenvolvimento Institucional é uma tarefa de muitas mãos. Planejar é o primeiro passo de qualquer trajetória e a atual gestão da FAESP tem em mente isso desde que assumiu os rumos da IES.

Em razão disso, foi elaborado esse Plano de Desenvolvimento Institucional que contempla os eixos pedagógicos, de infraestrutura e financeiro. O primeiro tem por objetivo ampliar a instituição e sua oferta de serviços educacionais nos níveis de graduação, extensão e pós-graduação mantendo e ampliando uma qualidade e excelência através de metodologias, corpo docente e materiais adequados a realidade de seu público. O segundo, eixo de infraestrutura, tem como objetivo promover a ampliação dos espaços físicos da IES e, ao mesmo tempo, oferecer melhores condições nas estruturas atuais. E, por fim, o eixo financeiro busca criar fontes de

receita e gerir de forma equilibrada a FAESP tornando-a aos poucos, mais autossuficiente em relação a sua mantenedora.

Responsabilidade com o ensino, com a sociedade e uma gestão equilibrada são as marcas do trabalho que se apresenta pela atual gestão e se encontra expresso nesse PDI.

(11) 2796 - 7474 (11) 9 9772 - 0216 www.faesp.org.br Av. Celso Garcia, 2.210, Belém

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLEIA DE DEUS BELÉM – SEDE. **113 anos de Assembleia de Deus no Brasil**. Disponível em: https://ad.org.br/113-anos-de-assembleia-de-deus-no-brasil/. [acesso em agosto de 2025]

BELLONI, Maria L. **Educação a distância**. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025.** Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235/2017. Publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, de 20 de maio de 2025 pt.wikipedia.org+15bri.ifsp.edu.br+15fnpe.com.br+15. [acesso em agosto de 2025]

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/1996 (LDB – Diretrizes e Bases da Educação Nacional). [acesso em agosto de 2025]

BRASIL. **Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997.** Dispõe sobre a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública.1997

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação**. Resolução no 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. [acesso em agosto de 2025]

IBGE. **Censo demográfico agregado por setores**: Resultados do universo: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1991

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação institucional: marcos teóricos e políticos. Avaliação, Campinas**, SP, ano, n°,1, jul, 1996.

MURIEL, Roberta. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**. Editora Hoper. 2006.

SOTO, M. J. D. C. M. (2003). **Planejamento institucional: capacidade de conduzir ações**. São Paulo. Em Perspectiva, 17(3-4), 198–204. https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000300020 [acesso em agosto de 2025]

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs. [acesso em agosto de 2025]

IBGE. **População estimada do Brasil: 212,6 milhões em 1º de julho de 2024**. Agência de Notícias IBGE, 29 set. 2024. Disponível em:

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41111-populacao-estimada-do-pais-chega-a-212-6-milhoes-de-habitantes-em-2024/ [acesso em agosto de 2025]

SEVERINO, A. J. (2009). **Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades**. Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (campinas), 14(2), 253–266. https://doi.org/10.1590/S1414-40772009000200002 [acesso em agosto de 2025]